

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**HUMBERTO IVAN KESKE**

**DO APOCALÍPTICO TEXTO AO INTEGRADO CONTEXTO:  
PASSEIOS CRÍTICOS PELOS BOSQUES DA  
COMUNICAÇÃO**

**Porto Alegre**

**2007**

**HUMBERTO IVAN KESKE**

**DO APOCALÍPTICO TEXTO AO INTEGRADO CONTEXTO:  
PASSEIOS CRÍTICOS PELOS BOSQUES DA  
COMUNICAÇÃO**

**Tese de Doutorado para obtenção do título de  
Doutor em Comunicação Social  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Comunicação Social  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social  
da PUCRS**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eliana Pibernat Antonini**

**Porto Alegre**

**2007**

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K42a Keske, Humberto Ivan

Do Apocalíptico texto ao integrado contexto: passeios críticos pelos bosques da comunicação. / Humberto Ivan Keske. – Porto Alegre, 2007.  
294 f.

Tese (Doutorado em Comunicação Social) –  
Faculdade de Comunicação Social, PUCRS.  
Orientação: Profa. Dra. Eliana Pibernat Antonini.

1. Comunicação. 2. Semiótica. 3. Signos.  
4. Cultura (Comunicação de Massa). Título.

CDD 001.56

**Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437**

**HUMBERTO IVAN KESKE**

**DO APOCALÍPTICO TEXTO AO INTEGRADO CONTEXTO:  
PASSEIOS CRÍTICOS PELOS BOSQUES DA  
COMUNICAÇÃO**

**Tese de Doutorado em Comunicação Social**

**Data da aprovação: 15/01/2007**

**Banca Examinadora**

---

**Profª Drª Eliana Pibernat Antonini  
Orientadora**

---

**Profª Drª Ana Carolina Escosteguy**

---

**Profª Drª Elizabeth Bastos Duarte**

---

**Profª Drª Leci Borges Barbisan**

---

**Profª Drª Regina Glória Andrade**

**Porto Alegre**

**2007**

Dedico este trabalho a minha  
Mestra, pela Luz do Conhecimento,  
e aos meus Pais, pela Graça da Vida.

## **AGRADECIMENTOS**

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por cumprir verdadeiramente com o compromisso da universalidade do saber; e à CAPES, pelo incentivo à pesquisa, como órgão financiador dos meus estudos, sem o que não teria sido possível esta caminhada acadêmica;

À Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, representada pelos professores doutores Juremir Machado da Silva, Ana Carolina Escosteguy e Cristiane Freitas Gutfreind, pela excelência do ensino e qualificação de seu quadro docente, por todos os encontros, congressos e seminários nacionais e internacionais que com tanto empenho fazem brilhar nossos ideais e, principalmente, por todo o incentivo recebido, pela acolhida sincera, pela confiança em mim depositada e pela amizade que ultrapassa o ambiente acadêmico;

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Pibernat Antonini, amiga maravilhosa, mãe escolhida pelo vínculo do coração, Mestra exemplar e orientadora singular, que acompanha minha trajetória intelectual desde os primeiros passos ... Como nos disse João Guimarães Rosa, “felicidade se acha é em horinhas de descuido” e, no decorrer destes 16 anos de convívio, incontáveis foram os momentos compartilhados: muito obrigado pelo sorriso, pela lágrima, pela atenção, pela dedicação, pela companhia, pela amizade, pela espontaneidade, pela generosidade, pelo crescimento pessoal, pelo progresso interior, qualidades encontradas somente no coração daqueles amam e que sabem amar...

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Carolina Escosteguy, amiga de tantos momentos igualmente vividos em alegria, felicidade, companheirismo, leveza ... muito obrigado por todo o estímulo, por todo o apoio recebido e por sempre acreditar no meu potencial. Meu

reconhecimento pela seriedade intelectual com que ensina e pela capacidade de organização, trabalho e competência no exercício do magistério superior;

À Profª Drª Leci Borges Barbisan, o meu profundo reconhecimento pelas valiosas contribuições acadêmicas a este trabalho, pela espontânea empatia, pela delicadeza interior, pela excelência das aulas, cujos ensinamentos carinhosamente transmitidos me servem de exemplo a ser seguido, pelo serviço de doação que a atividade docente inspira e representa e, principalmente, por acreditar que a plenitude da arte de ensinar e aprender contribui para o engrandecimento do espírito humano; mais do que isso, pela humildade de quem zela silenciosamente pelo conhecimento;

À Profª Drª Elizabeth Bastos Duarte, igualmente o meu profundo reconhecimento pelas valiosas contribuições acadêmicas a este trabalho, pelo olhar semiótico e por todas as passagens sógnicas a serem desvendadas ... pela amizade e pela companhia, que auxiliam na construção de um percurso teórico realmente crítico;

À Profª Drª Regina Glória Andrade, por toda a amizade a mim dedicada, pela doçura de temperamento, pela leveza de espírito e pela alegria contagiante, que tem o brilho, a beleza e o perfume do mar da Bahia... O cancionero popular nos diz que “o sobrado de mamãe fica debaixo d’água, debaixo d’água, por cima d’areia, tem ouro, tem prata, tem diamante que nos alumia ...”;

À Profª Drª Doris Fagundes Haussen, por toda a atenção recebida, pelo carinho, pela confiança, pela serenidade, pelo apoio, pelo sorriso, pelo convívio próximo e por tantos momentos de compartilhamento, inspiração e amizade;

Ao Prof. Dr. Francisco Rüdiger, professor carismático, referência intelectual e importante colaborador de minha trajetória acadêmica, pelo incentivo à produção crítica, pelas apaixonadas discussões, por toda a amizade;

À Lúcia Stasiak e ao Paulo Escoto Rodrigues, secretários do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, por toda a atenção e espontaneidade com que sempre me receberam e pela dedicação a todos os acadêmicos;

Às minhas amigas maravilhosas, inseparáveis irmãs do coração unidas pelo vínculo do amor, Paula Regina Puhl, Paula Jung Rocha, Sandra Portella Montardo, Christine Bahia de Oliveira, Helaine da Rosa Pinheiro, Maria Alice Bragança e Maricéia Benetti, o meu mais profundo agradecimento, por toda a amizade, por todo o carinho, por todo o apoio e por toda a alegria que vivifica o espírito ...;

Aos meus amigos maravilhosos Alexander Kerber, André Quiroga Sandi, Thomas Josué Silva e Alexandre Rocha da Silva, por toda a amizade, por todo o carinho, por todo o apoio e por todo o companheirismo que fortalece o coração...;

À Camilla e ao Gregório, que venceram o desafio de ter uma mãe com tantos desafios ... e isto até seria plágio, se não fosse verdade! O meu agradecimento aos meus maninhos do coração!

À Caren Fulginiti da Silva, amiga inseparável de todas as horas, muitas das quais dedicadas a realização deste trabalho. Obrigado por tantos superlativos de amor, carinho, afeto, amizade, solidariedade, companheirismo;

À Serafina Nickel, pelo auxílio indispensável em todos os momentos e por me indicar sempre os melhores caminhos a serem percorridos; à Valéria e ao Carlos Abracini, por toda a cooperação recebida; e à Preta Zi, e ela sabe por quê!

À minha amada família, representada pelo meu pai, Hubert Otto Keske, minha mãe, Ivone Grassi Keske, e meus irmãos Henrique e Felipe, por todo o apoio, confiança e dedicação em todos os dias da minha existência, celebrada na imensidão do amor que não tem fim e que não se deixa expressar por palavras... agradeço do mais profundo do meu coração pela felicidade como dádiva e pela graça da vida!

A todos os pais e mães, irmãos e irmãs, amigos e amigas de caminhada, desta e de outras vidas, conhecidos ou silenciosos, manifestados ou iminentes, que, de alguma forma, colaboram para o meu progresso, para o meu crescimento, para o meu o desempenho, e, principalmente, que me amam e me querem bem...;

À Palas Athena, pela luz que ilumina meu caminho... e a Eros, invencível em combate...



O Senhor, cujo oráculo está em Delfos, não fala nem esconde, mas indica através de sinais (HERÁCLITO).

Tudo o que vês é miragem. Procura a essência que não se vê (GIBRAN KHALIL GIBRAN – ***Uma lágrima e um sorriso***).

Vem lira divina e me responde: encontra tu mesma tua própria voz [...] (SAFO DE LESBOS – ***Epitalâmios em fragmentos***)

## RESUMO

O presente trabalho tem como proposta o estudo dos processos comunicacionais que ocorrem na relação estabelecida entre uma noção de texto inserida em seu contexto. Tal passagem, formada ou ainda em formação, pressupõe diferentes jogos sógnicos que concorrem para a instauração, construção e atualização de um determinado percurso interpretativo levado a cabo pelos sujeitos das culturas e das sociedades contemporâneas. Entendendo todo o ato comunicacional como um ato mediado pela cultura, a noção de texto pode ser ampliada para a de uma possível textualidade e a de contexto para a de uma possível (com)textualidade. A influência de uma instancia contextual sobre outra textual é trabalhada pela aproximação de dois autores que, embora distintos, dialogam entre si: em Umberto Eco, o contexto externo ao código, chamado de circunstância de comunicação, parte de um dicionário mínimo, fundamental para qualquer compreensão e resgata uma competência enciclopédica, conhecimento plural necessário para a decodificação dos diferentes sistemas co-textuais, contextuais e intertextuais que envolvem todo o processo comunicacional. Em Mikhail Bakhtin, a noção de enunciado já prevê como seu contraponto dialógico o enunciado do outro, proferido em um contexto significativo único, específico e não reiterável. A pesquisa é de natureza qualitativa, compreendendo uma revisão bibliográfica, descritiva e interpretativa a partir do referencial teórico proposto. Percorrendo tais pressupostos, constatou-se que o contexto torna-se indispensável à medida que o enunciado vai se transformando em texto e o texto se expande em diferentes textualidades. Neste sentido, o ato comunicacional colabora com o processo de interpretação textual e contextual enquanto espaço dinâmico de constantes jogos abduativos. Por fim, observa-se que o lugar que este sujeito ocupa nas transformações comunicacionais é o de (re)criar a relação entre texto e contexto, desde sempre perpassada pelos diferentes aspectos da cultura.

### **Palavras-chave:**

comunicação – teorias da comunicação – cultura de massa – Semiótica da cultura – produção de sentido

## ABSTRACT

The purpose of this work is to study the meaning construction process that occur in the connection established between a notion of text inserted in its contexts. This transition presupposes different sign games that contribute to setting up, construction and actualization of a determined interpretative course. Understanding every communicational act as a cultural one, the notion of text will enlarge to a notion of a possible textuality, and the notion of context to a possible (con)textuality as well. The influence of a contextual level upon a textual one will be analyzed by putting two authors close: in Umberto Eco, the communicational circumstances set out from a minimum dictionary, that is fundamental for any comprehension, and rescue an encyclopedic competence, a plural knowledge necessary for decoding different co-textual, contextual and intertextual systems that involve the communicative process as a whole; in Mikhail Bakhtin, the notion of statement foresees the other one's statement as a dialogical counterpoint, uttered in a single meaningful context, specific and non-reiteratable. The research has a qualitative nature, consisting of a bibliographical, descriptive and interpretative review set out from the theoretical reference about the subject. The practical exercise of this work will be characterized by theorizing, that is, reflecting and analyzing the foundations provided by both authors concerning the research. The work intends to reach the following aims: to demonstrate how the context becomes indispensable while the statement becomes a text, and the text enlarges to different textualities; to analyze the meaning production relation (re)created between the notions of text and context, that involves a communicational act. This implies (re)thinking the process of textual and contextual interpretation as a dynamic space of constant abductive games. This implies reflecting about empirical reader set in within the communicational process that (re)creates such relation by inserting it in a given culture.

**Key-words:**

communication – theories of the communication – mass culture – Semiotic of the culture – meaning production

## SUMÁRIO

<b>DAS TESSITURAS DO DESTINO</b> .....	13
<b>1 PROPOSTAS ENUNCIATIVAS</b> .....	34
1.1 DAS LEITURAS AOS ENUNCIADOS ... ..	37
1.2 ... DOS ENUNCIADOS ÀS (RE)SIGNIFICAÇÕES ... ..	44
1.3 ... DAS (RE)SIGNIFICAÇÕES AOS DIÁLOGOS ... ..	58
1.4 ... DOS DIÁLOGOS AOS CONTEXTOS SOCIAIS ... ..	76
1.5 ... DOS CONTEXTOS SOCIAIS ÀS RELAÇÕES COM O OUTRO .....	85
<b>2 PROPOSTAS REPRESENTATIVAS</b> .....	103
2.1 DO SIGNO AO TEXTO ... ..	107
2.2 ... DO TEXTO ÀS TEXTUALIDADES ... ..	128
2.3 ... DAS TEXTUALIDADES ÀS CIRCUNSTÂNCIAS ... ..	138
2.4 ... DAS CIRCUNSTÂNCIAS AOS CONTEXTOS ... ..	144
2.5 ... DOS CONTEXTOS ÀS (COM)TEXTUALIDADES ... ..	167
2.6 ... DAS (COM)TEXTUALIDADES ÀS CULTURAS .....	177
<b>3 PROPOSTAS INTERPRETATIVAS</b> .....	190
3.1 DO SUJEITO À EXPERIÊNCIA ESTÉTICA ... ..	193
3.2 ... DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA À SEMIOSE ... ..	208
3.3 ... DA SEMIOSE AO MODELO ... ..	214
3.4 ... DO MODELO AO LIMITE ... ..	220
3.5 ... DO LIMITE À RAZÃO ... ..	224
3.6 ... DA RAZÃO AO SUJEITO .....	240
<b>(IN)VERSÕES, (DI)VERSÕES, (IN)QUIETAÇÕES</b> .....	260
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	279

## DAS TESSITURAS DO DESTINO

Nós tecemos a teia  
Da vida e da morte.  
Trançamos a meada do destino  
Para todo e qualquer mortal.  
Estendemos um fio dourado  
Partindo do Salão do Luar.  
Firmamos suas pontas  
No Oriente e no Ocidente  
No Norte e no Sul.  
Um arremate é dado ao meio-dia,  
Uma prega é costurada  
Na casa do Alvorecer.  
O trabalho finda-se  
No Salão do Sol-Poente.<sup>1</sup>

As Moiras gregas eram três irmãs chamadas Clotho, Láchesis e Áthropos, que determinavam os destinos humanos, especialmente a duração da vida de uma pessoa e seu quinhão de atribuições e sofrimentos. Clotho, (fiar) em grego, segura o fuso e puxa o fio da vida. É a tecelã, responsável por tecer o destino dos homens com seu fuso mágico. Láchesis (sortear) enrola o fio e sorteia o nome dos que vão morrer. É considerada a medidora, distribuidora e avaliadora da vida. Finalmente, Áthropos (não voltar, ou ser inflexível) corta o fio com sua tesoura

---

<sup>1</sup> Poema encontrado em um fragmento de papiro datado do início do V a.C., de autoria desconhecida, e hoje conservado no Centre Georges Pompidou, em Paris, França. O verbo *plékó*, utilizado no original e traduzido por Brasil Fontes, significa “tecer”, guirlandas, por exemplo, no mesmo sentido de “ação de entrelaçar” e formar um “tecido”, aspecto associado ao trabalho desenvolvido pela aranha, que forma sua urdidura de fios, delicados, mas resistentes. *He Poikilé*, por sua vez, trata-se de um adjetivo que significa “a de cores brilhantes”, como a trama de que se compõem os fios do Destino, como a vida e a morte. “Os helenos sempre foram sensíveis à nossa irredutível finitude: brilhamos por um instante à luz do sol, mercê dos deuses – lembram uns versos de Mímnermo de Esmirna, do fim do século VII a.C. – e logo tudo se esvai em pó, em cinza, em nada” (2003, p. 176).

mágica. As várias versões apresentam as Moiras como filhas do Caos, de Érebo, ou ainda de Têmis e Zeus. Em outra versão, elas são filhas da deusa tríplice da Noite (Nyx) e, segundo Ésquilo, irmãs, por parte de mãe, das Eríneas. Na mitologia grega, o substantivo *moira*, no singular, significa, inicialmente, destino. Tanto na Ilíada, quanto na Odisséia, *moira* representa uma Lei que paira soberana sobre deuses e homens, pois nem mesmo Zeus estava autorizado a transgredi-la sem interferir na harmonia universal da vida. Por tais razões, as Moiras, deusas gregas que estavam acima dos deuses do Olimpo, recebiam o nome de "Fiandeiras do Destino".

Desde a Antigüidade Clássica, a Grande Trindade das Moiras também está associada a três fases da vida: ao começo e fim; ao nascimento e à morte; e, finalmente, às núpcias. Para alguns autores clássicos, entre eles Teócrito (305 a.C.-255 a.C.) e Ovídio (43 a.C.-17 d.C.), a trindade das Moiras está ligada exclusivamente à vida feminina, como: o parto e a morte; ou o casamento e a morte. Para outros, o poder das Moiras se refere aos homens, que, na qualidade de guerreiros, são arrebatados pelas teias sangrentas da morte, por elas tecidas. Para ambos os casos, talvez valha o simbolismo que equipara o destino dos guerreiros com a morte parturiente, que são vistos como heróis sob um aspecto de harmonia fatal. Aqui há um entrelace das deusas que tecem o destino com as que ceifam a vida, pois governam o mundo acima de tudo e todos, segundo a mitologia. Como a vida de qualquer mortal possui um princípio, um meio e um fim, essas três deusas compareciam aos nascimentos.

O mito grego predominou entre os romanos a tal ponto que os nomes individuais latinos das entidades caíram em desuso. Entre esses eram conhecidas por *Parcas* chamadas Nona, Décima e Morta, que tinham, respectivamente, as mesmas funções gregas de presidir ao nascimento, ao casamento e à morte. Os poetas da Antigüidade descreviam as Moiras como velhas de aspecto sinistro, de grandes dentes e longas unhas. Nas artes plásticas, ao contrário, aparecem representadas quase sempre como lindas donzelas.

Os jogos tarantinos, cerimônias noturnas celebradas em Roma, eram dedicados às Moiras, com o propósito de cura de doenças e infortúnios. Extremamente temidas, recebiam sacrifícios de mel e flores. Enquanto teia da

vida e do destino, o simbolismo das Moiras também foi associado ao da aranha, animal solitário e misterioso, habitante das extremidades, das continuidades e dos limiares. Enquanto epifania lunar, a aranha também é dedicada à tecelagem e à fiação, razão pela qual era também chamada de a *Senhora do Destino*, pois seu tecido delicado tramava a vida e morte.

Como ocorre com as Moiras que fiam, tecem e cortam o destino, um texto também é feito e refeito a todo o momento pelo leitor, e, por tal particularidade, esse bosque interpretativo também pode ser comparado a um labirinto<sup>2</sup>, onde o leitor é obrigado a optar o tempo todo, quer através das sugestões do autor; quer através das instruções textuais. A todo instante o texto lhe exige determinadas decisões. Grande é a infinidade de percursos interpretativos que se apresentam e que permitem serem percorridos. Os mais incautos podem, inclusive, perder-se nas idas e vindas, nas indecisões, nos calabouços, nas passagens estreitas, nos túneis escuros, nas armadilhas. A teia não tem início e não tem fim. Ela está. É cruel. Prende suas vítimas.

A partir de tal perspectiva, todo o texto, entendido enquanto *tessitura* de fios, pontos e nós de sentido, transforma-se em um constante *jogo abduativo*<sup>3</sup>, abastecido em uma determinada *competência enciclopédica*<sup>4</sup>, no dizer de Umberto Eco, que estabelecerá relações entre uma observação primeira, indicial, e um possível “destino” interpretativo, tão sagrado que até mesmo Zeus, do alto

---

<sup>2</sup> A noção de texto comparada a de um labirinto, onde múltiplos caminhos interpretativos podem ser percorridos, obrigando o leitor a optar o tempo todo, foi desenvolvida e utilizada em nossa Dissertação de Mestrado, intitulada ***Do texto ao filme: prolegômenos para a construção de uma análise filmica***, defendida em 07 de março de 2003, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Pibernat Antonini.

<sup>3</sup> Estamos trabalhando com a *noção de jogo*, conforme proposta por Huizinga (primeira edição datada de 1938), para quem foi justamente o instinto imprevisível do jogo, da arte de jogar, de mentir, de prever, de enganar, tomado enquanto “fator distintivo fundamental, presente em tudo o que acontece no mundo”, que proporcionou a evolução ou transformação do *Homo faber* em *Homo sapiens* e, posteriormente, no que seria, para o autor, o *Homo ludens*, que, ao brincar, (re)criava universos culturais ao longo da História.

<sup>4</sup> Esse conceito, central em várias obras de Eco, será visto oportunamente.

do Olimpo, o temia. Nesse transcurso ou caminho a ser percorrido, a abdução<sup>5</sup>, entendida enquanto instância de produção de conhecimento, fará o papel da fiandeira silenciosa do limiar semiótico das possibilidades *abduativas* e, conseqüentemente, *interpretativas*, que envolvem o processo ou estratégia de leitura textual, implicado com a pressuposição de seu possível contexto.

Sendo uma *pressuposição*, que antecede a constatação dos fatos e tem como característica uma *formulação provisória*, que deverá ser testada para determinar ou não sua validade, esta pesquisa parte de uma abdução e oferece, como questão norteadora central, a relação estabelecida entre uma noção de texto inserida em seu contexto. Tal passagem, formada ou ainda em formação, pressupõe diferentes jogos sógnicos que concorrem para a instauração, a construção e a atualização de um determinado percurso interpretativo. Entendendo todo o ato comunicacional como um ato de cultura, a noção de texto ampliar-se-á para a de uma possível textualidade e a de contexto, para a de uma possível (com)textualidade.

A influência de uma instância contextual sobre outra textual será trabalhada, basicamente, pela aproximação de dois autores que, embora distintos, ao nosso ver, dialogam entre si: em Mikhail Bakhtin, a noção de enunciado já prevê como seu contraponto dialógico o enunciado do outro, proferido em um contexto signficante único, específico, e não-reiterável. Em Umberto Eco, o contexto externo ao código, chamado de circunstância de comunicação, parte de um dicionário mínimo, fundamental para qualquer compreensão, e resgata uma competência enciclopédica, conhecimento plural necessário para a decodificação dos diferentes sistemas co-textuais, contextuais e intertextuais que envolvem todo o processo comunicativo.

(Re)pensar a relação entre texto e contexto implica refletir acerca da “personagem” que os (re)cria, inserida, desde sempre, em uma cultura particular.

---

<sup>5</sup> Inspirado em Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), Peirce (1839-1914) nomeia três grandes instâncias metodológicas de conhecimento, chamadas de *indução*, *dedução* e *abdução*. Dessas três, vamos nos deter, principalmente, no jogo das possibilidades abduativas, conforme proposto por Eco, em diversos momentos de sua obra, a começar por ***Semiótica e filosofia da linguagem, Sobre os espelhos***, especialmente o capítulo intitulado “Conjecturas sobre mundos” e, posteriormente, em ***Os limites da interpretação, O signo de três, Interpretação e superinterpretação e Kant e o ornitorrinco***, entre outras. Já, em Peirce, o processo abduativo aparecerá em ***The Collected Papers of Charles Sanders Peirce***, traduzido para a língua portuguesa sob o título ***Semiótica***.



Tais *rituais de passagem* vêm ao encontro daquele que executa essa travessia, estabelece esse ritual, percorre essa trilha, cruza essa ponte e chega a uma terceira margem. No dizer de Eco, uma semiótica geral está designada a estabelecer seus confins de pesquisa, apresentando limites de caráter epistemológico. Em nosso caso, tentaremos estender os fenômenos semióticos aos fenômenos da cultura, convidando esses a discutir as questões ligadas ao leitor empírico de uma dada dimensão textual, mergulhada em uma outra contextual em permanente (re)significação. Ao nos referirmos à idéia de cultura, nos reportamos aos trabalhos de Iuri Lotman (1922-1993) que a entende como um complexo sistema de signos em permanente transformação.

Nesses termos, o conceito de texto deve ser aqui entendido como um “todo de sentido”, cujas propriedades internas constituem uma unidade significante singular que combina *coesão* e *coerência*. “A ‘coesão’ refere-se à interdependência e a interconectividade dos elementos. A ‘coerência’ é aquilo que permite ao texto fazer sentido para um intérprete” (BARTHES, 1972, p. 39). Para além da completude e da polifonia de vozes interpretativas que se fazem escutar, o que caracteriza um texto também é o fato de ser um *tecido* repleto de não-ditos, que necessita do auxílio do leitor para complementar e dizer esses não-ditos, proposta levantada por Eco, especialmente em *Lector in fabula*, e que será retomada no desenvolvimento deste trabalho.

Por outro lado, a noção de contexto aqui adotada terá como ponto de partida aquela referida por Greimas e Courtés, em seu *Dicionário de semiótica*, para quem o contexto representa o conjunto de textos que precede ou acompanha a unidade sintagmática da qual depende sua significação. Nessa perspectiva, o contexto poderá ser explícito, lingüístico ou implícito, e, nesse caso, qualificado de extralingüístico ou situacional. Para os autores, o contexto implícito pode ser explorado tendo em vista a interpretação semântica, uma vez que “a) se se trata de uma língua natural viva, produtora de um texto ilimitado, o contexto situacional pode sempre ser tornado explícito (Hjelmslev); b) os elementos implícitos do texto lingüístico são suscetíveis de serem restabelecidos por homologação de texto com um texto não-lingüístico que dependa da semiótica do mundo natural” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 82). Entretanto, ressaltam que, em seu esquema de comunicação, Jakobson apresenta o contexto como um

dos fatores da atividade lingüística e identifica-o com o referente<sup>6</sup>, ou seja, com a função referencial da linguagem: “considerado como necessário à explicitação da mensagem, o contexto é, aí, quer verbal, quer verbalizável” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 82).

A partir de um viés crítico, Barbosa, em seu *A leitura do intervalo*, também nos fala dos aspectos contextuais implicados em um texto. Parte da idéia de que quanto mais nossa experiência da literatura aumenta através de outras leituras, outras reflexões, outras intertextualidades, tanto mais fica evidente um paradoxo fundamental dessa experiência: “aquilo que se lê na obra literária é sempre mais do que a literatura” (1990, p. 15).

Esclarecendo esse posicionamento, o autor defende que entre o *que a obra diz* e o *modo pelo qual diz*, o leitor sente um descompasso, uma intenção não-realizada, um *intervalo*, para delegarmos o mote a quem lhe pertence, de onde emerge um discurso subjacente não-integrado, e que necessita de esclarecimentos adicionais para que possa ser absorvido por ele. Tal situação, igualmente única, específica e irrepetível, para usarmos um termo bakhtiniano, origina-se de em um momento muito especial, em que,

na obra que o leitor sente como realizada, a distância entre o mais e o menos é preenchida pela tensão que se instaura entre o que diz a obra e o que o leitor é capaz de dizer após a leitura. É precisamente esta tensão entre a obra e o leitor (o que impõe tanto o desejo da leitura quanto a atenção exigida para a satisfação dele) que cria os múltiplos significados que levam a ler na literatura mais do que apenas literatura. Na verdade, o que se chama de literatura é o trabalho com os significantes responsáveis pela criação daquela multiplicidade de significados que tecem a tensão que envolve e desafia o leitor. Por isso aquilo que é mais do que literatura na leitura da obra literária está sempre referido a uma organização específica de significantes, de tal maneira que os significados extraídos da leitura (psicológicos, históricos, sociais, etc.) são definidos por aquela organização (BARBOSA, 1990, p. 16).

Tal organização específica de significantes que o autor nos coloca, para os quais concorrem os possíveis significados extraídos de um manancial psicológico, histórico, cultural e social, aproxima-se também da proposta de leitura que Eco chama de *passeios inferenciais*, que correspondem, então, ao ponto de

---

<sup>6</sup> O termo que designa o *referente* será trabalhado ao longo deste estudo, a partir das considerações efetuadas por Eco, em seu *Tratado geral de semiótica*.

contato entre o que o leitor não conhece (o próximo curso de eventos) e aquilo que já conhece de narrativas anteriores, e que lhe são, portanto, familiares, como determinadas ações realizadas por algumas personagens, ou certos acontecimentos em que há grande probabilidade de se repetirem em outro momento da trama.

Conforme o autor coloca, em **O conceito de texto**, “o leitor, por assim dizer, sai do texto, vai explorar o universo da intertextualidade e da sua competência enciclopédica, retorna ao texto com uma carga de informações e começa a fazer inferências. Isto é, visto que na maioria dos demais casos aconteceu assim, pode dar-se que desta vez ocorra o mesmo” (1984a, p. 146). São as idas e vindas, as voltas, os descaminhos e as caminhadas pelos bosques da ficção narrativa, onde o leitor volta ao quadro dos códigos e subcódigos à procura de *frames* (encenações comuns e intertextuais)<sup>7</sup> que lhe dêem uma nova orientação interpretativa. Desse modo, os passeios inferenciais proporcionam um contraponto ou elo de ligação, entre o dito ficcional (o texto literário) e o dito real (o mundo do leitor),

Por sua vez, nos diz, em **Lector in fabula**, que, “toda vez que o leitor chega a reconhecer no universo da fábula (mesmo que seja parentetizado quanto a decisões extensionais) a atuação de uma ação que pode produzir uma mudança no estado do mundo narrado, introduzindo assim novos cursos de eventos, ele é induzido a *prever* qual será a mudança de estado produzida pela ação e qual será o novo curso de acontecimentos” (1986b, p. 94). Ao projetar essas previsões e inferir sobre o tipo de transformações que essas opções

---

<sup>7</sup> As encenações comuns representam a possibilidade de *condensar* um determinado sentido, em um “quadro” ou “moldura”, que as pesquisas em Inteligência Artificial, a partir das contribuições das mais diversas teorias textuais, elaboraram a tradução para *frame* ou simplesmente *encenações*, conforme alguns autores. A noção de *frame* está associada a uma *inferência possível* prevista dentro de um contexto específico, no qual o leitor atualiza uma série de propriedades referentes às possíveis ações que se realizarão, a partir de uma determinada seleção, ou um curso de eventos. Como são elementos de que a enciclopédia do leitor dispõe, os *frames* podem extrapolar o patamar das *encenações comuns*; ou *familiares* ao leitor, para formarem-se a partir de uma *competência intertextual*. Eco, em seu **Lector in fabula**, nos diz que uma “competência intertextual abrange *todos* os sistemas semióticos familiares ao leitor” (1986b, p. 64). Trata-se de uma *intertextualidade* que é baseada em experiências anteriores às quais o leitor teve acesso. “Nenhum texto é lido independentemente da experiência que o leitor tem de outros textos. A *competência intertextual* representa um caso especial de hipercodificação e estabelece as próprias encenações” (1986b, p. 64).

interpretativas acarretariam no desenrolar da história, o leitor termina por construir um *outro mundo*.

As extensões parentetizadas são chamadas de relações de parentesco, ou seja, em um processo interpretativo, uma vez ultrapassadas as primeiras etapas com as quais o leitor tem contato, compostas por seus diversos níveis e subníveis, o leitor já dispõe de um tipo de conhecimento acerca do texto que está em suas mãos. Pode postular uma série de operações interlocutórias, associando-as às circunstâncias por ele já vivenciadas; experiências que já lhe são conhecidas e, portanto, *familiares*.

Esse leitor, que, para Eco, ainda é teorizado enquanto *leitor-modelo*, carrega, entretanto, todo um mundo de referências que pertence ao *leitor empírico* e que será colocado em relação ao *mundo de referência* fornecido pelo *texto*, o que lhe exige uma determinada competência enciclopédica. As extensões parentetizadas estabelecem, então, esse elo de ligação entre um mundo *interior* e um mundo *exterior* ao texto. Entretanto, conforme enfatiza em **O conceito de texto**, “ainda não sabemos se esse mundo é o mundo real (isto é, se o texto está fazendo uma asserção), se é um mundo fictício (se o texto finge fazer uma asserção), nem de que natureza é esse mundo fictício” (ECO, 1984a, p. 121).

No momento em que as atualizações do mundo ficcional prosseguem, o leitor procurará descobrir se há alguma discrepância entre o mundo da experiência real que ele carrega consigo e aquele mundo do enunciado. Conforme for o caso, partirá para operações extensionais mais complexas, como, por exemplo, a *topicalização*, que irá confirmar ou não suas suposições. Como se percebe, as extensões parentetizadas estão ligadas diretamente às *estruturas discursivas*, às *previsões e passeios inferenciais* e às *estruturas de mundos possíveis*. Normalmente, o leitor desenvolve o pressuposto de que o mundo ficcional, no qual ele é autor/leitor e que se gera através do ato/processo de leitura, se apresenta como um *mundo semelhante* ao mundo real do qual faz parte. Tais situações serão (re)formuladas pelo autor, especialmente em **Kant e o ornitorrinco**, momento em que aprofundará os aspectos contextuais relacionados aos textuais.

Assim sendo, esse “sair do texto” gera-se a partir de situações análogas já conhecidas, ficcionais ou reais: se isso aconteceu assim, então pode ser que, também nesse caso, aconteça o mesmo. Para se aventurar por novas ocorrências, o leitor deve ativar determinadas encenações já conhecidas, sejam comuns ou especialmente intertextuais que, uma vez não estando presentes no texto, pois fazem parte da enciclopédia do leitor, se constituem em *extravasamentos do texto*. Por isso que, comumente, se diz que o leitor sai do texto e que, ao retornar de suas caminhadas, traz consigo *resíduos intertextuais* em sua bagagem.

Os passeios inferenciais localizam-se em um cruzamento de hipóteses, constituindo-se de disjunções de probabilidade: acontecimentos similares podem co-ocorrer de maneira análoga aos seus precedentes. Como trata das probabilidades em que determinados momentos narrativos podem repetir-se, os passeios inferenciais relacionam-se mais a *tendências interpretativas* por parte do leitor do que propriamente *regras específicas* a serem seguidas; até porque em um bosque algumas trilhas não são bem definidas, conduzindo o leitor a seguir as pegadas deixadas por outros. Surgem a partir do texto, mas não fazem parte do texto, nem estão presentes no texto. Ao fazer previsões acerca do próximo curso de eventos, e ao projetá-las para *além do texto*, o leitor acaba construindo estruturas de *mundos possíveis*, nos quais, em algum momento, esses acontecimentos idealizados poderão se suceder.

Barbosa, provavelmente, concordaria com essa mesma idéia, ao enfatizar aquilo que *não é literatura na leitura* da literatura, ou seja, a multiplicidade de significados referidos, que remete à *experiência do leitor* e possui uma existência dupla: “faz parte do mundo da experiência empírica enquanto dado da realidade psicológica histórica ou social e, por outro lado, eventualmente existe como componente de uma organização, ou construção específica, que é a obra literária” (1990, p. 16). Além do mais, o autor ressalta que, se a essa duplicidade de base acrescentar-se a própria experiência da leitura de outras obras, uma vez que seria difícil imaginar o “leitor de uma obra única”, é possível completar o ciclo de paradoxos:

A leitura do que não é literatura é sempre uma releitura, daí o teor tautológico das leituras de significado. Mas atenção, há um outro sentido para a releitura: aquela que procura integrar na leitura de obras do passado a experiência do presente em que se situa o leitor. Experiência do presente não apenas dos significados, por onde a leitura seria não somente tautológica mas anacrônica, mas dos significantes a que outras obras deram acesso (BARBOSA, 1990, p. 16).

Desse modo, diversos olhares podem ser possíveis no universo da interpretação, ainda mais em se tratando de uma pesquisa cujo objeto localiza-se no *interior da própria teoria*, e que pretende ter, como *pano de fundo*, os diferentes jogos abduativos produzidos pela linguagem. Ou seja, por se constituir em uma tese teórica, pode voltar-se para os elementos presentes na controvertida relação estabelecida entre texto e contexto, na esperança de visualizar o leitor empírico que está envolvido e que perpassa todo o processo de (re)significação do mundo a sua volta.

Há de se levar em conta, entretanto, que uma preocupação tão complexa quanto à do estabelecimento do possível *sentido* adquirido por um texto merece um cuidado redobrado, a começar pela repercussão teórica que esses termos desenvolveram no decorrer da História. Muitas teorias que deles trataram, ao longo dos séculos, se preocuparam em dar suas interpretações ou contribuições ao sabor das mais inusitadas leituras, releituras ou (des)leituras; sob a ótica dos mais diferentes autores, filósofos, poetas ou comentaristas. Buscar um acordo teórico ou consenso entre tais abordagens se transformaria em uma tarefa infinita de decifrar tais manuscritos, retirando-lhes a *essência invisível das palavras*, sopradas aos quatro ventos, na busca de uma *Dóxa* definitiva. A dimensão da abordagem investigativa desta tese não pretende perder-se no Labirinto de Dédalo das exegeses discursivas, silenciosas, imaginativas.

Modernamente, Saussure (1857-1913), Hjelmslev (1889-1965), Benveniste (1902-1976), Ducrot e Bakhtin (1895-1975), para citar alguns nomes, (re)trabalharam termos, como *sentido* e *significação*, sob óticas diferentes entre si, chegando, em alguns momentos, à *oposição* de perspectivas teóricas e até a *inversão* de conceitos. Desse modo, optamos por uma abordagem conceitual na qual Eco, em ***Semiótica e filosofia da linguagem***, referenda os termos signo, sentido e significação a partir dos trabalhos de Saussure, e seus congêneres

estruturalistas, *cruzando* determinadas noções com as de Peirce e seus comentaristas.

De qualquer modo, ao refletirmos sobre os processos de produção de sentido, nossas inquietações nos levaram ao enunciado bakhtiniano, semente dialógica da própria linguagem, desde já requerente de uma determinada contextualização para viver, sobreviver, interagir, amar, dialogar. Dito de outro modo, a ligação entre os enunciados e seus contextos é feita através da multiplicidade de tessituras dialógicas que colidem, confrontam-se e velam-se ao se explicitarem, na instauração, construção e atualização um determinado sentido. Trabalho muitas vezes silencioso, quase imperceptível, como aquele empreendido pelas Moiras gregas, que tecem o destino a partir do tênue fio da vida.

Nessa perspectiva, os enunciados passam a se movimentar em relação às atualizações sugeridas pelo contexto em que se encontram seus leitores, autores vivificantes da comunicação verbal. Extrapolando a significação contida em um nível estritamente lingüístico-frasal, o contexto se torna fundamental para a compreensão dos possíveis sentidos de um enunciado, que possibilitam as inúmeras interpretações. São das filigranas, contidas em cada diálogo, entendido em sua forma plena, que percebemos a interação estabelecida entre os enunciados.

Começamos a dialogar no interior da obra bakhtiniana pela distinção entre os termos enunciado e enunciação, especialmente referendando os trabalhos de Brait (2005a; 2006) e a importância que tais elementos adquiriram nas reflexões sobre a linguagem e seus desdobramentos nos estudos enunciativos e discursivos contemporâneos. Em relação a isso, estamos cientes da dificuldade de se encontrar um consenso teórico, até porque tais noções se encontram usualmente mal empregadas, tanto na área dos estudos de linguagem quanto na área dos de comunicação, adquirindo, ao contrário, uma grande polissemia de definições e empregos, graças ao desenvolvimento da própria reflexão sobre o tema e à abordagem empregada por determinadas teorias e autores. A tarefa torna-se complexa à medida que visualizamos o universo das interpretações sob o domínio da linguagem.

Entretanto, há de se ressaltar que a concepção de linguagem adotada por Bakhtin localiza-se sempre no interior de um ponto de vista histórico, cultural e social, que inclui, na base de sua compreensão e análise, a comunicação concreta assumida pelos sujeitos e os discursos concretos nela envolvidos. Nessa perspectiva, o termo *enunciado* passa a ser concebido como *unidade de comunicação* e, por conseguinte, *unidade de sentido*, necessariamente contextualizado. Vamos, portanto, tratá-lo, no desenvolvimento desta reflexão, a partir desse ponto de vista. Não somente o enunciado requer um contexto histórico no qual possa se expressar, como também reclama um alguém concretamente constituído pelas artimanhas do processo comunicacional.

Desconcertantemente, o pensamento bakhtiniano oferece um *outro olhar* acerca da linguagem, não a tratando apenas como um ato puramente individual, expressão subjetiva da *consciência individual*; nem tampouco como decorrência de um sistema abstrato e invariável. Ao contrário, percebe seus aspectos individuais, variáveis e principalmente criativos, apropriados pelos falantes para um determinado uso. É da combinação dessas duas dimensões, a *sistemática*, mas, sobretudo, a *humana*, que Bakhtin reconhece a condição do *sujeito múltiplo*, servo e senhor da linguagem que a constitui, ao mesmo tempo em que é por ela constituído.

Tal como os formalistas russos, dos quais posteriormente se distanciaria, Bakhtin é sensível à especificidade dos mecanismos textuais, mas recusa-se a dissociar tais mecanismos dos processos sociais. Não sendo mais a língua abstratamente constituinte do objeto de análise das Ciências Humanas, mas sim as inter-relações do indivíduo *com* o contexto que o circunda e *com a língua* da qual se apropria, Bakhtin inaugura, em ***Marxismo e filosofia da linguagem***, uma espécie de “terceira margem” dos estudos da linguagem, conforme colocado por Brait (2006, p. 22), promovendo uma verdadeira *revolução* que termina por questionar tanto a lingüística de vertente saussureana, quanto a estilística clássica. Reiterando, a língua é viva e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta* e não no sistema lingüístico abstrato.

Noção complexa, que se introduz no interior da própria teoria semiótica, as *circunstâncias de comunicação* originam-se da diferenciação entre *significado*



e *referente* ou, mais precisamente, *referência*, conforme adotada por Eco em diversos momentos de sua obra. Ao falarmos de significado, terminamos por nos remeter a uma das múltiplas possibilidades de definição de signo adotada por Peirce em seus *Collected papers* e referendada por Eco em *Semiótica e filosofia da linguagem*: um signo é algo que está no lugar de alguma coisa. Essa “alguma coisa” a que o “algo” remete ou no “lugar do qual está” tem seu similar na definição de signo concebida por Jakobson (2003) como sendo uma *relation de renvoi*, que Eco chama, provisoriamente, pelo termo neutro *remetido*, por entendê-lo como um indivíduo, um conceito, um estado de coisas, ou uma crença.

O autor prefere chamar o interpretante peirceano de *remetido*, equiparando-o, por vezes. “Um signo está *para* alguma coisa com vistas à idéia que produz ou modifica. Aquilo para que está é chamado seu *objeto*; o que veicula seu *significado*. E a idéia a que dá origem, seu *interpretante*” (PEIRCE, 2003, p. 46). O *interpretante*, vale recordar, não é o intérprete, mas, sim, aquilo que assegura a validade do signo, mesmo na ausência do seu intérprete. Peirce definiu o interpretante como o próprio resultado significante do signo, ou, em outros termos, o *efeito* ou *ação* do signo. Desse modo, o interpretante se reporta a uma “outra representação que se refere ao mesmo objeto” (2003, p. 47).

Em um outro viés, para Eco, o *significado* de uma determinada expressão pode ser definido como tudo aquilo que é passível de ser *interpretável*, desde que faça *referência* a um determinado *mundo possível*. Nessa perspectiva, a relação estabelecida entre uma *expressão* e seu possível *remetido* não se caracteriza mais sob a forma de uma simples equivalência, mas sob a forma de uma *inferência*, ou, nos termos adotados pelo autor, de uma *relação abdutiva* presente na relação entre *texto*, *contexto* e *circunstâncias de comunicação*.

Assim sendo, e justificando nosso interesse em pesquisar a relação estabelecida entre texto e contexto, perpassada por um processo abduativo, a idéia inicial desta pesquisa surgiu a partir das reflexões suscitadas pela nossa dissertação de mestrado, intitulada *Do filme ao texto: prolegômenos para a construção de um modelo de análise fílmica*, em que estudamos a transposição de uma abordagem analítica de texto e a sua aplicação a uma estrutura fílmica, baseada nos pressupostos teóricos do modelo semiótico-textual

proposto por Eco, em **Lector in fabula**. Tal percurso teve como *pretexto de leitura* o filme **Tolerância**, de 1999, do cineasta gaúcho Carlos Gerbase, justamente por se tratar de um texto narrativo adequado para a análise de um produto cultural dessa natureza. A abordagem analítica de texto remetia à adoção da proposta de um leitor-modelo como eixo condutor do trabalho. A interpretação que se originou dessa tentativa procurou revelar a construção de um modelo de análise que pudesse ser, posteriormente, reutilizado e readaptado para outras narrativas, especialmente as cinematográficas.

Como no universo interpretativo cada novo patamar teórico apreendido representa apenas a continuação para um próximo, ao estudarmos as estratégias de desenvolvimento textual, terminamos por compreender que um texto, para além do fato de ser um *tecido* repleto de não-ditos, que necessita do auxílio do leitor para complementar e dizer esses não-ditos, também se caracteriza pelo *constante* jogo abduutivo de possibilidades interpretativas, veladas, conflituosas, explícitas, sendo feito e (re)feito, a todo o instante, pelas mãos delicadas da tecelã Clotho... Tal particularidade aponta para um processo de negociação entre a produção de sentido e a interpretação que ocorre no espaço continuamente renovável do construto textual, inter-relacionado a um certo contexto.

E é nessa ampliação de uma idéia de texto e a sua passagem para uma idéia de contexto, que se apresenta o estudo do processo abduutivo, entendido como “um procedimento típico mediante o qual, na semiose, nos vemos em condições de tomar decisões difíceis quando diante de instruções ambíguas”, conforme Eco referenda em seu **Os limites da interpretação** (2000a, p. 198). Aspecto desconcertante, ainda que mágico, em um processo de interpretação textual talvez uma abdução jamais produza uma certeza. Em um desvio poético, poderíamos dizer do texto o que Safo de Lesbos disse do amor “[...] Instável por definição o domínio de Eros está fadado à incerteza [...]. Possa, para mim, esta noite durar duas noites”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Safo de Lesbos (610 a.C.-547 a.C.) transformou-se em uma personagem lendária, única poetisa lírica da Grécia clássica a ser lembrada pela literatura ocidental. Os fragmentos de seus versos, aqui citados, foram traduzidos do original por Brasil Fontes e constam de **Eros, tecelão de mitos** (2003a).

Por outro lado, além das escolhas pessoais, a pesquisa (re)pensará a inserção de uma reflexão semiótica contemporânea aplicada aos estudos em Comunicação Social, aspecto particularmente interessante, se formos pensar na possibilidade de a Semiótica ser o aporte teórico da significação de todos os tipos de signos que podem ser aplicados às mais diversas linguagens das mídias e aos seus respectivos processos de comunicação. Não se trata, aqui, de algum tipo de confronto prévio entre Comunicação e Semiótica, mas, sim, a observância de suas relações e transdisciplinariedades. A cada nova escolha; um novo desafio; jogos ambíguos que fazem por requerer recortes precisos em uma área de conhecimento do qual emanam autores, teorias e conceitos.

Pode-se dizer que a comunicação vem transformando a si própria: seja pela influência das tecnologias da informação na atual sociedade; seja pelas mudanças dessa mesma sociedade; seja pelo aumento e diversificação da oferta de meios de expressão; seja pelas novas modalidades de consumo ao alcance do receptor; seja pela proliferação de saberes postos em circulação na sociedade por dispositivos midiáticos, entre tantos outros fatores que poderíamos listar. Além do mais, outras múltiplas áreas promovem a interface com a comunicação, acarretando-lhe alterações significativas: ampliação de seu objeto; contraste de teorias; ruptura de paradigmas; difusão de perspectivas conceituais.

O fato é que, cada vez mais, surgem produtos midiáticos influenciados pelas contínuas transformações do *habitat* comunicacional, fazendo com isso emergir um *corpus* de teorias e investigações em que se percebe a necessidade de uma *vocação semiótica* para a análise de tais artefatos. Tal opinião, entretanto, não soluciona o problema da enorme distância que ainda separa as diferentes metodologias de análise de uma *integração disciplinar* entre Semiótica e Comunicação.

Inegavelmente, a teoria semiótica, enquanto *patamar* ou *instância interpretativa*, é participante, senão constituinte, de algum campo da pesquisa em comunicação. E múltiplos são os exemplos em que procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo de sentidos vinculados aos mais diferentes produtos culturais presentes nas mídias, desde anúncios publicitários, programas televisivos e de rádio, fotografia, filmes, artes

visuais e *design*, até discursos políticos, moda, ou teatro. Em todo e qualquer processo comunicacional, midiático ou não, se faz presente o movimento das interações sociais, culturais e sócio-sígnicas. Além da instância da produção de sentidos, tais interações implicam, também, nas esferas da representação e da interpretação como aspectos significantes e dominantes desses mesmos atos comunicacionais.

Como se percebe, a reflexão que aqui se apresenta não é a de discutir o a aproximação entre Comunicação e Semiótica, mas repensarmos os sentidos que vão sendo construídos e apropriados a partir das relações estabelecidas entre ambos os campos. Dos inúmeros textos postos em circulação pelas mídias, por exemplo, certamente muitos deles podem ser interpretados por um olhar semiótico, para o qual concorrem determinadas abduções em detrimento de outras, e que apontam para a produção de um sentido textual inserido em um dado contexto, esperado, requerido ou talvez negligenciado pelos leitores do processo comunicacional.

Desse modo, se temos signo, temos texto; se temos texto, temos contexto; se temos contexto, temos cultura; se temos cultura, temos alguém que a (re)criará continuamente. A idéia central que aqui subjaz é justamente a de *fazer dialogar* um viés textual com outro contextual, procurando investigar de que modo se realizam os processos de produção de sentido sob o domínio do signo.

Embora as características de uma tese sejam as de uma “imposição legal” como ironicamente nos diz Eco em ***Como se faz uma tese***, este trabalho apresenta uma *alquimia* que pretende ter a *dosagem de um receituário* sem querer se tornar pedante, mas obedecendo a um *ritual institucional* que se vale de uma metodologia específica. Desse ponto de vista, em relação ao método científico a ser adotado, devemos entendê-lo como um *caminho a ser percorrido* e que, portanto, necessita ser demarcado, desde o começo, por uma série de etapas a serem cumpridas para se chegar a um determinado fim.

Sendo assim, o método se constitui no *conjunto de procedimentos técnicos* regulares de análise do objeto, através do qual se obtém um determinado resultado. Serve como um guia, imprescindível para o estudo

sistemático que visa problematizar as reflexões apresentadas. Inclusive, para Santaella, em seu ***Comunicação e pesquisa***, “o método científico não é outra coisa do que a elaboração, consciente e organizada, dos diversos procedimentos que nos orientam para realizar o ato reflexivo, isto é, a operação discursiva da nossa mente” (SANTAELLA, 2001a, p. 132).

Como todo procedimento, seu estabelecimento definitivo constitui-se *durante* a investigação. O objeto é o ponto de partida do método. Dito de outro modo, o objeto *produz* o método. No momento em que o objeto está definido, escolhemos o caminho analítico a ser percorrido. Trata-se de um *certo olhar*, com vistas a chegar a um determinado destino, muitas vezes errante, cujo percurso não pode estar totalmente definido; caso contrário, o próprio objeto perderia seu *movimento reflexivo*.

A sistematização, por sua vez, será entendida aqui como o espaço dos encontros e desencontros das diferentes relações sógnicas, do qual emerge a multiplicidade de códigos e linguagens apropriadas pelos leitores para (re)significar tais elementos em permanente interação com o meio cultural. Tal proposta, inspirada nos estudos de Lotman (1922-1993), reconhece que os acordos sógnicos não dizem respeito a uma “estrutura” de regras combinatórias lineares, predefinidas e “fechadas” em determinados códigos ou procedimentos, mas, sim, são constituídos por todo um “complexo” vivo, relacional, permeável e possuidor de uma organização interna que se vale dos conjuntos de signos, não necessariamente lingüísticos, como meio de expressão e comunicação de uma determinada cultura.

Inclusive, na concepção do autor (1996, p. 22), não existem signos que “trabalhem” de forma isolada. A possibilidade de separação “entre signos” está condicionada unicamente por uma necessidade heurística, que utiliza um determinado discurso para se fazer expressar. Em outras palavras, os signos somente funcionariam estando submergidos em um *continuum* semiótico, completamente ocupado por formações semióticas de diversos tipos e que existem em diversos níveis de organização.

É desse ponto de vista que a cultura, para ele, se constitui enquanto sistema semiótico por excelência, representando e dando sustentação aos conjuntos de elementos que a compõem, transformando-se em um complexo ambiente que possibilita a realização, expansão e expressão dos processos comunicacionais representados pelos conjuntos de textos e linguagens que adquirem, promovem, armazenam, transmitem e divulgam todo um referencial de informações dos elementos que lhe são constitutivos.

Por tais razões, enquanto instâncias metodológicas, não somente o levantamento de dados, a descrição e interpretação das variáveis, a coerência interna e a confirmação ou não do problema levantado merecem importância. O próprio exercício de elaboração do texto a ser redigido e a atividade de desenvolvimento do “olhar analítico” se transformam em características fundamentais no processo analítico-reflexivo, constituindo-se em tarefa imprescindível na construção da pesquisa científica.

Esboçado o que venha a significar *método*, no âmbito da presente tese, faz-se necessário dizer da metodologia a ser adotada. Percebemos na metodologia um conjunto de regras estabelecidas para a *realização do método*, que não representa um fim em si mesmo, como já foi dito, com suas variantes já preestabelecidas em função do objeto, mas uma *apreensão primeira* do objeto a ser trabalhado. Sendo o *método* esse caminho ou percurso teórico inicial de apreensão do objeto, mas que, no entanto, subjaz à pesquisa como parte inseparável e constituinte de todo o processo, a *metodologia* responde pelo *conjunto de normas* devidamente sistematizadas para tal análise e apreensão do objeto.

Da metodologia fazem parte as técnicas e abordagens teóricas, bem como a explicação de tal objeto, nos moldes convencionados, como científicos. A descrição a que nos referimos não se concentra na *retirada* de conceitos e categorias de análise de seu *habitat* natural, como normalmente ocorre com alguns trabalhos de teor *puramente* descritivista, em uma apropriação artificial, utilitária e inadvertida de seus conteúdos, mas deve remeter a um *constante diálogo* presentificado por saberes, interpretações, autores e comentários já devidamente estabelecidos pela *fortuna crítica* e por *constantes jogos abduativos*,

que fazem emergir, das possíveis descrições objetivas, a subjetividade e a criatividade que caracteriza uma pesquisa dessa natureza.

Devemos, ainda, expressar os limites de todo um universo metodológico que se apresenta, apontando as direções a serem percorridas. A natureza do problema determina o tipo de técnica de pesquisa a ser utilizada. Como, normalmente, é o próprio objeto de estudo que determina seu método, conforme comentado, a reflexão aqui desenvolvida é a de uma pesquisa de natureza qualitativa<sup>9</sup>, onde se fará uma revisão bibliográfica, descritiva e interpretativa, a partir do referencial teórico sobre o assunto. O exercício prático deste trabalho se caracterizará por um *teorizar*, entendido enquanto o *ato de refletir, instrumentalizar e analisar* os aportes fornecidos pelos autores, problematizando-os em relação à pesquisa. Por ser de natureza teórica, apresenta elementos capazes de refletir sobre a relação estabelecida entre o texto e o contexto (re)significados pelos leitores empíricos.

Em uma área de conhecimento como a da Comunicação Social, dinâmica, complexa, relacional e articulada a outras áreas similares, tais como a Semiótica, se faz necessário uma instrumentalização metodológica que vá estabelecendo, através de “placas de sinalização”, no dizer de Eco, colocadas no decorrer do percurso, um roteiro seguro para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, vamos seguir as orientações metodológicas por ele fornecidas no que diz respeito às categorias de análise propostas em ***Lector in fabula***, (re)trabalhadas em ***Os limites da interpretação*** e, posteriormente, aprofundadas em ***Kant e o ornitorrinco*** .

O estabelecimento de uma revisão bibliográfica de alguns aspectos da teoria bakhtiniana, associada a uma leitura crítica da obra de Eco, representa o embasamento teórico necessário para levar a cabo a presente tese. Constitui-se de livros, publicações, periódicos, artigos, seminários, palestras e discussões,

---

<sup>9</sup> Santaella, em seu ***Comunicação e pesquisa***, estabelece como “pesquisa qualitativa” aquela em que se parte do “pressuposto de que há uma relação dinâmica, uma interdependência entre o mundo real, o objeto da pesquisa e a subjetividade do sujeito. Enquanto o objeto deixa de ser tomado como um dado inerte e neutro, o sujeito é considerado como parte integrante do processo de conhecimento, atribuindo significados àquilo que pesquisa” (2001a, p. 143).

tais como as levadas a cabo no Grupo Avançado de Pesquisa em Semiótica, sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliana Pibernat Antonini, do qual fazemos parte desde sua fundação, em março de 2002, e que tratam do tema proposto.

Mais do que livros, leituras. Mais do que autores, reflexões. Mais do que conceitos, sentidos. Mais do que discussões, polêmicas. Mais do que teorias, interpretações. Mais do que normas, *transgressões*. Mais do que construções, (des)construções. Mais do que textos, contextos, *novas paisagens* que vão se descortinando no horizonte interpretativo em constante transformação, eterna esfera da Comunicação.

Igualmente, o estabelecimento dos objetivos em uma tese visa responder, em um certo sentido, *o que se vai procurar e o que se pretende alcançar*, tornando explícitos os problemas a serem levantados e fazendo avançar os conhecimentos específicos sobre um determinado assunto, além de definir e selecionar o montante do material a ser coletado, analisado e, posteriormente, interpretado à luz de determinadas teorias. A partir de tais pressupostos, os objetivos a serem alcançados são os seguintes: mostrar de que modo o contexto se torna indispensável à medida que o enunciado vai se transformando em texto e o texto se expandindo em diferentes textualidades; problematizar a relação de produção de sentido (re)criada entre uma noção de texto e uma noção de contexto, que envolve um ato comunicacional, o que implica (re)pensar o processo de interpretação textual e contextual enquanto espaço dinâmico de constantes jogos abduativos.

Propomos, pois, revisar o montante das obras de Eco que envolvem a relação entre texto e contexto, o que implicará refletir acerca do leitor empírico imbricado no processo comunicacional que cria, (re)cria ou pressupõe tal relação, inserindo-a, desde sempre, em uma dada cultura que, para o autor, em seu ***Apocalípticos e integrados*** (1993a, p. 15-16), extrapola uma mera definição de ordem antropológica e localiza-se em um contexto histórico onde todos os fenômenos comunicacionais, desde as propostas para o divertimento evasivo até os apelos à interiorização, surgem dialeticamente conexos, cada um deles recebendo do contexto uma qualificação que não mais permite reduzi-los a fenômenos análogos surgidos em outros períodos históricos.



Definido o *modus operandi* a ser desenvolvido, em um primeiro momento refletimos acerca da noção de enunciado, essencialmente relacionado ao contexto que lhe é constitutivo, o que nos levou aos estudos lingüísticos desenvolvidos por Bakhtin (1895-1975). A trajetória que começamos a delinear começa nesse ponto e se expande para outras esferas, igualmente criadas e manifestadas por encontros e (des)encontros sógnicos. Em um segundo momento, a recuperação do aporte teórico adotado por Eco faz emergir a noção de texto, contexto e circunstância de comunicação.

Em um terceiro momento, partimos de um percurso de (re)construção e (des)construção da trajetória adotada pelo autor, percebendo as evoluções e as transformações de sua teoria, desde ***Obra aberta*** até ***Kant e o ornitorrinco***, nos valendo de alguns de seus comentaristas que constam das referências bibliográficas. A idéia do permanente diálogo vem ao encontro dessa perspectiva, uma vez que Eco dialogará com Bakhtin (1895-1975), que dialogará com Lotman (1922-1993), que dialogará com uma cultura que estabelece o seu leitor que segue seu destino em busca do sentido. Da noção de expectador da obra de arte, aberta a múltiplas inferências, passamos à idéia de um leitor-modelo que permanecerá aprisionado no interior do texto, por várias obras de Eco, para finalmente chegarmos ao leitor empírico altamente contextualizado e que, sob o ***Estado da Razão***, desnuda o mundo à sua volta.

## 1 PROPOSTAS ENUNCIATIVAS

No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. No princípio estava Ele com Deus. Todas as coisas foram feitas por Ele e sem Ele nada se fez de tudo que foi feito. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens. E a luz resplandece nas trevas mas as trevas não a compreenderam (EVANGELHO SEGUNDO SÃO JOÃO – **Prólogo**).

Como nos ensinam as mais laicas entre as Ciências Humanas, é o outro, é seu olhar, que nos define e nos forma (UMBERTO ECO – **Em que crêem os que não crêem?**).

Aquele que entende [...] torna-se ele próprio partícipe do diálogo (MIKHAIL BAKHTIN – **Estética da Criação Verbal**).

*Bakhtin incompleto! Bakhtin completo!* Começamos com esse jogo de palavras, uma vez que a obra bakhtiniana tem como fio condutor a concepção dialógica da linguagem, que faz interagir antagonismos, diferenças, oposições e interações no *interior mesmo* da palavra, sempre perpassada pela *palavra do outro*. O Bakhtin incompleto alterna a sistematicidade de um discurso eminentemente científico, com a espontaneidade das práticas culturais e comunicacionais da vida cotidiana. Recusa, de antemão, qualquer orientação teórica que o conduza a alguma interpretação unidirecional, linear, fechada, cristalizada e fixada por um saber anterior. Busca o que é vivo; o que é móvel; o que é imperfeito; o que está continuamente aberto ao eterno devir; o que está incompleto. Por ser incompleto; *completa-se!*

Por outro lado, além de procurar desenvolver estudos específicos em áreas ligadas à Lingüística e à Teoria Literária, o pensamento bakhtiniano

manteve contato com múltiplos aspectos do saber filosófico, fenomenológico, biológico, psicológico, matemático, entre outros, e que acabaram por deixar marcas em diversos de seus estudos, apontando para uma reflexão muito mais ampla acerca da linguagem, que, posteriormente, seria (re)trabalhada por pensadores como Heidegger e Sartre. Sua postura fundamental frente ao grande Tesouro da Humanidade que a linguagem representa é a de articular diversas matrizes de pensamento, levando a cabo uma reflexão dialógica acerca da natureza interdiscursiva, heterogênea, interativa e, sobretudo, social, como condição imperiosa e própria dessa linguagem. Esse é o Bakhtin, “completo” na “incompletude” dos seus saberes; trata-se de um *pensador inacabado*; buscador incansável do conhecimento; *completo em si mesmo!*

Em função da complexidade requerida pelo próprio tema, vamos efetuar recortes teóricos bem precisos em alguns dos textos de Bakhtin (1895-1975), na tentativa de (re)pensar a questão das *relações* entre os enunciados e seus contextos significantes, que se entretecem para compor a multiplicidade de tessituras dialógicas que se completam, colidem, confrontam-se e velam-se ao se explicitarem, na instauração, construção e atualização de [um] determinado [plural] sentido. Dessa premissa inicial, emerge a preocupação de como podemos (re)significar o já visto, o já dito, o já conhecido. Da harmonia e da colisão *entre* enunciados transbordam universos significativos inteiramente distantes, novos, diferentes, inusitados, imprevisíveis, continuamente recriados e criativos, mas também próximos, e que, de alguma maneira, estão relacionados entre si. Vale lembrar que a idéia de *relação* está sempre presente no *nascimento atemporal* mais profundo da *essência semiótica*.

Poeticidades à parte, estamos procurando visualizar possíveis *passagens*, articuladas, relacionais, incompletas, dialógicas, entre os diferentes enunciados que vão se recriar a partir das atualizações sugeridas pelo contexto significativo em que se encontram seus leitores/sujeitos/receptores, autores vivificantes da comunicação verbal. Para além de uma significação contida em um nível meramente lingüístico-frasal, conforme veremos, o *contexto significante* se torna fundamental para a compreensão do sentido de um enunciado em sua *forma plena*; se é que podemos falar de uma *compreensão plena do real sentido* de um enunciado. Não nos esqueçamos que estamos sempre, e sobretudo, em

um *universo interpretativo*, multifacetado e fragmentado, isto sim, pelas diferentes leituras.

Por outro lado, também não se trata, neste momento, de um aprofundamento acerca do montante da obra bakhtiniana que poderia responder pelo assunto em questão, cuja busca de um possível acordo teórico entre pensares tão intensos terminaria por impor limites ao mote proposto. Insensatez. Longe de tentar recriar alguma problemática inovadora acerca de um autor já tão trabalhado nas três últimas décadas, nossa intenção não é a de traçar um panorama amplo o suficiente para abrigar “verdades eternas”, nem tampouco tem a intenção de esgotar a abordagem analítica que os textos suscitam, sempre abertos a novas e criadoras enunciações.

Inclusive, no transcurso da obra bakhtiniana o termo *dialogismo* vai incorporando sentidos e conotações transformadoras, sem nunca perder, entretanto, a idéia central da *relação* entre enunciados. Embora Bakhtin se refira, muitas vezes, ao diálogo expresso, em sua forma mais singela, a fim de dar exemplos de dialogismo, esse não pode, de maneira alguma, ser reduzido a um diálogo verbal. Qualquer enunciado, inclusive o monólogo solitário, requer seus *outros*, que passam a existir em função dos contextos interseccionados pelos demais enunciados envolvidos no processo comunicacional.

Certamente, vamos nos deparar com múltiplos Bakhtins: próprios, impróprios; autênticos, plagiados; deturpados, recriados; *seus* e de *outros*. Além do mais, encontramos o Bakhtin formalista; o Bakhtin antiformalista; o Bakhtin freudista; o Bakhtin fenomenologista; o Bakhtin marxista; o *Bakhtin vivo!* Aquele que dedicou sua vida ao estudo do outro, da linguagem do outro, da prática cotidiana do outro, da atitude responsiva desse outro, não poderia ser lido de maneira egocêntrica, e, pior ainda, a partir de um ponto de vista monológico; até porque várias noções fundamentais do seu pensar se caracterizam, justamente, por acordos dialógicos e polifônicos entre um “eu” e seus múltiplos “outros”. Injustiça!

No decorrer de todas essas inquietações, por vezes vamos utilizar a expressão *Círculo de Bakhtin*, conforme utilizado por Faraco (2003), levando-se

em conta o grupo multidisciplinar composto por Bakhtin e alguns de seus discípulos mais próximos, entre os quais se encontravam Valentin N. Voloshinov e Pavel N. Medvedev, co-autores de uma série de trabalhos presentes na obra bakhtiniana. Devemos recordar que essa agremiação não era, em nenhum momento, uma organização metodologicamente fechada, fixa e sufocante em relação aos assuntos a serem debatidos. “Normalmente, um dos participantes preparava uma breve sinopse ou resenha de uma obra filosófica e a lia para o Círculo como base para discussão” (CLARK; HOLQUIST, 1998, p. 103). Certamente, existiam divergências entre alguns dos postulados teóricos adotados pelos membros do grupo. Entretanto, todos tinham em comum a paixão pela filosofia e pelo debate de idéias.

Em um momento de profunda inspiração, comungando do conhecimento com seus discípulos, Bakhtin nos disse que a nossa palavra não nos pertence; ela será sempre a palavra do outro. Valendo-se da natureza constitutivamente dialógica da linguagem, o *eu* enunciador bakhtiniano dedica-se a descobrir esse *outro*; a reconhecê-lo; a explorá-lo em suas filigranas. É em busca dessa *revelação* que nos propomos a desvendar o potencial analítico do pensamento bakhtiniano, sob o olhar do *dialogismo desconcertante*, motivados pela esperança, pela liberdade e pelo *prazer* de passear pelos seus textos, em sintonia com a maneira *flâneuriana* de ver/rever/prever o mundo encantado à nossa volta.

## 1.1 DAS LEITURAS AOS ENUNCIADOS ...

Para sermos fiéis à nomenclatura teórica que com tamanho zelo Bakhtin e seu Círculo adotaram no decorrer do conjunto de suas obras, há de se levar em consideração as diferenças existentes entre os conceitos *enunciado*, *enunciado concreto* e *enunciação* conforme propostas por Brait (2005a) e a importância que tais elementos adquiriram nas reflexões sobre a linguagem e seus desdobramentos nos estudos enunciativos e discursivos contemporâneos. Cientes da tarefa complexa de elencar tais termos em meio a outras teorias lingüísticas, enunciativas e discursivas que, ao chamarem para si tais conceitos, assumem dimensões diferentes, justamente por fazerem parte de perspectivas

epistemologias distintas, vamos fazer referência ao funcionamento desses elementos no interior da obra bakhtiniana, que se dedicou ao seu estudo.

Como nos coloca Brait (2005a, p. 62-63), o termo enunciado, por exemplo, se transforma conforme a teoria a ser empregada. Muitas vezes, aceita como definição a mesma da frase ou da seqüência de frases. Entretanto, em algumas das teorias que se dedicaram a um ponto de vista mais pragmático, o termo é utilizado em oposição à frase, unidade entendida como modelo para uma seqüência de palavras organizadas segundo uma determinada sintaxe e, portanto, passível de ser analisada “fora de contexto”. Por tais razões e graças às diferentes correntes teóricas que se ocuparam da pragmática, o *caráter extralingüístico* do enunciado foi ganhando espaço, aproximando-se da abordagem bakhtiniana adotada para o termo. A autora esclarece que:

Uma mesma frase realiza-se em um número infinito de enunciados, uma vez que esses são únicos, dentro de situações e contextos específicos, o que significa que a “frase” ganhará sentido diferente nessas diferentes realizações “enunciativas” (BRAIT, 2005a, p. 63).

A autora ressalta que se torna imperativo destacar, nesse contexto, os posicionamentos teóricos de Oswald Ducrot, estudioso da linguagem situado na perspectiva de uma pragmática lingüística e de uma pragmática semântica. Ao adotar uma perspectiva lingüístico-enunciativa, Ducrot estabelece a distinção entre frase e enunciado e entre enunciado e enunciação<sup>10</sup>. Visto desse modo, diferentes pragmáticas desenvolveram estudos considerados transfrásicos, procurando, de alguma maneira, explicar a natureza do enunciado,

---

<sup>10</sup> Não pretendemos, com essa intervenção, recuperar os conceitos abordados por Oswald Ducrot em diversos momentos de sua vasta teoria, principalmente porque ele adota posicionamentos teóricos diferentes dos levados a cabo por Bakhtin. De qualquer forma, resgatamos o fato de que “a língua pode ser [...] apresentada como um conjunto de frases ou enunciados, pois a própria noção de frase ou enunciado é uma construção (não se observa uma frase, mas apenas uma ocorrência de frase) e alguns lingüistas esperam poder, a partir dela, contribuir para a explicação dos fatos da linguagem observados na vida cotidiana” (DUCROT, 1978, p. 291 apud BRAIT, 2005a, p. 64). Em outro momento, esclarece que “o que eu chamo de frase é um objeto teórico, entendendo, por isso, que ele não pertence, para o lingüista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção dessa ciência particular que é a gramática. O que o lingüista pode tomar como observável é o enunciado, considerado como a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase” (DUCROT, 1987, p. 164 apud BRAIT, 2005a, p. 64). Ademais, nessa perspectiva, o termo enunciação “é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá depois. É esta aparição momentânea que chamo de enunciação (DUCROT, 1987, p. 168 apud BRAIT, 2005a, p. 64).

apresentando-o, muitas vezes, como uma espécie de texto. É interessante o esclarecimento desenvolvido pela autora sobre tal distinção:

Outras propostas teóricas, entretanto, vão opor enunciado a texto, como é o caso da Lingüística Textual. Também nas diferentes Análises do Discurso, especialmente as de vertente francesa, o conceito de enunciado vai aparecer, em geral, em oposição a discurso. Não se pode deixar de mencionar que, por vezes, o enunciado é definido em oposição à enunciação. Em muitos desses casos, o enunciado é tido como o *produto* de um processo, isto é, a enunciação é o processo que o produz e nele deixa marcas da subjetividade, da intersubjetividade, da alteridade que caracterizam a linguagem em uso, o que o diferencia de enunciado para ser entendido como discurso. Mas, naturalmente, essa definição também não é consensual (BRAIT, 2005a, p. 64-65).

Em relação aos aspectos da presença da subjetividade no discurso citados acima, ainda poderíamos levar em consideração uma possível aproximação com a proposta de Benveniste que, embora inserido em uma perspectiva diferente das anteriores, conforme colocado pela autora, apresenta uma interessante teoria acerca da enunciação. Em ***Problemas de lingüística geral*** (volumes I e II), especialmente nos textos intitulados “A linguagem e a experiência humana”, “O aparelho formal da enunciação”, “A forma e o sentido da linguagem”, “Os níveis da análise lingüística” e “Da subjetividade da linguagem”, nos mostra que, no interior do sistema lingüístico, o locutor coloca a *língua em movimento*, e o produto dessa relação é entendido como *discurso*, que reclama para si as marcas deixadas por essa subjetividade. Como nosso interesse não é o de um aprofundamento acerca de tais pressupostos, nossa breve recuperação está longe de esgotar a problemática suscitada.

Optamos, isto sim, por seguir as trilhas deixadas pelo pensamento bakhtiniano, para quem, segundo Brait (2005a, p. 62) os termos *enunciado*, *enunciado concreto* e *enunciação* adquirem outras nuances, à medida que vão sendo articulados a outras categorias, outras noções e outros conceitos, ganhando sentidos específicos. A começar por enunciado e enunciação, que estão distantes do estabelecimento de um consenso teórico, tais elementos se encontram usualmente mal empregados, tanto na área dos estudos de linguagem quanto na área dos de comunicação, adquirindo, ao contrário, uma grande polissemia de definições e empregos, graças ao desenvolvimento da própria reflexão sobre o tema e à abordagem empregada por determinadas teorias e

autores. Por tais razões, não se trata tanto de contrapor teorias, conforme colocado pela autora, mas assumir que, no interior dos estudos da linguagem, há profundas diferenças entre esses termos, com conseqüências igualmente distintas no universo significativo da linguagem.

Ao refletirmos sobre alguns aspectos da obra bakhtiniana, somos levados a ressaltar que a concepção de linguagem adotada pelo autor localiza-se sempre no interior de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, na base de sua compreensão e análise, a comunicação concreta assumida pelos sujeitos e os discursos nela envolvidos. Nessa perspectiva, Brait (2005a, p. 63) ressalta que o termo *enunciado* passa a ser concebido como *unidade de comunicação* e, por conseguinte, *unidade de sentido*, necessariamente contextualizado. Vamos, portanto, tratá-lo, no desenvolvimento dessa reflexão, a partir desse ponto de vista.

Inclusive, Bakhtin e seu Círculo de pensadores elaboraram uma teoria enunciativa da linguagem em que os enunciados, para a autora, não são indiferentes uns em relação aos outros; tampouco são auto-suficientes, porém devem ser percebidos como mutuamente conscientes, na medida em que um reflete/remete ao outro, sendo continuamente perpassados pela noção do dialogismo, entendido como princípio constitutivo e agregador do enunciado, conforme veremos. Tal pressuposto admite que todo o enunciado é formado pelos ecos, restos ou reverberações de outros enunciados, com os quais se relaciona em alguma esfera da comunicação verbal, sendo refutado, confirmado, complementado, negado, mas, sobretudo, dependente de outros enunciados, pressupostos como conhecidos e reclamantes de um determinado grau de importância. Do mesmo modo, o que caracteriza a concepção bakhtiniana de enunciação enfatizada por Brait (2005a) é o fato de que tal condição não se encontra de forma alguma concluída em uma determinada obra, mas, sim, que seu sentido e suas particularidades vão sendo construídas ao longo do conjunto das obras, o que acarreta, por seu turno, a aproximação com outras noções que vão sendo igualmente (re)construídas, (re)estruturadas e (re)produzidas continuamente.



A problemática acerca dos termos *enunciado*, *enunciado concreto* e *enunciação* aparecerão, conforme Brait (2005a, p. 65-66) em diferentes momentos da obra bakhtiniana. Em ***Discurso na vida e discurso na arte – sobre a poética sociológica***, por exemplo, texto de 1926, assinado em parceria com Voloshinov, os termos *enunciado*, *enunciado concreto* e *enunciação* estão diretamente ligados ao discurso verbal e à produção artística. Nesse trabalho, a autora nos diz que Bakhtin reflete sobre a comunicação artística no que tange ao enunciado poético, notadamente na sua passagem da *esfera da arte* para a esfera da *palavra na vida cotidiana*. A partir de um exemplo que a autora extrai do próprio Bakhtin, o questionamento torna-se instigador: como o discurso verbal na vida se relaciona com a situação extraverbal que o engendra? Duas pessoas estão sentadas em uma sala. Estão ambas em silêncio. Então, uma delas diz “Bem”. A outra não responde.

O texto dá a medida da diferença existente entre a concepção desses termos na abordagem bakhtiniana da linguagem e nas demais a que hoje temos acesso. Em função desse exemplo muito simples – *Bem*, um enunciado monoleximático – o texto vai construindo a idéia de que o sentido de “bem” só pode acontecer, só pode ser compreendido e conseqüentemente analisado porque existe uma situação extraverbal implicada no verbal, incluindo aí interlocutores que se conhecem, compartilham universos, conhecimentos, pressupostos, sentimentos. Há uma situação específica – um tempo ruim que se prolonga – e uma simples *palavra*, enunciada num tom apropriado, carrega a avaliação que é feita pelo enunciador e que é perfeitamente entendida e partilhada pelo silêncio do interlocutor (BRAIT, 2005a, p. 66).

A idéia de enunciado que começa a se esboçar para a autora é a de que a simples palavra “bem”, pronunciada dentro de condições comunicativas, interativas e avaliativas específicas, transforma-se em um enunciado, implicando em uma gama de outros fatores que são de ordem extralingüística. Nessa perspectiva, todo o enunciado não deve ser tomado como um elemento isolado, mas levado em consideração a partir da *situação concreta* que o originou. A especificidade da noção de enunciado, em Bakhtin, remete a um *processo interativo* que se dá entre *o verbal e o não-verbal*, que integram e interagem com uma situação comunicacional própria, que a remete diretamente aos aspectos históricos específicos que antecederam esse enunciado (outros discursos, outros sujeitos), bem como aos aspectos que a partir dele são projetados na infinita e permanente espiral de enunciações. Entretanto,

a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura da sua significação. Conseqüentemente, um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou recebida em palavras e (2) a parte presumida. A característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida, e, uma vez separados desse contexto, perdem quase toda a sua significação – uma pessoa ignorante do contexto pragmático imediato não compreenderá estes enunciados (BRAIT, 2005a, p. 67).

Da relação fundamental que ocorre entre *o verbal e a situação extraverbal que o engendra*, Bakhtin reassume sua preocupação com o *sentido* que um determinado enunciado adquire, levando em consideração o *horizonte espacial concreto* estabelecido entre os interlocutores. Em um exemplo como [*O misterioso Abel: quem é e como age Abel Pereira, o empresário apontado como o operador tucano na máfia das ambulâncias*], retirado da capa da revista *Istoé*, de 27 de setembro de 2006, número 1927, vem a reforçar a idéia bakhtiniana de que o enunciado deve ser enfrentado em sua historicidade, na sua concretude, para deixar ver mais do que sua dimensão exclusivamente lingüística, em uma fragmentação destituída de vida, de cultura, de sociedade. Esse enunciado, desde o ponto de vista bakhtiniano, amplia-se e deve ser compreendido e avaliado, em primeiro lugar, a partir da *situação única* em que se deu e do *contexto maior* em que se insere.

Somente para complementarmos a idéia bakhtiniana, dando-lhe um teor mais atual, esse enunciado aponta para outros lugares além dos inicialmente propostos ou percebidos por uma abordagem lingüística. O exemplo remete aos escândalos de corrupção que envolvem o atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre tantos outros que a atual sociedade brasileira vem acompanhando, representado pelo caso do empreiteiro e milionário Abel Pereira, comandante da *máfia dos sanguessugas*, operação que superfaturava a venda de ambulâncias para as prefeituras de todo o país. Além do mais, o enunciado também termina por *conotar* o descrédito que consideráveis parcelas da sociedade brasileira têm pela política, de um modo geral, e pela idoneidade de políticos e parlamentares, de modo particular, entre outros aspectos contextuais que poderiam ter sido levantados.

O que está em questão, em que pese a escolha do exemplo para ilustração, é o fato de que o enunciado, conforme concebido por Bakhtin e seu Círculo, *dirige-se a alguém*, ou, em outras palavras, *está voltado para o destinatário*. Pressupõe para si um autor e, conseqüentemente, um ou mais destinatários, que possuem diferentes características, estilos, perfis, qualidades e dimensões e que atuem nas situações concretas do diálogo na vida cotidiana. Certamente, não podemos descartar que esse *outro* assume um papel *no* enunciado, influenciando-o de maneira significativa e fazendo emergir um todo *extraverbal na constituição do verbal*.

Às vésperas do processo eleitoral brasileiro, esperado para outubro e novembro de 2006, a eclosão de mais um escândalo de corrupção abala não só o país e seus cidadãos, mas a *esperança* em um futuro melhor e em uma sociedade mais justa e humana. Tais fatores, distantes do enunciado em sua *instância verbal*, terminam por se ligar ao *rastro* de outros discursos em que a nacionalidade, a identidade brasileira e a ética política são igualmente questionadas. Não se trata tanto do misterioso destino de Abel Pereira quanto do misterioso destino a ser tomado nas próximas eleições, nas quais o imaginário político brasileiro já está repleto de exemplos negativos que *dialogam* com as esferas da produção, circulação e consumo de bens, produtos e serviços da cultura. Com isso, estamos ressaltando, mais uma vez, o aspecto *interativo* em que o enunciado ocorreu, com todas as suas implicações, algumas delas apenas brevemente esboçadas, bem como o contexto mais amplo que o abriga. O enunciado concreto bakhtiniano considera a *maneira* como a enunciação se dá, desde sempre formada por discursos que circulam socialmente e que integram o plano verbal aos demais planos da criação que lhes são constitutivos.

Além do mais, muitas vezes de forma bastante enfática, Bakhtin nos mostra que a enunciação, como um todo, necessita da presença de um sujeito que se apropriará de um determinado recorte histórico e o aplicará em um dado enunciado concreto. A enunciação se caracteriza, então, como sendo de natureza constitutivamente social, histórica e que, por tais razões, reclama enunciações anteriores e projeta-se para enunciações posteriores, em uma eterna circularidade dialógica discursiva. A percepção da linguagem e da possibilidade de estudá-la, levando-se em conta tais aspectos, provocaram profundas

mudanças tanto na base de muitas teorias quanto na visão de muitos autores, vindo ao encontro da máxima bakhtiniana de que *o signo é essencialmente ideológico*.

Assim sendo, as ideologias estão contidas no interior do próprio signo, bem como nenhum signo está destituído de ideologia, conforme o autor nos mostra, no decorrer de seu percurso teórico, em algumas obras ainda sob forte influência marxista. O pensamento bakhtiniano oferece um *outro olhar* acerca da linguagem, não a tratando apenas como sistemática, abstrata, invariável, mas percebendo seus aspectos individuais, variáveis e principalmente criativos, apropriada pelos falantes para um determinado uso. É da combinação dessas duas dimensões, a *sistemática*, mas, sobretudo, a *humana*, que Bakhtin percebe a condição de servo e senhor da linguagem que a constitui, ao mesmo tempo em que é por ela constituído.

## 1.2 .... DOS ENUNCIADOS ÀS (RE)SIGNIFICAÇÕES ...

***Marxismo e filosofia da linguagem***, publicado originalmente em 1929, em parceria com Voloshinov, representa a primeira intervenção de Bakhtin na tradição contemporânea de reflexão sobre a linguagem, seguindo na contramão dos estudos lingüísticos até então desenvolvidos, uma vez que não percebe a língua unicamente como *objeto*, nem tampouco procura discriminá-la em unidades mínimas até o estabelecimento do significado contido na frase. Para ele, o objeto das Ciências Humanas está centrado no *texto*, percebido, em seu sentido pleno, como um *conjunto coerente*, mas *heterogêneo*, de signos que vão da musicologia à história das artes plásticas; da sociedade à ideologia.

Interessado na apreensão do texto pelos interlocutores, tem a convicção de que em todo o discurso existe um diálogo, ou seja, uma *atitude responsiva ativa*. Mais do que *refletir* uma situação pró-textual, um discurso é uma situação concreta e localizada em um contexto específico. Em última instância, a preocupação de Bakhtin reside no *homem produtor de textos* de uma determinada cultura. Ou seja, o homem representa essa determinada cultura, através dos

textos que produz, ao mesmo tempo em que está representado por ela, posicionamento posteriormente adotado por Eco, em seu *Tratado geral de semiótica* (2000b), quando compara o texto com o mundo e o mundo com o texto, conforme comentaremos mais adiante.

Como se percebe, a definição de “texto” é abrangente, e envolve tudo aquilo que diz respeito à produção cultural fundada na linguagem. Para Bakhtin, não há produção cultural *fora* da linguagem, posicionamento que termina por apagar as linhas divisórias entre as disciplinas que se ocuparam com esse tema. Fundamentalmente, as categorias-chave do que Bakhtin chama de *produção cultural* englobam, simultaneamente, o textual, o intertextual (contemporaneamente falando) e o contextual. Tal como os formalistas russos, dos quais posteriormente se distanciaria, Bakhtin é sensível à especificidade dos mecanismos textuais, mas recusa-se a dissociar tais mecanismos dos processos sociais.

Não sendo mais a língua abstratamente constituinte do objeto de análise das Ciências Humanas, mas sim as inter-relações do indivíduo *com* o contexto que o circunda e *com a língua* da qual se apropria, Bakhtin (1997) inaugura, digamos assim, uma “terceira margem” dos estudos da linguagem, conforme enfatiza Brait (2006, p. 22), promovendo uma verdadeira *revolução* que termina por questionar tanto a lingüística de vertente saussureana, quanto a estilística clássica. Entretanto, a autora relembra que Bakhtin não está ignorando o pensamento saussureano, mas apresentando uma leitura diferente daquela oferecida por Saussure no começo do século XX. Graças à base oferecida pelo Mestre genebrino, a reflexão bakhtiniana pôde nos orientar para o lado extremamente humano do *outro*, enquanto interlocutor *concreto* e não mais *abstrato*, como vinha até então sendo trabalhado.

Especialmente no capítulo intitulado “Duas orientações do pensamento filosófico-lingüístico”, desenvolve uma visão crítica acerca da abordagem metodológica então vigente: a primeira orientação, chamada de *subjetivismo individualista*, está enfocada nos *aspectos subjetivos e individuais da linguagem*; distanciando-se claramente desse ponto de vista e enfatizando o extremo oposto, a segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico, o *objetivismo abstrato*,

vai buscar na *objetividade da língua*, muitas vezes em seus aspectos nucleares, normativos, estáticos, seu substrato constituinte de base. Inclusive, os termos enunciado, enunciado concreto e enunciação aparecerão nos capítulos seguintes intitulados “Língua, fala e enunciação”, “A interação verbal” e “Tema e significação na língua”, já apresentando indicativos de que tais questões serão tecidas a partir de uma outra dimensão, levando em consideração, novamente, uma perspectiva social, histórica e cultural. Desse modo, em função do recorte teórico adotado, vamos recuperar algumas dessas reflexões, repensando-as a partir da concepção bakhtiniana da enunciação.

A primeira orientação do pensamento filosófico-lingüístico está ligada ao Romantismo, movimento conflitante caracterizado por uma reação à palavra estrangeira e ao domínio que ela exerceu sobre as categorias do pensamento. O Romantismo se enquadraria em uma posição contrária àquela defendida pelo Renascimento e pelo Classicismo. Considerados os primeiros filólogos da língua materna, os românticos tentaram reorganizar a reflexão lingüística, levando em consideração a atividade analítica desencadeada pela própria língua-mãe, tendo como objetivo o desenvolvimento da consciência e do pensamento.

Nessa perspectiva, o subjetivismo individualista apóia-se sobre a *enunciação monológica* como ponto de partida para sua reflexão sobre a língua. A enunciação se apresenta, então, como um ato puramente individual, como uma expressão da *consciência individual*, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos. A categoria de *expressão*, nessa proposta, transforma-se em uma categoria geral, de nível superior, englobando o ato da fala e a própria enunciação. Conforme nos coloca o autor:

A expressão é aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no interior do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem, com a ajuda de algum código de signos exteriores. A expressão comporta, portanto, duas facetas: o *conteúdo* (interior) e sua *objetivação exterior* para outrem (ou também para si mesmo). Toda a teoria da expressão, por mais refinadas e complexas que sejam as formas que ela pode assumir, deve levar em conta, inevitavelmente, essas duas facetas: todo o ato expressivo move-se entre elas. Conseqüentemente, a teoria da expressão deve admitir que o conteúdo a exprimir pode constituir-se fora da expressão; que ele começa a existir sob uma certa forma, para passar, em seguida, a uma outra. Pois, se não fosse assim, se o conteúdo a exprimir existisse desde a origem sob a forma de expressão, se houvesse entre o conteúdo e a expressão uma passagem quantitativa (no sentido de um esclarecimento, de uma

diferenciação), então toda a teoria da expressão cairia por terra (BAKHTIN, 1997, p. 110).

Na crítica bakhtiniana, a chamada *teoria da expressão* traz implícito um certo *dualismo* entre o que é interior e o que é exterior, dando destaque ao conteúdo interior em detrimento de todo o ato de objetivação, expressivo, portanto, e que procede do interior para o exterior. Dito de outro modo, o que ganha importância é unicamente a *expressão subjetiva do indivíduo*, originária de seu interior. “Tudo que é essencial é interior; tudo o que é exterior só se torna essencial a título de receptáculo do conteúdo interior, de meio de expressão do espírito” (1997, p. 110).

Basicamente, o que essa primeira orientação ressalta é que a *expressão se constrói no interior*, e sua exteriorização não é senão a sua possível “tradução”. Além do mais, para muitas teorias que se alinham com esse pensar, tais como o idealismo, a expressão é completamente rejeitada, considerada como deformação da pureza do pensamento interior. Bakhtin e Voloshinov, em ***Marxismo e filosofia da linguagem***, sintetizam esse pensamento subjetivista através das máximas de dois autores que lhe servem de exemplo: “‘O pensamento expresso pela palavra é uma mentira’ atribuído a Tiutchev; e o outro, ‘Oh, se pelo menos alguém pudesse exprimir a alma sem palavras!’”, defendido por Fiet (1997, p. 111). Em relação a esse posicionamento, equivocados, na opinião de Bakhtin e Voloshinov, os autores enfatizam que:

A teoria da expressão, que serve de fundamento à primeira orientação do pensamento filosófico-lingüístico é radicalmente falsa. O conteúdo a exprimir e sua objetivação externa são criados a partir de um único e mesmo material, pois não existe atividade mental sem expressão semiótica. Conseqüentemente, é preciso eliminar de saída o princípio de uma distinção qualitativa entre o conteúdo interior e a expressão exterior. Além disso, o centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior. Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas ao contrário, é a *expressão que organiza a atividade mental*. Que modela e determina sua orientação (1997, p. 112).

Reiterando o aspecto da enunciação, considerada em sua expressão concreta mais imediata como sendo o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, o autor nos dirá que é a *palavra* o elo de ligação entre interlocutores, igualmente reais e concretos. A orientação a ser observada, em relação à palavra, é justamente o papel fundamental desse interlocutor. Desse

ponto de vista, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui, justamente, o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Dito de outro modo, através da palavra, o “eu” *se define* em relação ao “outro”; isto é, em última análise, o “eu” constitui-se em relação à coletividade. A palavra é o *território comum* do locutor e do interlocutor.

A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor. Variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais, mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio, nem no figurado (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 112).

Preocupados em definir a partir de qual instância se refere a palavra, Bakhtin e Voloshinov diferenciam a palavra apropriada em um dado momento por um interlocutor, e entendida enquanto *ato físico de materialização do som*; da palavra enquanto *materialização signo*. No primeiro caso, o locutor é incontestavelmente, o único dono da palavra, considerada como sua propriedade inalienável. “Mas a categoria de propriedade não é aplicável a esse ato, na medida em que ele é puramente fisiológico” (1997, p. 113). No segundo caso, a palavra enquanto signo é extraída pelo locutor de um *estoque social* de signos disponíveis, em que a própria realização desse signo social, na enunciação concreta, é inteiramente determinada pelas relações sociais.

Inclusive, para os autores, é justamente através da inter-relação social que se constrói uma determinada enunciação. A *estrutura social*, de maneira mais imediata e o *meio social*, de forma mais ampla, determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação. Ou seja, a *situação social* determina o modo como se dá a enunciação. Nas palavras de Bakhtin e Voloshinov, teremos que:

A personalidade que se exprime, apreendida, por assim dizer, do interior, revela-se um produto total da inter-relação social. A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social. Em conseqüência, todo o itinerário que leva da atividade mental (o “conteúdo a exprimir”) à sua objetivação externa (a “enunciação”) situa-se completamente em território social. Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação



social à qual ela se submete, adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato da fala, e, acima de tudo, aos interlocutores concretos (1997, p. 117).

Nesses termos, os autores retomam sua posição rejeitando a teoria da expressão subjacente ao subjetivismo individualista, enfatizando que o núcleo ou centro organizador de onde parte toda a enunciação, toda a expressão, não é o interior, mas o exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. Dito de outro modo, tanto um possível “interior” quanto um possível “exterior” da enunciação estarão perpassados pelas inter-relações que esse indivíduo desenvolve com o seu contexto social e cultural. Assim sendo,

só o grito inarticulado de um animal procede do interior, do aparelho fisiológico do indivíduo isolado. É uma reação fisiológica pura e não ideologicamente marcada. Pelo contrário, a enunciação humana mais primitiva, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social. A **enunciação**, enquanto tal, é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata, ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 121).

Desse ponto de vista, Bakhtin salienta que o posicionamento defendido pelo subjetivismo individualista está correto na medida em que não se pode isolar uma forma lingüística de seu conteúdo ideológico, pois toda a palavra é ideológica, da mesma forma que toda a evolução da língua está ligada a uma evolução ideológica. Entretanto, equivoca-se no momento em que percebem que esse conteúdo ideológico pode ser *deduzido* do psiquismo individual.

O subjetivismo individualista tem razão de sustentar que as enunciações isoladas constituem a substância real da língua e que a elas está reservada a função criativa da língua. Mas está errado quando ignora e é incapaz de compreender a natureza social da enunciação e quando tenta deduzir esta última do mundo interior do locutor, enquanto expressão desse mundo interior. A estrutura da enunciação e da atividade mental a exprimir é de natureza *social*. A elaboração estilística da enunciação é de natureza *sociológica* e a própria cadeia verbal, à qual se reduz, em última análise, a realidade da língua, é *social*. Cada elo dessa cadeia é social, assim como toda a dinâmica da sua evolução (1997, p. 122).

A questão que subjaz nessa breve recuperação do posicionamento defendido pelo subjetivismo individualista é a mesma que subjaz no objetivismo abstrato: a adoção de uma postura *monológica* como ponto de partida para uma

reflexão sobre a linguagem. Se, por um lado, para a primeira orientação, a língua constitui um fluxo ininterrupto de *atos de fala*, onde nada permanece estável, nada conserva sua identidade; para a segunda orientação, a do objetivismo abstrato, conforme veremos, a língua estará aprisionada em uma *imobilidade cruel*, que lhe tolhe o fluxo, a evolução e o diálogo. Inclusive, o *diálogo* e seus *aspectos interacionais* são relegados a um segundo plano, tanto em uma orientação quanto em outra. Como reiteram Bakhtin e Voloshinov, a língua é viva e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta* e não no sistema lingüístico abstrato de suas formas estáticas e sempre iguais a si mesmas.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social de *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da língua (1997, p. 123).

Assim sendo, a orientação do chamado *objetivismo abstrato* percebe a língua como um *sistema* de normas fixas e imutáveis; como um “objeto” ideal, centrado unicamente em sua forma individual. Conforme os autores, os representantes dessa orientação acentuam constantemente que o sistema lingüístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual e independente dessa, constituindo essa premissa uma de suas posições fundamentais.

E, no entanto, e só para a consciência individual, e do ponto de vista dela, que a língua se apresenta como sistema de normas rígidas e imutáveis. Na verdade, se fizermos abstração da consciência individual subjetiva, e lançarmos sobre a língua um olhar verdadeiramente objetivo, um olhar, digamos, oblíquo, ou melhor, de cima, não encontraremos nenhum indício de um sistema de normas imutáveis. Pelo contrário, depararemos com a evolução ininterrupta das normas da língua (1997, p. 90).

Desse modo, Bakhtin (1997) entende que, para além de uma possível lingüística unificadora proposta por Saussure (1857-1913) e levada a cabo pelos continuadores de seu pensamento, a língua sofre modificações profundas oriundas do coletivo. Deixa de ser percebida como manifestação unicamente individual e imanente, para transformar-se em um evento de natureza social: “a fala está indissociavelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua

vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais” (YAGUELLO, 1997, p. 14). A partir disso, Bakhtin (1997) propõe uma *lingüística da fala*, onde a língua, por ser *compartilhada* por um coletivo de indivíduos, transforma-se em um *bem-comum* social, cujas transformações lhe são inerentes, refletindo as variações sociais que, fundamentalmente, são regidas por leis *externas* ao próprio *sistema*.

Em outras palavras, se fizermos um recorte espaço-temporal da língua, a partir do ponto de vista *objetivo* de seus falantes-ouvintes, a língua lhes parecerá com um sistema imutável, fixo e rigidamente organizado de leis, normas e procedimentos a serem obedecidos. Entretanto, se tomarmos como ponto de partida o olhar (diacrônico) de um historiador dessa mesma língua, ela apresentar-se-á em permanente e ininterrupto processo de evolução. Ou seja, o sistema sincrônico, a *imutabilidade da língua*, de que fala Bakhtin (1997), só existe para o usuário de uma dada comunidade lingüística; não constitui uma realidade, mas serve apenas de escala convencional para registrar os “desvios” que se produzem a cada momento do tempo. Temos, assim, de forma simplificada, a reformulação da noção de sincronia estabelecida pela lingüística de vertente saussureana.

Em relação aos conceitos representados pela sincronia e diacronia, vale recordar que Saussure admite que “a Lingüística se acha aqui ante sua segunda bifurcação. Foi necessário, primeiro, escolher entre a língua e a fala; agora, estamos na encruzilhada dos caminhos que nos conduzem, um à diacronia, outro à sincronia” (1999, p. 114). Tal distinção é estabelecida pelo próprio autor, em seu ***Curso de lingüística geral***, para quem “é sincrônico tudo o que se relacione com o aspecto estático da nossa ciência; e diacrônico tudo o que diz respeito às evoluções” (1999, p. 96).

Nessa perspectiva, ressalta que a sincronia está para “um estado de língua” (SAUSSURE, 1999, p. 96) e opta por essa alternativa em detrimento da outra, uma vez que “a multiplicidade dos signos da língua nos impede, absolutamente, de estudar-lhe, ao mesmo tempo, as relações no tempo e no sistema” (1999, p. 96). Assim sendo, o autor outorga um papel importante ao estudo sincrônico da língua, para quem o lingüista só pode realizar a abordagem desse sistema estudando, analisando e avaliando suas relações internas

(sintagmáticas e paradigmáticas), isto é, sua estrutura, sincrônica, porque “a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos” (1999, p. 95).

O autor argumenta que o falante nativo não tem consciência da sucessão dos fatos da língua no tempo. Para o indivíduo que usa a língua como veículo de comunicação e de interação social, essa sucessão não existe. A única e verdadeira realidade tangível que se lhe apresenta de forma imediata é a do estado sincrônico da língua. Por isso, para Saussure, “também o lingüista que queira compreender esse estado deve fazer *tabula rasa* de tudo quanto produziu a língua e ignorar a diacronia” (1999, p. 97). Adverte, entretanto, que os fenômenos diacrônicos “não têm relação alguma com os sistemas, apesar de os coincidirem” (1999, p. 101). Ou seja, dito de outro modo, o sistema sincrônico da língua pode conviver harmoniosamente com seus condicionamentos diacrônicos. Fundamentalmente, os dois eixos de estudo da língua não são excludentes, mas complementares. O autor opta, isto sim, pela escolha de *um* em detrimento do *outro*.

O surpreendente é que Bakhtin não critica Saussure em nome da teoria marxista, largamente proclamada; ele o critica no interior de seu próprio domínio, isto é, encontra a falha no sistema de oposição língua/fala, sincronia/diacronia (YAGUELLO, 1997, p. 15).

Segundo Bakhtin (1997), a posição dos partidários do objetivismo abstrato tende a afirmar a realidade e a objetividade imediatas da língua como sistema de formas normativas. Mas, de qualquer forma, nenhum dos objetivistas abstratos chegou a compreender adequadamente o funcionamento intrínseco da língua como *sistema objetivo*.

Na maioria dos casos, eles oscilam entre as duas acepções que a palavra “objetivo” possui quando aplicada ao sistema lingüístico: a acepção, por assim dizer, entre aspas (expressando o ponto de vista da consciência subjetiva do locutor) e a acepção sem aspas (objetivo no sentido próprio). Até Saussure procede dessa maneira. Ele não resolve a questão claramente (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 92).

Como contraponto, o autor coloca que a preocupação do falante reside no *uso* da língua para a resolução de suas necessidades enunciativas em um determinado contexto concreto (enunciação da fala); e não na sua normatização

enquanto sistema fixo e imutável. “O sistema lingüístico é o produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 92). O que realmente interessa ao falante, como sujeito da comunicação humana, não é a conformidade à norma da forma utilizada (sinal), que permanece sempre idêntica a si mesma, mas, sim, a nova (re)significação, sempre variável e flexível, que essa forma pode adquirir no contexto concreto particular de cada enunciação. Esse é o ponto de vista do locutor; é o *sentido próprio* que ele *quer dar* ao signo, impregnado de uma nova qualidade contextual.

Entretanto, conforme já comentamos, há de se fazer algumas ressalvas para melhor compreender os pressupostos dessa segunda orientação e, principalmente, para percebermos a influência saussureana naquele pensar. Em primeiro lugar, devemos rever o legado teórico de Saussure em seu tempo; e não através de um *olhar contemporâneo*, muitas vezes desfocado. A propósito, tal particularidade constituiu um dos aspectos que mais produziu interpretações equivocadas e mal sucedidas de sua obra ao longo dos anos. Em segundo lugar, uma das grandes preocupações de Saussure era “transformar” a Lingüística em uma ciência, ou seja, objetiva, lógica, classificatória e discriminatória, conforme as determinações dos paradigmas cientificistas em voga na época.

Desse modo, tinha em mente uma *Teoria Lingüística* que buscasse justamente as *regularidades* dentro da língua, entendida como o mais importante *sistema* dentre os *sistemas sógnicos*. Tal normatização não tinha por objetivo estudar as relações do sistema com o mundo, nem tampouco o próprio homem (sujeito) que se utiliza/apropria dessa língua. Na abordagem saussureana, a língua é plena, percebida como um *fenômeno social*, e deve ser considerada em si mesma, pois possui um princípio organizador de auto-reflexão. A esse *sistema lingüístico* fechado de língua chamou (*la langue*), opondo-o à fala, chamada de (*la parole*). Desse modo, a fala é o uso individual do sistema sógnico social em atos de fala e em atos de produção textual.

Em um hipotético diálogo, por exemplo, quando um falante dirige-se ao seu locutor e lhe pergunta: [fuma?], ouve como resposta [Não!]. Considerando-se

a forma lingüística tomada como sinal imutável, estável e igual a si mesmo, a simples resposta não é suficiente para apreender a totalidade das circunstâncias envolvidas no processo comunicacional. Eco, posteriormente, reiterará esse *aspecto circunstancial* levantado por Bakhtin, conforme veremos. Apenas o reconhecimento da forma lingüística utilizada (sinal), conforme colocado por Bakhtin (1997), não tem nenhum *valor lingüístico* para o receptor. Inclusive, o autor coloca que a pura “sinalidade”, sob tais aspectos, não existiria, mesmo nas primeiras fases de aquisição da linguagem, onde a forma lingüística já é orientada pelo contexto, constituindo-se, portanto, em um *signo*. No exemplo acima, a resposta deve ser compreendida em um contexto concreto preciso, com a devida apreensão da *orientação* que é conferida à palavra, para a qual haverá uma determinada significação em uma enunciação particular.

Ou seja, a provável resposta pode ganhar contornos repressores, irônicos, de estupefação, de desdém ou de ofensa, que extrapolam em muito a mera *identificação do sinal lingüístico* que representa um dos hábitos de seu destinatário. A decodificação de uma forma lingüística está ligada, além de um reconhecimento do sinal que está envolvido no processo, à *compreensão do signo* como elemento variável e flexível que está envolvido no processo de comunicação e, principalmente, sua inserção no *contexto concreto* em que se dá a enunciação. Por tais razões, Bakhtin faz a diferenciação entre o processo de *decodificação* (compreensão) do signo em sua *mobilidade* específica, do processo de *identificação* (reconhecimento) do sinal lingüístico. Segundo o autor,

o signo é decodificado; só o sinal é identificado. O sinal é uma entidade de conteúdo imutável; ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada; constitui apenas um instrumento técnico para designar este ou aquele objeto (preciso e imutável) ou este ou aquele acontecimento (igualmente preciso e imutável). O sinal não pertence ao domínio da ideologia; ele faz parte do mundo dos objetos técnicos, dos instrumentos de produção no sentido amplo do termo (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 93).

Em outras palavras, na distinção estabelecida entre sinal/signo, os falantes, em processo de interação concreta, não se orientam tanto pelo sistema abstrato das formas lingüísticas quanto pelas novas significações que essas formas adquirem no *contexto singular* e nas *relações dialógicas* de cada enunciação. Ao refletir sobre o processo “artificial” de aquisição de uma língua

estrangeira, no qual normalmente a palavra é isolada de seu contexto particular, inscrita em um caderno e apreendida por associação ao seu correspondente na língua materna do falante, Bakhtin comenta que para o falante nativo, “a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática lingüística” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 95).

Entretanto, a partir dessas reflexões, há de se levar em consideração que Bakhtin (1997) não quer *negar* a importância das formas lingüísticas no interior de uma dada enunciação, mas *(re)confirmar* que a relação/distinção entre sinal/signo é, sobretudo, de complementaridade/correlação; ou melhor, de *interação*, para utilizarmos o seu falar. Os aspectos semânticos, reiteráveis e sempre iguais a si mesmo em qualquer situação em que se dá um determinado enunciado, serão parte inseparável, fundamental e *constitutiva* da significação que esse enunciado adquire. Como as formas lingüísticas se apresentam aos locutores no contexto de enunciações precisas, esse contexto, para Bakhtin, será sempre *ideológico* como enfatiza tanto em ***Marxismo e filosofia da linguagem***, quanto em ***Estética da criação verbal***. Segundo ele,

não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas concernentes à vida (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 95).

Diferentemente do posicionamento adotado pelos objetivistas abstratos, a língua é inseparável de seu conteúdo ideológico ou concernente à vida. Sobretudo, Bakhtin (1997) reafirma que a língua está relacionada às motivações da *consciência do locutor*, não podendo receber um *estatuto particular*, no qual se separe a forma lingüística vazia de ideologia (sinal), dos seus fatores ideológicos e vivenciais (signos da linguagem)<sup>11</sup>. Tratar a língua enquanto “sistema” é percebê-la unicamente através de um olhar abstrato, muito distante da

---

<sup>11</sup> Sobre a noção de *ideológico* e as tonalidades que adquire na concepção bakhtiniana do termo, retornaremos a falar mais tarde.

consciência dos indivíduos que *propriamente* dela se utilizam. Sobretudo, a prática da comunicação social é dinâmica e viva, sendo impossível decompor seus elementos, isolando-os artificialmente das unidades reais da cadeia verbal; da espiral infinita de suas enunciações.

Além do mais, Bakhtin enfatiza que o método utilizado pela reflexão lingüística, e que leva à postulação da língua como sistema de formas fixas e normativas, serve ao estudo das *línguas mortas*, conservadas em documentos *escritos*, e não àquela enunciada pelos *sujeitos viventes* do processo comunicacional. À medida que se *vivifica*, cria-se e (re)cria-se, adquire e aglutina novas formas de vida; novas *formas de língua*, que não se apóiam em enunciações “fechadas”, monológicas e abstratas, mas, sim, em uma compreensão ideológica real e, sobretudo, *concreta*, para a qual sempre haverá uma *atitude responsiva ativa*. No seu ver, “toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo na cadeia dos atos de fala” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 98).

A partir dessa reflexão, percebe que o trabalho de compreensão das verdadeiras *tonalidades* que uma língua adquire, e, além disso, a *essência* da linguagem verbal, não se dá pelos processos abstrativos de fragmentação em palavras e regras, cuja análise, rigorosamente “científica”, não *apreende* sua expansão e articulação em direções significantes continuamente renováveis. Na busca de uma possível “unidade” lingüística, Bakhtin (1997) coloca a existência do próprio *espírito humano* como fator catalisador; como movimento centrípeto que se manifesta através das infinitas enunciações que a língua lhe proporciona, e que não podem estar *estritamente* subordinadas a normatizações específicas e redutoras. A concepção da língua bakhtiniana, que envolve uma multiplicidade de processos criativos, não pode ser desvinculada da *esfera do real* e apreendida como se fosse um *todo isolado* que se basta a si mesmo. Conforme já comentamos, no processo de compreensão passiva, algumas divisões da lingüística muitas vezes reconhecem somente os elementos normativos e classificatórios do sinal lingüístico, não compreendendo a natureza viva e dinâmica do signo, nem sua inserção contextual concreta.



Nas visões e revisões lingüísticas sob o olhar bakhtiniano, o próprio estudo da enunciação amplia-se: deixa de estar voltado para uma enunciação monológica isolada, mas passa a ter “um” “outro” “sentido”, que se realiza em um *outro* lugar, que não o restrito ao estudo imanente no interior da enunciação. Seus “limites” tornam-se difusos, deslizam, dialogam. Inclusive, nessa concepção, “todas as relações que ultrapassam os limites da enunciação monológica constituem um todo que é ignorado pela reflexão lingüística. Essa, na verdade, não ousa ir dos elementos constitutivos da enunciação monológica. Seu alcance máximo é a frase complexa (o período)” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 104). Tal perspectiva o leva a afirmar que a enunciação, *como um todo*, não existiria para a lingüística.

Ao contrapor a univocidade da palavra, conforme salientada pelo objetivismo abstrato, à pluralidade de suas significações, coloca que “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. Há tantas significações possíveis quanto contextos possíveis. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser uma. Ela não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 106). A palavra é mágica: mantém sua unidade na diversidade contextual em que co-ocorre; até porque, para Bakhtin, tal diversidade não está em um único e mesmo plano, mas em uma alternância de planos contextuais. Uma mesma palavra, por exemplo, tomada em relação ao *sentido* e à *significação* que se quer estabelecer, pode aparecer em dois contextos dialógicos mutuamente conflitantes e excludentes. Desse modo,

os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e conflito tenso e ininterrupto. A mudança do acento avaliativo da palavra em função do contexto é totalmente ignorada pela lingüística e não encontra nenhuma repercussão na sua doutrina da unicidade da significação. Embora os acentos avaliativos sejam privados de substância, é a pluralidade de acentos que dá vida à palavra. O problema da pluriacentuação deve ser estritamente relacionado com o da polissemia (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 107).

Opondo-se a uma metodologia reducionista para o estudo da língua, Bakhtin (1997) propõe que as formas e os tipos de interação verbal devem ser percebidos como *e/los* que estão em *ligação* com as *situações concretas* da

comunicação verbal em que se realiza. Com isso, admite que as *formas* das diferentes enunciações prestam-se, a partir desse ponto de vista, para determinadas criações ideológicas apropriadas, produzidas e *sujeitadas* por seus interlocutores comunicantes.

Nesses termos, Bakhtin (1997) faz dialogar os aspectos obviamente sistemáticos da linguagem, como a gramática e os significados relativamente fixos das palavras, necessários para qualquer entendimento entre falantes, com os contextos não-sistematizáveis, heterogêneos e articuláveis em que co-ocorrem essa mesma linguagem. Desencaixa o significado de uma palavra; da própria palavra. *Entre* eles, percebe universos constantemente interpretáveis à mercê das *constelações avaliativas* de seus locutores. Cada enunciação torna-se *maravilhosamente* única; entretanto, jamais poderá ser considerada como individual, no sentido restrito do termo: a enunciação é, sobretudo, de *natureza social*, circundada por infinitas relações dialógicas em busca de interlocutores.

### 1.3 .... DAS (RE)SIGNIFICAÇÕES AOS DIÁLOGOS ...

O termo *dialogismo* surge no contexto do *Círculo de Bakhtin* por volta de 1928 e 1929, para expressar a permanente interação e colisão entre estruturas significantes inseridas em um determinado campo histórico e social. Esse inesgotável *diálogo* entre signos e, principalmente, entre “sistema de signos”, quer literários, orais, gestuais ou inconscientes, é visto como originário das pulsões e tensões provocadas pelo social. Por outro lado, Kristeva, em dois ensaios sobre a obra bakhtiniana, intitulados *Bakhtine, le mot, le dialogue et le roman* (1967) e *Une poétique ruinée* (1970), conforme nos coloca Pessoa de Barros (1994) apresenta Bakhtin como sendo um precursor dos teóricos literários franceses, espécie de proto-estruturalista do romance. Ao trazer para a Paris dos anos 60 tais apontamentos, “traduz”, digamos assim, a noção de *dialogismo* por *intertextualidade*, o que termina por promover uma grande reviravolta na concepção inicialmente formulada pelo teórico russo, chegando, em alguns casos, a um descompasso de termos e a uma deriva interpretativa. Por tais razões,

vamos adotar a nomenclatura que procura manter-se fiel ao *princípio dialógico* proposto, originalmente, pelo autor. Sob essa ótica:

*Dialogia* foi o termo que mais usou para descrever a vida do mundo da produção e das trocas simbólicas, composto não por um universo dividido entre bons e maus, novos e velhos, vivos e mortos, certos e errados, verdadeiros e mentirosos, etc., mas como um universo composto de signos, do mais simples, como dois paus cruzados formando uma cruz, até os enunciados mais complexos, como a obra de um grande pensador como Marx, cujos valores e significados não eram dados e estáticos, mas extremamente ambíguos e mutáveis (RONCARI, 1994, p. X).

A própria noção de signo, conforme salienta Faraco (2003), transforma-se na arena do permanente cruzamento entre esses dois planos: o da *infra-estrutura*, que através da economia dá suporte a toda a sociedade; e o plano da *superestrutura*, entendida como as normas sociais, políticas, culturais, entre outras, e que formam a estrutura ideológica da sociedade. Como todo o signo é ideológico, toda a criação ideológica é sempre um reflexo das estruturas sociais e históricas, não podendo, jamais, ser o produto de uma consciência individual isolada. Qualquer modificação na ideologia encadeia uma modificação na língua. Nesses termos, a noção de dialogismo termina por remeter ao caráter continuamente mutável e renovável do próprio signo, cujo *sentido pleno* emerge do jogo complexo dos intercâmbios sociais (diálogos).

Preocupando-nos em evitar mal-entendidos, vamos procurar esclarecer qual o sentido que a palavra *ideologia* adquire nos textos produzidos pelo Círculo de Bakhtin.

A palavra *ideologia* é usada, em geral, para designar o universo dos produtos do “espírito” humano, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura *imaterial* ou produção *espiritual* (talvez como herança de um pensamento idealista); e, igualmente, de formas da consciência social (num vocabulário de sabor mais materialista). *Ideologia* é o nome que o Círculo costuma dar, então, para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais (para usar uma certa terminologia marxista) (FARACO, 2003, p. 46).

Por tais razões, o estudo da literatura, de uma maneira geral, e, especialmente, do interdiscurso e das questões sobre poética, conforme desenvolvido por Bakhtin em *Problemas de poética em Dostoievski*; da necessidade do diálogo e da contextualização da cultura dita “vulgarizada” ou de

“praça pública” trazida para a “boa” literatura do denominado gosto erudito, analisado em ***A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais***; e da estrutura do texto e do discurso refletidos nas obras ***O problema dos gêneros do discurso*** e ***O problema do texto***, são exemplos de estudos sobre *ideologias*. Como se percebe, o termo *ideologia* não deve ser tomado em seu sentido restrito, linear, negativo ou simplesmente fechado no *entorno teórico marxista*, mas como *área de expansão* da criatividade intelectual/cultural humana. Os produtos e artefatos elaborados por tais áreas do conhecimento humano, e, principalmente, pela *imprevisibilidade* que a criação artística acarreta, não podem ser estudados desconectando-os da *realidade concreta* que os abriga. Esse é o sentido que a concepção bakhtiniana dá ao termo.

Assim sendo, os signos são *intrinsecamente* ideológicos, isto é, criados e interpretados no interior de complexos e variados processos que caracterizam o intercâmbio social. Todo e qualquer signo e todo e qualquer enunciado, nessa concepção, estão localizados na essência profunda de uma determinada *dimensão ideológica* (arte, política, Direito, etc.), e sempre comportam uma determinada *posição avaliativa*: “não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica” (FARACO, 2003, p. 47). O estudo das *ideologias*, na nomenclatura bakhtiniana, expande-se para a busca da compreensão da *noção de valor*, intrínseca no próprio ser humano.

O papel central da linguagem se insere, desse modo, no contexto de elaboração de uma *filosofia da cultura*, onde as relações sígnicas são criadas, representadas e interpretadas à luz de uma determinada cultura e das relações dessa cultura com os seres humanos. Vale lembrar que o *signo* é dinâmico e vivo; tem seu significado mutável; está em permanente *relação dialógica infinita* (conflituosa/harmoniosa) com as estruturas sociais das quais se origina. O *signal*, ao contrário, não pertence ao domínio da ideologia, mas, sim, ao mundo dos objetos técnicos, imutáveis e sempre iguais a si mesmos.

Tudo o que é ideológico (isto é, – entenda-se bem – todos os produtos da cultura dita imaterial) possui significado; é, portanto, um signo. O domínio da ideologia coincide com o domínio dos signos. Eles são mutuamente correspondentes. Ali onde um signo se encontra,

encontra-se também ideologia. Tudo o que é ideológico possui valor semiótico (FARACO, 2003, p. 47).

A noção de *dialogismo* se refere, então, à *dinâmica* do processo semiótico de *interação das vozes sociais*, que se interpenetram, colidem, encontram-se, desencontram-se, dispersam-se e agrupam-se em torno do *todo social* no qual subsistem e a partir do qual compõem novas multiplicidades dialógicas. Não nos esqueçamos de que os signos emergem e significam no interior de relações sociais definidas. Localizam-se *entre* seres socialmente organizados e não podem ser concebidos como resultantes dos processos meramente fisiológicos e psicológicos de um indivíduo isolado, ou determinados apenas por um sistema formal abstrato. Haja vista o posicionamento que Bakhtin adota ao se opor tanto ao subjetivismo individualista quanto ao objetivismo abstrato. O estudo do signo deve ser realizado a partir da situação concreta, social e cultural que lhe dá significação.

À semelhança da noção de ideologia, a própria metáfora do permanente *diálogo*, palavra por si só complexa e ambígua, também deve ser revista, uma vez que existem múltiplos diálogos dentro da própria *noção de diálogo*. Conforme Faraco (2003), os membros do Círculo de Bakhtin não se interessaram pelo estudo da forma-diálogo, comumente associada às conversas dos personagens nas narrativas escritas, nos textos dramáticos ou na interação face-a-face.

As relações entre réplicas de tais diálogos são um tipo mais simples e mais extremamente visíveis de relações dialógicas. As relações dialógicas, no entanto, não coincidem, de modo algum, é claro, com relações entre réplicas do diálogo concreto – elas são muito mais amplas, mais variadas e mais complexas (2003, p. 59).

Para além de uma falaciosa comunhão de perspectivas teóricas que querem apreender/compreender/prender o objeto, o conceito, a linguagem, o Homem, a vida, em suas malhas interpretativas, o dialogismo bakhtiniano não deve ser *tomado e medido* como mais um *conceito qualquer* entre outros tantos conceitos com os quais estamos acostumados a trabalhar teoricamente. Não se trata, aqui, de algum *instrumento* a que o próprio Bakhtin recorre para abordar determinados aspectos do real. A noção de dialogismo deve ser entendida como uma espécie de *sistema filosófico*, suficientemente capaz de abranger, com um

olhar compreensivo/responsivo, o *ser do homem* e as suas formas inusitadas e imprevisíveis do *fazer cultural*. Não haveria outro modo de Bakhtin explicitar essa interação infinita e permanente senão com a metáfora do *eterno diálogo* que permeia todo o *universo semiótico* que nos assiste e do qual somos parte constitutiva.

*Pelo signo*, todo o mundo significado transforma-se em matéria significante, formada pelas mais diferentes visões de seus interpretadores. O signo dialoga com uma realidade que lhe é interna (lingüística), ao mesmo tempo em que se extravasa para uma situação externa (contextual). A *janela* é a abertura nas paredes de uma moradia para deixar a luz e o ar passar e *também* é o “espelho da alma” de que falam os poetas ao contemplarem os olhos de suas amadas... E então esse *mundo externo* ao signo passa a ser visto com o olhar da poesia, por exemplo, subjetivo, contemplativo, belo e irracional, muito distante de uma provável unidade e imutabilidade formal e sistemática. Ainda que se valha dos signos em seus aspectos internos, em termos de sinais lingüísticos, o olhar do poeta sobre o mundo jamais será repetitivo e idêntico a si mesmo. O sinal se realiza no signo. *Um signo pode ser um outro!*

O signo, conforme compreendido por Bakhtin, em diversos momentos de sua obra, não somente *descreve* o mundo, mas dele *participa!* É através desse mesmo mundo que adquire seu movimento, sua dinâmica, recebendo contribuições da História e dos grupamentos humanos em suas vivências, em suas multiplicidades, em suas heterogeneidades constitutivas. A experiência individual passa a ser a experiência coletiva. Mais uma vez, Bakhtin (1997) fragmenta o “sistema” língua em detrimento da *língua viva*, pois sempre haverá algo da subjetividade, do sujeito, do que há em mim; do que há em ti; do que há em nós, trazidos “para dentro” do signo e da própria linguagem. É a contemplação de um *coletivo*, infinito e universal, sempre em eterno *diálogo*.

Nessa perspectiva, todo o enunciado já traz em si uma resposta que não quer calar em uma compreensão passiva; em uma mera decodificação de uma mensagem. A compreensão será sempre um processo ativo, que lida com o continuamente renovável *construto enunciativo*. E, responder é, antes de tudo, a *possibilidade de responder*, a um signo por meio de outros signos. Conforme nos

coloca Bakhtin, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, no capítulo dedicado ao “Tema e significação na língua”, o problema da significação é um dos mais difíceis da lingüística, uma vez que a resposta, dada *em* signos e *por* signos, somente adquire *sentido* a partir do contexto em que está sendo utilizado.

Ao procurar refletir sobre a (re)constituição/(re)instauração de um *outro* conceito de língua, ampliado e diferenciado do que vinha sendo estudado pela lingüística, Bakhtin (1997) esboça os fundamentos de uma teoria do conhecimento, aglutinando no interior da língua os problemas e as questões relacionadas aos sujeitos e às suas realidades concretas circundantes. A partir dessa perspectiva, a enunciação bakhtiniana assume contornos essencialmente sociais, e passa a interagir com os demais fatores que habitam o universo (re)criado e (re)significado pela linguagem do homem.

Nesses termos, interessa-se em desvendar de que maneira se produz o sentido e a significação de um dado enunciado; ou seja, de que forma a *palavra* pode ser significada em sua *plenitude*. Para tanto, faz a diferenciação entre a noção de *tema* e *significação*, partindo da questão inicial de que

um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu *tema*. O tema deve ser único. Caso contrário, não teríamos nenhuma base para definir a enunciação. O tema da enunciação é, na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 128).

Como se percebe, essa *unidade* da enunciação proposta pelo autor é sempre uma combinação de elementos verbais com aspectos não-verbalizados, pressupostos pelo emissor e pelo destinatário de um processo comunicacional. Tal pressuposição ocorre, principalmente, através dos *não-ditos* comunicacionais: enquanto *diálogo*, muitas “falas internas” desenvolvem-se com um mínimo de verbalização. Essa noção de *tema* da enunciação, em Bakhtin, “é determinada não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entonações), mas igualmente pelos elementos não-verbais da situação” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 128).

Enquanto significado global que confere unidade à enunciação, a noção de tema é caracterizada pela *transitoriedade*, uma vez que é apropriada unicamente ao *momento da proferição* e a nenhum outro. É único e irreprodutível. Em outras palavras, “o tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua plenitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. Isto é o que se entende por tema da enunciação” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 128). Por outro lado, no interior silencioso do *tema*, a enunciação também é dotada de uma *significação*, que se refere aos elementos da enunciação que são *reiteráveis e idênticos* cada vez que são *repetidos*. No dizer de Bakhtin,

naturalmente, esses elementos são abstratos: fundados sobre uma convenção, eles não têm existência concreta independente, o que não os impede de formar uma parte inalienável, indispensável, da enunciação. O tema da enunciação é na essência irreduzível a análise. A significação da enunciação, ao contrário, pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos lingüísticos que a compõem (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 129).

O exemplo trazido pelo autor é o da elocução [Que horas são?] que possui uma aceção diferente cada vez que é proferida, produzindo, conseqüentemente, um tema diferente, que depende da situação particular em que é expressa e da qual faz parte. As horas do levantar-se cedo, do atraso, do cansaço, do afeto ou da mera necessidade de posse daquela informação, não serão jamais as mesmas. A conexão com a situação histórica e concreta de ocorrência acarreta tantos outros significados quanto exemplos de sua proferição. Tais situações históricas e seus múltiplos significados não podem ser divididos, portanto, em elementos estáveis compostos pela mera *união morfológica e sintática* das palavras [que] + [horas] + [são] = [significado]. Tal plenitude lhe escapa. A profusão de significados decorrentes de uma simples indagação acerca de [que horas são?] termina por extrapolar o ambiente lingüístico-frasal. Na visão bakhtiniana, a *significação* encerra a palavra na concepção dicionarizada de seus elementos; ao passo que a noção de *tema*, presente em cada enunciação, leva em consideração todas as demais situações concretas *capazes de significar*. Diferenciando-as,

o tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, que procura adaptar-se adequadamente às *condições de um dado momento da*



*evolução. O tema é uma reação da consciência em devir ao ser em devir. A significação é um aparato técnico para a realização do tema. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema. Não há tema sem significação, e vice-versa (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 129) [grifos dos autores].*

Como se percebe, a relação entre tema e significação na língua é de complementaridade e de mútua interação: a noção de *tema* apóia-se sobre uma certa *estabilidade da significação*, sem a qual as palavras perderiam o seu sentido, em uma espécie de *livre-escolha significativa*. Sendo *parte*, a significação *está para o todo*; ou melhor, *realiza-se nesse todo*, do qual faz parte. Bakhtin reitera que se abstrairmos por completo essa relação com o todo, que é a própria enunciação em sua plenitude, perderíamos a significação. É por tais razões que considera não haver uma fronteira clara entre tema e significação. Nesse caso, contemplando paisagens enunciativas tão longínquas e de tamanha grandeza, talvez o olhar bakhtiniano, em muitos momentos, turve-se, e o céu de cada palavra confunde-se com a imensidão do mar azul de suas significações.

*O tema constitui o estágio superior real da capacidade lingüística de significar. De fato, apenas o tema significa de maneira determinada. A significação é o estágio inferior da capacidade de significar. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 131) [grifos dos autores].*

Nesta perspectiva, a abordagem bakhtiniana acerca da significação de um elemento lingüístico pode orientar-se para duas diferentes direções: em um estágio superior, a noção de *tema* estará envolvida com a investigação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Se optar pelo o estágio inferior, e perceber unicamente os elementos reiteráveis e idênticos da enunciação, a compreensão da significação da palavra estará encerrada no sistema da língua, pelo viés de uma investigação dicionarizada, na qual o termo é tomado em sua forma isolada e deslocado de seu contexto enunciativo. De qualquer forma, ainda que tenha importância no esclarecimento da significação de uma determinada palavra, o dicionário contribui para fixar determinadas compreensões no interior do “sistema” língua, deixando de lado outras opções de significação mais adequadas, alternativas e criativas para as particularidades de cada enunciação.

Fundamentalmente, o que está sob a distinção entre *tema* e *significação*, para Bakhtin, relaciona-se à questão da compreensão *ativa* e *passiva* da enunciação. Ao seu ver, a compreensão passiva, típica dos filólogos, exclui qualquer *atitude responsiva*, justamente por isolar a palavra e tratá-la como sempre idêntica a si mesma (forma dicionarizada). Nesse sentido, argumenta que “qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser ativo; deve conter já o germe de uma resposta. Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema, pois a evolução não pode ser apreendida senão com a ajuda de outro processo evolutivo” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 131).

Novamente, está aí colocada a metáfora do diálogo, onde cada termo do processo enunciativo, no instante particularíssimo de sua enunciação, já requer, por si só, uma *localização contextual ativa e responsiva*. Compreender é dialogar! É dessa *plenitude significativa* que Bakhtin nos fala:

Não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 132).

Pensador plural e buscador incansável da natureza *dialógica* da linguagem, Bakhtin (1997) lê o mundo e suas mais diversas formas de expressão, lingüísticas, culturais, sociais, políticas, ideológicas e principalmente cotidianas, através da profusão dos sistemas significantes que o compõe. A busca pela compreensão da formação/construção do sentido e da significação de um determinado enunciado leva Bakhtin para uma nova concepção da própria condição humana. Percebe o *homem* como partícipe de uma *estética da comunicação*, somatório da multiplicidade de linguagens que a compõe e de toda sua articulação com o contexto social circundante, que é formado por todas as vozes que, mesmo inaudíveis, se fazem ouvir.

Estando em *constante movimento*, o enunciado não transmite meramente palavras isoladas ou mensagens sob as bases de um determinado código, mas *consciências* empenhadas em um entendimento simultâneo e ininterrupto. Quem *fala* ouve e quem *ouve* participa do processo comunicacional responsivo que se transforma em um construto continuamente renovável de significações. Nessa

perspectiva, a palavra muitas vezes é explorada/empregada/apropriada por um determinado grupo, ganhando “força”, “poder”, “distinção”, “qualidade”, graças à situação social (cultural, familiar, afetiva, religiosa) de seu proferimento. Sob esse ponto de vista, os locais de geração/recepção das enunciações não podem ser abordados como sendo equivalentes. Esse aspecto é *distintivo* e *fundante* de uma outra produção de sentido surgida a partir do mesmo texto. Falamos da compreensão e apreensão de uma outra esfera de valores; de um outro viés do “real” saído do próprio “real” e que insistia em se ocultar.

Desse modo, Bakhtin (1997) repensa as questões ligadas à instauração do *tema* e da significação em um determinado enunciado a partir dessa perspectiva interdiscursiva e social, onde o sentido realiza-se *através* de um conjunto complexo de fatores, de sujeitos em atos de fala, de intertextos, de interditos, de não-ditos. Ou seja, “procura explorar a idéia e centrar a discussão de que a linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta, no momento e no lugar da atualização do enunciado” (BRAIT, apud TEZZA; DE CASTRO, 2001, p. 77). Assim, enfatiza a necessidade de observação da instância articuladora e relacional que se dá entre a história, o tempo particular e o lugar de geração do enunciado, com a seqüência de envolvimentos intersubjetivos que de algum modo se ligam e tocam àquele enunciado. Há de se levar em conta que, para Bakhtin, não se trata tanto da busca de uma possível arqueologia do enunciado pelo viés da História, quanto da *historicidade* (concretude) do sujeito enunciator trazida *para* o discurso e interferindo em sua estrutura íntima, complementando-a.

Nesses termos, Bakhtin (1997) defende a idéia de que esse *redimensionamento da significação*, com a (re)instauração inusitada de sentidos ocorrem, fundamentalmente, a partir da inter-relação entre a *significação* já presente em cada palavra (valor inferior – sempre estável e idêntico a si mesmo), e a apreciação ou valor apreciativo realizado pelo sujeito (fala viva) em processo de interação com outros sujeitos e com a situação social circundante. O nível mais evidente e ao mesmo tempo mais superficial desse *acento de valor* contido em cada palavra se manifesta através da *entonação expressiva* conferida pelos sujeitos às palavras. Em outras palavras, o enunciado será atualizado em sua *real dimensão* não apenas a partir do ponto de vista de seu significado semântico

(forma gramatical abstrata), conforme comentamos, mas através da entonação expressiva que cada palavra possui *em sua relação* com o *contexto enunciativo* de seu proferimento. “Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou apreciativo, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado de um acento apreciativo determinado. Sem acento, não há palavra” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 132). Em outros momentos de sua obra, Bakhtin se refere a esse *acento de valor* de cada palavra chamando-o de aspecto ou tom *emocional-volitivo*.

Assim sendo, além da noção de *enunciação* enquanto *interação* que envolve a relação *entre* sujeitos com o *cenário social* em que a palavra essa sendo proferida, Bakhtin (1997) deixa transparecer a idéia do permanente diálogo entre textos proporcionado pelas diferentes entonações expressivas que deles fazem parte. Inclusive, para o autor, o conteúdo de cada palavra ou expressão somente pode ser realizado em sua plenitude através do tom emocional-volitivo, que é o aspecto que realmente confere *valor* à idéia proferida. Graças a esse acento de valor, *vivemos* ativamente uma experiência, *apreciando-a* em todos os seus aspectos, o que significa não sermos indiferentes a ela. “É precisamente o tom emocional-volitivo que orienta e afirma o fator semântico na experiência singular” (BRAIT, apud TEZZA; DE CASTRO, 2001, p. 76).

Desse modo, em um processo comunicacional, diferentes “falas” podem se constituir a partir de uma mesma e única palavra, que pode apresentar significados completamente diferentes graças à *entonação expressiva* que é dada no momento de sua proferição. A expressão [fogo!], por exemplo, entre tantos outros sentidos já adquiridos, pode significar que meu interlocutor, preocupado em ser atencioso, ao perceber que procurava algo no bolso de meu paletó, infere que sou fumante e, gentilmente, oferece-me seu isqueiro, sendo a expressão um dos possíveis significantes de um ato de fumar; ou, ao contrário, alerta-me de que há a necessidade de acender a lareira, uma vez que a noite já se faz presente, servindo como significante de uma provável queda de temperatura; ou de que algo está efetivamente incendiando, necessitando de uma ação enérgica por parte de todos os que ouvirem o referido enunciado.

O conteúdo *hipercodificado* da expressão [fogo!], que já traz em si toda uma bagagem intertextual e um histórico interpretativo anteriores, transborda de seu local gramatical “original”, digamos assim, na forma fixa (dicionarizada) através da qual inicialmente expressava um significado, para realizar sua *plenitude significativa* na interação social que é dada pelo contexto (particularmente particularizado) a ser atualizado e pelo *tom* ou *acento de valor* dado a cada expressão em uma situação específica. Como se percebe, a palavra em si, no dizer de Bakhtin, constitui apenas um *suporte* da significação, uma vez que “o tema, que é a uma propriedade de cada enunciação, realiza-se completa e exclusivamente através da entonação expressiva, sem ajuda da significação das palavras ou da articulação gramatical” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 134).

Como no exemplo acima, ou aquele citado por Bakhtin (1997) ao analisar a expressão [*que horas são?*], ou ainda no diálogo acerca do ato de fumar de nossos dois hipotéticos interlocutores, já que estamos falando em fogo, os fios teóricos começam a entretecer-se: o reconhecimento do sinal lingüístico é incapaz de perceber as diferentes tonalidades que o significado pode adquirir; a compreensão do signo, por sua vez, em suas múltiplas variações, orienta-se para o instante concreto em que se dá a enunciação, cuja entonação expressiva, particularíssima para cada palavra ou expressão, lhe fornece uma nova significação. Depois de tudo isso, qualquer palavra *jamaís será a mesma!*

Entretanto, nem todos os julgamentos de valor são tão perceptíveis como os aqui colocados. Conforme comentamos, as entonações expressivas (os tons emocionais concedidos pelos sujeitos às palavras) se configuram no estágio mais visível do conteúdo expresso pela fala viva. Determinada pela *situação imediata* de sua enunciação,

a entonação não traduz adequadamente o valor apreciativo; esse serve, antes de mais nada, para orientar a escolha e a distribuição dos elementos mais carregados de sentido da enunciação. Não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende, antes de mais nada, *uma orientação apreciativa*. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém, ao mesmo tempo, um sentido e uma apreciação. Apenas os elementos abstratos considerados no sistema da língua e não na estrutura da enunciação se apresentam destituídos de qualquer valor apreciativo. Por causa da construção de um sistema lingüístico abstrato, os lingüistas chegaram a separar o apreciativo do significativo, e a considerar o apreciativo como um elemento marginal da significação, como a expressão de uma relação

individual entre o locutor e o objeto do seu discurso (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 134-135).

Por essas razões, Bakhtin credita à apreciação o *papel criativo* nas mudanças de significação onde, fundamentalmente, essa transformação sofrida pela significação é uma *reavaliação*: ou seja, o deslocamento de uma determinada palavra de um contexto apreciativo para outro. “A evolução semântica da língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social e a evolução do horizonte apreciativo – no sentido da totalidade de tudo que tem sentido e importa aos olhos de um determinado grupo – é inteiramente determinada pela expansão da infra-estrutura econômica” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 135-136). Assim sendo, devemos pensar esse *ditto bakhtiniano* à luz do movimento marxista, para o qual a *valoração* de qualquer “objeto”, e por isto inclui a língua nesse aspecto, depende da base econômica que fornece os próprios subsídios de julgamento aos diferentes grupos.

De qualquer forma, esse valor apreciativo se relaciona, diretamente, e, uma vez mais, à particularidade de cada situação em que ocorre o enunciado,

envolvendo uma atividade que poderíamos traduzir por uma competência avaliativa e interpretativa de sujeitos em processo de interação, ou, mais simplesmente, o julgamento da situação que interfere diretamente na organização do enunciado e que, justamente por isso, deixa no produto enunciado as marcas do processo de enunciação (BRAIT, apud TEZZA; DE CASTRO, 2001, p. 77).

Em outras palavras, essa *competência avaliativa* dos partícipes do processo de comunicação e de suas interações com o *contexto* em que se dá o enunciado, relacionado ao poder *emocional-volitivo* que coloca o objeto/palavra/enunciado em movimento, através de determinado julgamento realizado pelo falante, passam a ter papel fundamental no processo de significação. *O som adquire valor*, e passa a ser significativa e constituinte da própria noção de significação. Nesse constante processo (re)avaliativo, nada permanece estável:

É por isso que a significação, elemento abstrato e igual a si mesmo, é absorvida pelo tema; é dilacerada por suas contradições vivas, para retornar, enfim, sob a forma de uma nova significação, com uma

estabilidade e uma identidade igualmente provisórias. A significação é sempre provisória (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 136).

Nesses termos, os interlocutores utilizam os enunciados a partir de um ponto de vista declaradamente ideológico, no sentido bakhtiniano (criativo) do termo, nem tão marcado pela luta de classes. Como se percebe, a enunciação bakhtiniana engloba, ao mesmo tempo em que *assume para si*, essa constante *mediação*, essa intersecção das enunciações dos sujeitos falantes que remete a um contato, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. Inclusive, por essas características, Brait (2001) nos diz que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem.

O dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos. E aí, dialógico e dialético aproximam-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem (apud TEZZA; DE CASTRO, 2001, p. 79).

É nesse sentido que, ao procurar rever alguns dos pressupostos teóricos que norteiam o posicionamento do *objetivismo abstrato*, e, especialmente, a abordagem lingüística como vinha sendo trabalhada, Bakhtin (1997) propõe o estudo da língua como um *organismo vivo*, sensível e permeável às complementações externas, extrapolando, portanto, o “sistema” normativo, regulador e “estrangulador” de sentidos. *Sobre* a “língua”, propõe outra; *sob* o “sistema”; fragmenta-o: a palavra passa a ser incluída no contexto histórico e social de sua realização. A compreensão do locutor orienta-se não mais para a identificação dos componentes normativos (sinal), mas para a qualidade contextual que essa palavra-signo adquire à medida que ganha movimento, polissemia, “abertura” e responsividade. O signo está sempre sendo transformado pelos falantes, que participam do processo de comunicação verbal.

“Por sinal”, os elementos do “sistema”, suas *formas isoladas*, tensionam-se: um único e mesmo significado estável, firme e sempre idêntico a si mesmo, aprisionado pelo dicionário, transforma-se na pluralidade de suas

significações. O abstrato não mais prevalece sobre o concreto; a reificação do elemento lingüístico (isolado) não pode mais substituir a *dinâmica da fala* (conjunto). A própria reflexão sistematizada, na concepção “fechada” de um sistema abstrato e exercida sobre um objeto acabado, não serve mais ao exame da língua viva, em constante transformação histórica, social e humana. O sinal (lingüístico) transforma-se no signo (bakhtiniano).

Reflexo de muitas lutas, lingüísticas, sociais e principalmente pessoais, no interior de uma URSS repleta de expurgos políticos e silenciadora de criações artísticas e literárias, o *inconformismo* bakhtiniano acerca da imanência do “sistema” língua e, por conseguinte, dos processos analíticos de isolamento dos elementos constitutivos da língua gerando enunciações monológicas, o faz perceber a própria natureza *intrínseca* do signo como *dialógica*. O signo não apenas é capaz de “refletir” o mundo, a realidade que nos cerca, mas, principalmente, o signo pode “refratar” ou “traduzir” esse mundo, nos termos adotados por Faraco (2003), a partir das infinitas interpretações/representações produzidas pelos sujeitos reais e vivificantes do processo de comunicação verbal, em incansáveis interações comunicacionais: entre si, com a *língua em si* e com todo o contexto concreto, particular e circundante.

Ao propor o *primado do diálogo* sobre o monólogo, Bakhtin (1997) constata essa incapacidade do sistema lingüístico descritivo, lógico e auto-excludente de contemplar a *verdadeira natureza da enunciação*. Ao seu ver, os lingüistas concebiam a língua como se um falante qualquer jamais *efetivamente* a falasse. Pura abstração. Contrapõe um sistema “perfeito” de formas ideais que remetem a normas, estáveis e idênticas a si mesmas, a um sistema “imperfeito”, utilizado por um falante *igualmente* imperfeito. O foco da enunciação, isolado, abstrato e reproduzível transfere-se para o *outro*, para o lado das formas vivas, mutáveis, particularíssimas e, sobretudo, adaptáveis, de cada enunciação.

Sob a ótica do dialogismo, a própria *noção de texto* adquire contornos diferenciados, sendo percebido de uma forma bem mais ampla: mosaico multicolorido composto por uma infinidade de peças em movimento, cujo “destino” interpretativo se constitui em um campo de estudos ainda em formação. Nas relações dialógicas propostas pelo Círculo de Bakhtin, o discurso, entretido por



outros discursos, perpassa e é perpassado pelos mais diferentes sujeitos e suas culturas. A cada nova atualização contextual, (re)instaura uma nova significação. Ao passear pelos mais diferentes territórios, leva e deixa marcas dessa interação, incorporando os demais discursos que chegam até ele, e que dele partem. (Re)cria-se.

Através dessa *extraterritorialidade*, termo cunhado por Bakhtin e que serve, segundo Brait (2001, p. 78), para designar um discurso que, ao *transgredir* seu local de origem, ou cujo território lhe foi socialmente estabelecido, para manifestar-se/expressar-se em outros locais, dialoga com toda a profusão de sistemas circundantes. É nesses termos que não lemos mais um texto qualquer, mas a *representação* que esse texto passa a ter a partir de sua *contextualização social*. É *enquanto* representação que a tarefa de interpretar torna-se *ainda mais sedutora*.

Nesses termos, dialógicos por suas próprias naturezas constituintes, Bakhtin percebe que qualquer discurso é formado por uma *natureza social heterogênea*, explícita, velada, conflituosa, redentora. O próprio dialogismo, que envolve qualquer discurso, passa a ser entendido como uma instância significativa, “entrelaçamento de discursos que, veiculados socialmente, realizam-se *nas e pelas* interações entre sujeitos” (BRAIT, apud TEZZA; DE CASTRO, 2001, p. 79). Dessa multiplicidade de fatores surge um *eu* bakhtiniano que se realiza em um *outro*, que é o coletivo, o social e o inter/transdiscursivo. Trata-se de um *coletivo significante, cada vez mais significado*.

Desse modo, o processo dialógico é concebido como infinito e inesgotável, o que requer uma *atitude responsiva ativa* de seus enunciadores. E esse enunciar se caracteriza pela adoção de uma determinada *posição avaliativa*, fazendo-se participar do *todo social* contextual concreto. Portanto, *enunciar é responder; é estar aberto ao outro*. O enunciado é a *produção autêntica* de alguém para alguém.

Como a interpretação é caracterizada por um processo em trânsito, sem início ou fim, para creditarmos o mote a Foucault (1997b), a reflexão sobre esse permanente diálogo que aqui vem sendo desenvolvida não trata tanto do estudo

do diálogo, mas do que ocorre *com* o diálogo: desde as significações que são recriadas pelas enunciações até seus contextos constitutivos e recriantes. Não nos esqueçamos que, na concepção bakhtiniana, o plano das relações dialógicas realiza-se no plano das interações sociais, que estão além da mera responsividade das réplicas dos diálogos cotidianos face-a-face.

Tais situações “nada”, ou “praticamente” nada, segundo o autor, acrescentam a esse *todo de sentido* de que estamos falando; ainda que *tudo significa* e tem uma *razão de ser* em um determinado diálogo. A enunciação dialogicamente bakhtiniana abrange desde um irrelevante pedido, até a reflexão dos mais elaborados sistemas semióticos e ideológicos constituídos. O que é a criação artística senão um grande diálogo entre a realidade interna do artista com a realidade externa que o cerca? E o que diríamos das vozes dialógicas presentes n’**A divina comédia**, de Dante Alighieri, atravessando gerações e espaços e tempos paradisíacos e infernais?

Em tempo, *enunciar*, para Bakhtin, é colocar a *vida em movimento*; através do *movimento do Verbo Divino*. Trata de *transgredir* a concepção de uma linguagem verbal voltada exclusivamente para a dissecação asséptica das formas lingüísticas sempre estáveis e idênticas a si mesmas, e repensá-la à luz de uma filosofia “meta” ou “trans” lingüística; no mesmo sentido de “transgredir”: a norma, o sistema, o já-dito, o comum. *Comum*, por sua vez, adquire os contornos do “comunicar”; de tornar comunicativa toda a vida; e a vida toda; por ela mesma! Bakhtin vê “tudo em constante comunicação – a comunicação como fundamento de toda a cultura e, mais ainda, da própria vida” (CLARK; HOLQUIST, 1998, p. 12). Pensador, filósofo sistemático, homem religioso e profundamente apaixonado pela condição humana, defende que

a vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar, escutar, responder, concordar, etc. Neste diálogo, o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra, e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal (BAKHTIN, apud CLARK; HOLQUIST, 1998, p. 13).

Transformada em situação comunicacional, a vida dialógica das enunciações estará dependente e interligada ao contexto social da qual emerge e

para a qual acabará confluindo. A enunciação em Bakhtin é a unidade fundamental não mais do estudo da língua (sistema), mas da comunicação (processo) como um todo, que se dá *no* e *pelo* social. O processo comunicacional, nesse sentido, se manifesta *com* a linguagem, *através* dos sistemas de signos. “Tal percepção volta o sistema geral da linguagem para as necessidades de experiências específicas: ‘a linguagem entra na vida através de proferições concretas’. A consciência é o *médium* e a elocução é o *meio* pelos quais os dois elementos de outro modo díspares – a rapidez da experiência e a materialidade da linguagem – são arreados numa unidade volátil” (CLARK; HOLQUIST, 1998, p. 237). Daí em diante, a situação *imediata* e o meio social circundante passam a determinar totalmente, e a partir de seu interior, a *essência* de cada enunciação.

No universo interpretativo sob a ótica do *diálogo*, a *escritura bakhtiniana* se transforma em poesia; poesia que fala *do* outro; fala *com* o outro e, muitas vezes, *pelo* outro. Apaixonante! É essa idéia de um *permanente diálogo*, já tantas vezes referida, que procuramos ressaltar em nosso percurso pelos *arredores reflexivos* da enunciação bakhtiniana, caracterizada por um mosaico (inter)textual em constante formação: encaixe e desencaixe de peças (i)regulares. Tecido de textos que vêm (entre)tecer-se. Obra (in)acabada. (Re)escritura. Movimento!

Referimo-nos, aqui, a um constante *deslocamento*, que se proponha a encontrar um *outro* caminho para a própria escritura e, principalmente, para a escritura própria; uma outra forma de (re)escrever e (re)significar *o não-dito no já-dito*! Ao que parece, um texto termina por extrapolar, e em muito, as previsões de seus diletos e humildes leitores/sujeitos/especuladores. Talvez aí estejam presentes aqueles componentes mágicos presentes no processo de Leitura/Escritura! Um texto e seus múltiplos prazeres; *o prazer do texto*, para delegarmos a voz a Barthes (1972).

Como “escrever (ao longo dos tempos), é procurar abertamente a *maior linguagem*, a que é forma de todas as outras” (BARTHES, 1972, p. 10), a enunciação bakhtiniana transporta-se do sistema lingüístico “fechado” para buscar novas (re)significações, inusitadas e imprevisíveis, à medida que o contexto enunciativo de sua volta se transforma na multiplicidade de suas co-ocorrências.

À construção/formação do sentido e da significação, incompletos em sua completude, articulam toda uma gama de fatores imbricados, difusos, polissêmicos; caso contrário, dele teríamos uma única e mesma leitura, centrada em uma enunciação monológica. Desacordos: entre Bakhtin; entre os emissores; entre todos os seus interlocutores; entre mim e ti; entre todos os nossos “eus”.

Ao longo do tempo e a cada proferição, o enunciado bakhtiniano vai aglutinando interpretações e significações formadas a partir da heterogeneidade dos olhares interpretadores/interlocutores. Perda irreparável dos ecos (restos) do passado. Pela própria circularidade infinita das linguagens, os *sinais*, idênticos a si mesmos, apagam suas marcas, disseminadas nos *signos* dos diálogos que deles vão surgindo. E *entre um signo e outro*, articulam-se intrincados “sistemas de signos” que compõem os diferentes *universos culturais* que fazem parte das vivências dos diferentes leitores/sujeitos/receptores participantes de um determinado processo comunicacional; o que pressupõe um contexto de referência bastante amplo, que não dependa exclusivamente do sistema léxico verbal-lingüístico.

Encontros e desencontros (inter) e (trans)textuais. Inovação, imaginação, criação. Todos prazeres do texto! O “novo” enunciado; a nova interpretação; a nova (re)significação é um pequeno segmento desse grande círculo (mágico) da linguagem. Lembremo-nos novamente de Barthes (1972), para quem a *infidelidade* é inerente à escrita e onde cada texto é roubo: da *maior linguagem*. Sonhos/divagações de fazer linguagem com a própria Linguagem.

#### 1.4 ... DOS DIÁLOGOS AOS CONTEXTOS SOCIAIS ...

Retomando as questões inicialmente propostas, a problemática da enunciação e seus demais elementos agregantes será, posteriormente, trabalhada em ***Estética da criação verbal***. Lançada inicialmente em 1979, essa obra reunirá um conjunto de textos de diferentes épocas, de 1919 a 1974, aos quais o autor não acompanhou sua finalização. Entretanto, o mérito que essa coletânea apresenta é o de dar prosseguimento ao pensamento bakhtiniano no

que diz respeito a uma “teoria” ou “análise” do discurso. Os conceitos trabalhados nessa obra compreendem a preocupação do autor com a problemática do enunciado, comunicação verbal, gênero e as diferentes concepções de destinatários aplicadas às esferas da atividade humana, entre outras noções, visando dar continuidade e dialogar com conceitos iniciados em textos anteriores.

Especialmente dessa obra, do capítulo originalmente intitulado “O problema dos gêneros do discurso”, que corresponde à seleção de textos de arquivo localizado entre 1952 e 1953 e que receberam, contemporaneamente, a tradução de “Os gêneros do discurso” e “O enunciado, unidade da comunicação verbal”, vamos nos apropriar de alguns comentários para aprofundar nossa reflexão. A questão da classificação dos gêneros do discurso, conforme revista por Bakhtin (2000), termina por *preceder* à questão do enunciado propriamente dito, entendido enquanto unidade real da comunicação verbal.

Nesse sentido, Bakhtin nos traz a noção de que a língua é utilizada em todas as esferas da atividade humana, sendo que essa utilização se realiza sob a forma justamente de *enunciados*, concretos e únicos, que refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, principalmente no que diz respeito ao conteúdo (temático); ao seu estilo verbal, composto por recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais e à sua construção composicional. Inclusive, segundo o autor,

estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolavelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo que isso denominamos *gêneros do discurso* (2000, p. 279).

Nesses termos, a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a ação virtual da atividade humana é inesgotável e cada esfera comporta um repertório de gêneros do discurso que vai se diferenciando e se ampliando à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Entretanto, em que pese a heterogeneidade dos gêneros do discurso, sejam orais ou escritos, tais peculiaridades não impedem que sejam agrupados de acordo com certas afinidades que incluem: a curta réplica do diálogo cotidiano, com toda

a gama de variações que pode assumir; as situações e a composição de seus protagonistas; o relato familiar; a carta, com suas mais inusitadas formas, principalmente se formos pensar, contemporaneamente, o papel desenvolvido pelos *e-mails* e similares utilizados nas diferentes mídias digitais; a ordem militar padronizada, seja na forma lacônica, seja na forma de ordem circunstanciada, entre outras aproximações. Conforme o autor coloca, terminar-se-ia por incluir, nessa gama de possibilidades, todo o repertório de documentos oficiais, geralmente padronizados; o universo das declarações públicas em seu sentido amplo, sejam sociais ou políticas; sem falar em todos os modos literários, desde o ditado até o romance volumoso; bem como as exposições científicas.

A questão que Bakhtin propõe em relação a essas classificações é justamente a de “como colocar no mesmo terreno de estudo fenômenos tão díspares como a réplica cotidiana (que pode reduzir-se a uma única palavra) e o romance (em vários tomos); a ordem padronizada que é imperativa já por sua entonação e a obra lírica profundamente individual?” (2000, p. 280). Traz, como observação, que a “diversidade funcional” parece transformar os traços comuns a todos os gêneros do discurso em elementos abstratos e inoperantes, e que talvez seja essa a explicação para que o problema geral dos gêneros do discurso nunca tenha sido colocado.

Nessa perspectiva, seus questionamentos dizem respeito à *forma* pela qual os diferentes gêneros do discurso eram até então tratados. Procura encontrar uma *classificação específica* mais adequada para a diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana, tendo em vista esclarecer qual a definição correta da *natureza lingüística do enunciado*. Em linhas gerais, o autor enfatiza que os *gêneros literários*, por exemplo, estudados desde a Antigüidade até a época contemporânea, recebiam uma abordagem que enfatizava unicamente o ângulo artístico-literário de sua especificidade. Critica, desse modo, que tais gêneros não foram estudados enquanto tipos particulares de enunciado, que se diferenciam de outros tipos de enunciados com os quais, contudo, têm em comum a natureza *verbal* (lingüística). Preocupa-se que “o problema de lingüística geral, colocado pelo enunciado, e também pelos diferentes tipos de enunciados, quase nunca foi levado em conta” (BAKHTIN, 2000, p. 280).

Já em relação aos *gêneros retóricos*, da mesma maneira que os literários, também foram estudados desde a Antigüidade até a época contemporânea; porém, as épocas posteriores não acrescentaram nada de realmente novo à teoria antiga. Os aspectos que eram analisados procuravam dar conta da *natureza verbal do enunciado*, recebendo maior atenção seus princípios constitutivos, tais como: a relação com o ouvinte; a influência desse sobre o enunciado e a *conclusão verbal* peculiar ao enunciado, diferentemente da *conclusão do pensamento*, de caráter muito mais elaborado e complexo. A crítica em relação a essa abordagem é a de que “a especificidade dos gêneros retóricos (jurídicos e políticos) encobria, porém, a natureza lingüística do enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 280).

Em contrapartida, os *gêneros do discurso cotidiano* tinham sua ênfase na réplica do diálogo cotidiano, a partir do ponto de vista da lingüística geral, entendida pelo autor como a escola de Saussure e seus continuadores mais recentes, os estruturalistas e os behavioristas americanos, bem como os discípulos de Vossler, cuja base de análise era totalmente diferente. Procurando reorganizar todo um pensamento teórico que, de certa forma, já tinha sido legitimado, Bakhtin esclarece que tal forma de análise “não podia conduzir à definição correta da natureza lingüística do enunciado, na medida em que se limitava a pôr em evidência a *especificidade do discurso cotidiano oral*, operando na maioria das vezes com enunciados deliberadamente primitivos (behavioristas americanos)” (2000, p. 281). Sugere, como resposta a uma possível classificação dos gêneros do discurso, que

não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado. O que importa é levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero de discurso *primário* (simples) e o gênero de discurso *secundário* (complexo) (2000, p. 281).

Nesse sentido, Bakhtin estabelece dois grandes grupos de gêneros do discurso: o primário ou simples e o secundário ou complexo. Os *gêneros primários* são os gêneros da *comunicação espontânea*. “Ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro desses e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios” (2000, p. 281).

Desse modo, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, quando inseridas no romance, conservam sua forma e seu conteúdo apenas no plano do *conteúdo do romance*, concebido como fenômeno da *vida literário-artística*, e não no plano da *vida cotidiana*.

Por outro lado, os gêneros secundários do discurso são representados pelo romance, teatro, discurso científico, discurso ideológico, entre outros. Aparecem em circunstâncias estabelecidas por uma *comunicação cultural* mais complexa, principalmente em relação aos aspectos compreendidos pela parte escrita, artística, científica, social e política. Para Bakhtin, “durante o processo de sua formação, os gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em condições de uma comunicação verbal espontânea” (2000, p. 281). Cita como exemplo o romance em seu todo, que se trata de um enunciado da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal, que são fenômenos da mesma natureza, diferenciando-se entre primários e secundários. Entretanto, somente essa divisão também não basta para uma análise mais aprofundada de tais aspectos.

Respondendo aos questionamentos inicialmente propostos acerca de uma primeira reflexão sobre a questão dos gêneros do discurso, e a dificuldade que envolve a correlação entre língua, ideologias e visões de mundo, entre outros aspectos pertinentes, Bakhtin nos orienta que a natureza essencial do enunciado localiza-se, para além da separatividade requerida pelos aspectos analíticos de que se compõem os discursos, na inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, e o *processo histórico* de formação dos gêneros secundários, de outro.

A distinção entre gêneros primários e secundários tem grande importância teórica, sendo esta a razão pela qual a natureza do enunciado deve ser elucidada e definida por uma análise de ambos os gêneros. Só com esta condição a análise se adequaria à natureza complexa e sutil do enunciado e abrangeria seus aspectos essenciais. Tomar como ponto de referência apenas os gêneros primários leva irremediavelmente a trivializá-los (a trivialização extrema representada pela lingüística behaviorista) (2000, p. 281-282).



Por tais razões, Bakhtin parte em busca do estudo da *natureza do enunciado* e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana em que eles ocorrem. Ao refletir sobre tais questões, percebe que seu material de pesquisa gira em torno, fundamentalmente, de *enunciados concretos* (orais e escritos), que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação humanas, compostas por: “crônicas, contratos, textos legislativos, documentos oficiais e outros, escritos e literários, científicos e ideológicos, cartas oficiais ou pessoais, réplicas do diálogo cotidiano em toda a sua diversidade formal” (2000, p. 282). Na sua visão de mundo e, conseqüentemente, na sua visão de enunciado,

ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua (2000, p. 282).

Ao afirmar que o enunciado situa-se no *cruzamento* entre os *aspectos internos do discurso* (formais) e os *aspectos vivos do discurso* (informais), caracterizados por sua apropriação em situações concretas da vida cotidiana e por sujeitos que fazem uso da linguagem para, sobretudo, se comunicarem, Bakhtin (2000) termina por revisar a abordagem teórica com que vinha sendo tomado esse enunciado, o que aponta para uma nova reestruturação de algumas áreas e de alguns problemas da Lingüística, principalmente no que tange à *estilística*. Enfatiza, mais uma vez, o caráter social e cultural e, portanto, *concreto*, das manifestações discursivas em suas mais diferentes formas, que não ocorrem no vazio, mas sim em situações específicas da vida em sociedade.

Bakhtin (2000, p. 282) nos informa que o estilo está indissociavelmente ligado ao enunciado e às *formas típicas de enunciados*, isto é, aos gêneros do discurso. Nessa perspectiva, seja qual for o enunciado, oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal, será sempre individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). *O enunciado possui um estilo individual*. Entretanto, segundo o autor,

nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua do enunciado, ou seja, nem todos são propícios ao estilo individual. Os gêneros mais propícios são os *literários*. Neles, o estilo individual faz parte do empreendimento enunciativo enquanto tal e constitui uma de suas linhas diretrizes (2000, p. 283).

O estilo individual, pessoal e intransferível, tem sérias limitações para manifestar a individualidade na língua, se tomado em sua *forma padronizada*, representada pelos formulários de documentação oficial, de ordem militar, de nota de serviço. Tais formatos ganham em praticidade, mas perdem em individualidade, sendo caracterizados pela superficialidade que lhes é própria.

Na maioria dos gêneros do discurso (com exceção dos gêneros artístico-literários), o estilo individual não entra na intenção do enunciado, não serve exclusivamente às suas finalidades, sendo, por assim dizer, seu epifenômeno, seu produto complementar. A variedade dos gêneros do discurso pode revelar a variedade dos estratos e dos aspectos da personalidade individual, e o estilo individual pode relacionar-se de diferentes maneiras com a língua comum. O problema de saber o que na língua cabe respectivamente ao uso corrente e ao indivíduo é justamente o problema do enunciado (apenas no enunciado a língua comum se encarna numa forma individual). A definição de um estilo em geral e de um estilo individual em particular requer um estudo aprofundado da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2000, p. 283).

Com essa intervenção, o autor termina por nos falar do vínculo indissolúvel entre o estilo e o gênero, principalmente quando se trata do problema de um estilo lingüístico ou funcional. Nessa perspectiva, o estilo lingüístico ou funcional nada mais é do que do que o estilo de um gênero particular concebido e utilizado em uma dada esfera da atividade e da comunicação humanas. Cada esfera faz uso de um ou mais gêneros, apropriados, cada qual, à sua especificidade, que, por sua vez, correspondem a determinados estilos. O processo gira em torno da complementaridade, uma vez que uma determinada esfera da comunicação verbal, seja ela técnica, ideológica, oficial, cotidiana, está situada em determinadas condições que lhes são próprias e específicas, gerando, por sua vez, um dado gênero, ou, em outras palavras, “um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico” (BAKHTIN, 2000, p. 284). Dito de outro modo, cada esfera da atividade humana exige o emprego de um gênero de discurso próprio. Em cada gênero há uma maneira particularíssima de se estruturar o discurso, em que se evidenciam

as relações entre falante e ouvinte; autor e leitor; requerente e autoridade, e assim por diante.

O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e a unidades composicionais: tipo de estruturação e conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.). O estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado (BAKHTIN, 2000, p. 284).

Entretanto, o autor faz a ressalva de que, uma vez fazendo parte da unidade do enunciado, isso não significa que o estilo lingüístico não mereça um estudo especializado, que leve em consideração suas características específicas. Segundo ele, uma estilística da língua se faz extremamente necessária, desde que reflita sobre o fato de que os *estilos da língua* pertencem, por natureza, ao *gênero* e deve basear-se no estudo prévio dos gêneros em sua diversidade. Como comentário, nos diz que a estilística da língua ainda não deu a devida importância a esses fundamentos, ignorando-os muitas vezes de maneira radical, premissa onde reside sua debilidade. Entre os problemas apontados, Bakhtin adverte que não existe uma classificação comumente reconhecida dos estilos lingüísticos e que a grande falha dos autores de classificações é a de esquecer a necessidade de uma *unidade de base* no processo de classificação. Admite que as classificações nesse sentido são surpreendentemente pobres e não apresentam o menor critério diferencial. Como se percebe,

tal estado de coisas resulta de uma incompreensão da natureza dos gêneros dos estilos da língua e de uma ausência de classificação dos gêneros do discurso por esferas da atividade humana, assim como de uma ausência de diferenciação entre os gêneros primários e secundários (2000, p. 285).

Mantendo-se fiel ao pressuposto de que os enunciados ocorrem em situações históricas e temporais específicas, Bakhtin nos informa que “as mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuam nos gêneros do discurso” (2000, p. 285). Toda a história de uma determinada língua se compõe de dados retirados da escrita que, por sua vez, também registra a fala, que é mais sensível às mudanças que estão ocorrendo na língua. Haja vista que

os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero (2000, p. 285).

Nessa perspectiva, em cada época de seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários, ou seja, literários, científicos e ideológicos, mas, também, pelos gêneros primários, tais como os do diálogo oral, como a linguagem das reuniões sociais, dos círculos, da linguagem familiar, cotidiana, social, política ou filosófica. Inclusive, para o autor, a porosidade existente entre a língua escrita, capaz de incorporar diversas camadas da língua popular em seus múltiplos gêneros, sejam eles literários, científicos, ideológicos ou familiares, requer para si a ampliação de um novo procedimento na organização e na conclusão do todo verbal e uma modificação do lugar que será reservado ao ouvinte ou ao parceiro, o que implica uma reorganização e uma renovação dos próprios gêneros do discurso. Desse modo, tanto os estilos individuais como os que pertencem à língua tendem para os gêneros do discurso. Graças a tais peculiaridades, surge a dialogização,

mais ou menos marcada dos gêneros secundários, o enfraquecimento do princípio monológico de sua composição, a nova sensibilidade ao ouvinte, as novas formas de conclusão do todo, etc. Quando há estilo, há gênero. Quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância deste estilo, graças à sua inserção num gênero que não lhe é próprio, destruímos e renovamos esse gênero (BAKHTIN, 2000, p. 286).

O que mais preocupa Bakhtin, em relação ao problema geral dos princípios metodológicos aplicáveis ao estudo das correlações existentes entre o léxico e a gramática de um lado, e entre o léxico e a estilística de outro, é o fato de que se baseiam nesse mesmo problema do enunciado e dos gêneros do enunciado. Dito de outro modo, gramática e estilística têm uma fronteira comum, mas não são a mesma da área. Desse modo,

pode-se dizer que gramática e estilística se juntam e se separam em qualquer fato lingüístico concreto que, encarado do ponto de vista do enunciado individual, é um fato estilístico. Mesmo a seleção que o locutor efetua de uma forma gramatical já é um ato lingüístico. Esses dois pontos de vista sobre um único e mesmo fenômeno concreto da língua não devem porém excluir-se mutuamente, substituir-se mecanicamente um ao outro, devem combinar-se organicamente (com a

manutenção metodológica de sua diferença) sobre a base da unidade real do fato lingüístico (2000, p. 286-287).

Ao refletir acerca dos *fenômenos da vida*, e, especialmente, os da *vida verbal*, a que Bakhtin chama de *fluxo verbal* ou, em outras palavras, o próprio processo comunicacional, reafirma o estudo do enunciado em sua qualidade de *unidade real da comunicação verbal*, habitado por uma dada ideologia, cultura, sociedade e política e *cortado*, desde sempre, por um paralelo temporal que impregna esse enunciado com suas características peculiares. Lembremo-nos de que a língua, enquanto sistema, *está para* seus falantes e ouvintes, que a modificam ao mesmo tempo em que são por ela modificados. É a partir desse patamar que Bakhtin propõe uma outra metodologia de análise, uma vez que somente “uma compreensão profunda da natureza do enunciado e da particularidade dos gêneros do discurso pode permitir a solução desse complexo problema de metodologia” (2000, p. 287).

## 1.5 ... DOS CONTEXTOS SOCIAIS À RELAÇÃO COM O OUTRO

Retomando a questão de como o pensamento bakhtiniano percebe o enunciado, a lingüística do século XIX, especialmente representada por Humboldt e Vossler, coloca no seu centro de discussão a necessidade do homem de exteriorizar-se, como se ele estivesse *sozinho*, sem considerar o *outro* e o processo interacional com esse outro, em uma relação ativa entre os parceiros do processo real da comunicação. Quando o faz, é como se esse *outro* fosse um *ser passivo*, que apenas compreende o enunciado, ou então, visto apenas como uma espécie de personalidade coletiva. *A real função comunicativa da linguagem é relegada a um segundo plano, para o qual*

o enunciado satisfaz seu próprio objeto (ou seja, ao conteúdo do pensamento enunciado) e ao próprio enunciador. A língua só requer o locutor – apenas o locutor – e o objeto de seu discurso, e, se com isso, ela também pode servir de meio de comunicação, esta é apenas uma função acessória, que não toca à sua essência. É óbvio que a coletividade lingüística, a multiplicidade dos locutores são fatos que não podem ser ignorados, quando se trata da língua, mas esse aspecto não é necessário ou determinante quando se trata de definir a natureza da língua em sua essência. Às vezes, a coletividade lingüística é encarada

como uma espécie de personalidade coletiva – o “espírito de um povo”, etc. – e é-lhe atribuída uma importância capital (na “psicologia dos povos”), mas a verdade é que, mesmo nesses casos, a multiplicidade dos locutores – os *outros* para cada determinado locutor – perde sua substância (BAKHTIN, 2000, p. 289-290).

A questão determinante que o autor levanta é a de que os esquemas lingüísticos apresentam as *funções* de “ouvinte” e “receptor”, como meramente parceiros do “locutor”, sem levar em consideração a fantástica rede dialógica colocada em movimento. A quimera que constitui o ouvinte e o receptor como opostos está completamente inadequada ao processo complexo que envolve a comunicação verbal, ressaltando, isto sim, um aspecto abstrato destituído de sentido real.

Em suma, alguns estudiosos da lingüística geral, inclusive o próprio Saussure, conforme colocado por Bakhtin, representam os dois parceiros da comunicação verbal, o locutor e o ouvinte, ou seja, quem recebe a fala, por meio de um esquema dos processos ativos da fala no locutor e dos processos passivos de percepção e de compreensão da fala no ouvinte. Desse modo, o processo comunicacional é tratado de forma direta, linear e simplista, deixando de lado o complexo conjunto de interações que ocorre entre os dois pólos da relação. Inclusive, na opinião do autor,

não se pode dizer que esses esquemas são errados e não correspondem a certos *aspectos* reais, mas quando esses esquemas pretendem representar o *todo* real da comunicação verbal, se transformam em ficção científica (2000, p. 290).

Em contrapartida, deixa claro que o ouvinte que recebe e compreende a significação de um determinado discurso, em sua dimensão lingüística, adota simultaneamente para com esse discurso uma *atitude responsiva ativa*, ou seja, *interage* com o outro locutor e com o próprio discurso que está sendo proferido. Para tanto, pode concordar e discordar, totalmente ou em parte, com esse discurso, completá-lo, adaptá-lo, atualizá-lo, executá-lo. Enfim, assumirá uma determinada *atitude*, já pressupondo uma *ação*, que repercutirá em uma *colaboração constante* durante todo o processo de audição e compreensão do referido discurso, desde o primeiríssimo momento de sua enunciação. Circunstância complexa e heterogênea, a atitude responsiva ativa traz à tona a

*relação dialógica* constituinte do processo comunicacional, colocando em movimento uma série de aspectos que extrapolam o binômio ingenuamente previsto para o ouvinte e o receptor.

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma *atitude responsiva ativa*, (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prehe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor. A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela *compreensão responsiva ativa* e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente. Uma resposta fônica, claro, não sucede infalivelmente ao enunciado fônico que a suscita: a compreensão responsiva ativa do que foi ouvido (por exemplo, no caso de uma ordem dada) pode realizar-se diretamente como um ato (a execução da ordem compreendida e acatada), pode permanecer, por certo lapso de tempo, compreensão responsiva muda (certos gêneros do discurso fundamentam-se apenas nesse tipo de compreensão, como, por exemplo, os gêneros líricos), mas neste caso trata-se, poderíamos dizer, de uma compreensão responsiva de ação retardada: cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte. Os gêneros secundários da comunicação verbal, em sua maior parte, contam precisamente com esse tipo de compreensão responsiva de ação retardada. O que acabamos de expor vale também, *mutatis mutandis*, para o discurso lido ou escrito (BAKHTIN, 2000, p. 290-291) (grifos do autor).

Nessa perspectiva, a compreensão responsiva se caracteriza pela fase inicial e preparatória para uma resposta, seja qual for a *forma* de sua realização. Já existindo virtualmente na forma pressuposta, para que essa resposta possa se realizar, o locutor se utilizará do gênero do discurso mais apropriado para esse fim, ou seja, que realizará da maneira mais plena possível o papel ativo do outro no processo comunicativo. Inclusive, para o autor, isto é o que, de fato, acontece no processo comunicacional. Em outras palavras, o que o locutor espera, fundamentalmente, é uma *resposta* concebida em toda força *ativa*, ou seja, que seu interlocutor, instituído enquanto *outro* no processo comunicacional, assuma uma atitude de concordância, adesão, objeção, execução. O caráter participativo e majoritariamente intencional instaurado entre locutores e ouvintes nos indica o teor altamente interativo dessa relação de pressuposições, atualizações e não-ditos.

A variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve. O desejo de tornar seu discurso inteligível é apenas um *elemento* abstrato da intenção discursiva em seu *todo*. O próprio locutor como tal é, em certo

grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados (BAKHTIN, 2000, p. 291).

Desse modo, o ouvinte abstratamente representado enquanto parceiro do locutor, conforme estudado pelas figuras esquemáticas da lingüística geral, não corresponde ao *protagonista real* da comunicação verbal, implicado por um *movimento circular* que se dá entre interlocutores. Inclusive, essas figuras esquemáticas adotadas pela lingüística distorcem “o quadro real da comunicação verbal, cujos princípios essenciais são eliminados. O papel ativo do *outro* no processo da comunicação verbal fica minimizado ao extremo” (BAKHTIN, 2000, p. 292). A utilização de termos como “fala” e “fluxo verbal” ressalta o autor, revela o mesmo menosprezo pelo *papel ativo do outro* no processo de comunicação verbal, uma vez que esses termos, bastante vagos,

costumam designar aquilo que está submetido a uma segmentação em unidades da língua, concebidas como frações da língua: fônicas (o fonema, a sílaba, o grupo acentuado) e significantes (a oração e a palavra). O “fluxo verbal se subdivide ...”; “Nosso *discurso* se divide em ...”, eis como costumam, nos cursos de lingüística geral e gramática, e também nos estudos especializados de fonética, de lexicologia, introduzir as seções de gramática consagradas à análise das unidades lingüísticas correspondentes (BAKHTIN, 2000, p. 292).

Fugindo da representação dos elementos abstratos que fazem parte do fato real da compreensão responsiva ativa, a *realidade concreta* que Bakhtin (2000) propõe somente pode ser prevista a partir de uma relação dialógica que acontece na unidade espaço-temporal da comunicação social interativa, sendo por ela determinada. Tal prerrogativa nos aponta para o fato de que tudo o que é dito é determinado pelo lugar de onde se diz. Essa determinação é entendida pelo autor como sendo aquele aspecto do enunciado que ocupa um espaço único e singular em sua existência igualmente única e singular. Em outras palavras, o sentido *está para* o lugar de sua contextualização, geradora e receptora de enunciados.



Percorrendo o longo caminho da “indeterminação e das confusões metodológicas”, como prefere chamar Bakhtin (2000) ao acordo e desacordo entre alguns lingüistas, em que até mesmo a vaga palavra “discurso” ainda não recebeu um tratamento adequado, ora se referindo à língua, ora se referindo ao processo da fala, ora se referindo a uma seqüência de enunciados, chegamos ao termo enunciado, várias vezes aqui já referido, como a unidade real da comunicação verbal. Nesse ponto, o autor chega a ser enfático ao afirmar que a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo; na forma do sujeito de um *discurso-fala*.

Assim, o discurso se molda sempre à forma do enunciado, que pertence a um *sujeito falante* e não pode existir fora dessa forma; independente do volume, do conteúdo, da composição, os enunciados terão características estruturais que lhes são comuns e também fronteiras bem definidas, determinadas pela *alternância dos sujeitos falantes* em processo comunicacional. Desse modo,

todo enunciado, desde a breve réplica (monolexemática) até o romance ou o tratado científico, comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que sejam como uma compreensão responsiva muda ou como um ato resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mudo “*dix*”, percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou (BAKHTIN, 2000, p. 294).

Entendendo que o estudo do diálogo interessa aos domínios tanto da comunicação quanto da linguagem, Bakhtin (2000), propõe esse termo como a “forma clássica” da comunicação verbal, por sua clareza e simplicidade. Desde a réplica, por mais breve e fragmentária que seja, ela possuirá uma qualidade específica: *a expressão da posição do locutor*, que lhe permitirá responder, tomar uma posição, contrariar essa réplica, apontando, mais uma vez, para uma determinada atitude responsiva ativa, conforme já referido. É desse *diálogo real*, instável, provisório, incerto, mas, sobretudo, *diálogo real* que a alternância dos sujeitos falantes é observada de modo mais direto e evidente. Os enunciados dos

interlocutores<sup>12</sup>, ou seja, dos parceiros do diálogo, manifestam-se em forma de réplicas que se alternam regularmente, evidenciando a relação de reciprocidade estabelecida entre o *eu* e o *outro* bakhtinianos.

Mais uma vez, esse diálogo real não é aquele da “letra morta”, lingüisticamente repetida, mas, sim, é o diálogo da concretude das formas sociais, culturais e ideológicas em constante movimento de onde, justamente, emergem a *relação* das alternâncias de vozes de *caráter dialógico*. Inclusive, para o autor, essa característica peculiar se torna impossível entre as unidades da língua (palavras e orações), tanto no sistema da língua, quanto no interior do enunciado, uma vez que só ocorre graças à intervenção direta dos diferentes sujeitos falantes, em que um pressupõe o outro na comunidade verbal.

A questão que se levanta aqui, nessa nova proposta metodológica, é a diferença entre *oração*, entendida enquanto *unidade da língua*, e *enunciado*, entendido enquanto *unidade da comunicação verbal*. Para Bakhtin:

A oração representa um pensamento relativamente acabado, diretamente relacionado com outros pensamentos do mesmo locutor, dentro do todo do enunciado; uma vez terminada a oração, o locutor faz uma pausa, antes de passar ao pensamento que dá seguimento ao seu próprio pensamento, que continua, completa, fundamenta o pensamento anterior. O contexto da oração é o contexto do discurso de um único e mesmo sujeito falante (do locutor); a relação existente entre a oração e o contexto transverbal da realidade (a situação, as circunstâncias, a pré-história), e os enunciados de outros locutores não é uma relação direta e pessoal, é intermediada por todo o contexto que a rodeia, ou seja, pelo enunciado em seu todo (2000, p. 296).

Em outras palavras, a oração, entendida enquanto unidade da língua, não é caracterizada pela alternância direta dos sujeitos falantes e, portanto, não está em contato imediato com a realidade concreta que se localiza em uma situação transverbal, nem tampouco está em *relação imediata* com os enunciados do outro, colocando-os em movimento. Nessa perspectiva, a oração, uma vez inserida no sistema da língua, é de natureza gramatical e não pode suscitar uma

---

<sup>12</sup> Segundo Brait (2006, p. 117), devemos ressaltar que *diálogo* e *enunciado* são conceitos diferentes mas interdependentes, ou seja, o enunciado de um sujeito apresenta-se de maneira acabada, concluída, permitindo e inclusive provocando, como resposta, o enunciado do outro. Nessa perspectiva, a réplica é apenas relativamente acabada, uma vez que deve ser percebida como fazendo parte de uma temporalidade mais extensa, trazendo à tona complexas questões de ordem social, espacial, geográfica.

atitude responsiva do outro locutor. Nesse sentido, Bakhtin reafirma a posição de que

as pessoas não trocam *orações*, assim como não trocam *palavras* (numa acepção rigorosamente lingüística), ou combinações de palavras, trocam *enunciados* constituídos com a ajuda de unidades da língua – palavras, combinações de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma única oração, ou de uma única palavra, por assim dizer, de uma única unidade da fala (o que acontece sobretudo na réplica do diálogo), mas não é isso que converterá uma unidade da língua numa unidade da comunicação verbal (2000, p. 297).

Cada enunciado, por sua vez, reclama para si uma atitude responsiva por parte do outro locutor. Nesse ponto entra novamente em questão a proposta bakhtiniana de que, na falta de uma teoria baseada no enunciado entendido como unidade da comunicação verbal, permanece a distinção ingênua entre oração e enunciado, geralmente confundido justamente no que diz respeito à alteridade que se instaura entre o *concreto* e humano e o *abstrato*, lingüístico. Esse *diálogo real*, enfatizado pelo autor, é a forma mais simples e mais clássica da comunicação verbal, sendo a *alternância dos sujeitos falantes* que determina a fronteira presente entre os enunciados, mesmo nas áreas complexas da cultura como nas ciências e nas artes. “As fronteiras do enunciado são sempre da mesma natureza” (BAKHTIN, 2000, p. 298). Dito de outro modo:

As obras de construção complexa e as obras especializadas pertencentes aos vários gêneros das ciências e das artes, apesar de tudo que as distingue da *réplica do diálogo*, são, por sua natureza, *unidades da comunicação verbal*: são identicamente delimitadas pela alternância dos sujeitos falantes e as fronteiras, mesmo guardando sua nitidez *externa*, adquirem uma característica *interna* particular pelo fato de que o sujeito falante – o *autor* da obra – manifesta sua *individualidade*, sua visão de mundo, em cada um dos elementos estilísticos do desígnio que presidia à sua obra. Esse cunho de individualidade oposto à obra é justamente o que cria as fronteiras internas específicas que, no processo de comunicação verbal, a distinguem das outras obras com as quais se relaciona dentro de uma dada esfera cultural – as obras dos antecessores, nas quais o autor se apóia, as obras de igual tendência, as obras de tendência oposta, com as quais o autor luta, etc. (2000, p. 298).

A idéia do *eterno diálogo* é imperiosa em diversos momentos do pensamento bakhtiniano, sendo articulada a uma série de outros conceitos que, por sua vez, desdobram-se em propostas metodológicas e teóricas que dão continuidade ao estudo da linguagem. O *diálogo real*, desde que tomado em seu

sentido amplo, conforme sugerido por Bakhtin, não se expressa apenas como a conversação em voz alta ou a comunicação face-a-face, mas amplia-se para toda a comunicação verbal que envolva *interação* entre interlocutores. Noção complexa e impactante, não só para os estudos lingüísticos, mas para as Ciências Humanas e Sociais de um modo geral, a reflexão bakhtiniana de diálogo termina por *relacionar* categorias como as de sujeito, tempo e espaço, contemplando ainda uma perspectiva que revela a constituição histórica, social e cultural que se faz presente em cada uma dessas instâncias.

Dessa forma, a obra, conforme referida, também visa à réplica do diálogo, ou seja, também reclama a resposta do outro, através de uma compreensão responsiva ativa. Vale-se de todas as formas de que dispõe, quer através do convencimento do leitor; quer através de sua apreciação crítica; quer através de sua influência subliminar: para o autor, inclusive, a obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições da comunicação verbal de uma dada esfera cultural. Vejamos o que Bakhtin nos diz a esse respeito:

A obra é um elo na cadeia da comunicação verbal; do mesmo modo que a réplica do diálogo, ela se relaciona com as outras obras enunciadas: com aquelas a que ela responde e com aquelas que lhe respondem, e, ao mesmo tempo, nisso semelhante à réplica do diálogo, a obra será separada pela fronteira absoluta da alternância dos sujeitos falantes (2000, p. 298).

Sendo concebido como *unidade da comunicação verbal* diferenciada da oração, conforme referido, Bakhtin (2000) estabelece pelo menos três grandes aspectos a serem observados em relação à constituição do enunciado: em primeiro lugar, torna-se fundamental destacar a alternância dos sujeitos falantes que compõem o contexto do enunciado; em um segundo momento, deve-se levar em consideração o acabamento específico do enunciado; e, finalmente, a relação do enunciado com o próprio locutor e com os demais parceiros da comunicação verbal, situada em um determinado contexto histórico, social, cultural.

Complementar do primeiro aspecto, o acabamento típico do enunciado, é entendido como a *condição de reconhecimento* do fim do enunciado, estabelecida entre os integrantes do processo comunicacional. Tal característica se dá em um

momento específico e em condições igualmente específicas: “ao ouvir ou ao ler, sentimos claramente o fim de um enunciado, como se ouvíssemos o “*dixi*” conclusivo do locutor” (BAKHTIN, 2000, p. 299). O *acabamento específico* do enunciado possui, por sua vez, critérios particulares de expressão: o primeiro representa a *possibilidade de responder*, ou seja, de adotar uma *atitude responsiva ativa* para com o enunciado.

Segundo o autor, essa possibilidade de resposta se manifesta desde a pergunta coloquial [“*Como é seu nome?*”], na qual podemos respondê-la ou não, até o acatamento ou a desobediência de uma ordem, ou ainda a observação de uma exposição científica ou artística, com a qual se pode concordar ou discordar; apreciar ou indispor-se, formando um determinado juízo de valor. O segundo critério diz respeito à *totalidade do enunciado*, que proporciona a *possibilidade de responder*, de compreender de modo responsivo. Ou seja, é necessário o *acabamento* para tornar possível uma *reação ao enunciado*. Dito de outro modo,

não basta que o enunciado seja inteligível ao nível da *língua*. Uma oração, totalmente inteligível e acabada, se for uma oração e não um enunciado – constituído de uma única oração – não poderá suscitar uma reação de resposta: é inteligível, está certo, mas ainda não é um *todo*. Este *todo* – indício da *totalidade* de um enunciado – não se presta a uma definição de ordem gramatical ou pertencente a uma entidade de sentido (BAKHTIN, 2000, p. 299).

A totalidade de um enunciado, por sua vez, é determinada por três fatores indissociavelmente ligados ao *todo orgânico* do enunciado: 1) o tratamento exaustivo do objeto de sentido; 2) o intuito (o querer dizer) do locutor; 3) as formas típicas (estáveis) de estruturação do gênero do *acabamento*. O primeiro diz respeito ao tratamento exaustivo do objeto de sentido, que se transforma radicalmente a partir das esferas da comunicação verbal de sua utilização. O tratamento exaustivo pode ser quase total nas esferas em que os gêneros do discurso são padronizados ao máximo e a criatividade é quase inexistente, tais as perguntas-respostas automatizadas, bastante comuns na vida cotidiana, ou os comandos-ordens usados na vida militar. Para o autor,

teoricamente, o objeto é inesgotável, porém, quando se torna *tema* de um enunciado, (de uma obra científica, por exemplo), recebe um *acabamento relativo*, em condições determinadas em função de uma dada abordagem do problema, do material, dos objetivos por atingir, ou

seja, desde o início ele estará dentro dos limites de um *intuito definido pelo autor* (BAKHTIN, 2000, p. 300).

O segundo fator, ligado diretamente ao anterior, se refere ao *papel fundamental do locutor*, ao seu *intuito discursivo* ou ao seu *querer-dizer*. Em qualquer enunciado, desde a réplica cotidiana monolexêmica até as grandes obras complexas científicas ou literárias, captamos, compreendemos, “sentimos” o locutor, que termina por determinar o todo do enunciado. “Percebemos o que o locutor *quer* dizer, e é em comparação a esse intuito discursivo, a esse querer-dizer, (como o tivermos captado) que mediremos o acabamento do enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 300).

O querer-dizer do locutor se realiza, acima de tudo, na *escolha de um gênero do discurso*. Tal possibilidade de opção constitui nas formas típicas de estruturação do *gênero do acabamento*. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades impostas pelo próprio objeto do sentido; do conjunto constituído dos parceiros, entre outros aspectos. Bakhtin ressalta que

o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado. Este tipo de gênero existe sobretudo nas esferas muito diversificadas da comunicação verbal oral da vida cotidiana (inclusive em suas áreas familiares e íntimas) (2000, p. 300).

Independente do gênero do discurso escolhido para manifestá-lo, em todo e qualquer enunciado existe uma forma padrão relativamente estável que irá estruturá-lo. Da conversa cotidiana ao pronunciamento formal, o autor ressalta que adequamos nossa fala às formas precisas do gênero discursivo, seja esse padronizado ou estereotipado, regrado ou coloquial, criativo ou impactante. Tivemos a graça de sermos possuidores de rico repertório de gêneros do discurso tanto orais quanto escritos. Entretanto, enquanto usuários, estamos mais interessados em nos expressarmos do que propriamente em desvendar sua existência teórica. É isso o que normalmente ocorre. Inclusive, em relação às formas fixas do sistema da língua, Bakhtin esclarece que

a língua materna – a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical – não a aprendemos nos dicionários e gramáticas, nós a

adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam. Assimilamos as formas da língua somente nas formas assumidas pelo enunciado e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros do discurso, introduzem-se em nossa experiência e em nossa consciência conjuntamente e sem que sua estreita correlação seja rompida. Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por palavras e orações isoladas). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero, e, ao ouvir a fala do outro, sabemos, de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo de fala, evidenciará suas diferenciações (2000, p. 301-302).

As *formas do gênero*, adequadas à nossa fala em um dado momento histórico específico, se distinguem, desse modo, das *formas da língua*, do ponto de vista da sua estabilidade e de suas leis normativas, que orientam o locutor. Normalmente, as formas do gênero são consideradas mais maleáveis, mais plásticas e mais livres do que as formas da língua. Em relação a isso, há uma grande quantidade de gêneros na vida cotidiana que apresentam formas tão padronizadas de execução que o *querer-dizer* do locutor, a expressão de sua individualidade e de sua subjetividade ficam restritas somente a escolha do gênero.

Exemplos disso são as felicitações de votos, as perguntas sobre saúde, sobre família, etc. Por outro lado, a diversidade dos gêneros se deve ao fato de que eles variam conforme as circunstâncias, a posição social, o *momento da escolha* e o relacionamento pessoal estabelecido entre os parceiros da comunicação verbal, que demonstram a situação irreproduzível de suas interações. Partimos, digamos assim, segundo Bakhtin (2000), das formas prescritivas da língua comum, constituídas pelas estruturas gramaticais, que nos servem de matriz comunicacional, mas nos dirigimos para os gêneros do discurso, indispensáveis para um entendimento recíproco entre locutores. Inclusive, o autor nos esclarece que:

Os gêneros do discurso são, em comparação com as formas da língua, muito mais fáceis de combinar, muito mais ágeis, porém, para o indivíduo falante, não deixam de ter um valor normativo: eles lhes são dados, não é ele quem os cria. É por isso que o enunciado, em sua singularidade, apesar de sua individualidade e sua criatividade, não pode

ser considerado uma *combinação absolutamente livre* das formas da língua, de modo concebido, por exemplo, por Saussure (e, na sua esteira, por muitos lingüistas), que opõe o enunciado (a fala), como um ato puramente individual, ao sistema da língua como fenômeno puramente social e prescritivo para o indivíduo. A grande maioria dos lingüistas vêem, no enunciado, apenas as formas puramente lingüísticas (lexicais e gramaticais) e, na prática, não vêem e nem estudam nenhuma outra forma normativa (2000, p. 304).

Novamente, a relação entre *oração* e *enunciado* é retomada na proposta metodológica bakhtiniana. Dentro das possibilidades de formação da oração, os locutores selecionam um determinado tipo não somente em função do que querem expressar com a essa oração, mas selecionam um tipo de oração em função do *todo* do enunciado completo que se apresenta à sua imaginação verbal e que determina essa opção. O processo de formação defendido por Bakhtin (2000), contrariamente ao que alguns lingüistas pensavam, procura esclarecer que é o tipo de oração que se adapta ao todo do enunciado que queremos expressar. Em outras palavras, enquanto unidade da língua, a oração, que traz consigo as formas lingüísticas estáticas, não consegue condicionar diretamente uma atitude responsiva ativa. É somente ao se tornar enunciado completo que adquire tal capacidade, levando em consideração, para isso, a concretude que se estabelece entre os parceiros da comunicação real e viva.

Nessa perspectiva, a oração, assim como a palavra, é uma unidade significativa da língua, sendo impossível adotar para com ela uma determinada atitude responsiva ativa caso a tomarmos de maneira isolada. Por tais razões, Bakhtin considera um exemplo como [“saiu o sol”], de resto absolutamente trivial e largamente utilizado na linguagem cotidiana, totalmente inteligível, uma vez que compreendemos apenas sua significação lingüística, mas somos incapazes de perceber sua verdadeira e real natureza enquanto enunciado, “a não ser que saibamos que o locutor, mediante essa oração, disse *tudo* o que queria dizer, que essa oração não é precedida nem seguida de outras orações provenientes do mesmo locutor” (2000, p. 306).

Entretanto, caso essa última hipótese seja válida, já não estamos mais no domínio da oração, mas, sim, no do enunciado que, ainda que seja composto de uma única oração, possui toda a especificidade que lhe caracteriza e que lhe faz emergir a alternância dos sujeitos falantes em um



*processo vivo* de comunicação verbal, representado pela situação imediata da realidade social, cultural, histórica que lhe caracteriza. Para ele, a oração somente alcançará sua plenitude de sentido se estiver no interior de um determinado contexto, ou seja, dentro do *todo* do enunciado, que obedece a determinadas condições concretas de existência. Somente desse modo, poderá receber uma atitude responsiva ativa por parte dos interlocutores, cujo elemento significante será, aí sim, a referida oração. O exemplo do autor traz a seguinte idéia: [“*já saiu o sol. Vamos lá! Levante-se! Está na hora!*”], cuja compreensão responsiva (ou a resposta fônica) poderia ser: o sol já saiu, mas ainda é cedo, vou dormir de novo” (BAKHTIN, 2000, p. 307). Assim,

a oração, assim como a palavra, possui completude em sua significação, completude em sua forma *gramatical*, mas a completude de sua significação é de natureza abstrata, sendo precisamente isso que a deixa tão clara; é a completude característica do *elemento* e não o acabamento do *todo*. A oração, enquanto unidade da língua, assim como a palavra, não tem autor; não é de *ninguém* (como a palavra), sendo somente quando funciona como *enunciado completo* que se torna expressão individualizada da instância locutora, numa situação concreta da comunicação verbal (2000, p. 307).

Nesses termos, o enunciado mantém uma instância relacional com o próprio locutor e com os demais parceiros da comunicação verbal. Tal qualidade é determinada por pelo menos três aspectos fundamentais, colocados pelo autor da seguinte forma: a) Instância ativa do locutor; b) Expressividade do locutor; c) Tonalidades dialógicas, tanto do locutor quanto dos demais parceiros da comunicação verbal. Sendo o enunciado um elo na cadeia da comunicação verbal, a instância ativa do locutor o representa em uma ou em outra esfera do objeto do sentido. “Por isso, o enunciado se caracteriza, acima de tudo, pelo conteúdo preciso do objeto do sentido” (2000, p. 308). O locutor optará pelos recursos lingüísticos e pelo gênero do discurso que melhor satisfizer sua necessidade de execução. Essa é “a fase inicial do enunciado, a qual lhe determina as particularidades de estilo e composição” (2000, p. 308).

O segundo aspecto, que lhe transmite a composição e o estilo, corresponde à necessidade de expressividade do locutor frente ao *objeto* do seu enunciado. Claro que tal qualidade varia de acordo com as esferas da comunicação verbal utilizadas em um dado momento e em condições específicas,

mas, de qualquer modo, existe em toda parte: inclusive, para Bakhtin, um enunciado absolutamente neutro é impossível. “A relação valorativa com o objeto do discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. O estilo individual se define, acima de tudo, por seus aspectos expressivos” (2000, p. 308).

Dessa maneira, Bakhtin (2000, p. 309), não concorda que o princípio expressivo do discurso é um fenômeno da *língua* enquanto sistema, uma vez que a língua, enquanto sistema, dispõe de um arsenal de recursos lingüísticos, sejam lexicais, morfológicos ou sintáticos, para expressar a posição valorativa do locutor, mas todos esses recursos, na qualidade de *recursos lingüísticos*, são absolutamente *neutros* no plano dos *valores da realidade*. Reafirma a posição de que as *palavras não são de ninguém* e não comportam um juízo de valor. Apenas um locutor pode estabelecer um juízo de valor a respeito da realidade, que ele realizará mediante um *enunciado concreto*.

Ou seja, conforme o contexto do enunciado, a oração [“*Ele morreu!*”] pode corresponder a uma expressão positiva, feliz e até jubilosa; e, por outro lado, a oração [“*Que alegria!*”] pode assumir um tom irônico ou sarcástico. Em certa medida, algumas palavras adquirem, em determinadas circunstâncias da vida social, política, cultural ou ideológica, um teor exclamativo, tornando-se, desse modo, um enunciado expressivo com características próprias. São exemplos disso palavras como “paz”, “liberdade”, “camarada”, “companheiro”.

A oração e a palavra, enquanto *unidades da língua*, não têm entonação expressiva. Se uma palavra isolada é proferida com uma entonação expressiva, já não é uma palavra, mas um enunciado completo, realizado por uma única palavra (não há razão alguma para convertê-la numa oração) (BAKHTIN, 2000, p. 309).

A entonação expressiva, para o autor, existe para expressar a relação emotivo-valorativa do locutor com o objeto do seu discurso; portanto, inserido no *sistema da língua* e descontextualizada do enunciado, essa entonação não existe, uma vez que não trabalhamos com a *palavra isolada* no âmbito da unidade da língua, tampouco com a significação independente dessa palavra. Nós a utilizamos enquanto *enunciado concreto*, que adquire um *sentido específico* dentro desse enunciado. Como se percebe:

A significação da palavra se refere à realidade efetiva nas condições reais da comunicação verbal. É por esta razão que não só compreendemos a significação da palavra enquanto palavra da língua, mas também adotamos para com ela uma atitude responsiva ativa (simpatia, concordância, discordância, ação). A entonação expressiva não pertence à palavra, mas ao enunciado (BAKHTIN, 2000, p. 310).

A expressividade, qualidade única que possuímos ao nos apropriarmos de um determinado léxico, se faz representar através do *todo* do enunciado concreto que proferimos. O contato entre a significação lingüística “neutra” de uma palavra, e a realidade concreta das condições reais da comunicação verbal, implica no surgimento da expressividade. É o enunciado, e somente ele, quem faz essa ligação, essa passagem, entre o sistema da língua e a realidade concreta ativa, interativa e vivencial dos sujeitos comunicantes. Bakhtin esclarece sua posição ao afirmar que

a oração, enquanto unidade da língua, possui uma entonação gramatical particular que não tem nada a ver com a expressividade. A entonação gramatical específica é a que marca a conclusão, a explicação, a demarcação, a enumeração, etc. Reserva-se um lugar especial à entonação narrativa, interrogativa e exclamativa e exortativa: é nesse ponto que se cruzam a *entonação gramatical* e a *entonação do gênero* (mas não a entonação expressiva no sentido estrito da palavra). Uma oração só atinge a entonação expressiva no todo do enunciado (2000, p. 315).

O último aspecto da instância relacional estabelecida entre o enunciado e o próprio locutor e entre o enunciado e os demais parceiros da comunicação verbal diz respeito às *tonalidades dialógicas*, que estão relacionadas diretamente ao caráter expressivo do enunciado. Nessa perspectiva, o termo *diálogo* nos permite apreender e atualizar a *linguagem viva* no ato de sua criação. Tal procedimento leva em consideração o reconhecimento de uma *base comum*, necessária para a identificação de elementos invariantes, mas, sobretudo, nos permite perceber diferentes modos da existência que se traduzem nas especificidades de estilo e gênero, particularíssimos a cada ocasião, e suas implicações nas práticas sociais cotidianas e nas diversas esferas da atividade humana.

A proposta bakhtiniana das *tonalidades dialógicas* estabelece que o enunciado, sendo um elo na cadeia da comunicação verbal, concreta e real, reflete os enunciados anteriores que lhe constituíram, da mesma forma que

também projeta enunciados futuros, em um processo relacional contínuo e infinito. Longe de serem indiferentes uns aos outros, os enunciados conhecem-se uns aos outros, complementam-se, entram em acordo e, em uma palavra, dialogam entre si. “O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal” (BAKHTIN, 2000, p. 316). A expressividade de um enunciado representa, para o autor, em maior ou menor grau, uma *resposta*, uma vez que manifesta não só sua própria relação com o objeto do enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados dos outros. Inclusive,

por mais monológico que seja um enunciado (uma obra científica ou filosófica, por exemplo), por mais que se concentre no seu objeto, ele não pode deixar de ser também, em certo grau, uma resposta ao que já foi dito sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo problema, ainda que seu caráter de resposta não receba uma expressão externa bem perceptível. A resposta transparecerá nas tonalidades do sentido, da expressividade, do estilo, nos mais ínfimos matizes da composição (BAKHTIN, 2000, p. 317).

Todo e qualquer enunciado, desse modo, deve ser tomando enquanto resposta a enunciadore anteriores, inseridos em uma dada esfera da comunicação verbal. Ainda que possua fronteiras tênues ou bem definidas, caracterizadas pela alternância dos sujeitos falantes, todo o enunciado é vivo, móvel, permeável, singular e único em sua complexidade. Inclusive, somente reconhecemos tais fronteiras graças ao contexto específico designado pelo *discurso do outro*. Por sinal, vivemos o enunciado do outro, nas palavras do outro, que se manifestam de maneira explícita ou não. Ou seja, todo o enunciado está voltado para alguém; todo enunciado espera uma resposta desse alguém; uma *compreensão ativa do outro*.

O objeto de discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto de discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. O discurso do outro repercute no enunciado, que está voltado não só para seu objeto, mas, principalmente, para o *discurso do outro* acerca desse objeto (BAKHTIN, 2000, p. 319).

Novamente, vemos aí a relação bakhtiniana do “eu” voltado para o “outro” do processo comunicacional. Inclusive, o destinatário adquire um papel

constitutivo no enunciado, sem o qual não há, e não poderia haver, enunciado. As diversas maneiras com que nos dirigimos a alguém e as diversas concepções de destinatário são expressas pela diversidade dos gêneros do discurso. Para o autor, inclusive, esse destinatário “pode até ser, de modo absolutamente indeterminado, o *outro* não concretizado (é o caso de todas as espécies de enunciados monológicos de tipo emocional)” (2000, p. 321). Mas, de qualquer forma, está presente e marcada a posição do *outro*, que remete a uma área da atividade humana e da vida cotidiana a que esse enunciado se reporta.

Bakhtin enfatiza, nesse ponto de sua teoria, que se uma palavra isolada ou uma oração isolada se dirige a alguém, já estamos em presença de um enunciado, constituído, entretanto, de uma palavra ou de uma oração. O enunciado é determinante do processo da comunicação real que ocorre entre sujeitos igualmente reais. Uma vez cercada de um determinado contexto, a palavra ou oração compromete-se com um destinatário, transformando-se em um enunciado com características próprias. Tais aspectos extrapolam a sistematização normalmente concebida para as unidades da língua. As *formas lingüísticas*, os recursos que o sistema da língua concebeu, sejam lexicais, morfológicos, estilísticos, composicionais, dependem de um destinatário real no todo de um enunciado concreto. Assim,

esses recursos especializados da língua (recursos gramaticais) jamais abrangem, claro, todas as expressões pelas quais a fala se dirige a um destinatário. Certos recursos lingüísticos podem até estar completamente ausentes; ainda assim o enunciado refletirá, com grande agudeza, a influência do destinatário e de sua presumida reação-resposta. É sob uma maior ou menor influência do destinatário e da sua presumida resposta que o locutor seleciona *todos* os recursos lingüísticos de que necessita (2000, p. 326).

A concepção bakhtiniana de enunciado faz emergir uma *relação dialógica*, originalíssima, uma vez que é marcada obrigatoriamente pelo *outro* e que não pode ser resumida a uma normatização meramente lógica, lingüística ou mecânica; tampouco se trata de uma relação de ordem exclusivamente natural. Esse *outro*, o destinatário do processo comunicacional, faz escolhas, seleciona recursos lingüísticos disponíveis e necessários para um determinado momento, em um contexto específico, e opta por expressar-se em certas condições sociais, culturais, políticas, ideológicas, e não em outras.

Esse ser é vivo, assim como o enunciado por ele criado. *Relação implica doação!* Esse *doar-se* acarreta uma situação específica de sentido, cujos elementos constitutivos só podem ser enunciados completos, considerados completos, ou ainda potencialmente completos, que requerem para si uma *atitude responsiva ativa*, por trás da qual está presente, se expressa, ou tenta profundamente se expressar, um *sujeito real*, seja em uma conversa cotidiana, seja em uma comunicação científica, seja através dos mais lindos poemas da literatura universal. Trata-se, novamente, do sujeito que se manifesta *na* linguagem e da linguagem que é manifestada por esse sujeito.

## 2 PROPOSTAS REPRESENTATIVAS

O que constitui o texto é [...] sua resistência subversiva com relação às antigas classificações (ROLAND BARTHES – **O prazer do texto**).

Eu percebia maneiras de ver cuja diversidade me interessava muito mais que os próprios objetos (PAUL VALÉRY – **Littérature**).

A semiologia russa de Tártu, de Lotman e Piatigórski examinam a cultura como o conjunto de textos e formulam o axioma: é justamente o grau zero de sua semioticidade enquanto texto (HAROLDO DE CAMPOS – **A operação do texto**).

Longo é o estudo do signo. Caso fossemos remontar a alguma espécie de arqueologia, resgatando o panorama histórico, político, social e cultural, certamente a origem dessas investigações sobre o signo, o sentido e a significação coincidem com o nascimento da própria filosofia na Antigüidade clássica. Segundo alguns historiadores da filosofia, o período que lhes serve de marco localiza-se entre o final de século VII a.C. e início do século VI a.C., nas colônias gregas da Ásia Menor (particularmente as que formavam uma região denominada Jônia), na cidade de Mileto, tendo como primeiro filósofo o jovem Tales de Mileto (CHAUÍ, 1994, p. 25). Precursores de uma teoria do signo e, portanto, semioticistas *avant la lettre*, conforme coloca Nöth (1998), Sócrates (469 a.C.-399 a.C.), Platão (427 a.C.-347 a.C.) e, posteriormente, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), só para citar três dos representantes mais ilustres do conhecimento grego antigo, já se preocupavam com tais termos.

Sócrates (469 a.C.-399 a.C.), por exemplo, discordando dos filósofos sofistas que ensinavam técnicas de persuasão para os jovens, “que aprendiam a defender a posição ou opinião A, depois, a posição ou opinião contrária, não-A, de modo que, numa Assembléia, soubessem ter fortes argumentos a favor ou contra uma opinião e ganhassem uma discussão” (CHAUÍ, 1994, p. 37), propunha *conhecer a si mesmo* e a Natureza, antes de querer persuadir aos outros. Ao andar pelas ruas e praças de Atenas, pelos mercados, pela Assembléia, perguntando aos outros os que estavam dizendo; se acreditavam no que estavam dizendo; se conheciam a Justiça; se sabiam o que era a Beleza, a Amizade, Sócrates (469 a.C.-399 a.C.) questionava a população grega sobre seus mais importantes valores, crenças e idéias, deixando embaraçados, irritados ou pensativos seus interlocutores.

Já naquela época, procurava a *essência verdadeira* das coisas; das idéias; dos valores. Ao procurar o “conceito e não a mera opinião que temos das coisas, das idéias ou dos valores” (CHAUÍ, 1994, p. 38), outro aspecto não trazia à tona senão o da *tensão* entre um *sentido* “originalmente” concebido e a interpretação desse sentido à luz de uma determinada *atualização* feita por seus leitores/sujeitos/receptores, chamada, em outros tempos, de *significação*.

Platão (427 a.C.-347 a.C.), discípulo de Sócrates (469 a.C.-399 a.C.), repensa, no célebre **O mito da caverna**, a questão da *representação* do nome, das idéias e das coisas. Nossas opiniões, os conceitos que temos sobre as coisas, as percepções sensoriais ou *imagens* das coisas, levam ao erro, à mentira e à falsidade, uma vez que se constituem em formas imperfeitas do conhecimento que nunca alcançam a verdade plena da realidade. Platão (427 a.C.-347 a.C.) tratou de vários aspectos da teoria dos signos, redefinindo a noção de signo verbal e ampliando a idéia de significação, além de contribuir com idéias críticas para a teoria da escritura. Conforme Nöth,

o modelo platônico do signo tem uma estrutura triádica, na qual é possível distinguir os três componentes do signo: o nome (*ónoma*, *nómos*); a noção ou idéia (*eîdos*, *lógos*, *dianóema*); a coisa (*prágma*, *ousía*) à qual o signo se refere. Idéias, para Platão, são entidades objetivas que não só existem na nossa mente, como também possuem realidade numa esfera espiritual além do indivíduo (1998, p. 27-28).



Discípulo de Platão (427 a.C.-347 a.C.), Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) “(re)cria”, digamos assim, a própria história da filosofia. Conhecido como *período sistemático*, que vai do final do século IV a.C. ao final do século III a.C., conforme colocado por Chauí (1994, p. 34), a Filosofia busca reunir e sistematizar tudo quanto foi pensado sobre a cosmologia e a antropologia, interessando-se sobretudo em mostrar que tudo pode ser objeto de conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios de verdade e de ciência.

Criador da lógica como instrumento de conhecimento em qualquer campo do saber, a vida e a obra do filósofo de Estagira estarão marcadas, segundo a autora, por uma dupla vinculação: de um lado, seu amor pela arte e cultura helênicas; de outro, pela aventura política, cuja destacada atuação constituirá um traço fundamental de seu pensamento, razão pela qual desenvolve profícuas investigações na arte da Retórica.

A *arte da argumentação*, ou *retórica*, estabelecia três pólos vitoriais básicos de um determinado processo comunicacional: locutor, discurso e ouvinte. Preocupado em estabelecer as bases dessa nova concepção de *prática política*, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) demonstra a necessidade da existência de um *emissor do discurso*, cujo objetivo é o de *persuadir* seu interlocutor através das idéias que defende; do *próprio discurso*, local onde os argumentos, muitas vezes falaciosos, resultam na adesão do ouvinte a uma determinada proposta; e do *ouvinte*, que analisa o referido discurso, aceita-o ou critica-o, dando-lhe uma determinada réplica, também na forma retórica.

Em seu célebre livro, ***Sobre a interpretação***, Abbagnano (1982, p. 864) recupera que o filósofo já refletia acerca dos elementos constituintes de um discurso, os termos expressivos da linguagem e noções como *topos*, signo, sentido, significação, juízo de valores, argumentação e raciocínio formal,

chamado de *silogismo*<sup>13</sup>. Inclusive, Nöth (1998) confirma que Aristóteles começou a traçar uma distinção entre signo incerto (*semeíon*) e o certo (*tekmérion*), já indicando sua preocupação em definir as *passagens sígnicas* que ocorrem nessa zona de intersecção mediada pela semiose. Além do mais, procurou discutir a teoria dos signos no âmbito da lógica e, posteriormente, da retórica. É sua a definição geral de signo como uma *relação de implicação*: se (q) implica (p); então (q) atua como signo de (p), que ainda permanece atual sob muitos aspectos.

A partir de uma outra matriz teórica, concebida séculos depois, Eco (2000a, p. 4) estabelece como signo tudo aquilo que pode ser tomado como substituindo significativamente alguma outra coisa. Essa outra coisa não precisa necessariamente existir ou estar realmente em algum lugar no momento em que um signo o representa. Assim, o autor cria a máxima de que a Semiótica é, em princípio, a disciplina que estuda tudo o que pode ser usado com o objetivo de mentir; ou, em outras palavras, uma *teoria da mentira*. Talvez esboçado o plano geral da noção de signo para Eco (2000b), tendo como meta o estudo das *mentiras que parecem verdades*, o *sentido* de um texto, para o autor, relaciona-se com a *intenção primeira* que esse texto torna explícita, chamada de *manifestação linear*.

---

<sup>13</sup> Segundo Abbagnano, o termo *silogismo*, que em sua origem etimológica grega significa *cálculo*, era empregado por Platão para designar todo o raciocínio em geral. Foi adotado por Aristóteles para indicar o tipo perfeito de raciocínio dedutivo, definido como “um discurso em que, postas algumas coisas, outras derivam necessariamente”. As características fundamentais do silogismo aristotélico são: em primeiro lugar, o seu caráter mediato; e, em segundo lugar, a sua necessidade. O caráter mediato do silogismo depende do fato de que o termo possui como contrapartida lógico-lingüística a noção de substância. Por exemplo, se se quer decidir se o homem tem a determinação de “mortal”, não se pode senão olhar para a substância do homem (para aquilo que o homem não pode não ser) e raciocinar da seguinte maneira: “Todos os animais são mortais; todos os homens são animais; logo todos os homens são mortais”. O que significa que o homem é mortal *porque* animal; a animalidade é a *causa* ou a *razão de ser* da sua mortalidade. Nesse sentido, diz-se que a noção “animal” desempenha a função de *termo intermediário* do silogismo. Obviamente, o termo intermediário é indispensável no silogismo, porque é aquele que representa nele a substância, ou a alusão à substância e somente esta possibilita a conclusão (ABBAGNANO, 1982, p. 864). Sobre a noção de *substância* em Aristóteles, vamos nos referir novamente, em nosso terceiro capítulo, ao trabalharmos com as categorias de apreensão do conhecimento.

## 2.1 DO SIGNO AO TEXTO ....

Se longo é o estudo do signo, igualmente o texto não fica aquém. A noção de texto, no decorrer de nossa História ocidental, vem se transformando radicalmente. Desde a Grécia Clássica, em torno do século V a.C., nos versos de Safo de Lesbos e Alceu de Mitilene, bem como as crônicas míticas de Hesíodo, ou ainda em Homero e seu clássico épico **A Ilíada e a Odisséia** ou, mais recentemente, a Filosofia de Platão, Aristóteles e Sócrates, passando por uma tradição literária romana, com Virgílio e a sua **Arte de amar**, a busca hermenêutica e o trabalho de interpretação textual sempre foram associados a uma tarefa de análise, sobretudo, de um ponto de vista *gramatical*<sup>14</sup>. Temos um somatório de saberes ou, nas palavras de Eco, uma *enciclopédia*, que acompanhou as diversas Escolas gramaticais e literárias ao longo dos séculos. Entretanto, o *estudo do texto*, conforme ressalta Zecchetto (2006, p. 248-249), normalmente girava em torno do *corpo do texto*, de suas propriedades e categorias sintáticas e semânticas, suas interpretações e suas intenções, na controvertida *arena da intentio auctoris, intentio operis e intentio lectoris*.

Especialmente após os anos 60, de uma maneira geral e notadamente na cultura ocidental que se livrava de duas guerras mundiais e necessitava urgentemente de mercados consumidores, Zecchetto (2006) ressalta que o

---

<sup>14</sup> Sobre os aspectos que envolvem a noção de texto, especialmente representada pela poesia grega dos séculos V e IV a.C., Joaquim Brasil Fontes dedicou duas obras de grande relevância intituladas: **Safo de Lesbos, poemas e fragmentos** e **Eros, tecelão de mitos**, trazendo para o domínio literário contemporâneo, em forma de ensaio crítico, essa *flânerie benjaminiana* localizada entre os versos e os vestígios da vida da poetisa grega, perfazendo uma reconstituição de parte da escritura erudita nascida entre os mares Egeu e Adriático, sob as bênçãos de Aphrodite. Seguindo ainda a mesma linha de narrativa textual e suas transformações ao longo da história, Aristóteles, Horácio e Longino nos trazem **A poética clássica**, em que a literatura é tratada como *essência artística completa*, presente na epopéia, no poema trágico, na comédia. Nesses termos, a *arte da escrita* e, portanto, do texto em seu sentido magno, não se utilizava apenas de palavras, mas principalmente, de sentimentos, expressos por traços, métricas, rimas e ritmos combinados entre si. Hesíodo e Homero, afirmava Heródoto, *criaram os deuses para os gregos*. Em **Os trabalhos e os dias**, Hesíodo registra, pela primeira vez, em 382 versos, os grandes mitos que fundaram a cultura grega e que de alguma forma foram retomados pela tradição cultural Ocidental. Ao criar métricas perfeitas, Hesíodo narra a organização do mundo dos mortais, apontando sua origem, suas limitações, seus deveres, e revelando, nos interditos textuais, a própria condição humana. Contemporaneamente, Roland Barthes (1915-1980) nos dirá, em seu já notável **Mitologias**, que o *mito é uma fala escolhida pela História*, um sistema semiológico segundo, instável, arbitrário e aberto a novas (re)significações.

surgimento das tecnologias eletrônicas revolucionou a concepção de *texto*, principalmente em nível comunicacional, tanto no que se refere à análise dos veículos transmissores de mensagens, quanto dos conteúdos a serem vinculados, promovendo uma verdadeira ruptura no *paradigma textual* até então dominante. Tais transformações, para o autor, terminaram por ampliar o horizonte textual interpretativo proveniente de uma tradição lingüística de caráter mais frasal, conforme já referido, para uma tradição textual e cultural. A partir desse momento, até certo ponto historicamente datado, a noção de texto acrescenta e passa a rever não somente as criações lingüísticas e literárias mas, também, e principalmente, todos os possíveis elementos imagéticos presentes nos meios massivos.

Desse momento em diante, a terminologia *texto* não mais seria vista como sinônimo de *discurso*, digamos assim, mas transformar-se-ia, nas palavras de Zecchetto (2006, p. 249) em um *produto cultural gerado por si mesmo*, com vida própria, que não mais se enquadrava em uma estrutura frasal fixa e estática, conforme era visto por algumas correntes da análise sintática de então, ou que o percebia como o somatório de sentidos elementares tais como propunha uma semântica de primeira geração. *O texto se transformava em algo a mais!*

De criação original, algumas vezes com referência a outros textos, outras vezes não<sup>15</sup>, esse “novo elemento” ou, como prefere chamá-lo Eco (1986b), esse *conjunto de práticas textuais* ganhava um *outro corpo* dado pela cultura em suas mais diversas manifestações e expressões e teria de começar a ser analisado pelas correntes teóricas que envolviam os processos sociais, culturais e ideológicos de uma sociedade cada vez mais midiática. O texto, entendido através de uma dimensão meramente funcional e instrumental, se distanciava cada vez mais da *noção de*

---

<sup>15</sup> Sobre esse aspecto, vale levar em consideração a diferença entre *intertextualidade* e *dialogismo*, conforme já referido e melhor trabalhado em nosso primeiro capítulo, dedicado ao pensamento bakhtiniano.

*discurso*<sup>16</sup> conforme concebida por uma tradição lingüística do começo do século, inserindo-se em um dado contexto, que terminaria por influenciar na sua produção do sentido contínua e complexa.

Assim sendo, na perspectiva adotada por Eco, especialmente em ***Lector in fabula***, um texto representa uma série complexa de *movimentos cooperativos* que devem ser executados pelo leitor, a partir de sua *superfície*, ou manifestação linear mínima, normalmente associada a sua forma lingüística-verbal. Na expressão de Eco, em ***O conceito de texto***, o texto é uma *máquina preguiçosa*, pois não executa todo o trabalho que deveria executar, necessitando do auxílio do leitor para realizar uma parte do próprio trabalho. Como o texto é um *tecido* “cheio de buracos e repleto de *não-ditos*, e todavia esses não-ditos são de tal modo não-ditos que ao leitor é dada a possibilidade de colaborar, para preencher e dizer esses não-ditos” (1984a, p. 97), um texto sempre quer que alguém o ajude a funcionar.

O procedimento ocorre, segundo Eco, em ***Semiótica e filosofia da linguagem*** (1991c, p. 77), da seguinte maneira: em uma primeira instância, deve-se determinar com precisão uma língua “L”, por pobre que seja, comum ao emissor e ao destinatário. É nessa língua “L” que se manifestam as cadeias de enunciados e o próprio enunciado já textualizado. Desse modo, uma vez estabelecido o idioma em que o emissor se expressa, o destinatário, por seu turno, realiza uma inspeção preliminar na situação de enunciação proferida pelo seu interlocutor. Tem como objetivo descobrir quem enuncia; que ato lingüístico está realizando; em relação a que circunstâncias esse emissor está se reportando; quais seus objetivos com a enunciação.

---

<sup>16</sup> Ao estudar uma possível tipologia dos diferentes discursos, Zecchetto (2006, p. 249-250) recupera Greimas (1979), em seu ***Dicionário***, que os classifica em três grandes grupos: os discursos interpretativos, que, como a própria terminologia sugere, sua matéria-prima é constituída por aspectos literários ou artísticos, realizando-se através de críticas, exegeses e comentários de caráter notadamente subjetivos; os discursos persuasivos, de que fazem parte as comunicações políticas, publicitárias, religiosas e pedagógicas, entre outras, cujo objetivo principal centraliza-se na técnica da argumentação voltada aos seus diferentes públicos; e, finalmente, os discursos científicos, que se caracterizam por analisar, verificar e procurar demonstrar a validade dos demais discursos.

Inclusive, para Eco (1991c, p. 77), se torna evidente que as infinitas inferências sobre a situação de enunciação não podem ser previstas por uma língua “L”, embora esteja construída de modo complexo. Entretanto, dispendo ou não do entendimento do código, haverá um leitor que decodificará esse plano mínimo de significação. A manifestação linear deve, pois, corresponder a um *conteúdo atualizável*, onde o autor deve se referir a algum *código* já existente; e o faz comumente utilizando o código lingüístico. A manifestação linear é associada, então, à *linguagem natural* denotada pelo discurso; o que não ocorre com a conotação. Conforme Eco:

chamamos de manifestação linear do texto a sua superfície lexemática. O leitor aplica às expressões um determinado código ou melhor, um sistema de códigos e subcódigos para transformar as expressões num primeiro nível de conteúdo (estruturas discursivas). Pode haver textos somente com a manifestação linear, isto é, à qual não pode ser catalisado um conteúdo (1986b, p. 55).

A atividade ou *estratégia* a ser desenvolvida pelo leitor, nesse caso, é o de *operador textual*, pois é ele quem desencadeia todo o processo de *atualização*, entendido enquanto atitude de *complementação dos interstícios* a serem preenchidos de um determinado conteúdo textual. Essa atualização é muitas vezes estabelecida por procedimentos implícitos ao leitor, dos quais ele não é ciente em um primeiro momento, mas que, entretanto, já estão indicados ou previstos pelo próprio texto. Para Eco,

uma expressão permanece puro *flatus vocis* enquanto não for correlacionada, com referência a um determinado código, ao seu conteúdo convencionalizado: neste sentido, o destinatário é sempre postulado como o operador (não necessariamente empírico) capaz de abrir, por assim dizer, o dicionário para toda palavra que encontre e de recorrer a uma série de regras sintáticas preexistentes para reconhecer a função recíproca dos termos no contexto da frase (1986b, p. 35).

Nesse sentido, ao procurar estudar os mecanismos de cooperação associados à atividade do leitor, chamados de *pragmática do texto*<sup>17</sup>, Eco (1986b) estabelece que o leitor desenvolve um *princípio ativo* de cooperação interpretativa, constituindo-se, inclusive, parte do próprio *quadro gerativo* do texto. Inserido no âmbito dos movimentos cooperativos que o texto espera de seu leitor, encontra-se um certo *trabalho inferencial* que a esse leitor também é pedido: o de tomar determinadas *decisões interpretativas* baseadas no que lhe foi subministrado.

Ou seja, em um texto narrativo, o leitor é obrigado a *optar* o tempo todo, quer através das sugestões do autor; quer através das instruções textuais. Vale recordar que um texto não quer apenas a cooperação de *um leitor* qualquer, mas prevê que o desenvolvimento de um *leitor-modelo* siga uma série de *alternativas interpretativas* indicadas ou pressupostas pelo próprio texto, a partir de complexos procedimentos inferenciais, nos quais entra em cena toda uma competência enciclopédica intertextual desse leitor ideal, que lhe dará condições de posicionar-se conforme o desejado pelo texto. Desse modo,

para organizar a própria estratégia textual, o autor deve referir-se a uma série de competências (expressão mais vasta do que “conhecimento dos códigos”) que confirmam conteúdo às expressões que usa. Ele deve aceitar que o conjunto de experiências a que se refere é o mesmo a que se refere o próprio leitor. Por conseguinte, preverá um leitor-modelo capaz de cooperar para a atualização textual como ele, o autor, pensava, e de movimentar-se interpretativamente conforme ele se movimentou gerativamente. Dissemos que o texto postula a cooperação do leitor como condição própria de atualização. Podemos dizer melhor que *o texto é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo*. Gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos de outros – como, aliás, em qualquer estratégia (ECO, 1986b, p. 39).

<sup>17</sup> Segundo Abbagnano, o termo *pragmática* surge no horizonte teórico das Ciências Humanas e Sociais como uma das partes constitutivas da Semiótica, compreendendo o conjunto das investigações que têm por objeto a relação dos sinais com os intérpretes; ou seja, o estudo da *situação prática* em que o sinal foi utilizado. Sobre esse aspecto da Semiótica, já haviam insistido tanto Charles Sanders Peirce (1839-1914) quanto Ogden e Richards (1923), mas foi particularmente Morris (1901-1979), cujo ponto de vista é amplamente aceito, quem considerou a pragmática, bem como a semântica e a sintaxe como partes integrantes da Semiótica. *Pragmatismo*, para o autor, refere-se à doutrina exposta por Peirce, em um ensaio intitulado **Como tornar claras as nossas idéias**, datado de 1878 (ABBAGNANO, 1982). Alguns anos mais tarde, Peirce declarara ter inventado o nome pragmatismo para a teoria de que “uma concepção, isto é, o significado racional de uma palavra ou de outra expressão consiste, exclusivamente, no seu alcance concebível sobre a conduta da vida”. Dessa premissa, havia preferido o nome pragmatismo ao de *praticismo* ou *praticalismo*, porque estes últimos, para quem conhece o sentido que a filosofia kantiana atribui a “prático”, fazem referência ao mundo moral onde não há experimentação, enquanto a doutrina proposta por Peirce é justamente uma doutrina experimentalística (ABBAGNANO, 1982, p. 752-753).

É nesse conjunto de *estratégias textuais* que tanto o autor-modelo quanto o leitor-modelo representam instruções fornecidas pelo texto. Somente se tornam devidamente esclarecidas através da *interação* que se dá pelo processo de leitura, sendo que uma produz a outra. O leitor-modelo “constitui um conjunto de *condições de êxito*, textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas para que um texto seja plenamente atualizado no seu conteúdo potencial” (ECO, 1986b, p. 45). Já o *autor-modelo*, por sua vez, pode ser reconhecido como um determinado *estilo de escrita*, como aquela

voz que nos fala afetuosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer a seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo (ECO, 2001e, p. 21).

Nesse sentido, um leitor-modelo pode estar aberto a múltiplos pontos de vista interpretativos, cujo trabalho cooperativo exaustivo o transforma em um *leitor crítico*; ou se tornar um *leitor ingênuo*, cuja obediência textual, ancorada unicamente em uma semântica lingüístico-frasal estreita, linear e mínima, lhe prive da percepção de horizontes mais amplos nos bosques da interpretação. De qualquer modo, como o que caracteriza um texto é sua possibilidade de “abertura” à complementação, o trabalho interpretativo de preenchimento da *incompletude* que constitui o *tecido textual* só pode gerar-se em conjunto com a *cooperação do leitor*, seja crítico ou ingênuo. É essa atividade de cooperação interpretativa

que leva o destinatário a tirar do texto aquilo que o texto não diz (mas que pressupõe, promete, implica e implícita), a preencher espaços vazios, a conectar o que existe naquele texto com a trama da intertextualidade da qual aquele texto se origina e para a qual acabará confluindo (ECO, 1986b, p. IX).

Nessa perspectiva, é o próprio texto quem fornece as instruções para a formação do seu leitor-modelo, entendido enquanto um *jogo de estratégias textuais* que aceita a *convenção narrativa* proposta pelo autor, e que deve estar disposto também a acatar como válidos certos níveis e subníveis nele contidos. Entretanto, Eco enfatiza que “a relação entre autor-modelo e leitor-modelo não é uma relação de fidelidade; pode ser até mesmo uma relação conflituosa. Devemos prever esta relação” (1984a, p. 100). Por ser *modelo*, o leitor ideal é



aquele que coopera com o texto nas atualizações previstas e que se propõe a seguir os indicativos por ele fornecidos.

A propósito da relação entre *autor-modelo* e *leitor-modelo*, uma vez que se referem a estratégias textuais relacionadas à assimetria dos papéis comunicativos, e são determinados pelas diferentes competências textuais entre emissor e receptor, Eco coloca que

um texto pode propor não apenas um, mas vários leitores-modelo [...]. Há textos que podem desejar ser lidos em muitas direções; diria até mesmo que propõem um *genus* de autor-modelo, do qual derivam depois várias espécies, e o próprio indivíduo empírico pode ser em momentos diversos dois tipos de leitor-modelo (1984a, p. 103).

O modelo semiótico-textual proposto em *Lector in fabula* representa as diferentes operações de análise ou estratégias de cooperação textual a serem percorridas por um leitor-modelo em um processo interpretativo. O próprio autor assume que esse modelo, de acordo com o formato que está sendo organizado, não é definitivo, até porque um texto pode conter outras indicações de narratividade que não seguem, necessariamente, o esquema didático-estrutural pressuposto. “Assim, não representa um modelo completo dos níveis de texto, mas em particular um modelo dos níveis especialmente pertinentes num texto narrativo” (ECO, 1984a, p. 107-108). Desse modo, um primeiro esclarecimento que se faz em relação aos níveis constituintes das estratégias de *cooperação textual* previstas pelo modelo semiótico-textual diz respeito justamente à divisão didática que Eco (1986b) faz entre o *plano da expressão* e o *plano do conteúdo*, que o autor remeterá em vários momentos de sua obra.

Para tanto, teremos de fazer uma breve reflexão acerca desses dois termos, reportando-nos aos pressupostos teóricos de Louis Hjelmslev (1889-1965), que, por sua vez, inspira-se nas concepções de Ferdinand de Saussure (1857-1913) e de seu *modelo sígnico*, para criar a denominação *plano da expressão* e *plano do conteúdo*. Como nosso objetivo não é o de um aprofundamento maior sobre as contribuições de Saussure para uma semiótica textual, diremos que ele foi o fundador da lingüística moderna, cujos princípios básicos influenciaram o desenvolvimento do estruturalismo semiótico e filosófico.

Seu modelo estruturalista de análise da língua, de larga aplicação, serviu, segundo Nöth (1999, p. 19) também para a análise de outros sistemas de signos, como os não-lingüísticos. A partir de tais concepções, assentavam-se as bases de uma semiótica estruturalista que nos anos de 1960, principalmente na França, procuraria estudar os signos inseridos dentro de *sistemas* dotados de uma estrutura formal e de uma organicidade interna específica e claramente delimitada. Entre as preocupações de Saussure estava a de que a semiologia, termo cunhado para designar a ciência geral dos signos, não fosse confundida com a semântica, que estuda os significados das palavras nas línguas.

No processo de sua elaboração, Saussure previu um papel importante para a lingüística, a qual ele considerava uma ciência já bastante desenvolvida. A elaboração da nova ciência da semiologia geral deveria aproveitar o progresso dos conhecimentos na área de um de seus ramos, a lingüística. A relação entre a semiologia e a lingüística seria, portanto, dupla: primeiro, as leis da semiologia geral são aplicáveis à ciência dos signos lingüísticos; segundo, as leis da lingüística são um guia heurístico na elaboração da ciência dos signos em geral (NÖTH, 1999, p. 19).

Nesses termos, para Saussure, a língua é o mais importante de todos os sistemas sígnicos, e é diferente da fala. A língua refere-se a uma estrutura organizada de signos, articulados entre si, que exprimem idéias. Recebe o tratamento de um *fenômeno social*, sendo considerada como um sistema fechado. A fala, por sua vez, é o uso individual/particular que renova, atualiza e dinamiza a língua. Com uma base teórica específica, Saussure elaborou seu modelo sígnico com a finalidade de analisar a natureza do signo lingüístico, cujos pressupostos foram transferidos também para os signos não-lingüísticos.

De acordo com a comparação feita por Saussure, o signo lingüístico pode ser comparado às duas faces de uma folha de papel: “o pensamento é o anverso e o som é o verso; não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro”. Esta comparação do signo bilateral levou à designação do signo saussureano como bilateral ou diádico. Neste sentido, Saussure definiu o signo lingüístico como “uma entidade psíquica de duas faces” que consiste de um *conceito* e uma *imagem acústica* (NÖTH, 1999, p. 28).

De estrutura bilateral, as duas faces constituintes do signo lingüístico foram posteriormente chamadas de *significante*, para referir-se ao conceito; e *significado*, para se referir à imagem acústica do elemento sígnico em questão. “A razão para essa inovação terminológica foi que esses dois termos ‘têm a

vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total que fazem parte'. Assim, três noções estão envolvidas no modelo sígnico diádico de Saussure. O signo [*signe*] designa o todo que tem o significado e o significante como suas duas partes" (NÖTH, 1999, p. 29). Dessa forma, o significante e o significado são, para Saussure, entidades mentais independentes de qualquer outro objeto externo ao próprio signo; ou seja, não dependem de um objeto para existir<sup>18</sup>.

Como se percebe, essa concepção diádica do signo saussureano exclui o *objeto de referência*, que deixa de remeter-se ao "mundo externo" e "objetivo" do próprio signo, pois "o signo não une uma palavra a uma coisa, mas um conceito a uma imagem acústica". Para Saussure, nada existe (estruturalmente) além do significante e do significado. Sua teoria sígnica opera inteiramente no sistema semiótico. Já que somente o sistema semiótico dá estrutura ao mundo que, de outra forma, seria amorfo, o objeto de referência é excluído da consideração Semiótica (NÖTH, 1999, p. 31).

Saussure teve em Hjelmslev um de seus maiores seguidores. Esse foi criador de uma escola de lingüística estruturalista conhecida por *Glossemática*, cujo modelo sígnico e lingüístico e seus conceitos de *estrutura*, *texto* e *sistema* encontram-se ligados à lingüística estrutural e à semiologia de Saussure. Além disso, o pensar hjelmsleviano teve larga aplicação em outras linhas Semióticas precedentes, influenciando nomes como Greimas (1917-1992), Barthes (1915-1980), Metz e a teoria Semiótica de Eco. Em razão disso, sentimos a necessidade de recuperar algumas das contribuições de Hjelmslev para darmos seguimento às reflexões teóricas propostas por Eco, especialmente em *Lector in fabula*, quando se inspirará notadamente em uma base lingüística.

Nesse sentido, a *Glossemática*, recuperada aqui por Nöth (1999, p. 52), concebia a língua como uma combinatória entre elementos: ou seja, a língua era percebida como um *todo* constituído por *partes* articuladas entre si. As partes são chamadas elementos, e as articulações são definidas pelo tipo de relação que

---

<sup>18</sup> Segundo Nöth, a concepção mentalista do significante já está clara no termo e na definição saussureana de *imagem acústica*: "esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos" (NÖTH, 1999, p. 30).

apresentam, por meio da qual é possível obter, através de operações de segmentação, partição ou substituição, qualquer elemento [parte], a partir do seu conjunto [todo]. Para Hjelmslev, a lingüística representava uma espécie de álgebra, responsável por todo um formalismo, uma organização lógica e um regramento a que esse postulado poderia se referir.

Entretanto, ampliando a noção de Saussure, para quem a língua era um sistema de signos, Hjelmslev percebe a língua, sobretudo, como um *sistema de figuras*. Tais pressupostos levam-no a abandonar a tentativa de análise em signos, cuja riqueza é ilimitada, para manejar com um número mais reduzido de variáveis formadas com a ajuda dos não-signos, razão pela qual algebrizava a língua.

Tais não-signos, que entram como partes de signos num sistema de signos serão denominados *figuras*, denominação puramente operacional que é cômodo introduzir. A linguagem, portanto, é tal que a partir de um número limitado de figuras, que podem sempre formar novos arranjos, pode construir um número ilimitado de signos. Uma língua que não fosse assim constituída não poderia preencher sua finalidade (HJELMSLEV, 1975, p. 51-52).

Desse modo, na estrutura da linguagem,

as línguas não poderiam ser descritas como simples sistemas de signos. A finalidade que lhes atribuímos por suposição faz delas, antes de mais nada, sistemas de signos; mas, conforme a sua estrutura interna, elas são sobretudo algo de diferente: sistemas de figuras que podem servir para formar signos. A definição da linguagem como sistema de signos não reside, portanto, a uma observação mais profunda. Esta definição só presta conta das funções externas da linguagem, das relações da língua com seus fatores extralingüísticos, e não de suas funções internas (HJELMSLEV, 1975, p. 52).

Como se percebe, “o ponto de partida heurístico para a Semiótica de Hjelmslev é a linguagem, que, na sua definição, é não somente a linguagem ‘natural’, mas sim, ‘linguagem em um sentido bem mais amplo’, incluindo qualquer estrutura análoga à linguagem’, a linguagem sendo definida como um sistema sógnico” (NÖTH, 1999, p. 52). Mais do que isso, para Hjelmslev, a linguagem verbal representava um meio inesgotável para a busca do conhecimento humano, em diferentes áreas do saber. Desse modo, elabora uma teoria da linguagem organizada não apenas em sentido lingüístico, com toda a riqueza de detalhes que lhe é peculiar, como também uma *teoria da linguagem* enquanto domínio do

*saber humano* em todo o seu conjunto. Trata-se de um *sistema analítico* concebido para ser aplicado aos mais diferentes sistemas sígnicos em geral. A teoria sistematizante de Hjelmslev buscava uma formalização dos sistemas significantes. Resulta daí a influência exercida em outros autores.

Hjelmslev introduziu o termo *Semiótica* para a linguagem no seu sentido mais amplo. Na sua definição, uma linguagem é uma Semiótica e uma “Semiótica é uma hierarquia, cujos componentes todos admitem uma análise adicional em classes definidas por uma relação mútua”. Portanto, uma linguagem natural nesta terminologia, é uma Semiótica, mas, já que “estruturas análogas à linguagem” pertencem à classe da linguagem no sentido amplo, a distinção entre linguagem e uma Semiótica e, portanto, a distensão entre lingüística e Semiótica, tende a dissolver-se na Glossemática de Hjelmslev (NÖTH, 1999, p. 52).

Nesses termos, a linguagem, para ele, extrapola o sistema conceitual de regras e códigos que lhe dá sustentação, proporcionando ao homem o desenvolvimento pleno de sua natureza psíquica, de sua humanidade, de uma maneira geral, e da própria cultura, com toda a gama de artefatos e instrumentos que lhes são próprios. “Na prática, a linguagem é uma Semiótica na qual todas as outras Semióticas podem ser traduzidas – todas as outras linguagens e todas as outras estruturas Semióticas concebíveis” (HJELMSLEV, 1975, p. 109). Ou seja, Hjelmslev percebia que a linguagem era formada por estruturas lingüísticas e, principalmente, não-lingüísticas. Desse modo,

a linguagem, como sistema de signos, deixa de ser um fim em si mesma e torna-se um meio: meio de um conhecimento cujo objeto principal reside fora da própria linguagem, ainda que seja o único caminho para chegar até esse conhecimento, e se inspira em fatos estranhos a ele. Ela se torna, então, o meio de um conhecimento transcendental – no sentido próprio, etimológico do termo – e não o fim de um conhecimento imanente (HJELMSLEV, 1975, p. 2).

A partir da concepção do signo constituído por dois aspectos indissociavelmente ligados a ele, Hjelmslev, na obra ***Prolegômenos a uma teoria da linguagem***, reformula o modelo bilateral do signo proposto por Saussure, rebatizando a distinção entre *significante* e *significado*, por *expressão* e *conteúdo*, denominando essas duas faces de *planos do signo*. Com isso, Hjelmslev rompe com a tradição segundo a qual “um signo é, antes de mais nada, signo de alguma coisa” (1975, p. 53), o que transforma o signo em expressão *de um* conteúdo

exterior ao próprio signo, para conceber o signo como um *todo* formado por uma expressão e um conteúdo.

Para Nöth (1999, p. 53), a definição do signo saussureano poderia gerar uma noção equivocada, sendo percebido como uma entidade fechada, pré-construída e estática, relegando a um segundo plano a relação e os mecanismos subjacentes dinâmicos que fazem justamente a *mediação* entre o plano do significante e o plano do significado. Mais do que isso, entre os dois termos existe uma relação de complementaridade e não de excludência. Nesse sentido, a grande preocupação de Hjelmslev girou em torno da *função semiótica* que interligava a *expressão* e o *conteúdo*.

Por isso o autor recupera a máxima hjelmsleviana de que não poderá haver função semiótica sem a presença simultânea desses dois fúntivos, do mesmo modo como nem uma expressão e seu conteúdo e nem um conteúdo e sua expressão poderão existir sem a função semiótica que os une. A função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão. Do mesmo modo, é impossível existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo. Se se pensa sem falar, o pensamento não é um conteúdo lingüístico e não é o fúntivo de uma função semiótica. Se se fala sem pensar, produzindo uma série de sons sem que aquele que os ouve possa atribuir-lhes um conteúdo, isso será um abracadabra, e não uma expressão lingüística, e tampouco será o fúntivo de uma função Semiótica (HJELMSLEV, 1975, p. 54).

Por tais razões, Nöth (1999) percebe que a definição do signo, para Hjelmslev, segue as indicações fornecidas por Saussure: trata-se de uma entidade gerada pela conexão indissolúvel entre uma *expressão* e um *conteúdo*. A esse aspecto de *interdependência* entre os dois planos do signo, chamou de *relação de solidariedade*. Ou seja, representam duas constantes que dependem uma da outra como o *verso* e o *anverso* da metáfora saussureana.

Entretanto, mais do que planos do signo, a unidade entre expressão e conteúdo se refere, fundamentalmente, a uma das muitas *instâncias interpretativas* através das quais o ser humano procura conhecer/conceber o universo interno e externo que o cerca. Para além dessa aparente solidez, coesão, concretude e segurança, possivelmente não se encontre uma homogeneidade de conceitos. São, justamente, esses muitos interstícios porosos que caracterizam a ambigüidade do plano da representação/interpretação de idéias tão apregoadas por Eco.

Nesses termos, em relação ao *plano da expressão*, o que deve ser salientado é que no esquema analítico dos níveis e subníveis proposto por Eco, em *Lector in fabula*, não está em discussão a *natureza física* da expressão, como por exemplo em um determinado texto ter sido escolhida uma certa palavra por sua sonoridade, ou por alguma especificidade caligráfica, mas a *forma* em que o texto está sendo manifestado. Por isso usa o termo *expressão* no sentido hjelmsleviano, e assim o define:

“expressão” é uma expressão livre de qualquer conotação de tipo poético, segundo a qual o que não é comunicativo é expressivo. Também um telegrama que diz “chego amanhã” é uma expressão que veicula um certo conteúdo (ECO, 1984a, p. 108).

Em outras palavras, o interesse teórico que gira em torno do *plano da expressão* como divisão participante do modelo semiótico-textual se refere a maneira ou *forma* em que o texto está sendo expresso em relação ao seu *conteúdo*, aspecto indissociavelmente ligado a ele. É a partir dessa distinção que vamos trabalhar, tendo conhecimento de que, por outro lado, “numa análise de textualidade poética, todo esse nível da expressão deveria, por sua vez, ser objeto de uma análise mais sutil” (ECO, 1984a, p. 112).

A partir desse “bloco”, chamado por Eco (1984a, 1986b, 1991c) de *plano de expressão*, no qual a *manifestação linear* do texto está inserida, o autor passa a refletir sobre os *movimentos cooperativos* que o intérprete de um texto realiza, após decodificar esse primeiro nível constituinte. Para tanto, esclarece a diferença entre *dicionário* e *enciclopédia*. Nesses termos, “entende-se por ‘texto’ que seja uma cadeia de enunciados ligados por vínculos de coerência, seja grupos de enunciados emitidos no mesmo tempo com base em mais de um sistema

semiótico” (ECO, 1991c, p. 71-72). Assim sendo, vale notar que um *texto* “comunica-se” por meio de seus *enunciados*, caracterizado pelo fato de exprimir “não só significados *diretos*, (função do significado das expressões simples) mas também significados *indiretos*. O menino diz [gato!] também para exprimir indiretamente que está alegre de assistir a esse admirável evento” (ECO, 1991c, p. 72). Em outro momento, o autor define dicionário de base da seguinte maneira:

a este subnível o leitor recorre a um léxico em formato de dicionário e logo identifica as propriedades semânticas elementares das expressões, de modo a tentar amálgamas provisórios, quando não a nível sintático (substantivos que introduzem um sujeito, verbos que introduzem uma ação, e assim por diante). Neste subnível, funcionam os *postulados de significado* minimais, ou então, as leis de explicitação. Se lemos que [num reino longínquo vivia, uma vez, uma linda princesa chamada Branca de Neve], sabemos quase automaticamente que “princesa” implica “senhora” e, por conseqüência, “ser vivo, humano e mulher”. A este nível o indivíduo descrito como princesa é também investido de propriedades que não são tidas costumeiramente como explicitadas, porque não são “analíticas”, mas sim, “sintéticas” – por exemplo, o fato de um ser humano (de sexo feminino) deve ter algumas propriedades biológicas (certos órgãos, certo peso médio, certa altura média, determinadas capacidades de ação) (1986b, p. 60).

Nesse sentido, a *competência de dicionário* é o sistema mínimo elaborado pelo leitor para a compreensão de uma determinada sentença; refere-se ao suporte verbal-lingüístico no seu sentido primário, entendido como o conjunto de signos que percebemos como os primeiros a serem verificados no processo de significação. O dicionário de base fornece, em primeira instância, a competência mínima, comum ao emissor e ao destinatário, necessária para determinar em que língua, por exemplo, está sendo emitido o texto. A partir dessa “decisão”, o leitor realiza uma inspeção preliminar na situação da enunciação para confirmar se sua pressuposição está correta.

Desse modo, procura saber quem enuncia, que tipo de ato lingüístico está sendo realizado, se é assertivo, interrogativo, imperativo, etc., e em relação a que circunstâncias de enunciação o texto se refere. Como dificilmente o leitor poderá prever, baseado unicamente em uma *competência de dicionário*, quais as infinitas possibilidades inferenciais sobre a situação da enunciação, que são construídas de modo complexo, se faz necessária a utilização de uma competência construída em formato de enciclopédia, que lhe fornecerá as condições de estabelecer se o ato lingüístico usado pelo emissor, por exemplo, se refere a um ordem ou uma



súplica, entre outras manifestações, porque a língua “L”, entendida enquanto enciclopédia, deve prever um dicionário paralingüístico.

Como se percebe, uma *competência enciclopédica* é algo infinitamente mais rico do que um dicionário de base, e exige de um leitor-intérprete uma série de procedimentos que se articulam para uma interpretação adequada. A competência enciclopédica relaciona-se, portanto, à capacidade *de mundi-vivência* do leitor, inserida em um contexto histórico, cultural, social. Entretanto, para se obter um resultado interpretativo conforme previsto pelo texto, a competência de dicionário não pode ser totalmente descartada, pois através dela o leitor é levado a *ativar* apenas algumas *propriedades textuais*, chamadas de *sememas*, enquanto outras permanecem *narcotizadas*.

Por outro lado, na diferenciação entre *denotação* e *conotação*, a conotação representa uma informação fornecida à luz de uma determinada *convenção*, na qual o leitor sabe, supõe ou prevê que deva agir ou responder desta ou daquela forma em relação a uma determinada ação, a partir de um procedimento já estabelecido; portanto, convencionado. Nesse sentido, a conotação representa uma significação *a priori*, veiculada, aceita e estabelecida já em referência a uma significação anterior. Eco (2000a), ao comentar essa particularidade do mecanismo conotativo de referir-se sempre a uma convenção anterior, chamou-a de *superelevação* dos códigos, baseado na *semiótica conotativa* de inspiração hjelmesleviana, conforme já referido.

Assim sendo, “é conotativa uma semiótica em que o plano da expressão se constitui de uma outra semiótica. Em outras palavras, tem-se um código conotativo quando o plano da expressão é um outro código” (ECO, 2000a, p. 46). Nesse caso, o conteúdo de uma primeira significação, chamado de conotação, torna-se *expressão* de um conteúdo anteriormente dado ou referido, enquanto *unidade denotativa mínima*. “O que constitui uma conotação enquanto tal é o fato de que ela se institui parasitariamente à base de um código precedente e não pode ser veiculada antes de o conteúdo primário ter sido denotado” (ECO, 2000a, p. 46). A ressalva que o autor faz é a seguinte:

deve, pois, ficar claro que a diferença entre denotação e conotação se deve ao mecanismo convencionalizante do código, independente do fato

de as conotações poderem parecer menos estáveis que as denotações. A estabilidade concerne à força da convenção codificante, mas, uma vez estabelecida a convenção, a conotação se torna fúntivo estável de uma função sígnica cujo fúntivo subjacente é uma outra função sígnica. Um código conotativo pode ser definido como SUBCÓDIGO no sentido de que se fundamenta num código-base (2000a, p. 46) (destaque do autor).

Assim, ainda que esteja relacionada diretamente à *literalidade* de um primeiro plano denotativo, a manifestação linear permanece *conotada* ao referir-se a um determinado conteúdo, uma vez que se expressa através de códigos e subcódigos que são sustentados por regras próprias, que podem desencadear múltiplas associações e relações. Não nos esqueçamos que um subcódigo, ainda que represente um “detalhe” que aponta para um todo maior de interpretação, se caracteriza como uma *marca*. Essa literalidade textual remetida à conotação é, portanto, convencionada social e culturalmente, conforme colocado por Eco:

A manifestação linear do texto de um documento deve estar conforme com as regras normativas da escrita, da pintura, da escultura etc., válidas no momento de sua suposta produção. A manifestação linear do texto de um dado documento deve, portanto, ser confrontada com tudo o que se conhece sobre o sistema da forma da expressão, de um dado período – bem como o que se conhece do estilo pessoal do suposto autor (2000a, p. 154).

Entretanto, há de se ressaltar que esse preenchimento dos interditos textuais a partir de seu sentido mínimo, e que poderia levar a uma variabilidade de interpretações textuais *desconcertante*, viria a ser limitado por Eco, a partir da obra ***Os limites da interpretação***. É o momento em que as incontáveis possibilidades de apreensão do *universo interpretativo* acabariam sendo restringidas ao âmbito fornecido pelo próprio texto, em uma defesa do *sentido literal* constante da obra, onde as inferências interpretativas, por mais paranóicas que fossem, deveriam se basear no “reconhecimento do primeiro nível de significado da mensagem, o literal” (ECO, 2000a, p. 11). É em função da *manifestação linear* do texto que o leitor colabora no preenchimento de seu significado.

Nesse caso, um leitor ideal poderá dizer que um determinado texto pode significar *muitas coisas*, mas não poderá dizer que o referido texto significa *qualquer coisa*. Pelo menos, se vê obrigado a levar em consideração que o

hipotético texto possui um *sentido mínimo* expresso, do qual não há como fugir, sob pena da possível interpretação se referir a um sentido que seria despropositado sugerir, por não falar daquilo a que deveria se reportar ao ser interpretado. Em **Conceito de texto**, enfatiza: “Se eu afirmar, como estou afirmando, que o texto determina seu próprio leitor-modelo, teremos conseqüentemente de dizer que o texto não admite uma liberdade absoluta de respostas e de interpretações” (ECO, 1984a, p. 98).

Dessa maneira, ainda que um texto possa estimular um número infinito de interpretações que coabitem o espaço intermediário entre a *intenção do autor* e a *intenção do leitor*, que poderia reivindicar seus direitos à livre expressão interpretativa, existe a *intenção do texto*, que representa uma *restrição* à atividade desenfreada do leitor de interpretar ou melhor “superinterpretar” um texto *ad infinitum*. Em outras palavras, podemos ampliar nosso horizonte interpretativo; entretanto, não temos como *fugir/fingir* que a capa de **Chapeuzinho Vermelho** é de qualquer outra cor que não aquela *inicialmente* referida pelo *próprio texto*. A idéia básica do processo interpretativo proposto pelo autor está centrada na descoberta da *estratégia textual* de produção de um *leitor-modelo*, concebida como a contrapartida ideal das pressuposições que formam um *autor-modelo*.

O enfoque desse procedimento estratégico se encontra relacionado à *intenção do texto*, e não está centrado na referência à intenção do autor ou do leitor empíricos que, nesse caso específico, se tornam desinteressantes em relação ao esquema analítico desenvolvido; o que não quer dizer que em outras teorias textuais não se transformem em peças fundamentais, como no caso da comunicação cotidiana, por exemplo, na qual não se pode prescindir de suas importantes participações como *fator decisivo* no processo interpretativo. Segundo o autor, “a infinidade das interpretações não pode fazer de um texto um puro pretexto para o jogo dos nossos investimentos e de nossos impulsos” (ECO, 1984a, p. 98).

Além do mais, Eco (1986b) ainda aponta a distinção entre “interpretar” e “usar” um texto. Desse modo, a partir das alternativas colocadas, temos na *interpretação* de um texto a opção de leitura cujo objetivo é o de buscar a *estratégia textual* que lhe constituiu internamente, respeitando os diferentes

contextos culturais, espaço-temporais e lingüísticos em que foi atualizado. Esse pressuposto leva em conta o complexo jogo de *interações* entre a enciclopédia do leitor, as convenções sociais e a história das interpretações precedentes, dentro de um contexto específico, que acabam permeando o texto que o leitor está lendo.

Caso optarmos por *usar* aleatoriamente um texto, o estamos transformando em um objeto qualquer, que se presta a uma finalidade estritamente pessoal, para a qual não foi explicitamente concebido, e que não nos interessa discorrermos neste momento. Conforme o autor coloca:

Um texto outra coisa não é senão a estratégia que constitui o universo das suas interpretações legítimas – se não ‘legítimas’. Qualquer outra decisão de usar livremente um texto corresponde à decisão de ampliar o universo do discurso. A dinâmica da semiose ilimitada não o veda, e até chega a encorajá-lo. Mas cumpre saber se queremos exercitar a semiose ou interpretar um texto (2000a, p. 44).

Entretanto, o problema que aqui se coloca não é tanto o de descobrir a intenção do leitor, em meio às multiplicidades interpretativas que a ele se apresentam, mas sim definir qual a *intenção do texto*, que se completa através da *cooperação ativa do leitor*, que se propõe a atualizá-lo conforme previsto. O processo interpretativo em produção está localizado no *espaço de intersecção* entre esses dois eixos de força, e não pode ser enfocado e analisado somente em um dos pólos interativos. É um movimento inferencial circular, uma vez que é o próprio texto quem produz *seu* leitor-modelo, capacitando-o a desenvolver *uma* ou *várias* conjecturas interpretativas, a partir de bases ou matrizes por ele fornecidas. Nesse caso,

a intenção do texto não é revelada pela superfície textual. Ou, se for revelada, ela o é apenas no sentido de carta roubada. É preciso querer “vê-la”. Assim, é possível falar da intenção do texto apenas em decorrência de uma leitura por parte do leitor. A iniciativa do leitor consiste basicamente em fazer uma conjectura sobre a intenção do texto (ECO, 2001e, p. 75).

Seja como for, ainda que um texto preveja um leitor-modelo altamente capacitado e lhe estimule e lhe permita fazer infinitas previsões interpretativas, contemplando os mais diferentes passeios inferenciais pelos bosques da ficção narrativa, é o próprio texto quem fornecerá os *limites possíveis* e os *critérios de*

*legitimidade* das interpretações *aceitáveis*. A partir desse princípio, Eco (2000a) estabelece que qualquer interpretação feita a partir do fragmento de um determinado texto somente poderá ser aceita se for confirmada por outra parte do mesmo texto, devendo ser rejeitada se a contradisser ou questioná-la, em outro ponto do texto.

Temos, assim, dentre os vários aspectos que um determinado texto pode significar, aqueles que são *relevantes* para uma interpretação coerente e aqueles que são *marginais* ou que constituem elementos incapazes de sustentar uma leitura satisfatória e adequada, com um coeficiente mínimo de bom-senso. Como os graus de certeza e incerteza que caracterizam uma interpretação considerada satisfatória são muito tênues e relativos, Eco (2000a) fixa essa decisão justamente no *sentido literal*, que além de descartar interpretações reconhecidamente malsucedidas, leva em consideração a tradição das interpretações anteriores, que também servem como um patamar de análise consistente. Nesse caso, “mais do que um parâmetro a ser utilizado com a finalidade de validar a interpretação, o texto é um objeto que a interpretação constrói no decorrer do esforço circular de validar-se com base no que acaba sendo o seu resultado” (ECO, 2001e, p. 75-76).

Longe de gerar qualquer tipo de ambigüidade a que esse termo *sentido literal* possa remeter, em razão das especificidades de alguns elementos advindos do discurso literário, teremos de fazer um breve esclarecimento sobre o que venha a se constituir o sentido literal de um texto. A literalidade do discurso já esteve associada, por exemplo, a uma compreensão mínima de dicionário, onde lhe foi atribuída uma ligação que se restringia exclusivamente ao campo de domínio representado pelas *letras* que compõem uma determinada expressão. Preocupada com essa questão, Brait retoma Northrop Frye na obra ***Anatomia da crítica*** (1973), para quem,

tradicionalmente, a expressão “sentido literal” se refere ao sentido descritivo livre de ambigüidade. Habitualmente dizemos que a palavra “gato” “significa literalmente” um gato quando é símbolo apropriado para um gato, quando mantém uma relação representativa simples com o animal que faz miau. Esse sentido da palavra ‘literal’ vem dos tempos medievais, e pode ser devido à origem teológica das categorias críticas. Em Teologia, o sentido literal das Escrituras é usualmente o sentido histórico, sua exatidão como um registro de fatos ou verdades. Afirma Dante, comentando o verso dos Salmos “Quando Israel saiu do Egito”:

considerando a letra apenas, o êxodo dos israelitas rumo à Palestina, no tempo de Moisés, é o que está significado para nós (*significatur nobis*). A palavra “significado” mostra que o sentido literal aqui é o tipo mais simples do sentido descritivo ou representacional, como ainda um “literalista” bíblico (apud BRAIT, 1996, p. 75).

Entretanto, para a autora, a concepção do sentido literal como *processo descritivo* mostrou-se insuficiente frente à complexidade apresentada pelo discurso, “que não se detém unicamente no literário, precisamente no fato de se poder considerar literal não o descritivo, o histórico, o signo em estado de dicionário, mas o que está atualizado. Ou seja, a forma de organização não atualiza um sentido cristalizado, mas movimenta as possibilidades dos signos, concretizando-os em palavras cuja significação e cujos efeitos de sentido emergem do estado e dos estágios de contextualização” (BRAIT, 1996, p. 75). Desse modo, a estrutura interior do discurso articula-se de uma maneira que ultrapassa o domínio meramente verbal-frasal.

A fim de que o termo *sentido literal* seja problematizado, pelo menos dentro do âmbito desejado por este trabalho, optamos por trazer o comentário que Brait (1996) faz de outro autor, John Searle (1979), para quem não é possível desvincular o *sentido literal* de uma frase do *contexto* a que se refere. Ou seja, da mesma forma que as letras não podem ser isoladas para serem interpretadas em sua plenitude; também as palavras não podem ser separadas dos seus contextos particulares. Tal perspectiva teórica justamente se contrapõe à idéia levantada por Frye (1973). Na leitura que a autora faz de Searle (1979),

a noção de sentido literal de uma frase, num grande número de casos, só pode ser encontrada quando aplicada a um conjunto de elementos previamente assumidos. A partir de frases que parecem ser casos favoráveis à idéia, segundo a qual o sentido literal é independente do contexto, demonstra que a aplicação da noção de sentido literal de uma frase é sempre relativa a um conjunto de assunções contextuais, ou, ao menos, que a noção de um sentido literal absolutamente independente do contexto não tem aplicação geral e que parece haver uma classe bastante ampla de frases, às quais o argumento favorecendo o contexto parece aplicável (BRAIT, 1996, p. 77).

Como se percebe, o sentido literal passa a ser entendido por Brait (1996) enquanto uma *mediação* que se dá entre o sentido mínimo que está sendo atualizado e o sentido que passa a ser compreendido pelas vias de sua contextualização, para a qual concorre uma maior ou menor competência

enciclopédica do leitor em articular a possível interpretação às demais formas de intertextualidade e extratextualidade a que remete. A diferença de um pressuposto em relação ao outro faz emergir o papel fundamental desempenhado pelo contexto. Desse modo, o sentido literal ganha importância não como um mero produto do *sentido das palavras* que compõem cada frase, mas sim pela *relação* mantida com seu possível *contexto*.

Como nosso objetivo aqui não é o de confirmar ou discordar de alguns dos pontos de contato entre diferentes autores que estudam a linguagem e, mais do que isso, entre as diferentes perspectivas teóricas, a respeito do que se convencionou chamar de *sentido literal*, sempre pode haver uma nova possibilidade de leitura, ao lado de tantas outras. Dentre as muitas teorias crítico-literárias que se dedicaram à questão do sentido literal, vamos procurar centrar nossa compreensão na teoria semiótica textual que vem sendo levada a cabo por Eco (1986b), que associa, como vimos, o *sentido literal* ao *sentido mínimo* expresso pelo texto. Tal perspectiva ancora, desde sempre, a infinidade de possibilidades interpretativas à intenção do texto.

Por outro lado, a *significação*<sup>19</sup> de um texto “abrir-se-ia” à atualização de seus leitores/sujeitos/receptores, não podendo ser “controlada” nem pela intenção do autor, tampouco pelo possível contexto de “origem”, seja ele histórico, social, cultural ou político. Desse modo, a significação, *mutante por definição*, partiria de uma série de *jogos abduativos* produzidos por seus diferentes interlocutores, que assumiriam “o valor”, “o conteúdo”, “a natureza” dessa significação, ou “aquilo que

---

<sup>19</sup> As diferenças entre *sentido* e *significação*, aqui brevemente esboçadas, não representam um consenso entre alguns autores e determinadas matrizes teóricas. Entretanto, nos permitem certas aproximações: Compagnon (2003, p. 86), por exemplo, estabelece que o *sentido* designa aquilo que permanece *estável* na recepção de um texto. Ele responde a questão: *O que quer dizer esse texto?* Tal posicionamento vem ao encontro do que Eco (2000a) estabelece como um *sentido mínimo*, que termina por impor um limite ao processo interpretativo. Por outro lado, a *significação* para Compagnon (2003, p. 86) designa aquilo que é *mutável* na recepção de um texto. Ela responde a questão: *Que valor tem esse texto?* Nessa perspectiva, enquanto o sentido relaciona-se à interpretação de um texto, a significação é o objeto da aplicação do texto ao contexto de sua recepção, e, portanto, de sua *avaliação*, a ser atualizada pelos leitores de um dado processo comunicacional. Desse modo, a significação se estabeleceria como um *processo dinâmico* que se constrói no momento em que o leitor/sujeito/receptor interage com o texto, decodificando as diversas textualidades que chegam até ele, razão pela qual faz parte do quadro gerativo do próprio texto, conforme colocado por Eco (1986b), constituindo-se como *princípio ativo* da interpretação. Essa concepção negociada da significação se produz, justamente, pela possibilidade de “abertura” à complementação que caracteriza todo o texto, procedimento que necessita do trabalho cooperativo desenvolvido pelo leitor no preenchimento da *incompletude* que constitui o tecido textual.

o texto *quer dizer*” segundo a época em que se encontram. Nessa perspectiva, todo o texto remeteria a uma tensão entre um contexto “original” de enunciação e um contexto “atual” de recepção, instante em que a *intenção do autor* estaria irremediavelmente perdida.

Seja como for, até porque a busca de um único consenso seria problemática, na interpretação proposta por Eco, existe a idéia de um processo em formação, de um *movimento textual*, de sentidos que vão sendo (re)significados a cada instante. À tarefa da interpretação e à exigência de compreensão da própria hermenêutica<sup>20</sup> nascida, impõe-se à necessidade de sobrevivência da *intentio operis* para nos remeter à idéia central defendida pelo autor. Tais atualizações serão proporcionadas, sobretudo pela cultura, que perpassará toda essa textualidade.

## 2.2 ... DO TEXTO ÀS TEXTUALIDADES ...

Assim sendo, a idéia de *cultura* manifestada enquanto *texto* compreende a diferenciação, estabelecida por Fabbri, entre uma cultura erudita convencionalizada como *gramaticalizada*, uma vez que define os próprios sistemas de regras que são aceitas e reconhecidas por toda uma comunidade discursiva, atuando como fator determinante na criação de textos; de uma cultura considerada *textualizada*, representada pela cultura das comunicações de massa, “na qual são as práticas textuais que se impõem, se difundem e se constituem como modelos, correntes, gêneros” (2001, p. 245).

---

<sup>20</sup> A hermenêutica será entendida aqui, a partir de Abbagnano (1982, p. 472) como a *teoria da arte de interpretar*. Imprevisível e dinâmica, enquanto instância da criação humana, mas científica e sistemática enquanto método geral de interpretação. A hermenêutica se caracteriza pelo constante *jogo interpretativo* e tem a qualidade de penetrar na essência das expressões textuais, artísticas e culturais, decifrando-lhe os mistérios, as sutilezas, os meandros. Nesses termos, a hermenêutica seria capaz de fazer dialogar, interagir e interseccionar aspectos conceituais opostos e similares; dissonantes e concordantes; contraditórios e harmoniosos entre si. Dando ênfase às inter-relações entre os processos interpretativos em constante transformação, a doutrina hermenêutica, enquanto instrumental analítico-metodológico, diferencia-se do referencial que é proposto pela dialética, como método da divisão, conceito formulado por Platão (427 a.C.-347 a.C.), ou como síntese dos opostos, termo principalmente idealizado por Hegel (1770-1831).



Graças à *mediação* proporcionada pelo carácter *textualizado* da cultura, particularmente importante na constituição teórica de uma Semiótica textual, temos a ampliação da noção de *mensagem*, relacionada a uma substância expressiva única, verbal ou visual, para uma noção de *texto*, que implica a articulação de diversas substâncias e códigos. Nessa perspectiva, a cultura pode ser representada como um *conjunto de textos*; entretanto, Eco prefere tratá-la enquanto um *mecanismo* que *engendra* um conjunto de textos que são a *realização* dessa cultura. A idéia de uma *textualização da cultura*, conforme veremos, o autor recupera a partir dos estudos de Lotman e a Escola de Tártu-Moscou, que já desenvolvia reflexões acerca da interação entre sistemas signos desde a década de 50.

Nesse sentido, o *traço comum* de uma possível caracterização tipológica da cultura pode surgir a partir do modo como ela se autodefine. Determinadas culturas representam-se, dentre outras formas, como um conjunto de textos entendidos em seu sentido amplo (por exemplo, no rito ou cerimonial); outras, entretanto, preferem definir-se a si próprias como um *sistema de regras* que determinam a criação de textos. A relevância, nesse último caso, não recai tanto na questão das regras, tomadas em seu sentido normativo, quanto recai na idéia de *sistema*<sup>21</sup>, representando a cultura como um conjunto organizado de textos.

De qualquer modo, a cultura comunica: a complexa ligação de acontecimentos culturais transmite, por si mesmos, informações aos que participam desses acontecimentos. Leach, em sua obra intitulada **Cultura e comunicação** (1976), defende a idéia de que a comunicação é um processo permanente, complexo e multifacetado onde não somente os atos da fala transmitem informações, mas, principalmente, os *componentes não-verbais* de uma determinada cultura, susceptíveis de serem considerados possuidores/geradores de sentido.

---

<sup>21</sup> Segundo Abbagnano, a noção de *sistema* teve, no decorrer da história, diferentes apropriações, em maior ou menor grau adequadas a sua época. O termo vem sendo empregado, filosoficamente, desde o período grego clássico, como indicativo de um discurso organizado dedutivamente, ou seja, constituindo um "todo" cujas partes se deixam extrair umas das outras (ABBAGNANO, 1982, p. 875-876). Essa idéia da articulação entre partes, interagindo entre si, será (re)trabalhada por Iuri Lotman (1922-1993) com o objetivo de refletir acerca da noção de cultura, enquanto sistema semiótico por excelência, permeado por diferentes dimensões sógnicas em permanente transformação, conforme veremos no tocante à Semiosfera.

Tal circunstância engloba manifestações que vão dos hábitos individuais adquiridos ou dos hábitos coletivos preservados por uma determinada sociedade, como suas cerimônias religiosas, à apropriação de certos códigos e sua posterior padronização ou transformação em outros códigos, igualmente legitimados pela cultura. Desse modo, há formas de comunicação em que a ação expressiva do emissor é interpretada diretamente pelo receptor; porém, há casos em que a ligação é indireta, o que implica em um determinado *padrão de signos* que convergem em uma certa *competência*, tanto de quem os executa; quanto de quem os interpreta.

Leach (1976) parte do pressuposto de que todas as dimensões não-verbais da cultura se organizam em conjuntos padronizados. Esses conjuntos congregam a informação codificada de modo análogo ao dos sons, palavras e frases de uma língua. Assim sendo, podemos falar em regras gramaticais que podem ditar o uso do vestuário e regras gramaticais que determinam as verbalizações. Sua proposta é a construção de uma *semântica das formas culturais* da qual emerge um *mecanismo lógico* que nos possibilita a transformação de mensagens visuais em mensagens sonoras, táteis ou olfativas, e vive-versa. Mesmo sob a base de um mesmo código, somos capazes de transformá-lo, modificando, justamente, a *forma* de expressá-lo.

É desse modo que, através das mediações culturais, ocorre a *circulação* das práticas textuais, que são fatores decisivos para a compreensão do processo comunicativo, uma vez que a ênfase deixa de estar colocada unicamente no pólo emissor, passando a adquirir relevância justamente a *dinâmica* existente entre destinador e destinatário, com o devido reconhecimento de suas diferenças e, principalmente, do papel desenvolvido por ambos os pólos na atividade de construção e funcionamento textual. Mas, de qual *textualidade*, afinal, estamos falando? Qual a sua dimensão? Qual o limite da Semiótica proposta por Eco?

Desde a década de 1970, especialmente no ***Tratado geral de Semiótica***, vem se discutindo o que se convencionou chamar de “limiar”, “limite” ou “soleira” semióticos. O jogo de similitudes procura expressar a *instância de análise* que a Semiótica seria capaz de abranger. Nesses termos, estaríamos falando de um *campo de saber*, enclausurado em classificações científicas ou uma *área de*

*conhecimento*, nos moldes da filosofia, que assume para si a maternidade de análise dos fenômenos do mundo? A discussão que se apresenta, já apresentada por Nöth (1999, p. 230) evidentemente, extrapolaria o escopo deste trabalho. De qualquer forma, as denominações vêm se alterando no decorrer das décadas, bem como se transformam os diferentes elementos que se prestam à análise semiótica, sejam eles textos, em sua expressão plena, artefatos culturais, tais como filmes, exposições de arte, comerciais publicitários, ou fenômenos de massa, com seus diferentes modismos de cor, consumo, vestiário, entre outros.

A análise de textos, sob os auspícios da lingüística de vertente saussureana, por volta de 1960, procurava explicar as questões da narrativa, da poesia, da prosa, do discurso verbal, enfim, do “texto de papel”. São dessa época os valiosos trabalhos de Hjelmslev (1899-1965), Jakobson (1896-1982), Benveniste (1902-1976) e suas preocupações sobre a enunciação no discurso. Seguindo nesse pequeno resgate histórico, teríamos as contribuições de Morris (1901-1979) e a sua “tipologia” Semiótica do discurso e, posteriormente, o brilho deixado por Barthes (1915-1980) à Semiótica estruturalista, seguido pelo projeto semiótico de Greimas (1917-1992) e suas preocupações com a sintaxe narrativa do discurso. Eco, também apreciador da fonte estruturalista em uma primeira instância, se encaixa nessa perspectiva, especialmente quando reflete sobre uma Semiótica da literatura, que, desde ***Obra aberta*** (2001d), já se preocupava com a infinidade de possibilidades interpretativas presentes em um texto, discussão que seria posteriormente aprofundada em ***Lector in fabula*** (1986b) e coroada de êxito em ***Os limites da interpretação*** (2000a).

Com a expansão acelerada dos Meios de Comunicação de Massa, os *signos de papel* ganham cores, texturas, aromas, densidades, e uma *série de dimensões* que já não mais podiam ser contidas unicamente nos limites primeiramente designados pelo estruturalismo. O signo ganha vida! A Semiótica amplia-se; confronta-se; vela-se; revela-se. Peirce (1839-1914) começa a ser relido. Novas problemáticas aderem-se ao campo semiótico. O potencial de análise do signo verbal é acrescido de elementos não-verbais. Passamos do estruturalismo a uma nova perspectiva: para alguns autores, pós-estruturalismo; para outros, neo-estruturalismo, conforme Nöth (1999). A proposta de estudo de uma Semiótica da cultura começa a ser esboçada. A partir dos anos 80, a

**Sociedade do espetáculo**, projetada por Guy Debord desde 1967, quando vagava pelas ruas de Paris, acompanhado de várias garrafas de seu precioso *Beaujolais*, começa a atingir seu “apogeu”, ou aquilo que, para a época, seria percebido como o *domínio da imagem*, do néon, e dos luminosos comerciais da Coca-Cola. Tempos difíceis: muitos intelectuais não suportaram a transformação radical da sociedade e preferiram retirar-se da vida.

Por outro lado, Nöth (1999, p. 230-231) defende a idéia de que, desde os anos 60, nos Estados Unidos, Thomas Sebeok vinha tentando fazer a passagem de uma semiótica textual para uma semiótica da comunicação em geral, da comunicação verbal à comunicação não-verbal humana, e, para além da comunicação humana, a comunicação animal que, sob o nome de zoosemiótica, se constituiu em uma das maiores contribuições do autor a expansão do campo semiótico. Inclusive, vai mais longe ao afirmar que o processo semiótico começa nas origens da vida: ou seja, semiótica e biologia teriam o mesmo *objeto de estudo*, ainda que sob diferentes perspectivas.

No intervalo de diferentes problemáticas surgem, segundo o autor, os processos semióticos em microorganismos e células, incluindo aqueles que se desenvolvem dentro do corpo humano. Interdisciplinar por “definição”, ou por “opção”, a Semiótica presta-se a tudo: serve para analisar a tudo e a todos, uma vez que, desde Peirce, “tudo” é signo, e o homem, e todos os seus processos internos e externos, são compostos por signos. Como infinita é a variedade de signos, a Semiótica se dispersa; se fragmenta; se generaliza; se atualiza, digamos assim. Retomando tais discussões, Nöth (1999) questiona a idéia de que, desde os mais diversos fenômenos que envolvem signos, microssemiose, endossemiose, fitossemiose e ecossemiose, seriam objeto e estudo da Semiótica. Nessa perspectiva, passar-se-ia do orgânico ao virtual-digital, uma vez que computadores e sistemas de controle, como aquelas câmaras colocadas em locais públicos para “evitar” assaltos, também são *sistemas organizados*, não de seres vivos, mas “criados” por seres vivos, e, portanto, sígnicos.

Novamente a mesma pergunta: do que afinal estamos falando? De alguma panacéia de especulações ou de uma instância de análise? De um aglomerado de interpretações que se presta a múltiplas discussões ou de uma

*Teoria*, no sentido pleno do termo? Quantos desafios ainda haverá de enfrentar? Não podemos deixar de reconhecer que inúmeras são as controvérsias: entre autores, Escolas, pesquisadores, campos, congressos e seminários; entretanto, há de haver, como diria Eco em ***Os limites da Interpretação***, ao se referir à multiplicidade de interpretações que um texto pode comportar, aquelas que são aceitáveis e aquelas que são, enfim, questionáveis. Fato é que o alargamento do “campo” teve como contraponto a expansão/aglutinação de novos conceitos; os avanços anteriores foram colocados por terra em detrimento de novas pesquisas. Haja vista a aplicação dos estudos peirceanos à cognição, às pesquisas em computadores e à inteligência artificial, já trabalhados por Santaella em diversos momentos de sua obra.

Conforme já havíamos colocado, o viés de análise semiótico, ao ampliar-se, parece, enfraquece seus objetos de estudo. Com isso, não estamos, de forma alguma, diminuindo o mérito das contribuições de Peirce e de sua possibilidade de diálogo científico com as investigações de última geração nos campos emergentes e desafiantes da ciência contemporânea, mas, de que limiar estamos falando? Esta pergunta Nöth (1999, p. 175) faz ao próprio Eco, ao questionar a estruturação do campo semiótico por ele proposto. Muitas vezes, algumas discriminações positivistas ainda são necessárias à Ciência e ao conhecimento em geral. O quê, afinal de contas, pertence a quem? *Em que crêem os que não crêem?* Sob um outro ponto de vista, pergunta-se Eco em seu livro homônimo. Os contornos tornam-se novamente difusos.

Nesta mesma direção, Nöth (1999) questiona-se sobre a tênue linha divisória do que é o mundo semiótico e o do que não é semiótico, a partir das idéias de Eco, em sua obra chamada ***Teoria da Semiótica***, em que o autor descreve a área da pesquisa contemporânea em Semiótica como o “campo semiótico”, definindo as linhas divisórias entre esse campo e o mundo não-semiótico como “fronteiras ou limiares”. Inclusive, admite haverem fronteiras transitórias e imutáveis. Há duas espécies de fronteiras transitórias: as políticas e as epistemológicas.

As fronteiras políticas, segundo Nöth (1999, p. 175), são determinadas pelas limitações atuais do estado da arte na pesquisa semiótica corrente,

devendo, portanto, ser ultrapassadas com o avanço da teoria Semiótica. As fronteiras epistemológicas representam a linha divisória entre a Semiótica como uma teoria e seu objeto de estudo; portanto, entre teoria e prática. A ultrapassagem dessa fronteira pelo semioticista deve se dar por meio da intervenção crítica. A *teoria semiótica* deve afetar a *prática semiótica*. O resultado dessa intervenção deve levar a um remodelamento permanente da *paisagem semiótica*.

Preocupado em desenvolver “um esforço obstinado de entender os mecanismos através dos quais nós damos significação ao mundo à nossa volta”, Eco (2000a apud Nöth, 1999, p. 169) define Semiótica como um programa de pesquisa que estuda todos os processos culturais como *processos de comunicação*. Nessa proposta, a cultura pode (e deve!) ser estudada a partir de uma perspectiva semiótica. Entretanto, segundo aquele autor, as entidades culturais podem também ser consideradas sob pontos de vista não-semióticos, uma vez que um carro pode ser um signo indicando *status* social, ou, se for tomado em um nível físico ou mecânico, pode significar simplesmente um carro, e, portanto, desprovido de *função comunicativa*; níveis que não são do interesse semiótico.

Como proceder? Vale recordar que a Semiótica proposta por Eco (2000b) se preocupa com tudo o que pode ser tomado como signo. Um signo é tudo aquilo que pode ser tomado como substituindo significativamente outra coisa, que não precisa necessariamente existir ou estar realmente em algum lugar no momento em que um signo a representa. Assim, a Semiótica é, em princípio, segundo o autor, a disciplina que estuda tudo o que pode ser usado com o objetivo de mentir. E muitas foram as mentiras!

Nesses termos, e articulando o nível cultural, com o comunicacional e com o nível do “mentiroso”, conforme colocado por Nöth (1999, p. 169) teríamos três tipos de critérios de análise. Para o critério cultural, uma Semiótica que estuda os signos da natureza, e, portanto, natural, perderia o sentido, uma vez que a cultura estaria presente inclusive e principalmente na instância natural. Essencialmente intencional, a mentira trataria das mensagens intencionais que possuam o “dom de iludir”, no sentido dado pela cantora Gal Costa, intérprete de

Caetano Veloso, à música homônima. Em um nível comunicacional, esfera fascinante para Eco, uma mensagem qualquer precisa ser convencionalizada em um determinado código, o que implica uma certa convenção entre emissores e receptores de uma dada cultura. Discordando um pouco desses posicionamentos, Nöth admite que,

no final do século XX, tem se estendido [o campo semiótico] a várias das áreas que Eco desejou excluir em sua teoria: há uma Semiótica biológica e evolutiva, que estuda as mensagens ainda não-intencionais, há uma Semiótica do inconsciente, além do mentiroso e do verdadeiro, e há uma Semiótica natural que não só estuda o comunicativo, as mensagens entre emissores e receptores, mas também os signos meramente significativos da natureza, que não provem de um destinador biológico de uma mensagem. Embora Eco, em sua teoria, tenha continuado fiel aos seus critérios restritivos da Semiótica, o esboço que fornece da totalidade do campo semiótico apresenta-se bem mais extenso (1999, p. 169).

Criticas à parte, a Semiótica de Eco, segundo Nöth (1999, p. 171) é uma Semiótica da cultura, uma vez que sua teoria dos códigos está fundamentada em uma determinada convenção cultural. Nessa proposta, transforma-se no *estudo sígnico da cultura*. Enquanto fenômenos da cultura, arquitetura, música, cinema, artes em geral e toda uma infinidade de fenômenos cultural produzidos pelo homem e colocados em circulação pelos Meios de Comunicação de Massa são todos, e sem exceção, fenômenos culturais.

Resta-nos, ainda, refletir sobre o problema das fronteiras entre um território semiótico e um não-semiótico. Para Nöth (1999, p. 176), as fronteiras naturais seriam aquelas para além das quais uma abordagem Semiótica não poderia alcançar; visto que há um território não-semiótico de fenômenos que não podem ser tomados como funções sígnicas, referendando o que Eco deixa claro no ***Tratado geral de Semiótica***. Assim sendo, o campo semiótico por ele proposto estaria separado de um mundo não-semiótico por duas espécies de fronteiras naturais, discutidas sob os títulos de *limiar inferior* e *limiar superior* da Semiótica, além dos quais os tópicos de pesquisa pertenceriam a outras áreas que não a Semiótica.

O *limiar inferior* representaria, segundo Nöth (1999, p. 175), a linha divisória entre o mundo semiótico e o “pré-semiótico”, separando a *natureza* da *cultura*. Uma vez que sua teoria seria, prodigamente, uma Semiótica da cultura e

dos signos que pressupõem convenções sociais, os processos no domínio do biológico e da natureza física seriam, por definição, excluídos da Semiótica. Via de regra, o campo semiótico seria constituído apenas de signos baseados em *códigos* e *convenções*, enquanto que os estímulos, sinais e informação física estariam abaixo do limiar semiótico, onde "fenômenos semióticos surgem de algo não-semiótico" (ECO, 2000b, p. 11).

Por outro lado, o limiar semiótico *superior* da Semiótica proposta por Eco seria, para Nöth (1999, p. 176) a linha divisória entre o ponto de vista semiótico do mundo e várias outras perspectivas não-semióticas do mundo. Mesmo dentro do domínio da cultura, que pertenceria, com certeza, ao campo semiótico, não estaríamos sempre confrontados exclusivamente com fenômenos sígnicos. Artefatos produzidos pela cultura, por exemplo, não seriam apenas signos. Eles também seriam *objetos físicos* construídos de acordo com leis mecânicas; teriam um determinado valor econômico e poderiam ter uma função em maior ou menor grau aceita pela sociedade.

Mesmo encontrando-se "abaixo" do *limiar da semiótica*, conforme Nöth (1999, p. 176), a sintomatologia, entendida como a interpretação de sintomas médicos, estaria inserida no domínio da Semiótica, uma vez que tais sistemas são codificados e legitimados por uma tradição médica. Teríamos então a transformação de fenômenos não-semióticos em fenômenos semióticos, envolvidos, novamente, pelas artes da interpretação, da convenção e da codificação. Desse modo,

o primeiro médico que descobriu uma espécie de relação entre uma disposição de manchas vermelhas na face do paciente e uma dada doença, tal como o sarampo, fez uma inferência não-Semiótica; mas, na medida em que esta relação se tornou convencional, e tem sido registrada como tal em tratados médicos, uma convenção Semiótica se estabeleceu. Há um signo sempre que um grupo humano decide usar e reconhecer alguma coisa como veículo de uma outra coisa (ECO, 2000b, p.122).

Nesse sentido, Eco (apud Nöth, 1999, p. 177) sustenta a idéia de que a interpretação científica do mundo, levada a cabo pelos físicos ou químicos, seria notadamente Semiótica, na medida em que se constitui em uma *interpretação cultural*. Tal proposta explicaria as mudanças nas convenções científicas para a



explicação dos fenômenos do mundo físico, nos quais um relâmpago era interpretado como uma manifestação sobrenatural e que, atualmente, não passa de um fenômeno meteorológico de descargas elétricas. Como se percebe, *um* código substituiu o *outro*. A noção fundamental dessa discussão, colocada na *Teoria dos códigos*, reside no fato de que a *codificação* representaria o aspecto semiótico na interpretação do mundo.

Tais discussões se tornam pertinentes uma vez que situam a proposta semiótica de Eco, segundo Nöth, em um *caminho intermediário* entre uma preocupação lingüística e a sua expansão para outras áreas também compreendidas pela cultura. Insistindo na convenção cultural e social como um critério para a análise dos signos, o autor se preocupa em estudar as múltiplas formas da cultura e do *fazer cultural*, fenômenos comunicacionais por excelência. Desse modo, temos, juntamente com os fenômenos da comunicação, uma co-ocorrência de fenômenos da significação, o que pressupõe o estudo do signo tendo o próprio homem como seu destino. Em outras palavras, o *estudo do signo* termina por se caracterizar no *estudo do homem* produtor de signos.

Ao procurar compreender a noção de signo, Eco contempla, segundo Nöth (1999, p. 171-172) o estudo da cultura, *convencionada* e *codificada* através de signos, dedicando-se a uma Semiótica que "está voltada para tudo o que pode ser tomado como um signo". Desse modo, a convencionalidade é a porta de entrada para o autor entender a cultura como um *fenômeno semiótico*, uma vez que *significados/significações* são *unidades culturais* organizadas em oposições e estruturadas de acordo com um *código*. Extrapolando o campo do confronto teórico, a própria noção de cultura transformar-se-ia em um aspecto interpretativo do estudo do signo, e, portanto, da Semiótica, uma vez que estaríamos sempre às voltas com um universo repleto de signos dispostos à nossa inteira compreensão/interpretação. Melhor dito, *nós* é que estamos à *mercê* do signo.

Como se percebe, o longo percurso da ampliação da frase estruturada por Saussure à concepção de texto e, posteriormente, de textualidade tomada em sua dimensão cultural, proposta por Eco, renovou-se um caminho para a problematização acerca dos *aspectos contextuais* envolvidos tanto nos discursos quanto nos textos. Em vários momentos de sua obra, Eco nos aponta para os

enunciados ou as enunciações discursivas ou narrativas que terminam por resultar em uma confluência ou talvez conseqüência de intertextualidades e situações contextuais, ora imbricadas, ora dependentes, ora antagônicas. Especialmente em ***Tratado geral de semiótica*** e ***Lector in fabula***, o autor analisa o modo pelo qual o leitor *seleciona* uma determinada circunstância comunicacional e um determinado contexto para *se fazer expressar*, em um determinado momento, específico e único, e em nenhum outro.

### 2.3 ... DAS TEXTUALIDADES ÀS CIRCUNSTÂNCIAS ...

A Teoria da informação é um ramo da teoria da probabilidade e da matemática estatística que lida com sistemas de comunicação, transmissão de dados, criptografia, codificação de *bits* e análise e cálculo de ruídos, bem como a quantificação de uma determinada bagagem de dados estabelecida no interior de um sistema estatístico. Não deve ser confundida, portanto, como ressalta Gullar, com tecnologia da informação. Claude E. Shannon (1916-2001) é conhecido como "o pai da teoria da informação". Sua teoria foi a primeira a considerar a *comunicação* como um *problema matemático* rigorosamente embasado na estatística. Tal substrato oferecia aos engenheiros da comunicação um modo de determinar a capacidade de um canal de comunicação em termos de *ocorrência de bits*.

Tal teoria não se preocupava com a *semântica dos dados*, mas, sim, podia envolver aspectos relacionados com a perda de informação na transmissão de mensagens proporcionadas por um ruído no canal, o que terminava interferindo diretamente no processo de apreensão, decodificação e interpretação dessas mensagens. No processo de desenvolvimento de uma *teoria da comunicação* que pudesse ser aplicada por engenheiros elétricos para projetar sistemas de telecomunicação melhores, Shannon estabeleceu uma medida chamada de *entropia*, que servia para avaliar a *capacidade do canal* necessária para transmitir um certo mote de informação.

A partir desse momento, segundo Gullar, a medida de entropia de Shannon passou a ser considerada como a medida da *informação* contida em uma mensagem, em oposição àquela parte da mensagem que seria estritamente determinada (e portanto previsível) pelas estruturas inerentes ao processo comunicacional, como por exemplo as propriedades estatísticas de uma linguagem, relacionadas às frequências de ocorrência de diferentes letras, fonemas, ou palavras. A teoria da informação de Shannon tornou-se, então, apropriada para medir o coeficiente de incerteza atuante sobre um espaço desordenado. Desse modo, pode-se perceber que a entropia, conforme definida por Shannon, está intimamente relacionada, de um modo geral, à entropia conceituada pelas teorias da Física.

Wolf (1995, p. 104) traz a idéia de que, transpostos para a Teoria Matemática da Comunicação e valendo-se da analogia admitida no interior do sistema estatístico, o processo comunicacional na concepção de Shannon consiste em reproduzir, em um determinado ponto, de maneira exata ou aproximativa, uma mensagem selecionada em outro ponto. Na perspectiva do *modelo informativo*, como ficou conhecido, a informação é tratada apenas como símbolo calculável, quantificada em *bits* de informação. O método é bastante simples, mas muito eficaz: deve haver uma fonte de emissão da informação, a partir da qual é emitido um sinal. Através de um aparelho transmissor, esse sinal viaja por um canal, ao longo do qual pode ser perturbado por um ruído. Quando sai do canal, o sinal é captado por um receptor que o converte em mensagem que, como tal, é compreendida pelo destinatário.

Shannon e, posteriormente, Weaver (1948), procuraram estabelecer o modo mais econômico e rápido de *codificar uma mensagem*, sem que a presença do ruído tornasse problemática a transmissão. O que importa, para os autores, é *pôr em código* uma determinada mensagem, e não estudar e compreender esse código. O que o estudo privilegia não é o *significado da mensagem*, trocada entre emissor e receptor, que se torna irrelevante, mas a *quantidade de informação* a ser transmitida. É na *apropriação do código* por parte dos falantes que Eco, juntamente com Fabbri, a partir de 1978, ampliará o modelo comunicacional, acrescentando-lhe a denominação de *semiótico-informativo*, e reformulando a premissa de que, para que o destinatário possa compreender corretamente o

signal é necessário, seja no momento da transmissão ou no da recepção, que se faça referência a um mesmo código. Desse modo,

para melhor compreendermos como acontece esse fenômeno, reconstruamos o esquema comunicacional que nos serviu de ponto de partida, levando em conta o fato de que agora não mais nos interessa distinguir entre fonte e transmissor (um único ser humano), nem estabelecer como é transmitido o sinal inicial e ao longo de que tipo de canal (problema que diz respeito à engenharia das comunicações), mas interessa-nos, isto sim, estabelecer *o que acontece* (ECO, 2001a, p. 42).

O modelo semiótico-informativo traz à tona o problema dos *processos de significação* inseridos no modelo comunicativo da teoria da informação. O *modelo informativo*, de inspiração lógico-matemática, centrava a atenção apenas na *eficiência do processo*, e não na *dinâmica das relações* entre o emissor, o receptor e o código. Com o surgimento dos meios de comunicação de massa em larga escala, e a difusão cada vez maior de informações, a atenção da pesquisa passou a centrar-se na *capacidade difusora* dessa informação em transmitir os mesmos conteúdos a um grande público. Em decorrência disso, surgiram pesquisas sobre os processos de *decodificação* e *interpretação* das mensagens.

A grande diferença do modelo informativo para o modelo semiótico-informativo é que agora a *linearidade da transmissão* se encontra vinculada aos fatores *semânticos* introduzidos mediante o conceito de *código*. “Isto é, passa-se da aceção de comunicação como *transferência* de informação, para a de *transformação* de um sistema por outro. O código garante a possibilidade dessa transformação” (WOLF, 1995, p. 109-110). Essa modificação do *olhar* sobre os modelos comunicativos deu-se através da influência de outras disciplinas que provocaram a mudança substancial do paradigma comunicativo anterior: agora, o problema em questão era realmente o da *significação*, inserida nos processos de comunicação de massa.

A preocupação de Eco e Fabbri, naqueles anos de 1978, seria a de que o modelo divulgado pelos primeiros teóricos da informação, através justamente da fórmula simplificada de um emissor, uma mensagem e um destinatário, onde a mensagem é tanto gerada quanto interpretada na base de um código, não fornecesse os subsídios necessários para a compreensão da complexidade do

ato comunicacional. Nesse sentido, os códigos do destinatário podiam diferenciar-se, totalmente ou em parte, dos códigos do emissor. Isso colocava em observação, justamente, o processo comunicativo, que não podia ser interpretado unicamente com base na linearidade da transmissão que o modelo procurava dar conta. Desse modo, chegava-se ao esclarecimento de que

o código não é uma entidade simples, porém na maioria das vezes um complexo sistema de sistema de regras; que o código lingüístico não é suficiente para compreender uma mensagem lingüística: [fuma?] [Não] é lingüisticamente decodificável como pergunta e resposta sobre os hábitos do destinatário da pergunta, mas, em determinadas circunstâncias de emissão, a resposta conota-se como “mal-educada” com base num código que não é lingüístico, porém etiquetal – era preciso dizer [não, muito obrigado]. Por conseguinte, para “decodificar” uma mensagem verbal é preciso ter, além da competência lingüística, uma competência variadamente circunstancial, uma capacidade passível de desencadear pressuposições, de reprimir idiosincrasias, etc., etc. (ECO, 1986b, p. 38).

Portanto, entre uma determinada codificação estabelecida por um emissor e a respectiva decodificação por parte de um receptor, podia haver a necessidade da interpretação de *circunstâncias não-codificadas*, que requeriam procedimentos extralingüísticos para os quais concorriam diversos sistemas de signos e códigos que se complementavam e se imbricavam reciprocamente. Tais elementos, que se localizavam além do quadro proposto pelo modelo comunicacional, seriam, posteriormente, chamados por Eco de *circunstâncias da comunicação*, conforme veremos.

A multiplicidade dos códigos e das circunstâncias faz com que a mesma mensagem possa ser decodificada de diversos pontos de vista e com referência a diversos sistemas de convenções. A denotação de base pode ser entendida como o emissor queria que fosse entendida, mas as conotações mudam simplesmente porque o destinatário segue percursos de leitura diversos dos previstos pelo emissor (ambos os percursos sendo autorizados pela árvore componencial a que ambos se referem) (2000b, p. 127).

Eco e Fabbri propunham uma visão diferente da idéia simplificadora e reducionista do modelo matemático-informativo, que não levava em consideração o contexto comunicacional e as adversas possibilidades de “leitura” que se apresentavam ao destinatário. Segundo Grandi, “a diferença fundamental entre os dois modelos não se deve somente ao fato de que adotaram uma noção de código diferenciada, na qual se concede um amplo espaço aos fatores

semânticos, mas sim as suas conseqüências, que derivam do modo pelo qual se insere o problema do significado” (1995, p. 67). Entretanto, o próprio conceito de *código* também se modificava profundamente, uma vez que, na teoria da informação, a noção de código era entendida somente como a correlação entre elementos de sistemas diferentes. Além do mais, a questão da *decodificação*, entendida como o processo através do qual os elementos de um determinado público constroem um sentido, a partir daquilo que recebem dos meios de comunicação de massa, adquire uma noção ampliada em relação ao modelo informativo, preocupado com as *condições ideais* de transmissão das mensagens.

A partir disto, no modelo semiótico-informativo Eco e Fabbri salientavam que os *efeitos*, entendidos “como modalidade de decodificação e de interpretação das mensagens” (WOLF, 1995, p. 109), e as *funções sociais* dos meios de comunicação de massa não podiam se desvencilhar dos processos de *produção de sentido*, uma vez que são partes essenciais do processo comunicativo como um todo. Nesse sentido,

a noção central sobre a qual se articula o novo modelo é a *decodificação*, entendida como algo profundamente distinto da simples operação complementar da codificação: com efeito, as diferentes maneiras através das quais o público atribui sentido às mensagens recebidas podem ser muito diferentes da forma pela qual os emissores as tenham codificado (GRANDI, 1995, p. 67).

O que se percebe no esquema do modelo semiótico-informativo, é que entre a mensagem *codificada* na fonte e a mensagem *decodificada* por parte do destinatário pode-se intercalar uma grande variedade de elementos que colaboram para a deformidade do processo de significação. Nesse sentido, as diferentes competências lingüísticas, enciclopédicas ou comunicativas em geral e o contexto em que se realizou a mensagem, podem qualificar de modo diferente o emissor e o destinatário, causando a distorção prevista pelo modelo. Além do mais, através da diversidade de códigos e de competências distintas entre emissor e receptor, a interpretação da mensagem assume uma complexidade que pode ser preenchida com vários significados, contanto que existam vários códigos que estabeleçam várias regras de correlação entre determinados significantes e determinados significados.

Temos, assim, a emergência de um modelo semiótico-informativo que procura relacionar ao processo comunicativo o fato de que o *significado final* da mensagem pode derivar para outros sentidos diferentes daqueles inicialmente propostos, justamente pelo *caráter negociável* da significação. A deformidade na decodificação se verifica quando os destinatários fazem uma interpretação da mensagem completamente diferente das intenções do emissor e do modo como era prevista a decodificação. Nesses casos, se percebem as diferenças nas *competências interpretativas* do destinador e do destinatário, e entre os diferentes níveis culturais e contextuais que criam a significação da mensagem.

Em relação aos modelos comunicacionais anteriores, o modelo semiótico-textual, conforme proposto por Eco e Fabbri, em torno de 1979, representa um novo delineamento teórico e uma nova reorganização metodológica da pesquisa em comunicação, pois já não situa a *mensagem* no centro do processo comunicativo, mas sim o *texto*, entendido como um grande *tecido intertextual* de significação, composto por uma série de fragmentos, códigos e linguagens, provenientes de outros textos, onde as várias linguagens se articulam, se interpenetram, colidem.

Essa transformação do referencial teórico surge a partir da evolução interna da própria teoria semiótica e vem complementar o modelo semiótico-informativo, estabelecendo que os destinatários não recebem somente uma *única* mensagem, reconhecível e formulada com base em um determinado código, onde será decodificada a partir dos códigos dos destinatários, mas sim recebem *conjuntos de práticas textuais*. Além do mais, essa multiplicidade de mensagens que os destinatários emitem e recebem localiza-se não mais no âmbito interno de um “sistema fechado” laboratorial, como nas categorias idealizadas pelos modelos precedentes, mas no complexo espaço polissêmico de uma determinada *cultura*, heterogênea, multifacetada e imprevisível por sua própria natureza.

## 2.4 ... DAS CIRCUNSTÂNCIAS AOS CONTEXTOS ...

A transformação efetuada no recebimento de *conjuntos textuais* por parte dos destinatários, ao invés de meras *mensagens*, e a necessidade de uma *competência textual* sustentada e enriquecida por um *contexto cultural*, representam um grande avanço em relação ao modelo semiótico-informativo. Se, nesse modelo, a informação era vista apenas como um *continuum* de dados propagados através de um único código, não se levando em consideração o aspecto assimétrico presente entre emissor e receptor, objetificados enquanto pontos na cadeia comunicativa de transmissão da informação, agora, a partir dessas reflexões, Eco esclarece, em **A Estrutura ausente**, como se pode estabelecer a comparação entre esses dois *contextos*, por ora aqui chamados de *interno* e *externo* ao conjunto de práticas textuais, emergindo como grande preocupação, conforme o recorte teórico aqui estabelecido, a diferença de códigos entre remetentes e destinatários, para os quais concorrem uma determinada *circunstância comunicacional* que será própria e específica ao local gerativo/receptivo do texto.

Em outras palavras, no envio de um sinal qualquer como, por exemplo, “I vitello dei romani sono belli”<sup>22</sup> (ECO, 2001a, p. 42), temos uma mensagem composta de sons vocais ou de signos gráficos, cujo canal pode ser constituído por ondas acústicas ou pelo papel em que está escrito. Nessa proposta, o receptor, entendido enquanto *transmissor* pelo modelo matemático-informativo, pode ser o ouvido, que converte vibrações acústicas em imagens sonoras, ou o olho, que converte traços de tinta em percepções visuais. O enfoque, dado agora ao *ponto de chegada* da mensagem, acarreta uma transformação de um modelo em relação ao outro, enfatizando o papel do receptor. O interesse de Eco (2001a) é mostrar qual a diferença entre a mensagem como *forma significante* e a mensagem como *sistema de significados*.

---

<sup>22</sup> A frase “I vitelli dei romani sono belli”, citada no exemplo acima, foi proposta para os alunos de algumas das escolas de ensino médio italianas como uma espécie de enigma, uma vez que pode ser lida (decodificada) tanto em latim quanto em italiano. Eco (2001a) se vale desse exemplo para reiterar a diferenciação entre *forma significante* e *significado*.



A mensagem como forma significativa é a configuração gráfica ou acústica. “I vitelli dei romani sono belli”, que pode subsistir mesmo se não for recebida, ou se for recebida por um japonês que não conheça o código da língua italiana. Ao contrário, a mensagem como sistema de significados é a forma significativa que o destinatário, baseado em códigos determinados, preenche o sentido (ECO, 2001a, p. 42). Teríamos, então, uma forma significativa, que permanece imutada, e um ou múltiplos significados que se transformam conforme o código a ser utilizado pelos emissores/receptores. “Em latim é: ‘Vai, Vitélio, ao som de guerra do deus romano’ e em italiano, se quisermos realmente reportar a mensagem ao *interpretante* que lhe compete, significa que os nascidos de vacas criadas pelos nossos antigos progenitores (ou pelos atuais habitantes da capital italiana), são agradáveis de ver”. (ECO, 2001a, p. 43). Certamente, quanto mais nos reportássemos à apropriação de um léxico conotativo particular, mais inusitadas e criativas interpretações desses textos poderiam ser oriundas, uma vez que teríamos de levar em consideração a relação da língua italiana, e, portanto, de seus falantes, com a cultura que lhes dá sustentação.

Em função da complexidade envolvida em um processo comunicacional, poderíamos supor uma situação paradoxal em que o remetente emitisse a referida mensagem reportando-se ao código da língua latina e que o destinatário a decodificasse reportando-se ao código da língua italiana, haja vista a influência daquela sobre esta.

Ora o código denotativo pode mudar de forma radical, dando origem a mensagens polissêmicas do tipo citado; ora a polissemia pode ser reduzida como quando digo “aquele caríssimo cãozinho”, onde não está claro se o cachorrinho é querido ou custa um preço demasiadamente alto (ECO, 2001a, p. 43).

Outro caso ainda poderia ocorrer se levássemos em consideração o fato de um remetente emitir uma determinada mensagem se reportando a um certo código e que terminasse por ser decodificada pelo destinatário, remetendo-a a outro. Característica de uma codificação/decodificação entre limiares, esse “desencaixe”, digamos assim, entre códigos constitui-se em uma condição normalmente encontrada na comunicação mais informal, do tipo gestual, em que um dado discurso pode ser “transformado” em um determinado gesto ou conjunto

de gestos. Exemplo disso pode ser observado na conversação cotidiana ensejada por um [“bom dia, tudo bem?”], recebendo como resposta de nosso possível interlocutor o gesto afirmativo “traduzido” pelo dedo polegar da mão direita apontando para cima, de resto um costume presente desde a época em que ocorriam os enfrentamentos entre romanos e cristão no antigo Coliseu, quando a vida desses últimos era poupada por aqueles, tendo como misericordiosa virtude a clemência para com o escravo. Ao refletir sobre a riqueza do contato entre os códigos de emissor e destinatário envolvidos em um processo comunicacional, Eco defende a idéia de que essa polissemia pode ser esclarecida e orientada por vários elementos:

um é o *contexto interno* do sintagma (isto é, o sintagma como contexto) que pode fornecer as chaves para a interpretação do resto; o outro é a *circunstância de comunicação*, que me permite compreender a que código o remetente está se referindo (assim a frase sobre os vitelos, do momento em que aparece nas gramáticas latinas, ou num contexto geral escrito inteiramente em latim, é mais facilmente decodificada em relação ao código da língua latina); finalmente, pode subsistir uma *explícita indicação de código*, contida na própria mensagem (por exemplo, “o significado no sentido que lhe confere Saussure ...”) (2001a, p. 43).

Noção complexa, que se introduz no interior da própria teoria semiótica, as *circunstâncias de comunicação* originam-se da diferenciação entre *significado* e *referente*, ou, mais precisamente, *referência*, conforme adotada por Eco em diversos momentos de sua obra. O termo *significado* se insere no curso tanto de uma tradição filosófica, quanto lingüística e semiótica, e se torna específico conforme o quadro teórico implícito ou explícito a que o falante se reporta. Em um conjunto de definições que envolvem a filosofia da linguagem, o termo significado liga-se aos contextos gnosiológico-fenomenológicos, sendo entendido como “significado perceptivo”, ou de forma mais ampla ainda, em contextos ontológico-metafísicos, onde o termo adquire a preocupação de “sentido da existência”. Resta-nos dizer a esse respeito que o termo *significado* será tomado aqui no quadro de referência estritamente semiótico, a partir das recuperações teóricas feitas por Eco ao longo de sua obra.

Ao falarmos de significado, terminamos por nos remeter a uma das múltiplas possibilidades de definição de signo adotada por Peirce (2003) e referendada por Eco em ***Semiótica e filosofia da linguagem*** (1991c), que nos

informa que “um signo é algo ou alguma coisa que está no lugar de alguma coisa”. Nesses termos, o signo não é uma classe de objetos, mas a relação de um objeto no processo infinito da semiose. A interpretação, força motriz desse *continuum*, se transforma em um evento dinâmico na mente dos receptores, de onde nasce a máxima peirceana de que *nada é signo se não é interpretado como signo* (PEIRCE, 2003, p. 46). Inclusive, Peirce (2003) introduziu o termo *semiose* para se referir, justamente, ao processo que se caracteriza pela *ação do signo*, que produz um efeito cognitivo da mente do intérprete, sujeito significador da interpretação e, portanto, da comunicação. Feita uma breve recuperação desses termos, retomamos a proposta de Eco, para quem

o consenso das pessoas define genericamente um signo como um *aliquid* que *stat pro aliquo*. O *aliquid* é uma expressão concreta (e, em outras palavras, uma entidade física produzida pelo homem ou reconhecida como capaz de agir como substituto de alguma outra coisa) ou uma classe ou um tipo de expressões concretas possíveis. É mais difícil compreender o que seja essa alguma coisa a que o *aliquid* remete ou no lugar do qual está (1991c, p. 61-62).

Essa “alguma coisa” a que o *aliquid* remete ou no “lugar do qual está”, tem seu similar na definição de signo concebida por Jakobson (2003) como sendo uma *relation de renvoi*, chamado provisoriamente por Eco (1991c) pelo termo neutro *remetido*, por entendê-lo como um indivíduo, um conceito, um estado de coisas, ou uma crença. O autor prefere usar uma *terminologia própria*, digamos assim, bem ao encontro de seu estilo pessoal, enriquecendo a teoria semiótica com uma *italianicidade* peculiar, ao chamar o interpretante peirceano de *remetido*, equiparando-os, por vezes. “Um signo está *para* alguma coisa com vistas à idéia que produz ou modifica. Aquilo para que está é chamado seu *objeto*; o que veicula seu *significado*. E a idéia a que dá origem, seu *interpretante*” (PEIRCE, 2003, p. 46). O *interpretante*, vale recordar, não é o intérprete, mas, sim, aquilo que assegura a validade do signo mesmo na ausência do seu intérprete. Peirce definiu o interpretante como o próprio resultado significante do signo, ou, em outros termos, o *efeito* ou *ação* do

signo<sup>23</sup>. Desse modo, o interpretante se reporta a uma “outra representação que se refere ao mesmo objeto” (2003, p. 47).

Propondo em diversos momentos de sua teoria que as *idéias* são *signos*<sup>24</sup>, conforme referido pelo próprio Peirce, a noção de *interpretante* traz em si a proposta de uma *semiose ilimitada*<sup>25</sup>, na qual cada signo cria um novo interpretante que, por sua vez, é *representâmen* de um novo signo. Dito de outro modo, “um signo é tudo o que leva a outra coisa (seu interpretante) a referir-se a um objeto a que ele próprio se refere; da mesma forma, o interpretante torna-se, por sua vez um signo, e assim ao infinito. É, pois, a própria definição de signo que implica um processo de semiose ilimitada” (2003, p. 47). Nesses termos, a semiose peirceana resulta em um *continuum* de interpretantes sucessivos em que não existe um “primeiro” ou um “último” signo, mas, sim, uma nova possibilidade de criação e de interpretação nas cadeias signícas.

No dizer de Eco, em *Semiótica e filosofia da linguagem* (1991c), teríamos um *remetido* que sempre será *remetido* de algo que o precede, e assim sucessivamente *ad infinitum*, em uma *concepção dialógica*<sup>26</sup> presente no interior do próprio signo, referendada, posteriormente, por Bakhtin, em muitos momentos de sua obra, sob outros aspectos. O que nos interessa, para retomarmos as questões que envolvem o *remetido*, é o fato de que, na noção da semiose ilimitada de Peirce, em que as idéias são essencialmente signos, e em que cada pensamento se dirige a outro sucessivamente, isso se dá por um permanente

<sup>23</sup> Um signo ou *representâmen* é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representâmen* (PEIRCE, 2003, p. 46).

<sup>24</sup> “‘Idéia’ deve ser aqui entendida num certo sentido platônico, muito comum no falar cotidiano; refiro-me àquele sentido em que dizemos que um homem pegou a idéia de outro homem; em que, quando um homem relembra o que estava pensando anteriormente, relembra a mesma idéia, e em que, quando um homem continua a pensar a alguma coisa, digamos por um décimo de segundo, na medida em que o pensamento continua conforme consigo mesmo durante esse tempo, isto é, a ter um conteúdo *similar*, é a mesma idéia e não, em cada instante desse intervalo, uma nova idéia” (PEIRCE, 2003, p. 46).

<sup>25</sup> A semiose ilimitada, para Eco, se transforma no único “sistema semiótico capaz de explicar-se a si próprio, em seus próprios termos. A soma das várias linguagens seria um sistema auto-explicativo, ou um sistema que se explica por sucessivos sistemas de convenções a se esclarecerem entre si” (2000a, p. 58).

<sup>26</sup> Sobre o conceito de *dialogismo bakhtiniano*, no qual se encaixa a capacidade dialógica da própria linguagem, já comentamos no capítulo anterior.

diálogo, que até pode ser interrompido, mas está longe de ser finalizado. Eco, em seu *Tratado geral de semiótica*, ao inspirar-se na definição de signo proposta por Peirce (2003), comenta que

o objeto da representação só pode ser uma representação daquilo de que a primeira representação é o interpretante. Mas uma série infinita de representações, cada qual representando a precedente, pode ser concebida como possuindo um objeto absoluto como limite próprio. Mais adiante, Peirce define esse objeto absoluto não como um “objeto”, mas como *hábito* (comportamental), entendendo-o como *interpretante final*, onde o significado de uma representação só pode ser uma representação. De fato, ela não passa da representação em si, concebida como despojada de sua roupagem menos relevante. Mas tal roupagem não pode ser eliminada de todo: ela apenas substitui algo mais diáfano. Tem-se, dessa forma, uma regressão infinita. Enfim, o interpretante não passa de uma outra representação, a que o facho da verdade é confiado: e, como representação, tem por seu turno o próprio interpretante. Daí, uma outra série infinita (2000b, p. 58-59).

Em um exemplo do tipo: “a rainha é mulher”, um suposto emissor produz para um destinatário qualquer a referida expressão, com referência a uma língua L, onde o destinatário deverá fazer uma asserção acerca de *um estado de coisas em um dado mundo*, que pode ser o mundo em que a rainha Elizabeth II é a Chefe de Estado do Reino Unido desde sua coroação em 2 de junho de 1953, constituindo-se em uma monarquia constitucional hereditária situada no noroeste da Europa e que é composta pela ilha da Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e Gales), pela Irlanda do Norte e por uma série de outras pequenas ilhas. Esse evento é considerado aceito, legítimo e existente no universo da nossa experiência tanto quanto o é pela Comunidade Européia. A expressão ainda *co-referencia* uma experiência aceita, legítima e existente também no universo imaginado por Lewis Carroll, em *Alice no país das maravilhas* (1845), tornando-se, portanto, uma experiência *possível*, caso contrário não teria sido concebida.

Lá, Alice é uma menina travessa que encontra um país inteiramente repleto de signos a serem interpretados, e onde conhece a *Rainha de Copas*, que também é mulher. Em ambos os casos, como se percebe, a afirmação do gênero feminino constituinte da expressão se torna inquestionável. Em outras palavras, tanto Elizabeth II quanto a Rainha de Copas de *Alice no país da maravilhas* servem de *referência* a um indivíduo e às propriedades intrínsecas a esse indivíduo, existentes e, portanto, presentificadas, em um mundo possível, que

pode ser o mundo da nossa experiência ou o mundo da nossa imaginação, entre tantos outros mundos habitados pela criatividade da alma humana. Ainda deverá decidir se o enunciado diz respeito à Rainha do Carnaval, “eleita” todos os anos pelos foliões que inclusive lhe atribuem coroa, cetro e manto reais, outorgando-lhe uma série de atribuições consideradas “legais” em função do contrato social estabelecido em um determinado espaço institucional.

Nos casos citados em que “a rainha é mulher”, a expressão *está no lugar* de diferentes *remetidos*, constituindo-se como correlato de algum modo “ausente” ou “invisível” de uma expressão fisicamente presente, fazendo *referência*, ou em outros termos, co-relacionado-a a indivíduos ou a estados de mundos possíveis, reais ou imaginários, onde é *referendada* como existente naqueles mundos. “O Remetido está sempre de algum modo *em uma outra parte* no momento em que a expressão é produzida. O problema do significado está contido no problema dessa ‘ausência’, embora nem todos os remetidos sejam significados” (ECO, 1991c, p. 64). A partir de tais reflexões, e dito de outro modo, essa “alguma coisa” a que o *aliquid* remete ou “no lugar do qual está”, se apresenta, para Eco, como integrante da *teoria dos mundos possíveis*<sup>27</sup>, proposta, primeiramente, em **O conceito de texto** (primeira edição datada de 1984 e reimpressão utilizada datada de 1984) e posteriormente aprofundada em **Lector in fabula** (primeira edição datada de 1979 e reimpressão utilizada datada de 1986) e obras subseqüentes.

No ponto de vista adotado por Eco em **Semiótica e filosofia da linguagem** (1991c), a *referência* representa um tipo de “uso” que se pode fazer das expressões, uma vez que as expressões que se referem a indivíduo ou a um

---

<sup>27</sup> O conceito de mundo possível trabalhado por Eco (1984a, 1986b, 2000a e 2001e – reimpressões) surge a partir da lógica modal, tomada de empréstimo da metafísica de Leibniz e da literatura que se ocupou da criação e narração do que se convencionou chamar de ficção científica. O próprio autor, em vários momentos das obras pesquisadas que se referem a esse tema, seja em **Lector in fabula** (1986), **Conceito de texto** (1984) ou **Os limites da interpretação** (2000) e em certa medida em **Seis passeios pelos bosques da ficção** (2001), prefere não se aprofundar em determinados conceitos surgidos a partir dessas duas vertentes teóricas, por não considerar relevante para o quadro de uma semiótica dos textos narrativos. Nesse sentido, a noção de mundo possível, do ponto de vista de uma semiótica textual, está centrada na “diferença (crucial) entre conjuntos vazios de mundos, conforme os utiliza a lógica modal, e mundos ‘individuais’ *mobilizados*” (ECO, 1986b, p. 106). Tal característica nos aponta para o fato de que um mundo possível não se constitui em um conjunto vazio, mas sim em um conjunto *pleno*, ou então, preenchido com alguma substância, e, por isso mesmo, *mobilizado*, expressão corrente no quadro teórico de uma semiótica textual.

estado de um mundo possível devem possuir determinadas propriedades correspondentes, atuais e factíveis *neste* mundo. Em uma emissão do tipo [“Alice no país das maravilhas não amava Touro Sentado”], o destinatário terá de pressupor que tipo de indivíduo “Touro Sentado” pode ser referido. Em primeiro lugar, usará de sua *competência de dicionário*<sup>28</sup>, apoiada em uma determinada língua, que lhe dirá que Alice, por tais e tais razões, não ama mais aquele “elemento”, “objeto”, ou “situação” cuja forma sintática lhe informa que atende pelo nome de “Touro Sentado”.

Em um segundo momento, terá de usar de uma *competência enciclopédica* que lhe dirá que esse personagem, entendido enquanto *remetido*, não seria um indivíduo considerado como existente no mundo possível construído por Lewis Carroll. “É, portanto, um tipo de remetido que não é um estado *desse* mundo possível e que, todavia, exerce um papel no processo de comunicação. Nada impede, por exemplo, que /Touro Sentado/ possa referir-se a um indivíduo atual num mundo possível diferente do de Alice” (ECO, 1991c, p. 65).

Decidimos definir provisoriamente como significado o que poderia localizar um remetido (um indivíduo, uma relação, um conceito, uma propriedade, um estado de coisas) em ao menos um mundo possível, independente de cada atribuição de existência atual. Para comprovar, considere-se que, se se afirma, com uma certa razão, que não pode existir em nenhum mundo possível um círculo quadrado, complementarmente a expressão /círculo quadrado/ aparece privada de um significado definível ou interpretável. Ou, pode-se vagamente acreditar que se tem a idéia do círculo quadrado porque se sabe o que são um círculo e um quadrado: mas seria impossível traduzir aquilo que se crê imaginar numa definição, num desenho, exemplo. A vaguidade de significado torna-se difícil a localização de alguma coisa como Remetido num mundo possível e o não ser reconhecível como um Remetido num mundo possível torna difícil interpretar um significado (1991c, p. 65-66).

Nesses termos, para o autor, o *significado* de uma determinada expressão pode ser definido como tudo aquilo que é passível de ser *interpretável*,

<sup>28</sup> Vale recordar que Eco (1986b) entende a *competência de dicionário* como um sistema mínimo elaborado pelo leitor para a compreensão de uma determinada sentença; refere-se ao suporte verbal-lingüístico no seu sentido primário, entendido como o conjunto de signos que percebemos como os primeiros a serem verificados no processo de significação. O dicionário de base fornece, em primeira instância, a competência mínima, comum ao emissor e ao destinatário, necessária para determinar em que língua, por exemplo, está sendo emitido o texto. A partir dessa “decisão”, o leitor realiza uma inspeção preliminar na situação da enunciação para confirmar se sua pressuposição está correta. Desse modo, procura saber quem enuncia, que tipo de ato lingüístico está sendo realizado, se é assertivo, interrogativo, imperativo, etc., e em relação a que circunstâncias de enunciação o texto se refere.

desde que faça *referência*, conforme vimos, a um determinado *mundo possível*. Nessa perspectiva, a relação estabelecida entre uma *expressão* e seu possível *remetido* não se caracteriza mais sob a forma de uma simples equivalência, mas sob a forma de uma *inferência*, ou, nos termos adotados por Eco (1989; 1991a; 1991c; 1998; 2000a), trata-se de uma *relação abdutiva*<sup>29</sup>. Em outras palavras, “se ‘p’ – e se se admite que a expressão é interpretada no contexto x, contextos e circunstâncias que compreendam também um conjunto de mundos possíveis de referência – então ‘q’” (ECO, 1991c, p. 66).

Sendo uma das definições do signo peirceano “algo ou alguma coisa que está no lugar de algo ou alguma coisa”, conforme vimos, posicionamento posteriormente retomado por Eco em ***Semiótica e filosofia da linguagem*** (1991c), a noção primeira de signo, desde sua base, não estava baseada em uma relação de igualdade ou “correlação fixa” estabelecida por um código, mas, sim, por uma *relação de inferência*, em um processo interpretativo que levasse em conta a dinâmica da semiose. Um signo, como nos coloca Peirce (2003), é aquilo que *sempre* nos faz reconhecer algo a mais, seja sobre uma situação, um objeto, ou um indivíduo. Desse modo, a relação entre um *aliquid* (alguma coisa) e “aquilo pelo qual ela pode ser referida”, será uma *relação interpretativa, apoiada*, ou em outros termos, *mediada*, por uma certa *representação*.

A possibilidade de existência de um *aliquid* ou *remetido* passível de interpretações vagas, imprecisas, desconexas, e, portanto, não interpretáveis

---

<sup>29</sup> Conforme já referido em nossa introdução, e entendendo o texto enquanto *tessitura* de fios, pontos e nós de sentido, os processos de interpretação textual e produção de sentido transformam-se em um *constante jogo inferencial*, abastecido em uma determinada *competência enciclopédica*, no dizer de Eco (1986b), que estabelecerá relações entre uma observação primeira, indicial, e um possível “destino” interpretativo, tendo como transcurso ou caminho a ser percorrido, determinadas instâncias metodológicas de conhecimento, nomeadas por Peirce (2003) como *indução*, *dedução* e *abdução*. Dessas três, vamos nos deter, principalmente, no jogo das possibilidades *abdutivas* e, conseqüentemente, *interpretativas*, que envolvem o processo/estratégia de leitura textual, conforme proposto por Eco em diversos momentos de sua obra, tanto em ***O signo de três*** (1991a), em parceria com outro grande semiótico Thomas Sebeok, quanto em ***Sobre os espelhos*** (1989, p. 159), bem como em ***Os limites da interpretação*** (2000a). Já em Peirce, o processo abduativo aparecerá em ***The collected papers of Charles Sanders Peirce***, traduzido para a língua portuguesa sob o título ***Semiótica*** (2003), entre outros textos consultados. Dos três tipos de raciocínio proposto por Peirce, a abdução transforma-se, desse modo, no único capaz de produzir/construir novos conhecimentos utilizando-se das premissas da *dedução* e das teorias supostas ou confirmadas pela *indução*. Inclusive, Eco entende a abdução como “esse singular instinto de suposição, ou de inclinação para cogitar uma hipótese” (1991a, p. 19). Em uma abdução, temos de nos preparar para o estabelecimento de um resultado no mínimo curioso e inexplicável.



(uma vez que *não* remetem a algum tipo de mundo possível), leva ao que Eco chama de *símbolo*, ou seja, um tipo particular de signo cujo significado é vago e aberto. “Na realidade, diante do que é comumente denominado símbolo (imagens chamadas ‘arquetípicas’, visões místicas, etc), na incerteza do mundo possível a que atribuir o remetido de tal entidade, costuma-se falar de alguma coisa que vale por ‘outros’ mundos, ou de alguma coisa supramundana” (1991c, p. 66), elemento que o autor prefere nem comentar, por considerá-lo “desnecessário” para uma investigação Semiótica, conforme veremos.

Vale reiterar que *interpretar é reconhecer o remetido como algo existente em um mundo possível*, cujas propriedades são estabelecidas e contrapostas às existentes em um mundo real, ou seja, o *mundo da experiência* vivida e compartilhada por aqueles que lhe atribuem sentido. “Este algo que está para alguma coisa” tem como *referência signica* um *mundo de possibilidades* que se constitui dentro de determinados “limites”, senão os interpretativos, pelo menos os do bom-senso lógico, o que equivale dizer que nem todo e qualquer “mundo” se encaixa nessa definição. Ainda se reportando ao símbolo como um elemento não-remitido, ou cujo significado apresenta-se vago e impreciso, Eco comenta que:

por símbolo podemos entender, por exemplo, um signo da língua verbal como a palavra “cão”. Esse símbolo tem uma relação imotivada e não natural com a coisa que indica, isto é, o cão propriamente dito (na língua inglesa teremos “dog” em lugar de “cão” sem que a relação mude). Mas a relação entre o símbolo e o referente é dada pela “referência”, que não é senão – como diz Ullman – “a informação que o nome transmite ao ouvinte”. Essa definição pode bastar provisoriamente para indicar algo que para alguns será um *conceito*, para outros, uma *imagem mental*, para outros ainda, a *condição de emprego* do símbolo em questão, etc. em qualquer dos casos, está claro que, enquanto a relação entre símbolo e referente é discutível, e em todo o caso, indireta e não natural, a relação que se estabelece entre símbolo e referência é imediata, recíproca e reversível; quem emprega a palavra “cão” pensa no significado “cão”, e quem a ouve é levado mentalmente a individuar a mesma ordem de fenômenos definível como “cão”; quem quer, destarte, indicar um cão, empregará o símbolo cão (2001a, p. 21).

Tais reflexões apontam para a distinção entre *referência*, *símbolo* e *referente*, que já foi trabalhado por Eco no *Tratado geral de Semiótica*. Nessa obra, o estudo semiótico do *conteúdo* é com freqüência estabelecido pelo diagrama de Ogden e Richards (1923), no qual a *referência* encabeça o triângulo,

tendo em sua aresta esquerda o *símbolo* e na outra o *referente* (ECO, 2000b, p. 50). Para Eco (2000b), esse triângulo traduz, por sua vez, a tricotomia peirceana estabelecida entre o *interpretante*, o *representamen* e o *objeto*, respectivamente, sendo muitas vezes considerado equivalente ao triângulo proposto por Frege (1892) em que aparecerão no topo o *Sinn*, seguido no lado esquerdo pelo *Zeichen* e no outro extremo, o *Bedeutung*. Resgatamos essas nomenclaturas para exemplificar que, dentro da perspectiva semiológica adotada por Eco, “o problema do referente não tem nenhuma pertinência” (2001a, p. 22) (grifo do autor)<sup>30</sup>. Ou seja, em um processo interpretativo, e muitas correntes teóricas ao longo da História já se preocuparam com essa noção, mostram que um símbolo não pode ser verificado com base em um possível controle sobre o referente, até porque

há símbolos que têm uma referência e não têm referente (como “unicórnio”, que se refere a um animal fantástico mas inexistente; o que não impede que quem ouve a palavra “unicórnio” saiba muito bem do que se está falando); há símbolos diferentes com significado diferente que dizem respeito ao mesmo referente: exemplo célebre é o das duas entidades astronômicas conhecidas pelos antigos, a “estrela da tarde” e a “estrela da manhã”, cujos significados são bastante diferentes, ao passo que o referente, como sabe a astronomia moderna, é um só (ECO, 2001a, p. 22).

Situação similar ocorre com expressões do tipo [“meu padrasto”] é [“o pai de meu meio irmão”], em que, mesmo se reportando a um mesmo *referente*, condição menor de significação, apresentam dois significados bastante distintos, podendo ser utilizados em contextos bastante distintos, *denotando* ou

<sup>30</sup> Em relação ao fato de Eco considerar o *remetido* como sendo irrelevante para uma investigação semiótica, vale ressaltar que esse posicionamento foi adotado em ***Semiótica e filosofia da linguagem***, coletânea de verbetes semióticos escritos entre 1976 a 1980 e que faziam parte de um projeto acadêmico chamado de ***Enciclopédia Einaudi***. Quase cinco anos se passaram entre a redação do primeiro verbete e a do último, e muito mais tempo desde 1976 até a sua edição oficialmente transformada em livro, o que ocorreria somente em 1984. A partir de nossas (re)leituras, constatamos que o termo sofreu transformações e adaptações ao longo da obra do autor, ganhando, inclusive, outras nuances teóricas. Se em um primeiro momento o autor *nega*, digamos assim, o referente (“aquilo” a que o “remetido” faz “referência”), ele será (re)trabalhado, conforme já comentado, no desenvolvimento de sua *Teoria dos códigos*, apresentada pela primeira vez no ***Tratado geral de semiótica***, sendo aprofundado em ***Kant e o ornitorrinco***, onde adquire uma conotação que o associa ao mundo real ou empírico, afastando-o, portanto, de uma conceituação mais abstrata.

*conotando*<sup>31</sup> situações afetivas opostas ou adversas. Dentre os múltiplos fenômenos de significação que co-ocorrem entre emissores e receptores, a relação estabelecida entre um símbolo e os seus significados pode mudar, ampliar-se, deformar-se, diminuir, (re)significar-se. Um símbolo pode permanecer constante, pensemos, por exemplo, na *Cruz de Cristo*, e seus significados, ao longo da História e das apropriações culturais feitas e refeitas a qualquer momento, transformarem-se radicalmente, tornando-se mais ou menos complexos; mais ou menos ideológicos. Inclusive, a esse processo dinâmico e contínuo chama-se de *produção de sentido*, obra aberta e em permanente movimento sígnico, que parte de uma instância de significação fixa, mas que, por sua vez, não se deixa prender por definições retiradas de dicionários. Vale lembrar que

a presença do referente, sua ausência, ou sua inexistência *não incidem no estudo de um símbolo enquanto usado em uma certa sociedade, em relação a determinados códigos*. Não é da alçada da Semiologia saber se o unicórnio existe ou não: essa tarefa pertence à Zoologia, e a uma História da cultura que queira focar o papel do imaginário na civilização de uma época; mas é importante saber como, num dado contexto, a forma significante “unicórnio” recebe um determinado significado com base num sistema convenções lingüísticas; e que associações mentais, baseadas em hábitos culturais adquiridos, provoca a palavra “unicórnio” em determinados destinatários da mensagem (ECO, 2001a, p. 23).

Noção conflituosa, “que pode ter influência letal sobre a teoria dos códigos e conduzir à falácia referencial” (ECO, 2000b, p. 49), o *referente* trata dos estados de mundo que se supõe corresponderem ao conteúdo de uma determinada *função sígnica*<sup>32</sup>, entendida quando uma *expressão* pode se correlacionar a um determinado *conteúdo*, tornando-se ambos elementos

<sup>31</sup> “Em alguns sistemas semânticos indica-se como *denotação* de um símbolo a classe das coisas reais que o emprego do símbolo abarca (‘cão’ denota a classe de todos os cães reais), e como *conotação* o conjunto das propriedades que devem ser atribuídas ao conceito indicado pelo símbolo (entender-se-ão como conotações ‘cão’as propriedades zoológicas mediante as quais a ciência distingue o cão de outros mamíferos de quatro patas)” (ECO, 2001a, p. 22). *Denotação* e *conotação* são termos que se identificam, respectivamente, com a *extensionalidade* e *intencionalidade* do conceito, que aparecem no *Tratado geral de semiótica*, publicado originalmente em 1975, e em *Semiótica e filosofia da linguagem*, cuja primeira edição remonta ao ano de 1984.

<sup>32</sup> “Função sígnica significa possibilidade de significar (e, portanto, de comunicar) algo a que não corresponde nenhum estado real de fatos. Uma teoria dos códigos deve estudar tudo quanto possa ser usado para mentir. A possibilidade de mentir é o *proprium* da semiose, assim como, para os escolásticos, a possibilidade de rir era o *proprium* do homem como animal racional” (ECO, 2000b, p. 49).

complementares de um *processo de significação*<sup>33</sup>. Em outras palavras, uma *função sígnica* traz à tona a *possibilidade de mentir*, inerente a todo e qualquer processo de significação em que exista uma determinada representação que terá de ser, de alguma forma, (re)significada e, portanto, interpretada. “Sempre que há mentira, há significação. Sempre que há significação, pode-se usá-la para mentir” (ECO, 2000b, p. 49).

Como se percebe, a *noção de referente* se associa, então, a um processo de representação que pode partir de um “objeto real”, como uma premissa do tipo “existe uma certa quantidade de água em uma represa”, por exemplo, mas que, no movimento de construção sígnica, com base em códigos e subcódigos próprios, esse “objeto real” deixa de ser condição necessária para o funcionamento semiótico da representação. Ou seja, o funcionamento semiótico da cadeia representacional e as respostas comportamentais esperadas, imaginadas ou supostas para um destinatário que recebe a mensagem de que “existe uma certa quantidade de água em uma represa”, em nada mudariam

se a água da represa estivesse num nível diferente, se não houvesse água e até se a própria represa, com as montanhas que a formam, fosse invenção de um gênio maligno. De outra parte, não é necessário perturbar o *malin génie* de uma memória cartesiana: basta que alguém, na fonte, manipulando o aparelho transmissor, decida transmitir uma MENTIRA. Da mesma forma que um mentiroso, elaborando um certo comportamento, finge-se de doente, o funcionamento semiótico desse comportamento pode ser muito bem analisado independentemente do fato de o mentiroso estar mentindo (ECO, 2000b, p. 49) (destaque do autor).

De qualquer forma, bem antes de Ogden e Richards (1923), Frege (1892) e Peirce (1878) terem estabelecido seus roteiros de significação, Platão (427 a.C.-347 a.C.), Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) e os estóicos já tinham delineado o modelo do que se poderia chamar de triângulo semiótico, de onde emerge a *unidade relacional* presente entre uma determinada expressão (x), uma “coisa” ou um “estado de coisas” (z) e aquilo que pode ser chamado de *significado* (y). As expressões simples, na visão de Eco, em ***Semiótica e filosofia da linguagem***,

---

<sup>33</sup> Conforme nos referimos em nosso primeiro capítulo, essas duas noções, chamadas de *expressão* e *conteúdo*, são inicialmente propostas por Hjelmslev, em sua obra intitulada ***Prolegômenos a uma teoria da linguagem***, editada, pela primeira vez, em versão brasileira, em 1961, e que, neste momento, não serão aprofundadas.

não podem ser usadas para fazer *referência* a alguma “coisa” ou “estado de coisas”, uma vez que a palavra

gato ou o nome Dião não podem ser usados para fazer asserções a respeito de um estado de mundo. As referências podem ser realizadas apenas por expressões compostas que assumem a forma de juízos ([Dião caminha], [Há um gato no telhado], [Os gatos são mortais]) (ECO, 1991c, p. 67).

Desse modo, a palavra *está no lugar* de um enunciado e, por essa razão, de um *juízo de valor*<sup>34</sup> que atribui a tais expressões a condição de verdadeiro ou falso. Ou seja, o termo *referência* pode ser realizado através de expressões complexas (enunciados), cujos significados já tenham sido estabelecidos e, portanto, convencionados, e que, de alguma forma, remetam a um determinado *mundo possível* co-referenciado. O que o autor ressalta com toda a discussão aqui levantada não é tanto o problema do *referente de um signo*, que, como vimos *não tem nenhuma pertinência*, quanto o de sua *referência*, essa, sim, fundamental em um processo de significação.

Conforme vimos, e retomando a discussão inicialmente proposta, será a *circunstância de comunicação*, associada à noção de *referência*, bastante cara a Eco (1991c), que nos permite compreender, em um processo comunicacional, a que código emissores e destinatários estarão se reportando. Como na indicação do código já poderá estar presente a própria mensagem, a circunstância de comunicação vem ao encontro das diferentes possibilidades compreensivas localizadas na relação entre receptores, ligando-se à teoria dos códigos que, por sua vez, recupera a ampliação do modelo informativo da teoria matemática da comunicação. Por tais razões, para Eco, a circunstância de comunicação “desloca e resolve a questão conexa à existência ou inexistência do referente de um signo” (2001a, p. 43), porque deixa de ter importância a questão elementar que problematiza o fato de os signos se referirem a um objeto concreto, que poderia ser chamado de “real”, ganhando relevância o processo de *produção de sentido* remetido por esse signo ou sistema de signos.

---

<sup>34</sup> O autor já apresenta as questões que envolvem os *juízos de valor* no ***Tratado geral de semiótica*** (a primeira edição é datada de 1975) e em ***Semiótica e filosofia da linguagem*** (a primeira edição é datada de 1984) que serão, posteriormente, aprofundadas na obra intitulada ***Kant e o ornitorrinco***, publicada originalmente em 1997.

Inclusive, para o autor, a Semiologia de vertente saussureana dedica-se a reconhecer processos de codificação e, conseqüentemente, de produção de sentido, para os quais determinados significantes correspondem a determinados significados, e não a estabelecer se os significantes também se referem a uma realidade objetiva, uma vez que a Semiologia é a ciência da cultura, e não da natureza. A ressalva que o autor faz a esse respeito é a de que é mais interessante saber até que ponto um signo se refere a algo experimentável, e se isso realmente acontece, do que propriamente objetificá-lo. Como se percebe, a discussão levantada por Eco é a de um outro patamar. Devemos lembrar que o âmbito da cultura é sobretudo o domínio da *interpretação* e da *representação* desses “objetos”, “coisas”, “situações”, “universos”, que são expressos através de signos, cada vez mais (re)significados ao longo da História.

A revisão do papel da *circunstância de comunicação* traz implícita a necessidade de um outro olhar sobre a Semiótica, conforme nos coloca Eco (2001a), justamente no aspecto que se refere à *apropriação* de determinados códigos pelos leitores/sujeitos/receptores em uma determinada situação comunicacional, ou até mesmo a transformação de um código em outro, como nos informa, por exemplo, uma comunicação cotidiana, na qual teríamos, como forma de agradecimento (verbal), o aplauso ao final de um espetáculo. No desenvolvimento de um processo comunicacional, os fatores externos tais como os valores atribuídos por uma sociedade a determinados signos; a vivência cultural dos receptores que fizeram uso desses signos; a própria estrutura política e ideológica presente nos signos, e que são do patamar da História, localizada em um dado tempo e espaço, interferem diretamente no processo de (re)significação. Bakhtin, em seu ***Marxismo e filosofia da linguagem***, nos dirá, em outras palavras, que *todo o signo é habitado*, e transforma-se na morada não só de uma sociedade, mas do próprio sujeito criador de seus mesmos signos e senhor da linguagem. Para Eco,

é a própria circunstância de comunicação (que a Semiologia não codifica nas suas várias possibilidades de realização, mas prevê como elemento fundamental no processo de recepção da mensagem), que se apresenta como uma espécie de referente da mensagem. No sentido, porém, de que a mensagem não indica o referente, mas se desenvolve *no* referente, na situação concreta que contribui para lhe dar sentido (2001a, p. 44).

Assim sendo, ao escutarmos, principalmente entre os adolescentes, uma expressão do tipo: [*“a festa estava bala!”*], mensagem referendada por um aporte lingüístico, e legitimada por uma certa *competência de dicionário*, certamente remeter-nos-emos àqueles que jovens não estão se referindo às guloseimas ofertadas às crianças, nem tampouco aos projéteis utilizados como armamento. A expressão faz *referência*, para utilizarmos o termo apropriado, justamente, a determinados aspectos extralingüísticos (em um primeiro momento, *circunstanciais*, dados pelo código e, em um segundo momento, *contextuais*, tais como uma boa música, belos garotos e garotas, bebidas alcoólicas, etc.), que se “intrometem”, digamos assim, no interior da expressão, dando-lhe um outro significado e acrescentando-lhes elementos que, inicialmente, não lhe diziam respeito.

Outro exemplo, que vem problematizar as transformações acarretadas pelas circunstâncias de comunicação na emissão e recebimento de uma dada mensagem, pode ser percebido a partir da expressão [*“aquele homem é um gato!”*], em que acrescentamos muito mais aspectos que nos chegam através de uma *tradição cultural*, externa, portanto, ao conteúdo da mensagem, do que propriamente aqueles que o código lingüístico nos oferece. Evidentemente, não se trata de descartar os aspectos lingüísticos presentes na mensagem, fundamentais para os processos de codificação e decodificação que convergem em uma determinada produção de sentido, mas levar em consideração que as qualidades da beleza, meiguice, amabilidade e languidez do “objeto” *gato* tratado enquanto animal felino, mamífero, etc., estão associadas a um certo *ideal de beleza*, que atribuímos a um homem *convencionado* como bonito. Tal associação, que extrapola uma codificação primeira, *circunstancial*, portanto, remete-nos para uma determinada *contextualização*, que pode aludir ao mito grego da beleza.

Para além da simplicidade de uma mensagem que nos informa que [*“aquele homem é um gato!”*], temos presente todo um *contexto cultural* *significante* bem mais amplo do que aquele outro compartilhado pelas circunstâncias de comunicação. Por ser considerado “bonito” a partir de um determinado padrão estético, esse homem empresta suas qualidades a um animal objetificado pela linguagem. Tal expressão vem acrescentando em seu bojo

lingüístico certas (re)significações, certas negociações e prováveis remanejamentos que pertencem ao domínio da cultura. Expresso de outro modo,

se digo a palavra “porco”, não importa que ao termo corresponda ou não determinado animal, importa, isto sim, o significado em que a sociedade em que vivo atribui a esse termo, e as conotações com que o envolve (pode ser um animal impuro, pode ser usado em sentido translato como insulto); a existência real do porco-referente importa com respeito à natureza semiológica do signo, tanto quanto o fato de existirem ou não bruxas quando insulto uma mulher chamando-a de bruxa. Mas se o enunciado “aquele é um belo porco” se pronuncia na “criação suína”, ou então na circunstância “discurso sobre um amigo”, vemos que o alcance do termo se modifica consideravelmente de um para o outro caso. A presença do referente induz-me a identificar o léxico conotativo mais apto; a realidade orienta-me para os *códigos adequados* (ECO, 2001a, p. 44).

Expressão simples de conteúdo complexo, esse “porco” pode ser emitido/recebido por nossos possíveis interlocutores como se referindo também à fertilidade; à abundância, seja de carne ou gordura, ou ainda a uma possível sordidez de comportamento, ou fraqueza de caráter, por exemplo, sendo associado a algum aspecto detestável a que os emissores/receptores estejam se referindo, características ausentes no “animal porco”, raça doméstica de *Sus scrofa*, artiodátilo não ruminante da família dos suínos, animal que o homem cria e engorda para dele retirar inúmeros benefícios. Por tais razões, Eco, em **A estrutura ausente**, faz a ressalva de que

nem sempre a circunstância se identifica com o suposto referente do signo, porque pode constituir uma situação global de onde o referente está ausente e que, no entanto, me orienta para o significado coligado. A circunstância é a presença de uma realidade à qual, por experiência, fui habituado a aliar o emprego de certos significados em lugar de outros (2001a, p. 44).

As circunstâncias de comunicação, surgidas segundo um determinado código, podem corresponder a níveis mínimos e máximos de sentido. No recebimento de uma palavra como [fogo!], por exemplo, já existe em sua bagagem extralingüística elementos correspondentes a certas *reações emotivas* que não podem, a princípio, ser catalogados sob a base unicamente de um código verbal; entretanto, também não podem ser tomados como independentes do processo comunicacional, porque se baseiam em *fenômenos da comunicação* absolutamente legítimos e inseridos em um dado contexto social e cultural. A idéia de *código* que começa a se delinear, e por isso procuramos resgatar alguns



elementos presentes no modelo comunicacional de Shannon e Weaver (1948), conforme já referido, não é mais a do recebimento linear e automático do *sinál gráfico* [fogo!], puro evento físico, mas sim, a representação produzida pelo *sentido* que nós atribuímos ao conteúdo [fogo!], que lhe serve de significante para o significado *conotado* de [perigo!], por exemplo.

As circunstâncias de comunicação<sup>35</sup>, sob esse ponto de vista, podem também ser pensadas a partir da idéia levantada por Barthes, em ***O óbvio e o obtuso*** (1982b)<sup>36</sup>, especialmente no capítulo dedicado à *mensagem lingüística*. Ao trabalhar com o que chamou de *paradoxo fotográfico*, o autor estabeleceu que a imagem fotográfica é uma “mensagem sem código” comportando duas instâncias distintas em sua estrutura: a denotação e a conotação. Uma *mensagem denotada* se constituiria no próprio *análogon perfeito* do real, transformando a descrição de uma fotografia em algo “literalmente impossível”, nas palavras do autor, uma vez que “*descrever* consiste precisamente em acrescentar à mensagem denotada um suporte ou uma mensagem segunda, extraída de um código que é a língua, e que constitui fatalmente, faça-se o que se fizer para ser exato, uma conotação em relação ao analógico fotográfico” (1982b, p. 15). Respectivamente, na *mensagem contada* haveria sempre um *sentido segundo*, lido a partir de uma determinada cultura e sociedade.

Aproximando tais aspectos, o reconhecimento das *relações denotativas* faria parte das atribuições de uma *competência de dicionário*, no dizer de Eco (1991-1986), estabelecidas em um modelo de análise chamado de *manifestação linear*, considerado como um primeiro nível interpretativo, conforme já referido. Por tais características, do mesmo modo que na fotografia jornalística a mensagem lingüística *conota a imagem*, as circunstâncias de comunicação *ancorariam* um *sentido mínimo* desejado/esperado pelo texto.

---

<sup>35</sup> Essa discussão já foi levantada pelo Grupo Avançado de Pesquisa em Semiótica (GAPS), sob coordenação da Profª Drª. Eliana Pibernat Antonini (USP/PUCRS), tendo como sede o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sendo reconhecido, desde março de 2002 pelo CNPq/MEC, através do Sistema de Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil.

<sup>36</sup> ***O óbvio e o obtuso*** constitui-se de coletânea de textos publicados pelo autor em diversas revistas francesas no período compreendido entre os anos de 1961 a 1977, sendo a publicação do livro concluída somente em 1982, infelizmente já sem a supervisão do autor.

Nesses termos, em um processo comunicacional qualquer, estabelecido entre máquinas, como aqueles dos sistemas de segurança dos espaços públicos, onde um pequeno recipiente de mercúrio, fixado no teto, “informa” a outro sistema técnico a presença de calor que indica [fogo!], ocorre meramente o *recebimento de instruções*, sob a base de um mesmo código. A máquina não tem condições de diferenciar o recebimento de uma *informação* ou de um *significado*, mas apenas reage adequadamente. Ao nível da máquina, temos a presença do sinal; introduzindo o homem na decodificação da mensagem, passamos para o *universo da produção de sentido*. “Abriu-se um *processo de significação*, porque o sinal não é mais uma série de unidades discretas computáveis em *bits* de informação, e sim, uma forma significativa que o destinatário humano terá de suprir de significado” (ECO, 2001a, p. 20-21).

Como se percebe, estamos diante de uma situação em que, além das hierarquias de códigos envolvidas no processo e das competências lexicais estabelecidas entre emissores e receptores, é a *circunstância da comunicação* que termina por indicar o *sentido* de uma dada mensagem. Esse “contexto externo ao código”, digamos assim, parte de um *dicionário mínimo*, fundamental para a compreensão de uma mensagem em que se suponha um possível entendimento entre sujeitos, e reclama por uma *competência enciclopédica*, como Eco chama esse *conhecimento plural*, constituído pela convergência de inúmeros fatores cognoscentes associados entre si e necessários para a decodificação dos diferentes sistemas intertextuais que envolvem o processo comunicativo. Essa competência está presente como articuladora e mediadora entre os dois pólos da relação comunicacional, armazenada culturalmente sob a forma, justamente, de um *conhecimento enciclopédico*.

Longe de produzir uma transmissão da informação de sentido unívoco, a heterogeneidade de fatores envolvidos no entendimento entre emissores e receptores traz à tona complexos *jogos interpretativos*, que ora se antagonizam, ora se complementam, ora se harmonizam na produção de uma determinada significação. Em outras palavras, ao estar inserida em um certo contexto social, histórico, cultural, político e ideológico, uma determinada mensagem sofrerá as influências do *ethos* comunicacional em que foi emitida/recebida, bem como as

interações/interpretações dos sujeitos que lhe atualizarão seus possíveis significados. Desse modo,

a circunstância muda o sentido da mensagem (uma bandeira vermelha na praia não tem o mesmo significado de uma bandeira vermelha em uma manifestação de rua; as nervuras internas da Igreja da Rodovia<sup>37</sup> conotam elevação mística, ao passo que num pavilhão industrial exprimem valores tecnológicos e funcionais); a circunstância muda a *função* da mensagem: um sinal de contramão, na rodovia, tem um impacto emocional e um valor imperativo bem maior do que um sinal de contramão dentro de um pátio de estacionamento; a circunstância muda a *cota informativa* da mensagem (ao passar do rótulo da garrafa para o distintivo do homem corajoso, o signo da caveira sofre uma mutação parcial de sentido; mas o mesmo signo colocado numa cabine elétrica, apresenta-se mais redundante, mais previsível, do que quando damos com ele numa garrafa de cozinha) (ECO, 2001a, p. 44-45).

Situação muitas vezes imprevisível, a *circunstância da comunicação*, específica e própria para cada instante comunicacional, introduz-se no universo semiológico, e, portanto, no universo das *convenções culturais*, como um fator que não pode ser negligenciado, uma vez que se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que, de alguma forma, associa-se ao processo de produção de sentido. Tal ponto de vista enfatiza, mais uma vez, a necessidade de observação da *instância relacional* que se dá entre a história, o tempo particular e o lugar de geração do enunciado, com o *código* em que a mensagem está sendo expressa, e a seqüência de *envolvimentos intersubjetivos* que de algum modo se ligam e (re)instauram àquela mensagem.

Se o *sistema da língua*, conforme referido por Saussure, é *apropriado* pelo homem para seu *uso* na linguagem, isso se dá no *contexto concreto da vida cotidiana* (Bakhtin), para o qual concorrem a atualização dos diferentes sistemas de códigos e a relação desses engenhosos mecanismos com as relações de produção de sentido que se interligam à História, à sociedade e à natureza. Devemos, entretanto, ainda levar em consideração que, em um processo de produção de sentido, os movimentos estabelecidos entre um *código denotativo de base* articulam-se com um *código conotativo*, originado, justamente, das transformações que o primeiro sofre em relação à *circunstância da comunicação*,

<sup>37</sup> A Igreja da Rodovia (Chiesa dell'Autostrada), como ficou conhecida, está localizada na Rodovia do Sol, entre Bolonha e Florença, e é obra recente, segundo Eco, datando de 1964, e uma das mais representativas da moderna arquitetura italiana.

tendo como fatores determinantes um dado e único contexto social, cultural, político<sup>38</sup>.

Por isso, a denotação se refere àquelas características do código estabelecido entre os interlocutores de um processo comunicacional tendo em vista, *a priori*, as diferentes estruturas lingüísticas, mas supondo como *quadro de referência* uma dada língua, entendida enquanto sistema organizado de regras, instruções e procedimentos. Pelos aspectos denotativos, estaríamos, salvo exceções, vinculados a uma certa imposição do código verbal, constituído por palavras que organizariam nosso *discurso*, entendido aqui enquanto *forma de comunicação*. “A relação de denotação é uma relação direta e unívoca, rigidamente fixada pelo código” (ECO, 2001a, p. 27).

Por outro lado, o *código conotativo* se relacionará ao modo pelo qual uma determinada sociedade lê uma mensagem, atribuindo-lhe um significado estético, ideológico, cultural, entre outros. A conotação transfere para o código elementos que pertencem à cultura. A cultura fornecerá aos códigos os estereótipos, as circunstâncias e as matrizes da codificação. As ações, as vivências e as interpretações dos sujeitos acerca das mensagens interferem diretamente na transmutação desses elementos em outros e na criação e (re) significação desses códigos. É justamente nesse nível que se inserem, para Eco, em **A estrutura ausente** (2001a), as *oscilações de sentido* proporcionadas pelo forte apelo conotativo presente em algumas mensagens, não só as de cunho poético, que se valem de metáforas, ironias, ou imagens capazes de gerar polissemias e palimpsestos, mas também as comunicações cotidianas, como no exemplo “os operários devem permanecer em seu posto”, capaz de produzir cumplicidades e incompreensões entre os falantes.

No plano denotativo, seu sentido afigura-se unívoco para quem compreenda a língua portuguesa, mas o código não me esclarece qual

---

<sup>38</sup> Algumas expressões comumente utilizadas em Portugal podem adquirir, aqui no Brasil, significados bastante diversificados, interferindo diretamente no recebimento das mensagens, à medida que são transformados pelas circunstâncias de comunicação. São exemplos dessa condição situacional os termos “um grupo de crianças”, chamado em Portugal de *canalha* e que, se não fossem as circunstâncias de comunicação, ganharia um significado completamente diferente do originalmente pressuposto pelo código; ou ainda, “os varredores de rua”, que no Brasil são normalmente chamados de “garis”, adquirem em Portugal a denominação de *Os Almeidas*, em uma referência ao sobrenome do proprietário da empresa de limpeza urbana. Extraído da revista **Época**, n. 410, de 27 de março de 2006, p. 17.

seja o *posto* dos operários. Devo recorrer, para decodificar o enunciado, a léxicos conotativos que abarquem o segundo sentido de expressões como “permanecer em seu posto” ou “o posto dos operários”. E percebo que posso utilizar dois diferentes léxicos conotativos que se referem a duas situações culturais e a duas posições ideológicas distintas. Posso ler a frase em chave conservadora, conferindo-lhe estas conotações: “Os operários devem permanecer no posto que a sorte lhes destinou, sem tentarem forçar o equilíbrio social”; ou então posso lê-la em chave revolucionária, no sentido de: “Os operários devem permanecer no posto que a dialética da história lhes atribui”, isto é, no vértice do poder, realizando a ditadura do proletariado (ECO, 2001a, p. 45-46).

Outro exemplo que vem apoiar essa proposta também pode ser visto em uma mensagem visual que mostre “um negro no ato do amor com uma mulher branca” (ECO, 2001a, p. 46). Temos aqui presente a mesma relação entre *denotação* e *conotação* conforme já referida. Em um sentido conotado, sob o olhar de um racista, a cena pode representar desde “violência carnal” até “contaminação entre raças”; enquanto que, sob um outro olhar, a mesma cena pode significar uma rica possibilidade de entendimento sexual tanto quanto um amor sem preconceitos, bem ao estilo da contemporaneidade apregoada pela mídia. O que vale ressaltar nesse exemplo é o fato de que temos presente, novamente, a relação entre *texto*, *contexto* e *circunstâncias de comunicação*.

O contexto pode acentuar certas conotações (a mulher traz uma expressão de terror no semblante), sugerindo o léxico conotativo adequado; e a circunstância de comunicação pode orientar o destinatário (se a imagem aparecer numa revista de fanáticos racistas ou se – como ocorreu – numa revista como “Eros”, que se proponha lutar contra os vários preconceitos sexuais) (ECO, 2001a, p. 46).

Sob essa perspectiva, também uma palavra pode assumir diversos sentidos dentro de um dado enunciado, dependendo, para significar, do contexto de emissão e recebimento e de certas circunstâncias de comunicação. Dito de outro modo, em uma expressão emprestada da comunicação cotidiana que nos informe que [*“meu marido é um cachorro!”*], encontram-se inúmeras *figuras de linguagem* onde não importa tanto o *significado* da palavra em si, inserido na frase, quanto a contextualização de seu *sentido*, gerado e esperado pelo próprio texto. Diremos, então, que, na medida em que remetente e destinatário se referem a uma cadeia de léxicos conotativos de grau e força vários, e na medida em que, senão o código, pelo menos grande parte desses códigos diferem, a

mensagem como forma significativa surge como uma forma vazia a que se podem atribuir os mais diferentes significados (ECO, 2001a, p. 47).

Como se percebe, tal transformação acrescenta inusitadas possibilidades significantes às mensagens, conforme são recebidas pelos destinatários em seus contextos específicos. Essa premissa leva Eco (2001a, p. 47) a afirmar que o valor da informação consiste na riqueza de escolhas possíveis; entretanto, a mensagem-significante, se reportada a determinados léxicos, transforma-se em mensagem-significado, e, portanto, em escolha definitiva realizada pelo destinatário.

Em outros termos, a informação física se transforma em mensagem não-computável quantitativamente, mas, sim, emitida e recebida em termos significantes, graças a uma série de significados que pode gerar, uma vez posta em contato com a multiplicidade de códigos. Associada a uma determinada convenção/codificação, a circunstância de comunicação se apresenta ligada a uma estrutura frasal, ainda não ampliada para uma estrutura de linguagens. O texto é o território não só da significação, mas também da *produção de sentido*.

Visualizado em sua dimensão plena, é o texto quem contrata as regras e admite, ou não, uma determinada significação para uma certa expressão. Traz em si a historicidade de uma determinada época que tenta, continuamente, apreender o instante irrecuperável de cada enunciação, para remetermos o mote a Bakhtin. O gato, o porco, e o cachorro dos exemplos acima, nessa perspectiva, jamais serão os mesmos, até porque um mesmo enunciado pode ser (re)significado, a cada momento, pela circunstância de comunicação, e ainda manter intactas algumas de suas propriedades internas, sustentadas por uma competência de dicionário. Entretanto, como vimos, as diferentes textualidades requerem outras competências de seus leitores/sujeitos/receptores, que ultrapassam uma leitura primeira proporcionada exclusivamente por uma determinada codificação. A textualidade traz implícita uma idéia de (com)textualidade. A ênfase é proposital. (Com)partilhar; (com)pletar; (com)textualizar.

## 2.5 ... DOS CONTEXTOS ÀS (COM)TEXTUALIDADES ...

Eco traça um panorama teórico das duas tendências que se encarregaram do desenvolvimento das chamadas *semióticas textuais*, aprofundadas especialmente em ***Lector in fabula***, conforme já referido várias vezes, mas também em ***Os limites da interpretação***. A primeira delas, chamada por ele de teoria de *primeira geração*, relaciona-se à lingüística estritamente frasal, onde a produção de significação se dá através da frase. Assim sendo, esse primeiro movimento teórico em direção a uma semiótica textual esboça

uma teoria dos códigos e da competência enciclopédica – pela qual uma língua (sistema de códigos interconexos), num nível próprio e ideal de institucionalização, permite (ou deveria permitir) prever todas as suas possíveis atualizações discursivas, todos os seus possíveis usos em circunstâncias e contextos específicos (ECO, 1986b, p. 2).

Por sua vez, uma teoria semiótica de *segunda geração* preocupa-se com o *texto* enquanto *local gerativo* que extrapola os limites frásicos para produzir o processo de produção de sentido a partir de um tecido intertextual de citações, onde leva em consideração a cooperação ativa do leitor na atualização das estruturas discursivas. Na atividade cooperativa do leitor, o contexto cultural, conforme já referido, interfere diretamente, seja através do nível lingüístico, imagético, sonoro ou *plural*, para o qual convergem as múltiplas competências que se complementam na construção de um determinado sentido.

Seja como for, ambas as teorias demonstraram que existem propriedades de um *texto* que não podem ser propriedades de uma *frase*. Assim sendo, a interpretação de um texto se deve principalmente aos fatores *pragmáticos*, entendidos como o contexto *lingüístico* e *extralingüístico*, indispensáveis na linguagem natural, para a perfeita comunicação entre o falante e o ouvinte. Em outras palavras,

um texto não pode ser enfrentado na base de uma gramática da frase que funcione em bases puramente sintáticas e semânticas. Via de regra, as teorias de primeira geração mantêm que o *próton pseudon* de uma gramática da frase constitui o seu limite lexicalista, donde nenhuma teoria de cunho lexicalista pode explicar o significado de uma determinada frase como a mera agregação ou amálgama de significados lexicais prévia e definitivamente codificados (ECO, 1986b, p. 2).

A exigência fundamental que é proposta ao leitor pelas seleções contextuais e circunstanciais é a de uma competência extralexical. Ou seja, existem em um texto componentes de um contexto lingüístico e extralingüístico que, ao serem submetidos a uma análise meramente gramatical-lexical, terminariam por extrapolá-la. Não pretendemos, com isso, desfazer a necessidade e a importância de uma competência de dicionário, até porque uma competência de dicionário será sempre a base de onde brotarão os demais esforços interpretativos. Entretanto, por outro lado, não podemos restringir determinadas decisões interpretativas unicamente aos limites por ele estabelecidos. Conforme o caso, é o próprio texto quem pede ao leitor uma competência interpretativa mais ampla, trazida, justamente, por um conhecimento enciclopédico.

Nesse sentido, as seleções contextuais e circunstanciais podem ser entendidas como as *indicações* ou os *procedimentos* a serem seguidos pelo leitor para que possa atualizar determinadas *propriedades textuais* mediante *contextos específicos*. Constituem as possibilidades que são facultadas ao leitor de inferir o possível contexto lingüístico e as possíveis circunstâncias de enunciação, a partir de uma expressão isolada. Desse modo, contexto e circunstância são indispensáveis no processo de atualização textual, pois conferem à expressão seu significado pleno e completo. Segundo Eco:

É esta suspeita que gera as teorias textuais de segunda geração, as quais reconhecem que para entender um texto são indubitavelmente necessárias normas que não podem ser reduzidas às de uma gramática do enunciado, mas que ao mesmo tempo não pretendem abandonar os resultados de uma análise semântica dos termos isolados. Muito pelo contrário, as teorias de segunda geração procuram construir (ou postular) uma análise semântica que analise os termos isolados como sistemas de *instruções orientadas para o texto*. Para tanto, essas teorias devem passar obviamente de uma análise em forma de dicionário a uma análise em forma de *enciclopédia* ou de *thesaurus* (1986b, p. 3).

Além do mais, o autor elabora a diferenciação entre os termos *co-texto*, *contexto* e *circunstância*, conforme empregado nas teorias textuais. Desse modo, as seleções circunstanciais representam a *possibilidade abstrata*, registrada pelo *código*, de que um determinado termo apareça em conexão com as circunstâncias de enunciação em que esse termo foi empregado, podendo



pertencer a *outro* sistema semiótico e, por isso, *co-ocorrer simultaneamente*. O mesmo não se aplica às *seleções contextuais*, que se restringem ao âmbito do *mesmo* sistema semiótico. Quando o termo co-ocorre com outros termos, ou seja, quando a seleção contextual se atualiza, temos então um co-texto.

Nesse sentido, “as seleções contextuais prevêm possíveis contextos: quando se realizam, realizam-se num co-texto” (ECO, 1986b, p. 4). O termo *co-texto*, nesse caso, representa um *texto paralelo* ao texto original que servirá de apoio à idéia expressa pelas seleções contextuais. Essas três circunstâncias, que são semiotizadas enquanto registradas pela enciclopédia, podem ser definidas verbalmente, lhes sendo facultada a possibilidade de serem combinadas, em qualquer outro momento do texto, às mais diversas ocorrências lingüísticas.

Nesses termos, é o próprio semema quem possibilita, em si mesmo, diferentes *percursos de leitura*, em função das muitas denotações e conotações decorrentes, adquirindo múltiplas significações de acordo com a seleção contextual envolvida no processo, que lhe permite sua ocorrência em distintas classes de possíveis *co-textos*. Nesse sentido, a análise adequada da cooperação textual, a partir das interpretações de um leitor-modelo, deve se dar na forma de uma *competência enciclopédia* que leve em conta, ao nível do código, os diversos contextos e as possíveis ocorrências co-textuais, nas quais um determinado lexema pode ocorrer como realização concreta.

Será a competência enciclopédica quem dará os atributos para uma adequada orientação textual, pois terá considerado tanto as *seleções contextuais* quanto as *seleções circunstanciais*, elementos de uma informação já codificada e, portanto, convencionalizada, que se constituem em unidades semânticas cuja significação já está presente, ainda que muitas vezes em estado latente. Casos similares de ocorrências co-textuais que determinam por onde andar a atualização do leitor também ocorrem com os sememas [lutador] e [pescador], onde o próprio semema é considerado um texto virtual; e o texto, por sua vez, é visto como a expansão de um semema, dependendo da *competência enciclopédica* do leitor.

Desse modo, uma série de inferências liga-se às seleções contextuais e circunstanciais, da mesma forma que o semema em si é uma possibilidade *em potencial* de instrução para a criação de um texto. Constituem matéria de interpretação textual, e, para Eco, em ***Lector in fabula***, não são diretamente impostas pelo código, posto que podem ser produzidas como premissas a partir da própria competência enciclopédica. As inferências são “previstas por uma série de informações que circulam em forma padronizada como, justamente, ‘encenações’ de eventos possíveis e prováveis” (1986b, p. 6). Ou seja,

não existe um enunciado que não requeira um co-texto, para ser semanticamente atualizado em todas as suas possibilidades de significação. Mas este enunciado necessita de um co-texto atual porque o texto possível estava incoativa e virtualmente presente no próprio espectro enciclopédico dos sememas que o compõem. Como afirmava Greimas (1973: 174), uma determinada unidade semântica como ‘pescador’ constitui, na própria e mesma estrutura semêmica, um potencial *programa narrativo*. O *pescador* traz consigo, evidentemente, todas as possibilidades de seu próprio fazer, tudo o que dele podemos esperar em matéria de comportamento: o fato de ser colocado em isotopia discursiva o converte num rol temático utilizável pelo relato (1986b, p. 6).

Como nenhum termo assume um significado *fora do seu contexto*, e pensando em uma semântica orientada para as *atualizações textuais* que é a proposta de Eco, expressões, como [pescador], possibilitam a produção de *encenações* do tipo “mar”, “vida simples”, “alimentação natural”, “cooperação”, “união”, etc. É claro que um texto é a expansão de muitos sememas, mas é interessante admitir, em nível didático-explicativo, sua redução a um possível *semema central*, a partir do qual a história de um pescador nada mais faz senão expandir tudo o que uma enciclopédia ideal poderia dizer-nos a respeito do referido [pescador]. É o caso de [lutador], que indica, como ponto de partida, “um agente presumivelmente humano que se coloca em situação conflitiva (física ou psicológica) no confronto com um outro ou outros seres humanos (ou com forças naturais, no caso de uso retórico)” (1986b, p. 7). [Pescador] e [lutador] constituem-se, então, exemplos de sememas que por si só já fornecem instruções que remetem a possibilidades de realização textual, indicando sobre o que podem significar em uma provável interpretação textual, que conta com a cooperação enciclopédica de um leitor ideal.

Desse modo, temos, pois, uma amostra de que um semema pode conter em si mesmo uma vasta possibilidade de inferências ou *quadros*, que representam a virtualização de um determinado sentido. Essas possibilidades inferenciais a serem realizadas pelo leitor são constituídas em torno dos prováveis eventos que poderão ou não vir a ser atualizados. Mais uma vez, vale ressaltar que somente uma representação do tipo enciclopédica pode ser integrada aos elementos de uma hipercodificação, que nos proporcionam correlacionar [pescador] à [cooperação], por exemplo, mediante o registro de encenações comuns e intertextuais que procuram dar conta de uma atualização textual dessas proporções. É somente a partir de uma percepção contextual que podemos “dizer da coisa”. Nesse sentido, Eco ratifica o posicionamento expresso por Schmidt, para quem

pode-se conceber teoricamente um lexema como uma regra (em sentido amplo) ou uma instrução para a produção de um “comportamento” verbal e/ou não-verbal [...]. O campo-contexto [o campo lexemático] fixa para o lexema as suas possibilidades gerais de funcionamento nos textos (1986b, p. 10).

Entretanto, Eco procura esclarecer que não se pode reduzir as regras de interpretação às regras do código; fator que nenhuma teoria de segunda geração procura negar, uma vez que as regras de geração e de interpretação de um texto são todas radicalmente diferentes das regras que se originam de uma semântica dos termos. Nesse sentido,

as próprias “encenações” hipercodificadas constituem o resultado de circulação intertextual precedente. A sociedade só logra registrar uma informação enciclopédica na medida em que ela tiver sido fornecida por textos precedentes. Enciclopédia ou *thesaurus* são o destilado (sob forma de macroproposições) de outros textos (1986b, p. 11).

Desse momento em diante, penetramos no intrincado sistema das *competências intertextuais*. O termo intertextualidade foi creditado pela primeira vez a Kristeva e vem da tradição dos estudos estruturalistas russos, especialmente a partir de Jakobson e sobretudo Bakhtin, conforme já referido, que trabalhavam com a idéia da interação entre estruturas inseridas em um campo social e histórico. Nesse caso, é importante salientar sempre que se tratam de *estruturas significantes*. Conforme Kristeva, “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações, e é observação e transformação dum outro texto”

(1974, p. 13). Texto, nesse caso, é sinônimo de “sistema de signos”, quer literários, orais, símbolos sociais ou inconscientes. Segundo a autora, esse “sistema de signos” é visto como originário das pulsões e do social.

A idéia de intertextualidade trazida à tona é a de um texto sobre outro; ou algum fragmento de um texto primeiro que aparece em um novo texto, re combinado e rearticulado em relação ao anterior, esse sim, completamente inusitado. A competência enciclopédica intertextual, inserida no âmbito de uma determinada cultura, refere-se justamente à articulação dos intrincados “sistemas de signos” que compõem os diferentes “universos textuais” que fazem parte da vivência do leitor, o que pressupõe um contexto de referência bastante amplo, que não dependa exclusivamente do sistema léxico verbal-lingüístico. Jenny, comentando a visão de intertextualidade proposta por Kristeva, afirma que ela traz à noção uma soma misteriosa e confusa de influências. Para ele, intertextualidade é a “transformação e a assimilação de vários textos, operado por um texto centralizador, que detém o comando do sentido” (1979, p. 14).

No caso de uma competência intertextual, a principal característica levantada será a necessidade de um leitor-modelo extremamente qualificado, que possa cooperar na atualização de um percurso interpretativo que dê conta não somente de uma *intertextualidade*, mas, principalmente, de uma *contextualidade*. Como o universo da significação é ambíguo e multi-interpretável, muitos textos somente podem ser plenamente atingidos em toda sua riqueza à luz de um suficiente *conhecimento intertextual*, que depende da capacidade desse leitor em manter ativado, a partir de um determinado contexto, um grande jogo de inferências, de modo que, mesmo o mais “fechado” dos textos, possa reencontrar um novo viço interpretativo na produção de uma nova cadeia significativa. Desse modo, temos um princípio de intertextualidade que se amplia para um princípio de contextualidade.

Posteriormente, reformulando alguns de seus conceitos, Eco, em ***Kant e o ornitorrinco*** (primeira edição datada de 1997), já não enfatiza tanto a idéia de uma *seleção* co-textual, contextual, circunstancial e intertextual, suscitadas de certa forma a partir de um determinado código, quanto procura refletir acerca das *interferências sígnicas* que o *contexto externo ao discurso* gera no processo

comunicacional. A premissa de uma *seleção* recairia no leitor, e *somente nele*, o papel de escolher um dado “contexto”, o mais adequado possível, para produzir e dar continuidade a um sentido desejado. Em um processo interpretativo ideal, como até então vinha sendo proposto pelo autor, tal leitor remetia a categoria de *modelo* e cooperava, conforme vimos, adequando-se ao que foi requerido pelo próprio texto.

Ao rever esse posicionamento, o autor começa a associar a problemática levantada pela noção de contexto às *condições de verdade*<sup>39</sup> que envolvem um determinado discurso, recorrendo, para isso, ao *Dictionnaire* de Greimas-Courtés (1979), para quem não são apenas os nossos discursos que nos *fazem acreditar* que algo seja realmente verdadeiro, mas, sim, sua possível contraposição a um referente externo<sup>40</sup>. Nossa verdade passa a ser verdade *circunstanciada à situação comunicacional externa* na qual nós a proferimos; caso contrário, criaríamos um discurso de loucos para loucos, completamente indiferente ao contexto social, político, cultural circundante e em que qualquer enunciação seria possível e passível de verdade<sup>41</sup>.

Interessa-nos, dessa problemática levantada e a partir do recorte teórico utilizado, a concepção de verdade que a considera enquanto *revelação* ou *manifestação*. Segundo Abbagnano (1982, p. 957) tal proposição apresenta duas formas fundamentais: uma *empirista* e a outra *metafísica* ou teológica. A forma empirista consiste em admitir que a verdade é o que imediatamente se revela ao homem, e remete, portanto, à sensação, intuição ou fenômeno. Peirce, a partir de um posicionamento filosófico pragmatista, se vincularia a esse postulado, uma vez que uma primariedade poderia ser pensada como uma forma de sensação

---

<sup>39</sup> A *noção de verdade*, desde tempos imemoriais, esteve associada com a validade ou eficácia de determinados procedimentos cognitivos. Por verdade entende-se, de uma maneira geral, a qualidade pela qual um procedimento cognitivo qualquer se torna eficaz ou consegue êxito. Essa caracterização pode ser aplicada tanto aos conceitos que vêm no conhecimento um processo mental quanto aos que nele vêem um processo lingüístico ou sógnico. Além do mais, a noção de verdade implica uma distinção entre sua *definição* e o *critério* no qual pode ser empregada (ABBAGNANO, 1982, p. 957).

<sup>40</sup> Tais aspectos já foram recuperados a partir de Eco, especialmente em *Tratado geral de semiótica* e *Semiótica e filosofia da linguagem*.

<sup>41</sup> Esse posicionamento de Eco, acerca das condições de verdade de um determinado discurso e seu contraponto a uma realidade externa, faz coro à sua proposta de construção de Mundos Possíveis que necessitam, por mais imaginários, fictícios ou improváveis que sejam, de fazer referência a alguns elementos constituintes e constitutivos do mundo “real” ao qual todos nós habitamos e conhecemos através da Geografia, da História, da Física e das Ciências Naturais.

ainda não-racionalizada e a intuição, elemento intruso em determinadas correntes filosóficas de pensamento, Peirce a considera como componente essencial de todo e qualquer processo abduutivo criativo. Desse modo, uma semiótica de vertente peirceana se enquadraria em uma fenomenologia de caráter empirista, na qual Eco vai remeter-se, especialmente em ***Kant e o ornitorrinco***.

Por outro lado, para Abbagnano (1982, p. 957), a forma metafísica ou teológica é aquela segundo a qual a verdade se revela em modos de conhecimento excepcionais ou privilegiados, por meio dos quais se torna evidente a *essência das coisas*, ou, em outras palavras, seu *ser interior*, ou princípio constitutivo, chamado por algumas correntes filosóficas de Deus<sup>42</sup>, aspecto não-racional, soberano e manifestado ou manifestável em todas as coisas. A característica fundamental dessa concepção representaria, justamente, o aspecto *metafísico* do fenômeno. Entretanto, na perspectiva pragmatista adotada por Peirce, mesmo esse critério de verdade deveria ser submetido a determinados julgamentos lógicos; caso contrário, estaria se vinculando ao campo das especulações filosóficas e distante, portanto, de uma proposição semiótica racionalmente elaborada.

Em outras palavras, o problema que Eco (1998, p. 218) levanta em seu ***Kant e o ornitorrinco***, especialmente no capítulo intitulado “O ornitorrinco: entre o dicionário e a enciclopédia”, é o dos *critérios de referência*, notadamente contextuais e não tanto discursivos, para uma determinada concepção de verdade, que será vista e (pré)vista como adequada ou não para um dado local, em um dado tempo e para certos destinatários. Os limites da elaboração conceitual de verdade são estabelecidos pelos critérios de referência de *alguém que aceita algo como verdadeiro* em um discurso. Para que isso ocorra, segundo o autor, é necessário fazer com que alguém *acredite* que esse algo é verdadeiro,

---

<sup>42</sup> Não pretendemos, neste momento, aprofundar essa discussão acerca de uma possível definição para uma categoria tão complexa e, ao mesmo tempo, tão contraditória e problemática ao longo da História da humanidade, quanto a que é representada ou designada por Deus. Em termos filosóficos e no tocante ao nosso último comentário, vale ressaltar a premissa deixada por São Tomás de Aquino, que, segundo Abbagnano (1982), nos fala justamente dessa relação entre a Razão e Deus: “o intelecto divino está apto a medir, não é medido; a coisa natural está apta a medir e é medida; mas o nosso intelecto é medido e não está apto a medir em relação às coisas naturais, e apto a medir só em relação às artificiais”. Existe, portanto, também uma verdade das coisas que é aquilo pela qual as coisas se assemelham ao seu princípio, que é Deus; e nesse sentido, o próprio Deus é a primeira e suma (ABBAGNANO, 1982, p. 958).

assumindo, *empiricamente*, como verdadeiro, um determinado enunciado, por mais simples que lhe pareça e por mais ingênuo que lhe seja o conceito de verdade.

[*Hoje chove*], por exemplo, segundo Eco, nos autoriza a dizer que é verdadeiro *se e somente se* for verdadeiro no *contexto* em que for pronunciado. “E dizer que entender o significado de um enunciado significa conhecer as suas condições de verdade (isto é, entender em que condições ele seria verdadeiro) não equivale a provar se o enunciado é ou não verdadeiro” (ECO, 1998, p. 219). Dito de outro modo, o autor coloca que a *veracidade* de um certo enunciado está entrelaçada com as condições concretas de co-ocorrência desse enunciado.

Apaixonado pelos jogos de linguagem e em especial pelos paralelismos proporcionados pelo próprio léxico, o outro exemplo do autor se refere à *qualidade perceptiva*<sup>43</sup> de a neve ser branca: “(i) a neve é branca é verdade se e somente se (ii) a neve é branca” (ECO, 1998, p. 219). Somos capazes de dizer que tipo de entidade lógica e lingüística é (i) – é um enunciado numa linguagem objeto L, que veicula uma proposição – mas ainda não temos nenhuma idéia do que seja (ii).

Para ele, se fosse um estado de negócios (ou uma experiência perceptiva), estaríamos muito embaraçados: um estado de negócios é um estado de negócios e uma experiência perceptiva é uma experiência perceptiva, não um enunciado. Senão, um enunciado é produzido para exprimir um estado de negócios ou uma experiência perceptiva. Mas, se o que aparece em (ii) é um enunciado sobre um estado de negócios ou uma experiência perceptiva, não pode ser um enunciado expresso em L, visto que deve garantir a verdade da proposição expressão pelo enunciado (i). Portanto, será um enunciado expresso numa metalinguagem L2 (ECO, 1998, p. 219).

Dito de outro modo, “a neve é branca” *se e somente se* aquele *elemento externo ao meu discurso* for branco, apresentar a *qualidade* de ser gélida, por exemplo, e uma série de outras propriedades que extrapolam os aspectos

---

<sup>43</sup> Os aspectos teóricos referentes à noção de *percepção* e de *juízo perceptivo* serão aprofundados em nosso terceiro capítulo, vindo ao encontro das reflexões que Eco faz a partir da problemática levantada tanto em Kant (1724-1804) quanto em Peirce (1839-1914).

lingüísticos enunciativos intrínsecos ao discurso. E ainda mais: tal premissa seria válida *se e somente se* desenvolvesse com um *alguém* uma relação tátil, olfativa, corporal, degustativa, visual e auditiva. Em suma, *sujeitada* aos elementos contextuais circundantes que lhe são constitutivos.

Nessa perspectiva, todo o enunciado requereria, portanto, um contraponto com a realidade social e cultural *externa* ao seu conjunto elementar. Tal proposição exprime, segundo o próprio autor, “infinitos enunciados, cada um expresso numa nova metalinguagem” (ECO, 1998, p. 220). A referência a um dado discurso, convencionado e aceito como verdadeiro, é ajustada (negociada) conforme o contexto externo a esse discurso. O que, entretanto, não impede que todos os falantes de uma certa cultura não tenham cometido o que o autor chama de “erro perceptivo” em que, por milhares de anos, tenham dito que *o sol à tarde caía no mar*, não servindo, portanto, como “prova” de que essa última proposição fosse verdadeira.

Como se percebe, a noção de contexto vai sendo revelada, aos poucos, através da problemática de um possível *conceito de verdade*. Ou seja, a “verdade” de um determinado discurso leva em consideração o fato de que existe toda uma *tradição de interpretações anteriores*, legitimada em termos de *experiência cultural* vivida pelos leitores/sujeitos/receptores e inserida no *contexto* de um *sistema de conteúdo* em que são verdadeiras as proposições que o destinatário já considera garantidas dentro do próprio modelo de cultura.

Essa proposição se distancia da condição de verdade estabelecida meramente em termos discursivos, em que algo é verdadeiro *se e somente se* for *aceitável* como verdadeiro dentro de um dado *discurso*. Como se percebe, somente em ***Kant e o ornitorrinco*** Eco acrescenta à situação de verdade apresentada por um determinado enunciado, o aspecto *contextual* que lhe assiste e que termina por lhe ser indissociável. Nas palavras do autor, os enunciados, por mais objetivos que nos pareçam, extrapolam uma *concepção funcional da linguagem*.

Talvez pressionado pelos *aspectos empíricos* envolvidos nessa questão, posicionamento do qual o autor se afasta no momento em que institui seu *leitor-*



*modelo*, percebemos que *sujeitos comunicantes*, responsáveis por uma determinada *produção textual*, estão envolvidos, ligados ou inclusive são restringidos por determinadas situações socioculturais e históricas de criação e circulação de mensagens. Como se percebe, tais situações terminam por extrapolar o processo comunicacional esperado ou desejado, introduzindo entre os emissores e receptores determinadas situações extralingüísticas que interferem diretamente no processo de produção de sentido, envolvido, desde sempre, com uma dada cultura da qual faz parte e que lhe dá sustentação.

Ao estabelecer que a Semiótica estuda os processos culturais como processos de comunicação e se temos comunicação temos sempre significação, estabelecida através de um *sistema de códigos* e, por isso procuramos (re)fazer todo esse percurso teórico, Eco (2000b) inspira-se em algumas das principais reflexões teóricas propostas pela Escola de Tártu-Moscou para o estudo da cultura em suas manifestações sígnicas, notadamente representada pelos trabalhos do semiótico russo Iuri Mikhailovich Lotman (1922-1993). Assim sendo, o conjunto das manifestações culturais que ocorre através de signos e “a Semiótica tem muito a ver com o que quer que possa ser assumido como signo” (ECO, 2000b, p. 4) se realiza em um sistema de significação no qual a multiplicidade de códigos e linguagens apropriadas pelos leitores/sujeitos/receptores interage para (re)significar o mundo cultural que os cerca. Dito de outro modo, tais *interferências* apontam para um processo de *tradução*, entendido enquanto *relação* capaz de promover a intermediação entre os diversos elementos que fazem parte do universo da cultura em busca de sentido.

## 2.6 ... DAS (COM)TEXTUALIDADES ÀS CULTURAS

A noção de Semiosfera surge a partir das reflexões teóricas formuladas pelo semiótico russo Iuri Mikhailovich Lotman (1922-1993) para designar o estudo das relações entre os diversos sistemas de signos compartilhados e/ou em permanente interação, que coabitariam a multiplicidade dos espaços culturais. A origem do campo teórico formulado pelo autor se insere na tradição semiótica

rusa surgida no começo do século XX, primeiramente através de obras isoladas e posteriormente levada a cabo com a organização de seminários de verão realizados na Universidade de Tártu, na Estônia, a partir dos anos 50.

A estruturação da chamada Escola de Tártu-Moscú teve como demais filiados Roman Jakobson, Todorov, Tynjanov, Sklovskij, Polivanov, Tomashevski, Mikhail Bakhtin, Boris Uspênski, entre muitos outros, cuja preocupação residia, independente das pesquisas particulares, na criação de uma *reflexão Semiótica*, entendida por eles como uma espécie de “culturologia”, capaz de abranger o estudo das diferentes manifestações culturais. Vale lembrar da dificuldade de tal empreitada: por um lado, pelas questões teóricas decorrentes; por outro, pela complexidade do campo a ser analisado; e um terceiro e fundamental aspecto que diz respeito ao isolamento do grupo de pesquisadores na URSS, cujo regime comunista, extremamente autoritário, tinha por meta tolher quase que completamente qualquer expressão individual de cultura, ciência ou religião que não estivesse de acordo com a proposta estabelecida pelo Estado. Ainda assim, seus estudos produziram fecundas contribuições para a Semiótica e para muitas outras áreas das Ciências Humanas modernas, a começar pela própria Sociologia, Antropologia e principalmente Comunicação. Outro exemplo desse autoritarismo já tinha sido levado a cabo pela Revolução Bolchevique de 1917, quando dissolveu o Círculo Lingüístico de Moscú, fundado em 1915 e fechado em 1921.

No começo dos anos 60, Boris Schnaiderman (1917-), então professor de lingüística russa na Universidade de São Paulo, desperta o interesse em traduzir esses textos para o português, apresentando-os ao público acadêmico da época. Momento de grave crise política no Brasil, no qual livrarias especializadas em língua e literatura russa foram fechadas, tendo seus exemplares recolhidos para averiguação e, posteriormente, incinerados pelos órgãos de controle de informação, a tradição semiótica russa sofreria um esquecimento gradual até meados dos anos 80, sendo novamente trazida ao debate acadêmico como uma proposta de investigação das relações entre os múltiplos sistemas de signos, sejam eles lingüísticos, artísticos, imagéticos ou urbanos, e que habitam o espaço compreendido pela diversidade cultural.

Preocupado em visualizar esse campo amplo o suficiente para abrigar o estudo do signo e apontar novas direções para a pesquisa semiótica, Lotman (1996) formula a noção de Semiosfera, cujo campo teórico de atuação se voltará, segundo Machado (2003) para a compreensão dos espaços semióticos, dos sistemas de signos, da multiplicidade de códigos e de diferentes linguagens apropriadas pelos sujeitos para (re)significar tais elementos em permanente interação com o meio cultural. Nesse sentido, Lotman se valerá da noção de *dialogismo*, já referida por Bakhtin em vários momentos de sua obra, para compreender a dinâmica desses encontros/desencontros culturais, capazes de (re)formular o campo das forças culturais em movimento em uma determinada sociedade.

Machado (2003) ressalta que a questão geral que norteia a reflexão apresentada pela Semiosfera é justamente a de procurar perceber não só as relações entre *sistemas sígnicos*, mas principalmente a *imprevisibilidade* de tais conexões, que poderiam aproximá-los ou distanciá-los, bem como suas transformações, suas interferências, seus hibridismos, inseridos, sempre, em um dado espaço cultural. Nessa perspectiva, os sistemas sígnicos referidos pela Semiosfera não dizem respeito a uma “estrutura” de regras combinatórias lineares, predefinidas e “fechadas” em determinados códigos ou procedimentos, mas a todo um “complexo” vivo, relacional e permeável, possuidor de uma organização interna que se valerá dos conjuntos de signos, não necessariamente lingüísticos, como meio de expressão e comunicação de uma determinada cultura. Segundo Lotman:

A Semiótica atual está vivendo um processo de revisão de alguns conceitos básicos. E de todos sabido que nas origens da Semiótica existem duas tradições científicas. Uma delas remonta a Peirce e a Morris e parte do conceito de signo como elemento primário de todo o sistema semiótico. A segunda se embasa nas teses de Saussure e da Escola de Praga e toma como fundamento a antinomia entre língua e fala (o texto). Entretanto, apesar de toda a diferença entre esses enfoques, existe algo essencial em comum: toma-se como base o elemento mais simples, com caráter de átomo, e tudo o que segue é considerado a partir do ponto de vista da semelhança com ele. Assim, no primeiro caso se toma como base de análise o signo isolado, e todos os fenômenos semióticos seguintes são considerados como seqüências de signos. O segundo ponto de vista, em particular, se expressa na tendência em considerar o ato comunicacional isolado – o intercâmbio de uma mensagem entre um destinador e um destinatário – como o elemento primário e modelo de todo o ato semiótico (1996, p. 21).

Tal concepção sobre as relações/interações sgnicas remeteria a uma alteração profunda do modo como a própria Semiótica (re)pensa seu campo teórico, idéia que posteriormente seria (re)trabalhada por Eco, em seu ***Tratado geral de Semiótica***, especialmente no tocante à *Teoria dos códigos*, ao estabelecer que uma *expressão* não designa necessariamente um *objeto*, mas sobretudo veicula um certo *conteúdo cultural*. Dessa premissa, a análise semiótica será ampliada pelo autor para uma perspectiva notadamente cultural em que os conjuntos sgnicos devem ser entendidos como estando em permanente interação.

Pensado a partir das regras do cientificismo em voga na época, o “objeto” de estudo da Semiótica, se formava, até então, a partir do mero acréscimo de elementos simples à sua natureza complexa. Distanciando-se dessa proposta, para Lotman não existem signos que “trabalhem” de forma isolada. A possibilidade de separação “entre signos” está condicionada unicamente por uma necessidade heurística<sup>44</sup>, que se utiliza de um determinado discurso para se fazer expressar. Em outras palavras, os signos

só funcionam estando submergidos em um *continuum* semiótico, completamente ocupado por formações semióticas de diversos tipos e que existem em diversos níveis de organização. A esse *continuum*, por analogia ao conceito de Biosfera introduzido por V.I. Vernadski, chamamos de Semiosfera (1996, p. 22).

Entretanto, a noção de Biosfera e de Semiosfera não pode ser tomada como equivalente. Ao estabelecer a biosfera como sendo um espaço completamente ocupado pela “matéria viva”, composta por um conjunto de organismos vivos, Vernadski se baseou no caráter atômico do organismo vivo, tomado em sua forma isolada, cuja soma constitui a Biosfera. Para Lotman (1996), ao contrário, a Semiosfera é o espaço por excelência das *interferências sgnicas*, local de permanentes acordos e desacordos entre sistemas significantes.

---

<sup>44</sup> Originária do verbo grego “achar” a heurística pode ser relacionada, contemporaneamente, à arte da pesquisa, entendida pelo filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952) como sendo a transformação controlada ou direta de uma situação indeterminada em outra, que seja determinada, nas distinções e relações que a constituem, de maneira a converter os elementos da situação originária em uma totalidade unificada (ABBAGNANO, 1982, p. 729-730).

Considerando o universo semiótico como um conjunto de diferentes textos e linguagens da cultura que se inter-relacionam uns com os outros, a noção de Semiosfera englobaria, para Machado (2003), tanto o ato sógnico particular quanto a totalidade do processo semiótico. Tais articulações desenvolveriam diferentes mediações, seja entre as “partes” envolvidas no processo; seja dessas “partes” com o complexo conjunto representado pela Semiosfera. Esse *continuum* de significações, na concepção de Lotman, teria se originado dos encontros e desencontros desse complexo sistema de sistemas de signos inserido em determinados espaços culturais. Esses diferentes elementos constituintes da cultura, na totalidade de suas manifestações ou expressões, interagiriam, harmonizariam ou colidiriam entre si. Desse ponto de vista, Machado (2003) enfatiza que a cultura, enquanto sistema semiótico por excelência, representaria e daria sustentação aos conjuntos de elementos que a constituiriam, transformando-se em um complexo ambiente que possibilitaria a realização, expansão e expressão dos processos comunicacionais representados justamente pelos conjuntos de textos e linguagens que adquiririam, promoveriam, armazenariam, transmitiriam e divulgariam todo um referencial de informações dos elementos que fariam parte dessa referida cultura.

O fato de um conjunto de textos e linguagens reter/guardar/registrar/ conter determinadas informações traria implícita uma concepção de memória, que orientaria tais textos para a recuperação de um certo conjunto de informações individuais ou coletivas; uma espécie de *enciclopédia universal de conhecimento*, nos termos de Eco (1986b). Desse modo, alguns autores<sup>45</sup>, entre os quais o próprio Lotman (1996), falam da noção de cultura como uma espécie de memória coletiva não-hereditária, heterogênea, multifacetada e em constante diálogo com seus diferentes elementos constituintes. Em suas reflexões, inclusive, traz a preocupação de procurar compreender esses encontros culturais que são

---

<sup>45</sup> As discussões aqui levantadas acerca da noção de Semiosfera apresentada por Iuri Lotman (1922–1993) e seus demais desdobramentos teóricos, tais como sistema sógnico, fronteira, espaços culturais e tradução, foram suscitados a partir do contato com o Grupo de Pesquisa para o Estudo da Semiosfera (OKTIABR), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUCSP, notadamente no que diz respeito aos trabalhos de pesquisadores como Irene Machado, Ieda Tucherman, Regiane Oliveira e Reheniglei Rehem, entre outros, cujas reflexões nos proporcionaram o desenvolvimento do artigo e a participação na Sessão de Comunicação 04 – Mecanismos Semióticos em Espaços Culturais, do I Encontro Internacional para o Estudo da Semiosfera – São Paulo, agosto de 2005.

promovidos/proporcionados pelas mais diferentes causas, desde os choques entre culturas/tribos/civilizações; a expansão/colisão de códigos; a complexidade, adensamento ou fracionamento de linguagens, que são apropriadas em detrimento de outras; ou mesmo as ressurgências, as emergências ou o desvanecimento de signos, que adquirem outros significados à medida que são (re)avaliados pelos leitores/sujeitos/receptores.

Da problematização acerca das interações entre sistemas semióticos distintos, sejam eles textos ou línguas, no dizer de Lotman (1998), emerge outra idéia bastante cara aos estudos da Semiosfera: a noção de *fronteira*, que propõe uma relação entre aquilo que está dentro e aquilo que está fora do chamado espaço semiótico. Nessa perspectiva, Machado (2003) esclarece que a Semiosfera elege dois territórios como sendo circundantes, fronteiros ou complementares: um que pode ser representado como *extrasemiótico*, onde não se produziriam os processos de significação, tais como a natureza; e um espaço *heterosemiótico* (LOTMAN, 1996, p. 13), local de convergências/divergências dos diferentes sistemas semióticos em permanente interação, tais como elementos verbais e não-verbais ou a multiplicidade de linguagens utilizadas pela mídia, por exemplo, de caráter altamente simbólico.

A idéia aqui implícita seria a da “troca”, digamos assim, entre tais espaços, o que, por sua vez, permitiria a penetração do externo, chamado, pelo autor, de *extrasemiótico*, no interno, referido como *heterosemiótico*; como também a expressão ou manifestação do interno naquele externo, algo como o processo que relacionaria o indivíduo à sociedade. Não se trata, entretanto, em momento algum, da mera dicotomia entre cultura e barbárie, conforme estudada pelos primeiros sociólogos e antropólogos do início do século XIX. De um outro ponto de vista, cada espaço cultural terminaria por criar seus próprios “bárbaros”, ou seja, todos aqueles que não estariam de acordo ou que não fariam parte de um determinado sistema ou referencial de dominação e que terminariam por “migrar” ou “invadir” o território alheio. Inclusive, esse trânsito entre espaços semiotizados ou a serem semiotizados é visto por Lotman (1996) como extremamente positivo, uma vez que proporciona *mobilidade sígnica* aos variados aspectos constituintes da Semiosfera.

Conforme enfatiza a autora, teríamos, desse modo, o estabelecimento de “passagens” entre espaços compartilhados ou a serem compartilhados que requereriam, como mediador cultural, determinados “filtros”, que funcionariam como “tradutores” entre sujeitos e suas culturas; ou entre os sistemas significantes externos (extrasemióticos) e internos (heterosemióticos), que funcionariam como adaptadores, organizando, interagindo ou construindo tais transformações *entre* ou *em* ambientes semióticos. A metáfora do “filtro” ou película se referiria à capacidade de um “território” ou “fenômeno” cultural ser/estar poroso em relação ao outro, de onde emergiria certa capacidade dessas membranas sýgnicas em permitir um maior ou menor fluxo cultural, mítico, simbólico ou ainda uma maior transparência ou opacidade entre tais espaços semióticos compartilhados.

Na propriedade de “filtragem” já existiria a idéia de adaptação, penetração e exclusão entre elementos que seriam exteriores e interiores aos diferentes espaços semióticos e não-semióticos. Em outros termos, poderíamos falar do *trânsito* entre os diversos artefatos produzidos pelo *Homo culturalis* e a Natureza em sua expressão e forma convencionada como “pura” ou “bruta”. Tais procedimentos de projeção e introjeção não ocorreriam de maneira homogênea, tampouco em um mesmo nível. Apresentariam, isso sim, variações que procederiam da transformação do espaço extrasemiótico em heterosemiótico, em suas distintas concepções de informação, cultura e conhecimento. A semiotização dos diferentes espaços que circundam a Biosfera dependeria, nessa perspectiva, dos mecanismos de “tradução” colocados a serviço dos contatos/contratos entre culturas. A Semiosfera, que poderia ser considerada maior ou menor em função de suas fronteiras internas e externas, se transformaria em um enorme *organismo tradutivo*.

A tradução se encontraria na base da produção de sentido e, portanto, na base da própria noção de cultura. A (trans)migração, a (trans)codificação e a (trans)posição de signo à signo viria, nessa proposta, ao encontro justamente do uso que Eco, em seu ***Tratado geral de semiótica***, faz do termo *código* aproximando-o da noção de *sistema sýgnico*, inserido no interior de uma dada cultura. O código do semáforo, por exemplo, constituiria um sistema de elementos visuais no *plano da expressão* com as unidades “vermelho”, “amarelo” e “verde”.

Esse sistema seria correlato tradutivo de um *plano do conteúdo* que poderia ser pensado como [pare], [prepare-se para parar] e [avance]. A concepção de codificação seria dada por um conjunto de regras que ligariam um sistema ao outro que, como vimos, está para o autor inserido em um universo de cultura.

Nessa perspectiva, da noção de fronteira, conforme requerida pela Semiosfera, emerge a noção de “tradução” entre sistemas semióticos. Aspecto complexo e conflituoso para as mais diversas correntes teóricas que se preocuparam com o estudo da linguagem, a noção de *tradução* será aqui tomada em seu sentido amplo, distanciando-se de uma concepção lingüística de tradução, ainda que muitos dos semioticistas russos tenham refletido acerca da idéia de “conversão” ou da impossibilidade de transformação ou versão de um semema em uma língua para o seu similar, em outra, bem como os limites e problemas decorrentes desse “desencaixe de signos”.

Desse ponto de vista, a tradução, entendida enquanto *relação* entre sistemas semióticos, promove a intermediação entre os diferentes elementos ou aspectos culturais que fazem parte do universo semiosférico, podendo ser pensada como uma base de geração de sentido, uma vez que o mundo a nossa volta, ao ser observado, descrito, analisado ou interpretado, o será a partir da “conversão” de certos elementos desse mundo “externo” ao observador, pertencente, portanto, a um mundo extrasemiótico e “exterior” à Semiosfera, em determinadas linguagens (visuais, verbais, gestuais, orais), codificadas conforme aspectos da cultura que lhe dá sustentação.

Estariamos, então, nos referindo à tradução, conforme ressaltado por Machado (2003), como fator ou argumento que relaciona esse mundo extrasemiótico (os fatos, fenômenos, acontecimentos naturais) a um mundo heterosemiótico e, por conseguinte, cultural, simbólico e altamente codificado, necessário para a organização, regulamentação e desenvolvimento das complexas formas de conhecimento surgidas ou difundidas por tais elementos. Os códigos, e nesse caso, principalmente os culturais, definidos enquanto sistemas semióticos, se constituiriam em “modelos” ou “matrizes” complexas que permeariam, armazenariam e transmitiriam informações e conhecimentos de toda



a ordem, estruturando, regulando e controlando as manifestações da vida social e do comportamento individual ou coletivo.

Certo código, tomado em seu sentido amplo, transformar-se-ia em um modelo de conduta para os indivíduos, as sociedades e as culturas. Segundo tal concepção, os seres humanos não somente se comunicariam através de signos, como também seriam, em certa medida, controlados por eles. Assim sendo, a cultura organizaria a vida social dos homens através dos signos e de seus códigos culturais.

Uma árvore em uma floresta, por exemplo, adquiriria sentido no momento em que a co-relacionássemos à preservação ou poluição do meio ambiente; à árvore da vida de que nos fala o Evangelho de São João; ou à simbologia referendada pelo pinheiro de Natal. Teríamos, então, um “sistema” ou “fenômeno” dito “externo”, organizado segundo as leis da natureza, que seria “traduzido” para outro “sistema”, dito “interno” (cultural, por exemplo, onde o olhar do leitor/sujeito/receptor daria sentido a essa forma natural de vida), que agregaria em si toda uma *tradição* de *traduções* culturais; toda uma *memória enciclopédica*, para usarmos a designação adotada por Eco. A árvore, “retirada” de seu ambiente natural, incorporar-se-ia ao universo das interpretações semióticas, dando origem a outra árvore, que se tornaria “intrusa”, digamos assim, no território das árvores ditas “naturais”, transpondo a fronteira estabelecida entre o dito natural e o convencionalizado como cultural, gerando diferentes sentidos.

Se, por outro lado, refletirmos acerca da apropriação que as palavras, vertidas para as mais diversas línguas, fazem das “coisas” do “mundo externo”, conforme nos coloca Foucault, em seu livro ***As palavras e as coisas***, haveria uma multiplicidade de *elementos tradutores* que relacionariam entre si as diferentes instâncias de que se constituiria a Semiosfera. Teríamos, assim, um “externo”, a princípio “não-semiótico” que se transformaria, ao mesmo tempo em que é transformado, em um “interno” altamente semiotizado pelos mais complexos fatores culturais. A heterogeneidade dos espaços semióticos estabelece o surgimento ou a elaboração de novas formas de cultura e de informação dentro do universo continuamente (re)criado pela Semiosfera.

Desse ponto de vista, quanto maior o número de fronteiras existentes entre tais sistemas de signos, maior a necessidade dessas “transcodificações”, ou, em outros termos, dessas *passagens* entre signos. Outro exemplo também poderia ser pensado a partir da “transformação” de notas musicais (“sistema” matemático estruturado em uma escala lógica), em um “sistema” melódico, cujo espectro sonoro se organiza através de oitavas superiores e inferiores de uma determinada melodia e, por sua vez, a “transformação” desse último em um complexo conjunto de movimentos ritmados de que se compõe a dança. Em ambos os casos, haveria a emergência de diferentes textos heterosemióticos que entram em contato com a multiplicidade de linguagens a serem semiotizadas.

A noção de *tradução*, nesse sentido, estaria relacionada, para a autora, ao universo dos elementos que entrariam em contato com o complexo conjunto sógnico agregado pela Semiosfera, nos quais interagiriam os diferentes elementos da cultura que permitiriam a criação de novas conexões que, por sua vez, se transformariam e se traduziriam em códigos, linguagens e demais sistemas de signos de grande mobilidade. Todo o texto a ser traduzido transformar-se-ia no reservatório das traduções dos textos anteriores, se constituindo, portanto, em um grande intertexto, e possuindo, nessa perspectiva, uma determinada *memória* individual ou coletiva. A cada tradução, um novo encontro cultural heterosemiótico.

Nesses termos, o conceito de traduzibilidade termina por adquirir uma nova dimensão. A estrita diferença entre “sistemas” já não é mais o problema por excelência dos tradutores. Pelo contrário, a presença de tal diferença é necessária para a vida do mundo cultural. Os “resíduos” tradutivos, ou em outras palavras, a incompatibilidade, ou a “similaridade” entre signos, como os que normalmente ocorrem nas traduções lingüísticas, por exemplo, deixariam de ser vistos como uma carga incômoda, cuja gestão criaria problemas aos tradutores. O fato de não ser possível traduzir um texto como um “todo” garantiria a conservação, o remanejamento e a ampliação do universo dos signos e, portanto, da própria vida cultural.

Por tais razões, a idéia de *fronteira* para a Semiosfera recolocaria a discussão acerca da noção de “passagem” entre sistemas semióticos. Se

percebida enquanto *ambiente entre signos*, lugar interseccional, seus limites ou linhas divisórias ora se distenderiam, ora se contrairiam; ora se explicitariam, ora se velariam. Se problematizada como *transposição*, seus elementos/fenômenos constituintes estariam dispostos de forma nem tão fixa a ponto de promover regularidades, nem tão móvel que viesse a perder qualquer possibilidade de visualização; nem tão abrangente que carecesse de definições, nem tão encerrada em si mesma a ponto de não suportar ou sustentar o estudo do signo. Além do mais, essa *passagem sîgnica* entre fronteiras culturais traria, em sua bagagem o *ir além*, o transpor, o atravessar, o ultrapassar, como a flecha que transpassa o corpo de São Sebastião; como o regato que cruza o caminho; como a margem, que separa dois horizontes. Situação Semiótica complexa, tal “abertura”, também proporcionaria o *ir ao longo de*; ou *prolongar-se através de*, como em Carlos Drummond de Andrade, cuja estrada prolonga-se por Itabira.

Plano de referência para uma diversidade compartilhada *entre e pelos* contínuos semióticos, a idéia de fronteira também poderia ser representada por um *mudar-se* ou ser mudado de uma posição ou ocupação moral, social ou cultural para outra; de um estado para outro; de um fenômeno para outro. Local de passagem, de vida e morte, de esquecimento e de lembrança, a noção de fronteira teria adquirido, assim, contornos de chegada; deixaria de ser percurso e transformar-se-ia em reinício; deixaria de ser fim e transformar-se-ia em aproximação, em permanente *diálogo* entre sistemas culturais significantes.

Se pensarmos em termos de sistemas de signos da cultura e suas interfaces com os diferentes *espaços comunicacionais*, as intersecções dialógicas envolvem desde os discursos publicitários, os programas televisivos e de rádio, as expressões artísticas em geral, os espetáculos de teatro ou as diversas linguagens das mídias, podendo ser percebidas tanto em nível intertextual, quanto em nível intratextual. Das formas dialógicas que entram em contato aos espaços comunicacionais compartilhados ou em compartilhamento, temos a emergência, maior ou menor, de *territórios fronteiriços*. Na interpretação bakhtiniana dos fenômenos da cultura, a *noção de fronteira* adquire um caráter extremamente inusitado, uma vez que existe para ser ultrapassada pelos fenômenos da cultura, mesclando-se à totalidade dos fenômenos culturais. Conforme Bakhtin, “o domínio da cultura não tem fronteiras, ele se situa inteiramente sobre as

fronteiras, suas fronteiras passam por tudo, penetrando todos os seus elementos” (2000, p. 127).

Como se percebe, de uma preocupação inicial com o estudo da cultura à proliferação dos diferentes produtos midiáticos, as reflexões suscitadas por uma Semiótica da cultura, conforme proposta por Eco, localizam-se na problematização do *ethos comunicacional*, entendido, cada vez mais, como um *espaço sógnico* complexo em que os sistemas significantes, além de interagirem entre si, passam a compor e a estruturar o espaço social e cultural circundante, essencialmente poroso em sua construção coletiva. Enquanto *corpus* analítico, as discussões teóricas apresentadas pelo grupo formado por Lotman (1922-1993) e seus colegas podem nos indicar que, em todo e qualquer processo comunicacional, midiático ou não, se faz presente o movimento de tais interações, sejam elas mais ou menos visíveis.

Para além do estabelecimento de um novo campo de conhecimento para os fenômenos sociais, os pressupostos apresentados pela Escola de Tártu-Moscou, conforme Machado (2003), transformam-se no *estudo sógnico* da cultura. Em outras palavras, toda uma infinidade de expressões por nós produzidas e colocadas em circulação pelos Meios de Comunicação de Massa são todas, e sem exceção, fenômenos sógnicos que se localizam no *espaço comunicacional densamente povoado de signos* com o qual nos deparamos cotidianamente. Ao procurar contemplar o estudo da cultura, *convencionada* e *codificada* através de signos, a Semiosfera volta-se para *tudo* o que pode ser tomado como um *signo*, idéia homônima defendida por Eco, como vimos, desde seu **Tratado geral de semiótica**. Tal premissa vem a confirmar o aspecto extremamente atual das investigações iniciadas ainda nos anos 50.

Levando em consideração que a linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta, no momento e no lugar da atualização do enunciado, conforme nos coloca Bakhtin (1895-1975) em um processo de interação entre sistemas culturais ocorrem (re)significações que são continuamente renováveis, transformando, muitas vezes de forma radical, toda a sociedade. Na visão de uma Semiótica da cultura, pactuada especialmente com a proposta bakhtiniana de dialogismo, tais (re)significações, que são formadas a

partir das interferências entre sistemas sógnicos, implicam um processo de interação ainda muito maior: um indelével envolvimento entre o *Homo culturalis* e a *Anima mundi*, em que um cria, (re)cria, (pro)cria ao outro.

### 3 PROPOSTAS INTERPRETATIVAS

De todas as mudanças de língua que o viajante deve enfrentar em terras longínquas, nenhuma se compara à que o espera na cidade de Ipásia, porque não se refere às palavras, mas às coisas [...] Só me restava interrogar os filósofos [...] Onde está o sábio? O filósofo estava sentado na grama. Disse: os símbolos formam uma língua, mas não aquela que você imagina conhecer. Compreendi que devia me libertar das imagens que até ali haviam anunciado as coisas que procurava: só então seria capaz de entender a linguagem de Ipásia (ÍTALO CALVINO – ***As cidades invisíveis***).

El diámetro del Aleph sería de dos o tres centímetros, pero el espacio cósmico estaba ahí, sin disminución de tamaño. Cada cosa (la luna del espejo, digamos) era infinitas cosas, porque yo claramente la veía desde todos los puntos del universo. Vi el populoso mar, vi el alba y la tarde, vi las muchedumbres de América, vi una plateada telaraña en el centro de una negra pirámide, vi un laberinto roto (era Londres), vi interminables ojos inmediatos escrutándose en mí como en un espejo, vi todos los espejos del planeta y ninguno me reflejó [...] vi el Aleph, desde todos los puntos, vi en el Aleph la tierra, y en la tierra otra vez el Aleph, y en el Aleph la tierra, vi mi cara y mi vísceras, vi tu cara, y sentí vértigo y lloré, porque mis ojos habían visto ese objeto secreto y conjetural, cuyo nombre usurpan los hombres, pero que ningún hombre ha mirado: El inconcebible universo (JORGE LUIS BORGES – ***El Aleph***).

Inspirado em Fedro que nos dirá, ainda no primeiro século da Era Cristã, que a fábula é uma narração de fatos imaginários, uma ficção ou quiçá uma mentira, porém com profundos preceitos morais expressos através de alegorias, cujas personagens são seres humanos ou a personificação de seres irracionais, inanimados ou abstratos, justifica-se pois a busca daquele que é o *leitor* dessas fantasias e que, paradoxalmente, possui uma *natureza viva* a manifestar-se pelos bosques da ficção que se transformam em bosques da realidade.

Eco nos diz que um “bosque é uma metáfora para um texto narrativo, não só para os textos dos contos de fadas, mas para qualquer texto narrativo” (2001e, p. 12). Segundo ele,

um bosque é um jardim de caminhos que se bifurcam. Mesmo quando não existem num bosque trilhas bem definidas, todos podem traçar sua própria trilha, decidindo ir para a esquerda ou para a direita de determinada árvore e, a cada árvore que encontrar, optando por esta ou aquela direção (2001e, p. 12).

Como se percebe, o texto será esse labirinto de passagens secretas, de momentos de dúvida, de acertos, de erros. Ao mostrar-se ao leitor, se oculta. Ao ocultar-se, revela aquilo que literalmente expressa. Incoerência? Não! Constante jogo de interpretações: o que caracteriza um texto é sua possibilidade de abertura à complementação. O trabalho de preenchimento da incompletude que constitui o tecido textual só pode gerar-se em conjunto com a *cooperação do leitor*. Mas de qual leitor estamos falando? Eco trabalhará essa questão, no transcurso de sua produção teórica, a partir de, basicamente, cinco grandes obras.

**Obra aberta** inaugura o debate, trazendo as experiências estéticas e, principalmente as visões de um espectador frente ao instante mágico e único, proporcionado pela apreciação do Belo. Em **Tratado geral de semiótica**, esse elemento será destituído de sua realidade primeva e ingressará na *dimensão da semiose*, fascinante mas aprisionadora. **Lector in fabula** construirá/recriará esse leitor, traduzindo-o em um modelo de análise abstratamente constituído, fazendo atravessar passagens reais e imaginárias presentificadas pelos diferentes textos, especialmente os literários, de que se compõe a cultura. **Os limites da interpretação** reforçará a idéia de um leitor inserido em um triângulo interpretativo potencialmente infinito: a *intentio auctoris*, a *intentio operis* e a *intentio lectoris*, fazendo-o habitante do interior da obra, espaço em que permaneceria até libertar-se em **Kant e o ornitorrinco**, *humano, demasiadamente humano*, para creditarmos o mote a Nietzsche.

No decorrer de suas obras, raramente Eco se reporta especificamente à categoria de sujeito, salvo apenas nas duas últimas folhas do **Tratado geral de semiótica**, preferindo valer-se da noção de leitor, seja modelo; seja empírico. Sob um ponto de vista interpretativo e não tanto epistemológico na busca da precisão

terminológica, esses dois termos podem ser considerados como similares, se levarmos em consideração que, em termos filosóficos, a noção teve dois significados fundamentais segundo Abbagnano (1982, p. 896): o primeiro diz respeito àquilo de que se fala ou a que se atribuem qualidades ou determinações ou a que qualidades ou determinações lhe são inerentes. Nesse caso, adquire acordes que o levam para uma terminologia discursiva, conforme aparece em Platão (427 a.C.-347 a.C.) e que será retrabalhada por Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) como “aquilo de que se pode dizer qualquer coisa, mas que, por sua vez, não pode ser dito de nada” (ABBAGNANO, 1982, p. 896), uma vez que, do *sujeito enquanto tal*, só se pode pressupor uma categoria de representação.

A segunda apropriação admite a designação de “eu”, ou espírito ou ainda consciência, como princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação ou, pelo menos, como capacidade de iniciativa nesse mundo. Aparecerá, segundo Abbagnano, somente em Kant (1724-1804), conforme veremos, tentando conciliar a tensão desenvolvida entre o subjetivo e o objetivo, através da articulação do aspecto transcendental da razão, na síntese entre a sensibilidade e o intelecto, como reconhecimento da passagem efetuada pelo velho e pelo novo significado do termo. Ambos os significados, entretanto, se mantêm, atualmente, no uso corrente do termo.

Refletir acerca do que o decurso da história das teorias, nas diferentes abordagens levadas a cabo pelas Ciências Humanas e Sociais afirmará e negará do termo convencionado como *sujeito*, não nos interessa neste momento, sob pena de nos perdermos nos bosques da interpretação, podendo, inclusive defrontar-nos com o terrível Minotauro e sermos impelidos a uma busca desesperada pelo fio de Ariadne. Em outras palavras, não estamos interessados no *significado do termo* “sujeito” desenvolvido pela Filosofia, Antropologia, Sociologia ou Psicologia, mas, sim, nos permitimos a sua *apropriação* para refletirmos acerca da tradução/transposição/evolução do *elemento*, para usarmos um termo vago mas permitido pelo léxico, criado por Eco, no desenvolvimento teórico de sua obra. Da *experiência estética* da obra de arte, esse elemento passará para o *interior do texto*, sob a expressão de um leitor-modelo, de onde se transformará, na tentativa de submergir através das categorias kantianas de apreensão do conhecimento, em um sujeito materializado pela força do Juízo.



### 3.1 DO SUJEITO À EXPERIÊNCIA ESTÉTICA...

**Obra aberta**, cuja primeira edição data de 1962, reúne uma coletânea de ensaios a respeito das formas de indeterminação das poéticas contemporâneas, tanto em literatura, quanto em artes plásticas e música. Mágica em seu lançamento, a publicação desse texto marca o momento em que a arte européia assistia à proliferação de obras de arte indeterminadas com relação à forma, *convidando* o intérprete a participar ativamente na *construção final* do objeto artístico. Segundo Ferreira Gullar<sup>46</sup>, Eco procura aplicar essa problemática da *abertura* da obra de arte tanto no que tange a autores como Joyce e Kafka quanto Stravinsky e Matisse, bem como nas séries permutáveis de partitura do músico Henri Pousseur e nos móveis de Alexander Calder.

Ainda nos anos loucos de 1960, considerada uma época de grandes revoluções nas mais inusitadas áreas, da economia e política à cultura, Eco se notabilizou pelos seus estudos acerca da cultura de massa, em especial os ensaios contidos no livro **Apocalípticos e integrados** (1993a), em que defende um *novo olhar*, criticando a postura chamada de *apocalíptica*, ou seja, daqueles que acreditavam que a cultura de massa seria a ruína dos "altos valores" artísticos, identificada notadamente com o teor assumido pela Escola de Frankfurt; em contrapartida à postura adotada pelos *integrados*, identificada, na maioria das vezes, com aquela do teórico Marshall McLuhan, para quem a cultura de massa seria o resultado da integração democrática e inclusive necessária das "massas" na sociedade.

Sendo renovável e sobretudo viva, Eco segue fiel à proposta inicialmente formulada de uma *obra realmente aberta*. A publicação de **Obra aberta** contou com várias outras edições, acrescentadas de novos ensaios por parte do autor. Na primeira edição brasileira, por exemplo, já nos contava que, desde 1958, quando redigiu o primeiro ensaio, nunca mais parou de reescrevê-lo, o que implica que a edição francesa não é como a italiana, a espanhola é diferente da

---

<sup>46</sup> Em seu célebre ensaio intitulado **Vanguarda e subdesenvolvimento**, Ferreira Gullar analisa as repercussões da experiência artística proposta por Umberto Eco em relação à possibilidade de "abertura" interpretativa de uma obra de arte. Nossa (re)leitura de **Obra aberta** recorrerá inúmeras vezes aquele ensaio, apoiando-se no olhar crítico de seu autor.

francesa e, além do mais, todas as várias traduções que estavam em andamento na época diferem entre si. A própria edição brasileira não é exatamente igual à italiana. Inclusive, na introdução à segunda edição, o autor é bastante sugestivo.

Dessa decorrem três conclusões fundamentais: toda obra de arte será aberta porque não comporta apenas uma interpretação; isto quer dizer que a "abertura" não é uma *categoria crítica*, mas um *modelo teórico* para tentar explicar a arte contemporânea; e, finalmente, será aberta porque também pode vir a ser qualquer referencial teórico usado para analisar a arte contemporânea que não revela suas características estéticas, mas apenas um *modo de ser* segundo seus próprios pressupostos. Ou seja, nesse entendimento, não somente a obra estaria "aberta" às mais inusitadas interpretações quanto a própria arte é remetida para seus mais diversificados intérpretes.

Especialmente no capítulo intitulado "A poética da obra aberta", Eco (2001d, p. 37-40) ressalta que a intencionalidade é considerada um pressuposto fundamental e inquestionável dessa *porosidade*. Além de toda obra possibilitar várias interpretações, a obra aberta apresenta-se de várias formas e cada uma delas se submete ao julgamento do público. Na medida em que o autor tem a liberdade de criação de várias obras, deixa ao executante a possibilidade de escolher uma das seqüências apresentadas e definir, no caso de uma produção musical instrumental, por exemplo, a duração dos sons e a maneira como se combinam entre si. A própria *execução da obra*, nessa perspectiva, transforma-se um *ato de criação*. Sendo *criação*, no sentido grego apropriado por Eco, é *beleza*.

Sabe-se, segundo Abbagnano (1982) que existem cinco conceitos fundamentais defendidos pela Estética: o Belo como manifestação do Bem; o Belo como manifestação da Verdade; o Belo como simetria; o Belo como perfeição sensível e o Belo como perfeição expressiva. O Belo como manifestação do Bem é a teoria platônica do Belo. Segundo Platão (427 a.C.-347 a.C.), só à beleza, entre todas as substâncias perfeitas, "coube o privilegio de ser a mais evidente e a mais amável". Por isso, na beleza e no amor que ela suscita, o homem encontra o ponto de partida para a recordação ou a contemplação das substâncias ideais (ABBAGNANO, 1982, p. 101).

A doutrina do Belo enquanto *simetria* foi apresentada pela primeira vez por Aristóteles (384 a.C.-322 a.C). O Belo é constituído, segundo Aristóteles, “pela ordem, pela simetria e por uma grandeza capaz de ser abraçada por um só golpe de vista” (apud ABBAGNANO, 1982, p. 101).

Como no corpo existe uma harmonia de feições bem proporcionadas e unidas a um belo colorido, que se chama beleza, assim para a alma a uniformidade e a coerência das opiniões e dos juízos unida a uma certa firmeza e imutabilidade, que é consequência da virtude ou contém a própria essência, chama-se beleza (ABBAGNANO, 1982, p. 101).

A noção de Belo, para o autor, coincide com a noção de *objeto estético* somente a partir do século XVIII. Antes do descobrimento da noção de *gosto*, o Belo não era mencionado entre os objetos *produzíveis* e, por isso, a noção correspondente caía fora do que os antigos chamavam de Poética, isto é, ciência ou arte da *produção*. Se formos analisar o pensamento filosófico da época, à luz dos paradigmas do nosso tempo, pode-se perceber que os gregos antigos, contemporâneos de Platão e Aristóteles, já acreditavam em uma possibilidade de *construção da beleza*, conceito teórico que, com a evolução dos séculos e das técnicas de produção e reprodução, vem sendo absorvido e remodelado conforme as circunstâncias culturais e sociais de cada momento.

Nesse sentido, a doutrina do Belo como manifestação da *verdade* é própria da idade romântica, “o Belo, dizia Hegel (1770-1831), define-se como a aparição sensível da Idéia” (ABBAGNANO, 1982, p. 101). O que significa dizer que beleza e verdade são a mesma coisa e se distinguem somente porque enquanto na verdade a Idéia tem a sua manifestação objetiva e universal, no Belo ela tem a sua manifestação sensível. A doutrina do Belo como perfeição sensível é aquela com a qual nasce a Estética. “Perfeição sensível” significa, de um lado, “representação sensível perfeita”, e de outro, “prazer que acompanha a atividade sensível” (ABBAGNANO, 1982, p. 101).

Kant (1724-1804) definiu a beleza como “o que agrada universalmente e sem conceitos”, e insistia na independência do prazer do Belo de qualquer interesse, tanto sensível quanto irracional. “Cada um chama de agradável o que lhe satisfaz, Belo o que lhe agrada, Bom o que aprecia ou aprova aquilo a que

confere um valor objetivo” (apud ABBAGNANO, 1982, p. 180). Com a doutrina de Kant, especialmente no tocante ao *juízo avaliativo* do Belo, que será retrabalhado por Eco, especialmente em ***Kant e o ornitorrinco***, conforme veremos, o conceito de Belo foi reconhecido em uma esfera específica, tornou-se uma *classe de valores*, juntamente com o Verdadeiro e o Bem. O que se podia perceber era uma tradição histórica de *representação da beleza*, utilizada por muitos escritores e artistas, desde a Antigüidade clássica, na tentativa de procurar uma *definição de beleza*. É a partir dessa *competência* que Eco trará à tona a idéia de uma *arte da criação*, autoral, portanto, e de uma *obra essencialmente aberta*.

Inclusive, alguns desses elementos que caracterizariam essa possibilidade de “abertura” interpretativa da obra surgiram a partir dos questionamentos proporcionados por Wolfgang Iser, que ainda no final dos anos 50 e durante toda a década de 60, já se preocupava com as correntes de investigação crítica do objeto literário. O interesse do autor girava em torno de uma instância até então pouco explorada teoricamente: o *recebimento da obra*. Juntamente com seu colega, Robert Jauss desenvolvem, em torno de 1967, na Universidade de Constance, na Alemanha, um estudo denominado *Estética da Recepção*. A recepção, nessa perspectiva, não seria constituída tanto por um processo semântico, quanto por um processo de *vivência estética*, surgida a partir do imaginário *projetado* na obra.

No caso do texto literário, segundo Iser (2001, p. 35-36) poder-se-ia afirmar que essa experiência estética seria, paradoxalmente, tão mais vinculada à realidade quanto mais exercitaria sua autonomia em relação a ela; tão mais penetrante e abrangente quanto mais *aberta e especulativa*. O caráter paradoxal se explicaria pelo fato de tornar possível a reflexão acerca da oposição entre o real e o ficcional. Entretanto, para se investigar de que maneira a dicotomia seria transgredida, não bastaria afirmar que a literatura operaria a suspensão de limites entre o real e o ficcional, valendo-se do argumento de que a ficção traria elementos da realidade e de que, na realidade, já estariam presentes elementos ficcionais.

Longe de se configurar apenas em uma relação de oposições, o par real *versus* ficcional incorporaria um terceiro elemento, cuja presença redefiniria, para

o autor, o papel dos outros dois termos. A noção de imaginário possibilitaria essa *abertura interpretativa* que do texto literário seria ampliada e (re)trabalhada por Eco, aplicando-a a outras obras de cunho estético. Nosso interesse, entretanto, limitar-se-á em recuperar algumas dessas noções teóricas trazidas por Iser e (re)pensá-las à luz dos pressupostos de ***Obra aberta***.

Nesses termos, preocupado em estudar o que chama de um *ressurgimento da estética*, Iser, a partir, como vimos, de uma outra base teórica, vai em busca de uma possível arqueologia para referendar sua proposta. Para ele, a estética teve sua primeira exposição sistemática levada a cabo por Baumgarten em meados do século XVIII, momento de grande discussão teórica a partir do qual o debate ingressou em um ostracismo, sendo a estética rebaixada a uma pura aparência ou “equacionada com a vacuidade de um esteticismo auto-indulgente” (apud ECO, 2001d, p. 35).

Entretanto, na opinião do autor, essa depreciação não afetou sua importância enquanto uma filosofia da arte ao longo do tempo, ainda que tenha sofrido severas transformações. Estando em um patamar igual ao da metafísica, por muitas vezes a estética foi incluída nos sistemas filosóficos predominantes, sendo relegada a um segundo plano somente no século vinte, julgada como uma fuga da realidade; algo como uma ilusão enganadora e um hedonismo narcisista que somente agora estaria merecendo atenção crítica. Desse modo, se quisermos compreender seu ressurgimento, devemos nos reportar ao modo pelo qual Baumgarten a definiu ainda em 1735:

a ciência de como as coisas podem ser consideradas [cognise] pelos sentidos, implicando, com isso, que ela tinha um componente tanto cognitivo como emotivo. Isso transcende as linhas divisórias da então preponderante faculdade psicológica, indicando assim que há fenômenos que não devem ser subsumidos sob nenhuma das faculdades humanas nitidamente categorizadas. Terá sido mais do que uma coincidência que a qualidade híbrida do conhecimento sensorial, apelidado de estética, tinha emergido justamente no momento histórico em que o conceito de faculdade psicológica – que dominara de Aristóteles até a era iluminista – estava à beira do declínio? Independente de qualquer resposta que se de a isso, a estética coloca uma questão muito maior: ela é uma interpenetração das faculdades, iluminada pelo “conhecimento sensorial”, ou opera como agente intermediário para o corpo e a mente iluminado por uma relação recíproca que ela põe em movimento? É algo que se possa agarrar ou é uma função? (apud ISER, 2001, p. 35-36).

Esses questionamentos lançaram uma multiplicidade de esforços epistemológicos para tentar definir sua natureza, uma vez que o estético não é uma “entidade” em si mesma, embora muitas vezes tenha sido concebida enquanto tal. A ressalva que Iser (2001, p. 36) nos faz, entretanto, refere-se justamente ao fato de que, por ser tão difícil de apreender o fenômeno estético, isto não significa que sua natureza seja “camaleônica”, aproveitando a cor de suas múltiplas variações. A esse respeito, esclarece que a estética não pode ser confinada a sua conceitualização, mas, sim, deve exibir o seu *modo de funcionamento*. “Isto requer, por sua vez, um contexto, dentro do qual a estética pode tornar-se operativa, portanto fazendo algo emergir” (ISER, 2001, p. 36).

Em busca de algumas conceitualizações, muitas vezes forçadas, que a estética recebeu ao longo da história, Iser (2001, p. 36) salienta que na ***Crítica do juízo***, de Kant, ela sofre seu primeiro grande “entrincheiramento”, no sentido de que é concebida como “juízo estético” em sua relação com o belo, o sublime e o gosto. Embora Kant não tenha extensivamente trabalhado com a obra de arte, nem tampouco Baumgarten, “o que ele expôs como ‘juízo estético’ tem uma abrangência muito maior que aquilo a que chamamos ‘obra poética de gênio’” (ISER, 2001, p. 36). Segundo o autor, para Kant, um “juízo estético”

é único em espécie e não fornece nenhuma absolutamente nenhuma cognição (nem mesmo uma cognição confusa) do objeto; somente um juízo lógico o faz. Um juízo estético, em vez disso, refere-se à representação, pela qual um objeto é referido somente ao sujeito; não nos levar a notar nenhuma característica do objeto, mas somente a forma supositiva no modo como os poderes representacionais estão determinados em seu engajamento com o objeto (2001, p. 36).

Discordando do filósofo alemão, de quem voltaremos a falar mais adiante, conceber a estética nesse primeiro estágio de sua história significou, para Iser (2001, p. 37), baseá-la em um entrelaçamento do sujeito humano com os objetos dados, como o belo e o sublime. Inclusive, o autor defende a idéia de que nenhum desses objetos é estético em si mesmo, uma vez que o estético surge de operações de um juízo subjetivamente fundado, momento em que o jogo da imaginação é disparado por aquilo a que o sujeito é apresentado, resultando em uma “idéia estética” que “abre-se” à interpretação, posicionamento posteriormente

adotado por Eco e apresentado em sua **Obra aberta**. Enfatizando sua posição, Iser nos dirá que:

A “natureza” da estética tal como a concebeu Kant, é inteiramente revelada. O que quer que seja o “entrincheiramento” (no caso de Kant, a identificação do estético com o “juízo estético” do sujeito), ele está sempre limitado pelo contexto, e a relação subsequente desencadeia uma interação, da qual emerge algo que engana a cognição. Assim, não há conceitos que nos permitirão apreender o que foi gerado; em lugar disso, a coisa surge como uma experiência sensória (apud ECO, 2001d, p. 37).

Entretanto, a estética sofreria um segundo “entrincheiramento” talvez mais problemático para Iser (2001) do que propriamente o levado a cabo por Kant. No final do século XVIII, com o enfraquecimento da poética aristotélica, os românticos elevaram a estética ao seu ápice, justamente colocando-a na clausura de uma filosofia da arte. Ao longo de todo o século XIX a estética foi identificada com a obra de arte, a tal ponto que os grandes sistemas filosóficos sentiram a necessidade de um enquadramento sistemático, na tentativa de evitar qualquer problema metodológico. Nesses termos, a estética enquanto disciplina filosófica é fortalecida pela convicção de que a arte é cognoscível.

A estética tornava-se uma disciplina filosófica colocada lado a lado com a metafísica e a ética, e preocupava-se basicamente com a cognição da arte em relação com outras doutrinas dominantes do sistema respectivo. Hegel exemplifica esse novo “entrincheiramento” concebendo a estética como o estudo de como o “Espírito”, no seu caminho rumo a autoconsciência, assume sempre novas armadilhas, enquanto manifestadas por suas interações multifacetadas com as realidades contextuais incorporadas nas obras de arte. Não é mais o “juízo estético” de Kant que marca o “entrincheiramento” hegeliano, mas antes, a obra de arte dá expressão sensória à direção na qual o “Espírito” está destinado a se mover. A estética converte-se, portanto, num estudo da representação, concebendo a arte como um meio para o aparecimento da verdade. A representação, contudo, vincula ainda uma relação de plano duplo, uma vez que se dá presença à verdade por um meio diferente dela mesma, permitindo-nos perceber como emerge a autoconsciência sempre crescente do “Espírito”. Conseqüentemente, o caráter de rede que distingue o estético desde os seus inícios ainda prevalece, e o “entrincheiramento” hegeliano, muito diferente do “juízo estético” de Kant, gera uma concepção daquilo que Kant denominou de “supersensível” (ISER, 2001, p. 37-38).

Iser (2001, p. 39), entretanto, ressalta que, apesar de todos os “entrincheiramentos” a que a estética foi submetida, uma certa configuração do estético deve ser observada: trata-se basicamente de um *movimento de jogo* operando entre os sentidos do sujeito e aquilo que lhe é dado perceber ou

conceber. A posição defendida por Iser procura expressar que o estético não possuiria uma essência própria, mas, sim, estaria relacionada às realidades contextuais que interferem na concepção de belo.

Assim, o estético não pode ser anexado a nenhuma das posições que estão jogando entre si, e isso também é verdade para a estética como uma filosofia da arte, na qual a obra figura como um epítome de complexos movimentos de jogo, epítome que às vezes dá à verdade uma aparência e às vezes prefigura uma apoteose. Em ambas as instâncias, o movimento de jogo engendra um circuito, do qual emerge algo que certamente não deve ser qualificado como estético, embora seja o jogo que o faz acontecer (2001, p. 40).

Como se percebe, após o desenvolvimento das categorias estéticas estabelecidas em Hegel (1770-1831), a obra de arte foi encerrada dentro de um sistema filosófico, local onde permaneceria até (re) ingressar na realidade cotidiana que, em certa medida, segundo Iser (2001), também representa um outro “entrincheiramento”. Tratada enquanto “sistema”, a estética seria mais abrangente do que qualquer outro sistema organizador, ultrapassando a religião, a ciência e a política, ainda mais se pensada sob o ponto de vista de iluminar a condição humana. Entretanto, Iser adverte que a estética declinou no século XX em função do surgimento de uma grande quantidade de *teorias da arte*, cada qual reivindicando, à sua maneira, o *estatuto* do que seria a arte. A reflexão tornar-se-á extremamente complexa, se formos pensar que

o estético está sempre associado a alguma coisa outra que o “si mesmo”. Seja essa outra coisa o sujeito, o belo, o sublime, a verdade ou a obra de arte. Ele faz com que algo aconteça – um juízo, uma idéia, um engajamento da imaginação ou um lampejo da plenitude vindoura, todos sendo resultados do estético, portanto, não mais estéticos no caráter (2001, p. 40).

Assim sendo, as múltiplas possibilidades de produção/circulação/recepção do estético na vida contemporânea acarretou-lhe uma *permeabilidade* nunca sonhada nem em Kant (1724-1804) e muito menos em Hegel (1770-1831). Como o estético se desenvolveria a partir de uma operação cujo objetivo seria o de manifestar o belo, ainda que sob certos “modelos” que orientavam o que até então se convencionara chamar de “belo”, nossa contemporaneidade estaria rompendo, em muitos casos, com as normatizações de conduta dos modelos anteriores. Essa idéia de *liberdade da obra* aproximar-se-ia, novamente, da idéia



de “abertura” proposta por Eco, em ***Obra aberta***, ou, como nos diz Iser, algo “destinado a disparar idéias no sujeito e, como não há nenhuma estrutura de referência que possa pôr entre parêntesis a operação modeladora com o perceptor enquanto guia, a imaginação é posta em movimento (*in play*)” (2001, p. 44). Desse modo:

As idéias evocadas no olho da mente desenvolvem-se como esforços para apreender a transformação, e geram uma multiplicidade de visões, em conseqüência do que a imaginação recria o que foi dado ao sujeito observar. A operação modeladora do estético é assim duplicada na imaginação do sujeito. Neste sentido, uma feição do estético prevalece, o que Kant havia elucidado do seguinte modo: “Pois a imaginação [...] é muito poderosa quando cria, por assim dizer, uma outra natureza a partir do material que a natureza atual lhe fornece. Nós a utilizamos para nos entreter quando a experiência nos atinge como algo inteiramente rotineiro. Poderemos mesmo reestruturar a experiência [...]. Nesse processo sentimos nossa liberdade em relação à lei de associação (que se liga ao uso empírico da imaginação); pois embora seja sob essa lei que a natureza nos fornece material, podemos processar esse material em algo bastante diferente, a saber, em algo que ultrapassa a natureza” (KANT, apud ISER, 2001, p. 44).

Nessa perspectiva, nos seria dada a capacidade de extrapolarmos o *material estético dado*, recriando-o sob um outro aspecto que nos teria sido fornecido pelo processo imaginativo, em um *jogo livre de interpretações*. “Como não há nenhuma referência nem para a operação modeladora nem para a apreensão do plano (*design*), a imaginação do sujeito é chamada para elaborar uma solução” (ISER, 2001, p. 44). Entretanto, o autor faz a ressalva de que a falta de estruturas referenciais *não é*, de modo algum, um retrocesso, uma vez que a operação modeladora esboça múltiplas perspectivas para configurar e (re)configurar o que é dado de antemão. Modelar também é transformar: revela a multiplicidade de trocas, de traduções, de criações presentificadas em qualquer experiência estética, que se utiliza do potencial humano para viver e (re)viver. O autor, por sinal, explica esse processo de apreensão da experiência estética enquanto constituído por um processo de imaginação, da seguinte maneira:

Originando-se basicamente da imaginação, a estética faz uso do potencial humano para estruturar e trabalhar o meio ao qual estamos expostos. É do subsídio da imaginação que vivemos, e o estético é o agenciamento que torna a imaginação operacional. Essa operação é dual por natureza: ela forja o material dado e desafia os sentidos humanos ao induzi-los a configurar o que a modelagem está destinada a comunicar e mesmo atingir. Assim, um circuito é estabelecido. Perceber, conceber, sentir e conhecer (*cognizing*) servem como canais através dos quais a imaginação é dirigida para aquilo que está para ser forjado, e, no

entanto, o próprio forjamento afeta os sentidos, por sua vez, ao fazer com que se interfundam com o propósito de afigurar o alvo do plano. Esse circuito está destinado a intensificar a versatilidade da imaginação, assim como essa última não é um potencial auto-ativável, mas requer um estímulo. Esse circuito desenvolve-se em “estranhos círculos” (*loops*). O que inicialmente guiou o forjamento – a conjunção de sentidos humanos – está sujeito a uma transformação proveniente daquilo a que ele deu início, resultando numa sintonização (*fine-tuning*) de outras operações (2001, p. 45-46).

Enquanto *jogo interpretativo* que operaria entre os sentidos do sujeito e aquilo que lhe é dado perceber ou conceber, o processo estético estaria continuamente *aberto* às complementações de um *sujeito imaginativo*. Nessa organização flexível chamada *experiência*, o estético estaria, atualmente, ultrapassando as restrições que outrora lhe tinham sido impostas, embora ainda mantendo traços do artístico, do belo, do sublime, em (re)criações transformadoras e inovadoras que terminam por se estenderem a muitos outros domínios da atividade humana.

É nesse sentido que, para Eco, toda obra de arte é “aberta”, uma vez que o que ela exprime não se reduz a um conceito lógico, unívoco: ela é o resultado de uma organização especial de elementos expressivos, de tal modo que qualquer mudança na relação desses elementos muda o seu sentido. Essa solidariedade, na obra, de significados e significantes, determina sua irredutibilidade à formulação conceitual. Na obra moderna, essa pluralidade de significados resulta da intenção deliberada do autor que, para atingir seus objetivos, altera a estrutura dos gêneros e das linguagens.

Partindo do pressuposto de que a obra de arte se configura em uma mensagem fundamentalmente ambígua, de onde emerge uma pluralidade de significados que coexistem em um só significante, Eco constata que essa ambigüidade se torna, atualmente, um fim explícito da obra, ou seja, um valor a ser realizado em detrimento de qualquer outro, como ocorre na obra de Joyce, em que essa proposta, na opinião do autor, atinge seus limites extremos.

Tal perspectiva já se encontra postulada em Haroldo de Campos, no capítulo “Da tradução como criação e como crítica”, quando teoriza que toda a *informação estética* traz em si mesmo a impossibilidade de *tradução*. Tal situação, para o mestre concretista, será sempre “recriação, criação paralela recíproca”

(CAMPOS, 2004, p. 35). Para ele, o *Joyce* de Ulisses e Finnegans Wake, ou, entre nós, *As memórias sentimentais de João Miramar* e *O Serafim ponte grande*, de Oswald de Andrade; o *Macunaíma*, de Mário de Andrade; *O grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, postulariam tal ecletismo.

Como se percebe, essa qualidade prevista/requerida pela obra possui diferentes graus de abertura, que se manifestam, segundo Gullar, em seu *Vanguarda e subdesenvolvimento*, em diferentes níveis estruturais. *Un coup de dés*, de Mallarmé, é um exemplo de obra aberta, bem como o soneto de Baudelaire *Correspondences*. Os *Cantos* de Pound são outro exemplo de “abertura”, entretanto, não são da mesma natureza de *Le livre* de Mallarmé, cujas páginas podem se prestar a novos grupamentos regulados no interior dos quais o jogo de folhas móveis permitiria todas as combinações possíveis.

O autor também nos fala das composições musicais de Stockhausen e Berio, nas quais o executante dispõe livremente da estrutura ou do valor das notas. O *Klavierstück XI*, de Stockhausen, propõe, sobre uma mesma folha, uma série de estruturas musicais entre as quais o executante deverá escolher livremente a estrutura inicial, estabelecendo depois a sucessão das outras. Eco defende que a *liberdade de escolhas* age sobre o *encadeamento narrativo* do trecho, realizando uma verdadeira *montagem* de frases musicais. Tais obras se caracterizam justamente por serem inacabadas, nas quais o autor confia ao intérprete a responsabilidade de completá-las/complementá-las ao seu “bel” prazer, como se fossem quebra-cabeças, que contam com a sorte e a boa-vontade dos intérpretes.

Entretanto, o valor de uma obra de arte não pode ser medido pelo maior ou menor grau de abertura que apresenta, uma vez que a tendência à ambigüidade de sentido, à pluralidade de significados, pode conduzir à pura e simples desagregação das estruturas e à incomunicabilidade. Para autenticar a ambigüidade como valor, muitos artistas contemporâneos, ressalta Eco,

têm freqüentemente recorrido ao informal, à desordem, ao acaso, à indeterminação dos resultados, induzindo o receptor a estabelecer uma dialética entre forma e abertura, que determinaria em quais limites uma obra pode, ao mesmo tempo, acentuar sua ambigüidade e depender da intervenção do receptor, sem, no entanto, perder sua qualidade de obra (2001d, p. 56).

Nesse sentido, autor e co-autor terminam por se confundir de tal maneira que já não se pode falar de uma obra de arte, mas de várias "obras"; todas elas inacabadas, premissa que, posteriormente, seria retrabalhada em ***Lector in fabula*** (primeira edição datada de 1979) através da cooperação ativa do leitor. Vale recordar que, apesar de seu possível *caráter indeterminado*, que poderia culminar em um sem-número de configurações formais, ainda assim, segundo a visão de Eco, se poderia falar de "obra", única e individual, na medida em que as várias possibilidades combinatórias estariam de antemão previstas pela estrutura mesma da obra, que se propõe aberta. Posteriormente, essa *qualidade da obra* seria redimensionada, ganhando limites próprios e melhor conceituados, uma vez que muitas foram as controvérsias que cercaram esse posicionamento, repercutindo tanto nos estudos de literatura e estética, quanto nos de comunicação e semiótica.

Na concepção de Gullar, as motivações para a poética da obra aberta de Eco podem ser encontradas nas teorias da relatividade, na física quântica, na fenomenologia, no desconstrucionismo de inspiração derridariana, entre outras. De acordo com Gullar, essas teorias científicas e essas correntes filosóficas contemporâneas promoveriam uma espécie de "descentralização da obra", o que, por um lado, acarretaria a ampliação dos horizontes possivelmente imagináveis para a concepção da realidade, mas, por outro lado, levaria a uma certa perda da autoria em detrimento do receptor, onipotente em seu aspecto de *interpretador absoluto*.

Diante do reconhecimento de que as "poéticas clássicas" (identificadas por Gullar como as poéticas anteriores à poética da abertura proposta por Eco) não são mais capazes de lidar com a pluralidade de sentidos do mundo, nem tampouco com o seu caráter multifacetado, os artistas da "obra aberta" se lançariam na busca de uma linguagem artística capaz de promover no intérprete, e somente nele, justamente esse sentimento de descentralização e pluralidade. Em função disso, Eco decreta que a obra torna-se aberta, mas que se fique claro: *aberta* somente em relação às inferências interpretativas, conforme ressalta Gullar.

Para além desse primeiro sentido da noção de obra aberta, há, porém, conforme Eco, uma outra categoria de obras que também podem ser denominadas "abertas": aquelas que são determinadas quanto à *forma*, mas indeterminadas quanto ao *conteúdo*<sup>47</sup>. Nesse caso, poder-se-ia dizer que a abertura é efeito da combinatória de signos que formam a *estrutura da obra*, que, evocando os mais diversos sentidos, permitem ao intérprete fazer, durante a fruição, as mais diversas conjecturas interpretativas. Essa idéia de fruição, ou, mais precisamente, de *jouissance*, para sermos fiéis a Barthes em seu já célebre **O Prazer do texto** (edição original datada de 1973), em que o texto deixa de ser apenas o texto de vanguarda, experimental e desestabilizador do sujeito, para englobar toda a grande literatura do passado e, portanto, as atualizações por ela sofridas, possibilitam, durante o processo de *apropriação da obra* pelo intérprete, o tão esperado *gozo interpretativo*.

Dito de outro modo, a forma, encerrada em si mesma, seria dotada de uma estrutura que desafiaria constantemente o intérprete a descobrir/construir/prever o seu sentido, mediante inferências a respeito de como a obra teria sido criada e como ela poderia ser interpretada a partir de um determinado contexto. Nessa perspectiva, a reflexão da relação entre a indeterminação de sentidos e a participação ativa na construção dos mesmos por parte do intérprete, ponto fundamental da teoria semiótica de Eco, nas suas obras sobre os *limites da interpretação*, estão, de alguma forma, indicadas em **Obra aberta**.

A proposta de que toda e qualquer obra de arte tem em si a abertura como característica fundamental será continuamente enfatizada por Eco, uma vez que o autor reconhece na linguagem da arte, como traço definidor, a pluralidade de sentidos, em contraposição à linguagem cotidiana. Gullar ressalta, entretanto, que a distinção entre as duas categorias observadas nessa abertura: a primeira estaria presente, desde sempre, na própria base de *definição da arte*; a segunda forma de abertura estaria relacionada com a *intenção da obra* (decorrente da intenção do autor, mas não necessariamente dependente dela), que caracteriza o *movimento* de abertura que define o conceito de *obra aberta*. A partir desse ponto de vista, Gullar descreve o procedimento de "abertura" da obra aberta, para

---

<sup>47</sup> Conforme já referido em nosso segundo capítulo, Eco busca inspiração na teoria proposta por Hjelmslev para embasar suas categorias de *expressão* e *conteúdo*.

sermos propositalmente redundantes, a partir de dois horizontes teóricos distintos: a teoria da informação, aqui já recuperada, a partir de um outro recorte teórico, em nosso segundo capítulo, e a teoria da semiose em si mesma.

Esclarece que a teoria da informação se funda em um conceito tomado de empréstimo da termodinâmica, o conceito de entropia, que exprime a tendência da natureza para uma desordem elementar. Medir a quantidade de informação implica medir a ordem ou a desordem contida em uma mensagem. Para os engenheiros Shannon e, posteriormente, Weaver, a quem Eco recorreu teoricamente para embasar a proposta de uma obra aberta, a quantidade de informação contida em uma mensagem é determinada por seu grau de organização: enquanto a *informação* é a medida de uma *ordem*, a *entropia* é a medida da *desordem* de um determinado sistema. A partir de tais pressupostos, uma *obra aberta*, na leitura de Gullar, seria aquela que aumentaria a *entropia da mensagem*, fazendo com que o receptor da mensagem disponha de inúmeras *possibilidades inferenciais*, a partir de um universo múltiplo de escolhas.

Nesses termos, uma mensagem é um sistema organizado regido por leis fixas de probabilidade, mas no qual se pode introduzir, sob forma de perturbação vinda de fora do sistema (ruídos), uma porcentagem de desordem, que aumentaria o grau de entropia. Para reduzir ao mínimo essa possibilidade de perturbação da mensagem (no caso de mensagem verbal transmitida por telégrafo), seria necessário envolvê-la em uma superabundância de probabilidades bem determinadas, ou seja, disponibilizar para essa mensagem um altíssimo grau de possibilidades de ocorrência adequadas, ou, em outros termos, de redundâncias. (Se a intenção é a de transmitir a mensagem “eu te amo”, Gullar nos diz que os ruídos e interferências poderiam levar o receptor a entender “não te amo”; essa possibilidade seria menor se eu acrescentasse à mensagem uma reiteração: “eu te amo, meu amor”).

Segundo ele, o uso dos pronomes, das partículas, das flexões são outros tantos elementos “redundantes”, ou com um elevado grau de possibilidade de ocorrência, que ajudariam a manter a ordem do sistema e, conseqüentemente, a diminuir-lhe o grau de entropia. Entretanto, ressalta que, para Umberto Eco, em ***Obra aberta***, a *ordem* que regula a inteligibilidade da mensagem determina

igualmente seu *caráter previsível*, ou seja, sua *banalidade*. Assim sendo, a ordenação e a compreensão de uma mensagem estão diretamente ligadas a sua previsibilidade, tal como as mensagens de parabéns ou de condolências que, como nos diz Gullar, nada nos informam de novo. Temos aqui, segundo o autor, a premissa de que a inteligibilidade de uma mensagem, sua significação, está na razão direta da organização de sua ordem e na razão inversa da entropia, ou seja, de sua desordem. Gullar destaca, entretanto, que não se pode afirmar que um aumento de significação implique um aumento de informação. As experiências de Shannon e, posteriormente, de Weaver, segundo ele, demonstraram, ao contrário, não haver equivalência entre significação e informação.

Em função disso, esclarece que, de acordo com a teoria da informação, uma mensagem é mais redundante quanto menores forem os percursos possíveis que levam desde a infinita possibilidade de escolha para formar uma mensagem na fonte até a redução considerável dessas possibilidades inferenciais quando da composição da mensagem. Não nos esqueçamos que toda e qualquer apropriação obedece a determinadas escolhas ou opções efetuadas pelo intérprete. Em contraposição, portanto, a obra aberta conservaria, na sua forma final enquanto mensagem, uma entropia básica que determinaria os possíveis caminhos probabilísticos e, portanto, interpretativos.

Já no que tange à Semiótica, Eco observa que a obra aberta se configura como aquela mensagem que contraria os hábitos interpretativos dos usuários de um dado código, fazendo com que eles se lancem, para fruí-la, em uma descoberta ativa de significados possíveis, respeitando sempre uma dialética constante entre o código compartilhado, a estrutura da obra e a intenção do intérprete. Em um estado potencial, aqui já estão estabelecidas a *intentio auctoris*, a *intentio operis* e a *intentio lectoris*, que posteriormente seriam desenvolvidas em ***Lector in fabula*** e ***Os Limites da interpretação***.

Não sem críticas, ***Obra aberta*** naturalmente gerou inúmeras interpretações e apreciações equivocadas e deturpadas: alguns defensores da Teoria da Literatura viram nesse texto uma defesa do pragmatismo, o que levaria a obra a um patamar de relativismo absoluto, na medida em que, erroneamente, segundo Eco, identificaram, no texto, uma postura de acordo com a qual não há

limites para a interpretação, ou que uma obra pode, em princípio, levar a quaisquer interpretações à sua deriva.

Mais tarde, entretanto, o autor tratou de corrigir o “equivoco”, dedicando-se ao tema da *cooperação interpretativa* e ao dos *limites da interpretação*, durante as décadas de 1980 e 1990. Outros, ainda, destacaram o conceito de obra aberta de seu pano de fundo filosófico-estético, descaracterizando-o completamente e aplicando-o a outras disciplinas alheias e inclusive opostas à reflexão inicial de Eco. Entretanto, é em **Obra aberta** que aparece, pela primeira vez, no bosque interpretativo dos ditos e não-ditos textuais, a questão de um leitor/sujeito/receptor e principalmente *intérprete* associado e relacionado, desde sempre, a uma visão estética de mundo.

A partir da década de 1970, Eco passa a se dedicar quase que exclusivamente aos estudos semióticos, voltando-se mais para uma tradição anglo-saxônica de inspiração peirceana do que propriamente para uma tradição semiológica de matriz saussuriana. Inclusive, **Obra aberta** nutre-se, em muitos momentos, da noção peirceana de uma *semiose ilimitada*<sup>48</sup>. Nessa concepção do sentido, um texto será inteligível se o conjunto dos seus enunciados respeitar o *saber associativo* por ele suscitado.

### 3. 2 ... DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA À SEMIOSE ...

Ao longo desse tempo, atravessando a década de 1980, Eco escreve importantes textos nos quais procura definir os *limites da pesquisa semiótica*, bem como busca fornecer uma nova compreensão da disciplina e, principalmente, do patamar de análise capaz de ser desenvolvido/apreendido por uma análise semiótica, segundo pressupostos buscados em filósofos como Kant (1724-1804) e Peirce (1839-1914). Nesse contexto, já desenvolvido no **Tratado geral de**

---

<sup>48</sup> Entendida enquanto processo contínuo e ininterrupto, a idéia de uma semiose ilimitada, proposta por Peirce, em seus **Collected Papers**, nos sugere que um signo remeterá a outro em uma atividade infinita de (re)interpretações e, conseqüentemente, de (re)significações, da mesma forma que as múltiplas possibilidades de *abertura interpretativa* presentes em uma obra de arte sobretudo estética.



**semiótica** (edição original datada de 1975), o autor sustentará que os códigos e subcódigos que nos servem de base para criar e interpretar as mais diferentes mensagens, desde a literatura, às placas de trânsito, às artes plásticas, devem ser comparadas a uma *estrutura rizomática pluridimensional* que dispõe os diversos sememas, entendidos, nesse caso, como unidades culturais mínimas de produção de sentido, relacionando-se uns com os outros em uma cadeia de pontos, fios e nós que os mantêm irremediavelmente unidos.

Chamado de *Modelo Quillian*<sup>49</sup>, ou simplesmente “modelo Q”, a função desse sistema espectral é a de organizar os sememas segundo uma lógica específica, levando em consideração as conexões estabelecidas entre cada uma das partes envolvidas na organização. A noção de *enciclopédia* concebida por Eco será oriunda dessa concepção. A problemática levantada pela questão do intérprete/leitor/sujeito, recorte teórico que nos interessará especialmente neste momento, reaparecerá completamente transformada, (re)formulada e principalmente *rechaçada* nessa obra. Esse *elemento invasor* constitui o *segundo bosque* interpretativo: o da *negação do sujeito*.

Na parte final do ***Tratado geral de semiótica***, mais precisamente nas duas últimas folhas do último capítulo, intitulado, não por acaso, “O sujeito da semiótica”, de maneira bastante enfática Eco questiona-se acerca do lugar do *sujeito humano* enquanto *ator da prática semiótica*, caracterizada justamente pela *relação pragmática* entre emitente e destinatário. Em seu ponto de vista, uma semiótica da produção sígnica que se constitui em uma forma de crítica social deveria levar em consideração o papel do *sujeito comunicante*, não somente

---

<sup>49</sup> Preocupado em desenvolver um estudo acerca da possibilidade de análise componencial global dos sememas envolvidos em um percurso de leitura, Eco, no ***Tratado geral de semiótica***, se valerá dos estudos metodológicos propostos pelo modelo de memória semântica elaborado por M. Ross Quillian (1968). O modelo Quillian (modelo Q) baseia-se em uma massa de nós interligados por diversos tipos de liames associativos. Para cada significado de lexema deveria existir na memória um nó que prevê como seu “patriarca” o termo a definir, aqui denominado *type*. A definição de um *type* “A” prevê o emprego, como seus interpretantes, de uma série de outros significantes que são incluídos como *tokens* (e que no modelo constituem outros lexemas). A configuração do significado do lexema é dada pela multiplicidade dos seus liames, com vários *tokens*, cada um dos quais, porém, se converte, por sua vez, no *tupe* “B”, patriarca de uma nova configuração que compreende como *tokens* muitos outros lexemas e assim sucessivamente. Como se percebe, esse “modelo Q” prevê a definição de cada signo graças à interconexão com o universo de todos os outros signos em função do interpretante, cada um deles pronto para tornar-se o signo interpretado por todos os demais: o modelo, em sua complexidade, baseia-se em um processo de *semiose ilimitada* (ECO, 2000a, p. 111).

como  *fingimento metodológico*, como ele mesmo afirma, mas enquanto sujeito concreto, “radicado num sistema de condicionamentos históricos, biológicos, psíquicos tal como o estudam, por exemplo, a psicanálise e as demais disciplinas do homem” (2000b, p. 255).

Entretanto, prefere esquivar-se do próprio questionamento suscitado por uma teoria cuja preocupação maior seria a de dedicar-se ao estudo da *natureza* (humana, demasiadamente humana!) dos atos comunicacionais que ocorrem *por* e *através* das produções *sígnicas*. Assume que esse sujeito empírico, fruto de mitoses e meioses sucessivas de um corpo que ama e que, de alguma forma interage com o meio ambiente e com a sociedade que o cerca, em suas mais diferentes formas e níveis, *não será objeto de estudo da Semiótica* por uma simples razão: a diferença existente (ou o limite preciso!) entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito do enunciado*.

O sujeito de um ato de expressão (que não deve ser identificado com o sujeito “gramatical” do enunciado, uma vez que há diferença entre o SUJEITO DA ENUNCIÇÃO e o SUJEITO DO ENUNCIADO) deve ser considerado, como *um dentre os possíveis referentes da mensagem ou texto*. Constitui ele um dos objetos de referência possível por parte da mensagem, e como tal deverá ser estudado pelas disciplinas que se ocupam dos vários objetos físicos e psíquicos *de que* falam as linguagens. Como o sujeito da enunciação, com todas as suas propriedades e atitudes, é *pressuposto* pelo enunciado, ele deve ser “lido” ou interpretado como *um dos elementos do conteúdo vinculado*. Qualquer outra tentativa de introduzir o sujeito da enunciação no discurso semiótico levaria a disciplina a ultrapassar um dos seus limites “naturais” (ECO, 2000b, p. 255-256) (destaques do autor).

Ao propor na sua *teoria dos códigos* e da *produção sígnica*, no início do ***Tratado geral de semiótica***, admite que esse *sujeito, elemento estranho* a uma proposta que quer estudar o *signo* mas não seu *produtor*, representa um *modo de ver o mundo*; somente se pode conhecê-lo através de uma atividade de segmentação do universo textual e de posterior associação dessas unidades expressivas originárias desse processo de fragmentação com as unidades de conteúdo, em um trabalho no curso do qual essas “concreções histórico-sistemáticas” se fazem e se desfazem incessantemente em nível de textualidade. Não nos esqueçamos de uma premissa fundamental para o autor de que *o mundo é um grande texto e o texto é um grande mundo!*

A relação do *texto* com um *contexto extratextual* que, digamos assim, representa justamente a *base* do processo comunicacional, deixa de ser aprofundada sob pena de *extrapolar* o campo teórico em que habita, transferindo a discussão para “fora de si mesmo”, como algo que não lhe pertence e não lhe interessa resolver. Eco admite que

a Semiótica tem um único dever: definir o sujeito da semiose através de categorias exclusivamente semióticas: e *pode* fazê-lo porque o sujeito da semiose se manifesta como o contínuo e continuamente incompleto *sistema de sistemas de significação que se refletem um no outro* (2000b, p. 257).

De qualquer forma, o autor não nega a existência e a importância dos sujeitos empíricos individuais e materiais que, quando comunicam, obedecem aos sistemas de significação e, ao mesmo tempo, os enriquecem, criticam e mudam. Entretanto, estabelece, de maneira enfática, que a Semiótica não tem condições categoriais de analisá-los, tendo de destituí-los, em função disso, de sua *concretude constitutiva*. Esse “protagonista real”, que participa do processo comunicativo, estará inserido dentro do *sistema de significação* específico que é pressuposto pelo aporte teórico em que se enquadraria a Semiótica.

O que se está afirmando é que a semiótica não pode senão definir esses sujeitos no interior de seu quadro categorial, da mesma maneira que, falando dos referentes como conteúdos, não nega a existência das coisas individuais e dos estados reais de mundo, mas atribui suas verificações (e suas análises em termos de propriedades concretas, mutações, verdades e falsidades) a outros tipos de indagações (ECO, 2000b, p. 257).

Desse modo, ao definir a que tipo de *sujeito* se refere, Eco (2000b, p. 182) retoma Charles Sanders Peirce (1839-1914) para estabelecer a diferença entre *semiose* e *semiótica*. A semiose é entendida como um fenômeno, uma ação ou influência que implica a relação entre três sujeitos: o signo, seu objeto ou conteúdo e seu interpretante; por outro lado, a Semiótica trata dos discursos teóricos sobre os fenômenos semióticos. A partir do estabelecimento desses dois parâmetros comparativos,

a Semiótica tem um único dever: definir o sujeito da semiose através de categorias exclusivamente semióticas: e *pode* fazê-lo porque o sujeito da semiose se manifesta como o contínuo e continuamente incompleto *sistema de sistemas de significação que se refletem um no outro* (2000b, p. 257) (grifo do autor).

Como se percebe, o *sujeito da semiose*, conforme colocado por Eco (2000b), está implícito *no texto* e não se manifesta enquanto *concretude* de um *sujeito-empírico* do mundo real. Há de se admitir, todavia, que os sistemas de significação nos quais a semiótica procura explicá-lo implicam a existência de um *código*, convencionado social e culturalmente por esses sujeitos empíricos, através do qual se verifica a significação e o estabelecimento de categorias explicativas. É nesse sentido específico que o modelo semiótico-textual procura representar essa *possibilidade* de estabelecer correlações entre o sujeito empírico e os sistemas de significação semióticos.

Outrossim, Eco (2000b) prefere não explorar a infinidade de possibilidades teóricas que emergem dessa problemática, nem tampouco remeter a pressupostos anteriores de sua própria teoria, quanto prefere esclarecer que o (seu) *sujeito empírico* estará pressuposto enquanto *leitor-modelo*, e se presentificará através das *estruturas* ou *níveis* representados pelo modelo semiótico-textual, perdido, talvez, em um próximo bosque interpretativo. Inclusive, segundo Eco,

a Semiótica *teve* seu sujeito (no duplo sentido de “argumento” e “protagonista”): a SEMIOSE. A semiose é o processo pelo qual os indivíduos empíricos comunicam, e os processos de comunicação são tornados possíveis pelos sistemas de significação. Os sujeitos empíricos, do ponto de vista semiótico, podem apenas ser identificados como manifestações desse duplo (sistemático e processual) aspecto da semiose. *Isto não é um asserto metafísico: é uma assunção metodológica* (2000b, p. 257) (grifos do autor).

Recorrendo novamente a Peirce, para quem o homem somente pensa através de palavras ou outros símbolos externos, Eco questiona-se, a partir daquele teórico, que toda essa *semiose* pode voltar-se para o próprio homem e dizer-lhe: “você não significa nada que não lhe tenhamos ensinado, e isto apenas enquanto dirige algumas palavras como interpretantes de seu pensamento” (2000b, p. 257). Nessa perspectiva, o homem e as palavras se educariam reciprocamente; o acréscimo informacional de um seria recompensado pela vivência de outra, uma vez que “o signo ou a palavra que os homens usam *são* o próprio homem. Porque o fato de cada pensamento ser um signo, em conexão com o fato de a vida ser uma cadeia de pensamentos, prova que o homem é um signo externo” (2000b, p. 257). Apoiando-se nessa prerrogativa, Eco admite que o

homem e seus *signos externos* são idênticos, posição defendida por Peirce, “no mesmo sentido em que são idênticas as palavras *homo* e *man*. Portanto, minha linguagem é a soma global de mim mesmo: porque o homem é puro pensamento, altamente simbólico” (2000b, p. 258).

Ciente de que os sujeitos empíricos são capazes de criticar o assentamento ideológico dos sistemas de significação, em muitos casos verificados na prática social concreta, Eco remete essa *qualidade humana* ao fato de que o *código pode criticar a si mesmo*, em função da natureza contraditória do ele chama de Espaço Semântico Global, noção especialíssima dentro de sua teoria próxima, digamos assim, à rede de códigos e subcódigos de que se compõe a enciclopédia total acumulada ao longo do tempo e continuamente atualizada pelos sujeitos/leitores/receptores em uma dada época e em um dado contexto cultural.

Quando se afirma que não existe metalinguagem incorre-se em equívoco quanto à teoria dos códigos e da produção sígnica: os sujeitos empíricos podem *usar* metalingüisticamente os códigos, exatamente porque *não há metalinguagem: porque tudo, num sistema autocontraditório, é metalinguagem. O sujeito profundo de toda a prática semiósica concreta é seu próprio formato contraditório* (2000b, p. 258) (grifos do autor).

Desse posicionamento emerge a premissa de que somente existe produção sígnica *se e somente se* existem sujeitos empíricos que desenvolvem o trabalho de produzir *expressões físicas* e correlacioná-las a um dado *conteúdo*, e assim sucessivamente em uma cadeia significante potencialmente infinita. Entretanto, Eco justifica-se novamente ao afirmar que a semiótica tem o direito de reconhecer esses sujeitos, e de fato o faz, *se e somente se “eles se manifestarem mediante funções sígnicas, produzindo-as, criticando-as e reestruturando-as”* (2000b, p. 258) (grifos do autor). Com essa estratégia, o autor aceita um possível limite metodológico para a semiótica, fazendo-a “escapar”, por um lado, de um idealismo abstrato, e, por outro, de uma *onipotência* desastrosa em termos de campo de conhecimento. Chama esse liame, muitas vezes imperceptível em uma instância teórica, mas não em uma instância humana, de *umbral semiótico*. Ou seja, a semiótica reconhece a si mesma como

sujeito verificável único do seu discurso a existência social do universo da significação, tal como ela é exibida pela verificabilidade física dos interpretantes que são, e deve-se insistir nesse ponto pela última vez, *expressões materiais*. O que esteja *atrás, antes ou depois* ou *aquém* desse “sujeito”, é por certo uma questão de *enorme* importância. Mas a solução desse problema (pelo menos por ora, e nos termos da teoria aqui delineada) está além do umbral da semiótica (2000b, p. 258) (grifos do autor).

Como resposta a essa afirmação tão contundente do autor, talvez devêssemos colocar esse sujeito [interno] da semiose no *processo comunicativo* que é *externo* a ele. Se temos uma concepção negociável da comunicação, onde não se privilegia um dos pólos em detrimento do outro, também temos a possibilidade dos leitores/sujeitos/receptores interagirem [intra], [inter], [extra] e [trans]textualmente com seu sentido. Nesse momento de sua teoria, o autor não desenvolve uma articulação que se dê para *além* da relação entre leitor e texto e entre texto e contexto, contemplando uma interação entre o *leitor* e o *contexto* em que ocorre a cooperação/comunicação/interpretação.

Enquanto *sujeito* e, ao mesmo tempo, *sujeitado* da linguagem, esse leitor/sujeito/receptor precisa extrapolar a estrutura categorial que lhe foi rigidamente imposta e dar vazão a toda uma concretude social, cultural, política, ideológica que lhe convida, a todo o momento, para um *compartilhar*, verbo que traz implícita uma idéia de doação, relação e, sobretudo, *união*. Aquele que compartilha, compartilha algo *com* alguém! Melhor dito, o faz em companhia *de* alguém. A vida sempre será relacional por ela mesma, lei invisível que a todos orienta. Três anos depois, já em ***Lector in fabula*** (edição original de 1979) e ainda fugindo desse *sujeito desconcertante, intruso, estranho, ingrato*, criará um *constructo teórico* chamado de *leitor-modelo*.

### 3.3 ... DA SEMIOSE AO MODELO ...

Tendo como consequência seu interesse pela estética, Eco começa a orientar seus trabalhos para o tema da *cooperação interpretativa* dos diferentes leitores, requerida pelos textos. *Leitores*, diga-se de passagem, *modelos*. O leitor empírico, que *bizarramente* tenta se intrometer no interior mesmo da teoria

semiótica, estará, por ora, descartado pelo autor. Vindo ao encontro dessa proposta, *Lector in fabula* procura compreender quais são os aspectos mais relevantes que atuam durante a atividade interpretativa dos leitores, observando os mecanismos que engendram sua cooperação, ou seja, o "preenchimento" de sentido que o leitor faz do texto. Ao mesmo tempo, começa a definir os limites interpretativos a serem respeitados e os horizontes de expectativas gerados pelo próprio texto, em confronto com o contexto abstratamente pressuposto em que se insere esse leitor altamente qualificado.

Esse tecido interpretativo e sobretudo intertextual começaria a ser constituído a partir de sua *superfície*, ou manifestação linear mínima, normalmente associada a sua forma lingüística-verbal, conforme já referido, uma vez que um texto representa uma série complexa de *movimentos cooperativos* que devem ser executados pelo leitor. Entretanto, as estratégias textuais desenvolvidas por um leitor-modelo, que coopera para o preenchimento dos interditos textuais somente se tornam possíveis de ocorrerem *se e somente se* estiverem previstas pelo próprio texto. A proposta de um leitor-modelo, enquanto procedimento metodológico de leitura, representa um patamar abstrativo que, somente por ser *ideal*; torna-se *possível*. Caso contrário, como aqui vem se falando, extrapolaria sua própria categoria estrutural desde o princípio.

Tal *estratégia textual*, chamada *leitor-modelo*, parte de um dicionário mínimo de significação, de onde retira postulados iniciais, e se dirige para estruturas interpretativas mais profundas, como as ideológicas. Muitas vezes, entretanto, tais princípios ideológicos já podem ter-lhe sido fornecidas de antemão; isto se souber reconhecê-los, *idealmente* falando. O caminho inverso também é possível: a partir de uma determinada estrutura ideológica, estabelece o plano mínimo de significação que um texto contém.

Esse leitor ideal, durante o trajeto, contará com a atualização contínua de sua enciclopédia, à qual deve recorrer para que se estabeleça o tipo de decisão interpretativa a ser tomada. Como uma cooperação textual se dá de múltiplas maneiras e através de vários códigos, terá realizado um "preenchimento específico" das "formas" e dos "conteúdos" existentes em um texto. Esse simulacro de leitor, altamente capacitado, deve ainda desenvolver uma hipótese

interpretativa que coopere com o esquema metatextual proposto pelo texto para a produção de um determinado sentido.

Nessas circunstâncias, o “conceito” de texto, para Eco, em ***Lector in fabula***, termina por ser entendido como um mecanismo que prescreve as propriedades que devem ser narcotizadas e as propriedades que devem ser magnificadas através da representação [enciclopédica] que estrutura e constitui o próprio modelo, dos termos que o compõem, e do modo de estabelecimento dos níveis de sentido que dele emergem. Todavia, estará *incompleto* em sua *completude*, se não for adequadamente preenchido. E todo o discurso polifônico das multiplicidades das linguagens/textualidades que o compõem somente se realizará através desse leitor especialmente designado/qualificado para tal.

Entretanto, da mesma forma que temos *leitores-modelo* que transcendem o texto, lendo-o à sua maneira, também temos *leitores empíricos* que não se deixam rotular como ingênuos, restritos unicamente às informações que a manifestação linear lhes fornece. Muito além de binarismos e reducionismos desse tipo, a questão que se estabelece, nesse *intervalo designativo* entre leitores, é outra. Até que ponto os *níveis* de cooperação pressupostos para um leitor podem ser adequados à complexidade interpretativa que um texto requer? Ao nosso ver, um texto sempre termina por extrapolar as próprias regras/instruções que sugere e postula.

As categorias de análise textuais, conforme concebidas por Eco, em ***Lector in fabula***, ao estabelecer o modelo semiótico-textual, por sua vez, também não contemplam a totalidade das *tipologias* dos modos de interpretação previstos. Nem poderia ser diferente, pois um texto sempre pode ser mais do que aquilo que se prevê/determina que ele seja. Novamente, vale a pena repetir, que um texto é um jogo mágico ... de seduções, de complementações, de interpretações... Como se percebe, a construção/desconstrução que se faz necessária ocorre em um nível bem mais profundo. Quais são os tipos de complementações às estratégias textuais propostas que a proposta do modelo semiótico-textual aceita? *Quem*, ou o *que* deixou de lado em seu quadro estrutural-interpretativo?



Como nos diz Eco (1984a; 1986b), a manifestação linear representa o plano mínimo de significação que o leitor deve descobrir. Corresponde a um determinado conteúdo atualizável onde o autor se expressa através de um código já existente, que justamente deverá ser decodificado pelo seu leitor. Autor e leitor. Empírico ou modelo? Quem são esses dois “personagens” que não se deixam enquadrar pelo modelo semiótico-textual? Ao que parece, o próprio Eco prefere não responder, colocando a ênfase de sua discussão na questão do aparente “primeiro” nível a ser percebido por um suposto leitor, em detrimento de quem, de fato, interage para a decodificação e produção do texto que deverá ser colocado em relação às circunstâncias de enunciação, consideradas como o “segundo” nível a ser atualizado.

Por sinal, as *circunstâncias de enunciação* dizem respeito a tudo o que é *externo* ao texto. Representam o momento em que o leitor faz suas primeiras inferências interpretativas acerca do texto que está experimentando, “porque dificilmente nos aproximamos de um texto sem fazer previsões ou avançar suposições sobre a natureza do emissor e sobre as circunstâncias em que o texto foi emitido” (ECO, 1984a, p. 109). Esse emissor de que Eco nos fala, em **O conceito de texto**, parece ser o emissor *empírico* de um texto, e não a seu homônimo *modelo*. Se existe algum ponto de contato *intratextual* entre o leitor e esse emissor de que fala o autor, não conseguimos visualizá-lo. Além do mais, as condições de produção do discurso, a época de sua ocorrência e o contexto social em que foi realizado necessariamente são mediados por outros fatores que terminam por ultrapassar uma compreensão que se dê em nível meramente discursivo. A cooperação a ser realizada pelo leitor, nesse caso, parece ocorrer em um plano não compreendido pelo *modelo* de um *modelo de leitor*.

Outras questões emergem dessa reflexão: em que momento esse leitor [se] percebe *modelo* e [se] percebe inserido nos limites fixados pelo próprio texto, entendendo-o enquanto estratégia metatextual? Se esse leitor, de um momento em diante do processo interpretativo se percebe como modelo, como se dá essa passagem? Quais são as qualidades absorvidas do leitor empírico que o transforma em modelo? Se as circunstâncias de enunciação remetem ao mundo da comum experiência do leitor, como Eco nos coloca, em **Lector in fabula**, não parece contraditório que um leitor-modelo, enquanto *instrução textual*, tenha

experiências comuns, e não-textuais, surgidas a partir de uma apreensão pessoal-empírica? Já que estamos em um jogo interpretativo, também podemos propor outras regras de construção/cooperação.

A competência enciclopédica, tão indispensável para a realização de interpretações magníficas, parece ser outra grande incógnita do modelo semiótico-textual. Ao mesmo tempo em que está ligada à capacidade de *mundi-vivência* do leitor, representa uma de suas principais qualidades no que diz respeito às atualizações requeridas pelo texto. As *encenações comuns e intertextuais*, próxima etapa interpretativa que o digam. Constituem-se em *virtualidades de sentido* que permitem ao leitor antecipar/projetar futuros momentos textuais que estão por ocorrer. Dependem diretamente de um maior ou menor número de informações depositadas, justamente, nos *bancos de dados* do leitor. Como é abastecida? Através de experiências vivenciadas pelo leitor, desde sua formação familiar, até seu contexto social e cultural.

Novamente, vale a mesma pergunta: a qual leitor Eco (1984a;1986b) se refere ao propor uma competência enciclopédica como procedimento estratégico textual? Empírico ou modelo? Se a enciclopédia é abastecida pelo contexto particular de cada leitor, determinando diferentes leituras/interpretações textuais, então o leitor que está em questão, ao que parece, é um leitor/sujeito/receptor *social*. Como pode um “sujeito” textual passear *fora do texto*, procedimento interpretativo chamado por Eco (1986b) de *passeios inferenciais* e, ao retornar, trazer consigo *resíduos intertextuais* em sua bagagem? Também não o sabemos. Fato é que uma concepção enciclopédica deve sempre extrapolar o próprio texto a que se refere; caso contrário não poderia representar uma noção abrangente de conhecimento, mas um *nó* simplista e redutor. Temos, pois, *mais de um* leitor; o que nos parece natural... Como há uma enorme variedade de contextos sociais e culturais, há igualmente uma multiplicidade de leituras possíveis surgidas a partir de cada texto, realizadas pelos mais diferentes leitores.

Igual circunstância envolve as *extensões parentetizadas*. Referem-se às circunstâncias já vivenciadas pelo leitor, que lhe são familiares, e por isso mesmo chamadas de *relações de parentesco*. Esse nível interpretativo, pertencente ao plano de conteúdo, é o encarregado de fazer justamente a ponte entre o mundo

de referência do leitor empírico e o mundo de referência do leitor-modelo. Ou seja, entre um mundo que é *externo* ao texto e um mundo que é *interno* ao texto. As extensões parentetizadas, conforme comentávamos anteriormente, ligam-se às estruturas discursivas, aos passeios inferenciais e aos mundos possíveis a serem atualizados pelo leitor. A partir desse nó interpretativo, o leitor percebe que o mundo ficcional que está construindo se apresenta como semelhante, ou não, ao mundo “real” do qual faz parte. Esse tipo de operação interlocutória somente se realiza através do conhecimento enciclopédico que o leitor terá disponibilizado para tanto.

Seguindo a estrutura interna fornecida pelo modelo, desse momento em diante, o “leitor [...] assume transitoriamente uma identidade entre o mundo a que o enunciado se refere e o mundo da própria experiência, tal qual é refletido pelo dicionário de base” (ECO, 1986b, p. 59). Como assim? Então temos novamente dois leitores que ao mesmo tempo são um? Ou talvez o leitor-modelo se refira, na verdade, a uma instância do leitor empírico? De que forma ocorre essa transição? Mais uma vez, existe uma multiplicidade de elementos extralingüísticos que não podem ser determinados pelos códigos e subcódigos que procuram categorizar o funcionamento do processo interpretativo.

Ao avançarmos nas possibilidades de cooperação previstas pelo modelo semiótico-textual nos damos conta de que os passeios inferenciais também remetem a essa mesma *transitoriedade* entre leitores. Nessas “saídas do texto”, como falávamos, qual é o leitor que explora a universo da intertextualidade e da sua própria competência enciclopédica? As contribuições que são trazidas para “dentro do texto” se referem às experiências de vida [extratextuais] de seus leitores. Ou seja, o leitor só pode ativar determinadas encenações comuns ou intertextuais, que lhe serão úteis na previsão de futuros momentos intratextuais, graças às suas vivências enquanto leitor empírico.

Nesses termos, será que é possível se falar em *ideologia* sem falarmos nesse mesmo indivíduo, sem falarmos em *discursividade*? Ou melhor, será possível dissociar do leitor a bagagem ideológica a partir da qual ele lê um determinado texto? Para Eco, em ***Lector in fabula***, deve-se verificar, antes de tudo, até que ponto uma determinada competência ideológica interfere nos

processos de atualização profunda de um texto. De qualquer forma, prefere contornar a questão a fornecer pistas que possam fazê-lo cair em contradição<sup>50</sup>. Entretanto, não descarta que a bagagem ideológica está indissociavelmente ligada ao leitor; até porque uma determinada *escolha ideológica* termina por determinar o *nível* e o *percurso* de leitura a ser realizado.

Em relação às estruturas ideológicas, a situação é muito similar. Ao leitor é requerido um determinado posicionamento acerca dos *juízos de valor* implícitos/explicitos no texto. A pergunta permanece: que leitor é esse que ao entrar em contato com o texto já está mediado pela bagagem ideológica que carrega consigo? Sem sombra de dúvida, são os leitores empíricos que negociam os sentidos ideológicos das mensagens a partir das diferentes textualidades com as quais entram em contato.

Nessa perspectiva, será que é possível falar em recepção, produção de sentido e interpretação sem falar em sujeito empírico? Será que o *caráter negociável* da significação se dá exclusivamente no âmbito textual? Quem é esse *sujeito* por trás do *leitor-modelo*? Será que não podemos aproximá-los? Será que são tão antagônicos assim? Será que são excludentes? Será que não interagem? Quem são, na verdade, esses dois indivíduos? Visivelmente emerge esse “outro” *lector in fabula*, por hora negligenciado pelo modelo semiótico-textual.

### 3.4 ... DO MODELO AO LIMITE ...

Sabe-se que Eco, em ***Os limites da interpretação***, publicado originalmente em 1990, dedicou-se à tarefa crítica, literária, semiótica e sobretudo filosófica de estudar o conceito de interpretação. Partindo de sentido canônico, ou seja, a *intentio auctoris*, a *intentio operis* e a *intentio lectoris*, dá prosseguimento às reflexões iniciadas em ***Lector in fabula*** que, em um dado momento, se complementam, tendo como principal característica sustentar a idéia de que os textos necessitam a todo o momento da cooperação interpretativa de seus

---

<sup>50</sup> Vale ressaltar que Eco se contradiz em muitos momentos ao longo de sua obra; entretanto, não se torna, jamais, contraditório.

leitores. A contribuição do autor, nessa perspectiva, refere-se ao fato de que a abordagem hermenêutica de um texto pode incidir sobre diferentes elementos: a intenção do autor (aquilo que ele quis dizer, ou gostaria de ter dito), a intenção da própria obra (aquilo que o texto diz, ou gostaria de ter dito), e a intenção do leitor (aquilo que ele vê no texto, ou gostaria de ter visto).

Segundo Eco, a *intenção do leitor* não é a única causa da diversidade das interpretações: os kabalistas da Idade Média e da Renascença consideravam que Deus, na Sua infinita glória, tinha ordenado que seus textos fossem indefinidamente interpretáveis. Quase três décadas após ter declarado que a *obra é aberta*, uma vez que *a mensagem (ou o texto) surge como uma forma vazia à qual podem ser atribuídos vários sentidos possíveis* (ECO, 2001a, p. 39), o autor adota como ponto de partida um *limite* para todo o universo interpretativo que se descortinou diante de seus olhos. Em seu conhecido romance ***O nome da rosa***, Eco já confirmava, de certa forma, esse outro posicionamento, explicando que "um narrador não tem que fornecer interpretação da sua obra, ou não valeria a pena escrever romances, uma vez que eles são, por excelência, *máquinas de gerar interpretação*" (1983b, p. 138) (grifo nosso).

O leitor, por seu turno, poderia perfeitamente, por preferência pessoal ou porque está envolvido com os hábitos de uma determinada comunidade cultural, não aceitar uma única interpretação, mas sim, a que melhor lhe aprouvesse. Tal liberdade interpretativa textual, entretanto, não está sempre ao seu lado: poderá ser dada em maior ou menor grau pelo autor em função daquilo que ele imagina para o seu leitor. Será que esta liberdade é ilimitada?<sup>51</sup> Em outras palavras, pode um texto assumir um número infinito de significações, não sendo uma nem mais nem menos verdadeira do que a outra? Nesse ponto, Eco associa-se àquilo a que chamou a *tradição hermética*.

---

<sup>51</sup> Conforme já referido, esse aspecto também pode ser pensado a partir da idéia levantada por Barthes, em ***O óbvio e o obtuso*** (1982b), especialmente no capítulo dedicado à *mensagem lingüística*, em que o reconhecimento das *relações denotativas* faria parte das atribuições de uma *competência de dicionário*, no dizer de Eco (1991c; 1986b), estabelecidas em um modelo de análise chamado de *manifestação linear*, considerado como um primeiro nível interpretativo. Por tais características, do mesmo modo que na fotografia jornalística a mensagem lingüística *conota a imagem*, as infinitas possibilidades interpretativas seriam ancoradas por um *sentido mínimo* desejado/esperado pelo texto.

O hermetismo leva em consideração a idéia de que um determinado enunciado (ou texto) possa remeter-se infinitamente para todos os outros enunciados (ou textos) possíveis, em uma espiral infinita e ininterrupta de interpretações que terminem por “encerrar” seu sentido para todo o sempre em um processo de dispersão absoluta. O conceito peirceano de “semiose ilimitada” vem a esse encontro, uma vez que “a linguagem, num processo de semiose ilimitada, constitui uma rede multidimensional de metonímias, sendo cada uma delas explicada por uma convenção cultural, e não por uma semelhança original” (ECO, 2000a, p. 101) .

Nessa *filigrana teórica*, Eco afirma que o preenchimento dos interditos textuais, que poderia levar a uma variabilidade de interpretações textuais *desconcertante*, viria a ser limitado pela *intentio operis*. É o momento em que as incontáveis possibilidades de apreensão do *universo interpretativo* acabariam sendo restringidas ao âmbito fornecido pelo próprio texto, em uma defesa do *sentido literal* constante da obra, que proíbe determinadas interpretações, sem, todavia, descartar uma em particular e onde as inferências interpretativas, por mais paranóicas que fossem, deveriam se basear no “reconhecimento do primeiro nível de significado da mensagem, o literal” (ECO, 2000a, p. 11). É em função da *manifestação linear* do texto que o leitor colabora no preenchimento de seu significado, conforme já referido. Entretanto, cabe ressaltar que temos novamente aqui colocado a proposição de um *sujeito perdido*<sup>52</sup>, ainda abstratamente vivificado pelo processo textual e principalmente limitado pela *intenção da obra*.

Dando continuidade à empreitada iniciada com ***Os limites da interpretação***, dois anos mais tarde Eco é convidado como conferencista para um ciclo de debates, chamado de ***Conferências Tanner***, cuja finalidade foi a de constituição de um fórum sobre valores humanos, tendo como pano de fundo o crescente interesse da sociedade como um todo, sobre o assunto. ***Interpretação e superinterpretação*** é lançado em 1992, proporcionando aos leitores uma

---

<sup>52</sup> Vale ressaltar que essa discussão já foi levantada pelo Grupo Avançado de Pesquisa em Semiótica (GAPS) sob coordenação da Profª Drª. Eliana Pibernat Antonini (USP/PUCRS), e que, atualmente, encontra-se publicada no artigo produzido pela autora e intitulado: “La sémiologie vue du Brésil: à la recherche du sujet perdu”, publicado na revista ***Sociétés: Revue des Sciences Humaines et Sociales***, n. 83, 2004/1.

viagem ao longo de questões centrais das Ciências Humanas e Sociais, tais como a tensão entre a objetividade e a subjetividade na tarefa interpretativa.

Já na sua primeira apresentação, rebatendo o que fora, a seu ver, uma apreensão parcializada do que ele defendia na sua ***Obra aberta***, algo de muito importante é posto em cena para a análise da relação dialética entre os direitos dos textos e os direitos do leitor: a potencialidade ou virtualidade como uma dimensão constituinte de uma gama de possibilidades, tão amplas quanto são as infinitas variantes singulares do ser humano que, ao se realizarem como *fenômeno concreto*, sofrem uma limitação determinada pela conjugação justamente, da *intentio operis* e *intentio lectoris* que se realizam, entrando em cena no momento em que se inicia a atividade interpretativa.

A "semiótica potencialmente ilimitada" não comporta como premissa que uma mensagem possa significar qualquer coisa. Embora não de forma mecanicista, há uma *determinação*, pois a interpretação de uma obra é algo histórico. Essa é a primeira defesa de Eco, que segue falando da persistência de elementos herméticos no irracionalismo ocidental moderno na qual, em situação de extrema influência, é possível encontrar a crença e a valorização do misterioso como aquilo que existe de mais profundo a ser conhecido, pela simples condição de ser obscuro.

Ainda que não considere a *intentio auctoris* pré-textual como a fonte do significado, Eco não deixa de reconhecer que ali se encontra um indicativo do que está sendo interpretado. Na sua opinião, não seria possível desconhecer que a intencionalidade será cunhada pelo caráter consciente da ação humana e que a dimensão inconsciente, sempre definitivamente presente na sua configuração, permanece inacessível ao seu próprio autor. Contudo, Eco ainda descarta o papel de um autor/sujeito/produzidor empírico, com sua intencionalidade "primeira" e "original", em detrimento de uma *intentio operis*, como forma de alcance do *objetivo do texto*, que não se encontra na relação de um leitor empírico com a obra, mas na *abstrata tipologia de um leitor-modelo* que, gozando de uma autonomia relativa, seja capaz de respeitar os limites da liberdade possível para a leitura de cada obra.

Ao analisar as possibilidades e limites da interpretação, Eco deixa bem claro que é imprescindível a consideração do *outro*, que, em outras palavras, coloca um *sistema dialógico* em jogo, tal qual já previra Bakhtin (1895-1975) a partir da década de 1920, confirmando a *porosidade* que envolve a relação entre uma dimensão objetiva, remetida à obra; e uma dimensão subjetiva, remetida ao olhar do leitor interpretante. Esse outro, por sua vez, irá compor um *sistema triádico* com um novo *outro*, entrando *ad infinitum* no tecido da significação social, idéia já reiterada inúmeras vezes pelo autor.

### 3.5 ... DO LIMITE À RAZÃO ...

Escritos no decorrer de um ano, sob o signo da incerteza e de inúmeras perplexidades, como viria a confessar o próprio Eco, ***Kant e o ornitorrinco*** (primeira edição datada de 1997) reúne os ensaios que se originaram das preocupações que remetem, complementam e dialogam com o ***Tratado geral da semiótica***, publicado quase um quarto de século antes. Renunciando a um tratamento sistemático mais rigoroso, o autor compila explorações a partir do senso comum, de onde emergem discussões teóricas extremamente espirituosas e repletas de "histórias", inusitadas, às quais recorre na tentativa de ajudar o leitor a considerar os temas sob uma (semi)ótica textual e interpretativa.

A questão fundamental que o autor nos coloca é: como os naturalistas poderiam descrever um animal como o ornitorrinco, que ainda não tinham descoberto, já que os conceitos disponíveis à época não eram suficientemente estáveis para interpretá-lo? Em outras palavras, como conhecer um fenômeno desconhecido quando não conseguimos enquadrá-lo em uma classificação disponível ou ainda quando não dispomos de um conceito que o preencha adequadamente? Como dar nome à "coisa" que *não* se desconhece? O próprio Eco, em ***Kant e o ornitorrinco***, nos dá algumas sugestões desse animal, que desafia até mesmo a imaginação humana, prodigiosa em conceber criaturas fantásticas:



O ornitorrinco é um estranho animal, que parece concebido para desafiar qualquer classificação, quer científica, quer popular: tendo em média uns cinquenta centímetros, cerca de dois quilos, o corpo chato coberto por uma pelugem marrom-escura, sem pescoço, e com uma cauda de castor, bico de pato, de cor azulada por cima e rosa ou matizada por baixo, sem pavilhões auditivos, as quatro patas terminam com cinco dedos palmados, mas com garras; fica bastante tempo debaixo d'água (e ali come), para ser considerado um peixe ou um anfíbio, a fêmea põe ovos, mas amamenta os próprios filhotes, mesmo se não vemos nenhuma teta (além disso, não vemos no macho sequer os testículos, que são internos) (1998, p. 55-56).

Fato é que esse *ser* discordante, humano, demasiadamente humano e sobretudo animal, serviu de fonte de inspiração para Eco correlacioná-lo ao pensamento do filósofo de Königsberg, Immanuel Kant (1724-1804), de quem dependem os rumos das ciências cognitivas deste século, e de quem retirará as categorias analíticas como proposta para questionar um dos maiores problemas filosóficos que cercam os *a priori*s interpretativos que permitem ao Homem conhecer, apreender e compreender o mundo exterior, através de narrativas inteligíveis. Longe de ser considerado horrível, esse mamífero, que por mais de um século não conseguiu ser encaixado em qualquer categoria de ordem e espécie, é prodigioso e providencial para pôr à prova a teoria do conhecimento, servindo como exemplo primário para as dificuldades de classificação. Como se percebe, a classificação hipotética do ornitorrinco remeterá Eco (1998) para o problema das *categorias de apreensão do fenômeno*.

A psicologia cognitiva fala com freqüência, segundo Eco (1998, p. 127), da capacidade de pensamento como fundamentada sobre a possibilidade de uma *organização categorial*. A idéia é que o mundo de que temos experiência é composto de uma tal quantidade de objetos e eventos que, se tivéssemos de caracterizá-los todos e nomear cada um deles, seríamos subjugados pela complexidade do ambiente; por isso, o único modo de não nos tornarmos “escravos do particular”, como o autor se refere, reside na nossa *competência em categorizar*, ou seja, em classificar, em discriminar, em (re)agrupar, uma série de objetos e eventos, a partir de certos pressupostos racionais. Tal situação, para o autor, é incontestável.

Antes, para não dizer a todo o custo que os antigos já tinham pensado em tudo, mas se substituimos por “categorização” o termo “conceitualização” percebemos que estamos falando, uma vez mais, do problema de como a linguagem (e com isso o nosso aparato

cognitivo) nos leva a falar e a pensar por *generalia*, ou que reunimos indivíduos em conjuntos. Reagrupar ocorrências múltiplas num único tipo é o modo como funciona a linguagem (acometido, como dizíamos na Idade Média, de *penuria nominum*). Mas uma coisa é dizer que diante de vários indivíduos não conseguimos pensar em todos eles como “gato”, e outra coisa é dizer que conseguimos pensar em todos os gatos como animais (felinos). Como vemos, os dois problemas são diferentes (1998, p. 127-128).

De uma maneira geral, segundo Abbagnano (1982, p. 957) o termo *categoria* remete a uma noção que serve de regra para uma investigação, razão pela qual, na literatura contemporânea, o termo é empregado de modo muito diferente daquele empregado pelos filósofos gregos. Historicamente, o primeiro significado atribuído ao problema das categorias foi *realista*: ou seja, elas foram consideradas, em um primeiro momento, *determinações da realidade*, para, posteriormente, se transformarem em *noções* que serviriam para indagar e refletir acerca da própria realidade. Platão (427 a.C.-347 a.C.) as chamou de “gêneros supremos” e enumerou-os em número de cinco: o ser, o movimento, o repouso, a identidade e a alteridade. A idéia inicialmente apresentada por Platão nos leva a um processo relacional em que tais “gêneros supremos” estão, de alguma maneira, inter-relacionados, como as partes do discurso, as palavras na concepção platônica do termo, que, ao se relacionarem tendo como correspondência à realidade, o discurso se tornaria verdadeiro<sup>53</sup>; caso contrário seria categorizado como falso.

Essa correspondência entre a realidade e o discurso, mediante as determinações categoriais, também é a base da teoria aristotélica. Entretanto, o autor ressalta que Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) parte de um ponto de vista

---

<sup>53</sup> A expressão verdade, bem como o *conteúdo* a que a noção remete, transformaram-se, ao longo dos séculos, adquirindo significados que uma possível arqueologia, neste momento, não seria oportuna. Entretanto, Abbagnano (1982) recorda que o conceito de verdade como *correspondência* é um dos mais antigos e divulgados historicamente. Pressuposto por muitas das escolas pré-socráticas, foi pela primeira vez formulado por Platão, com a definição de discurso verdadeiro ocorrido no *Crátilo*: “Verdadeiro é o discurso que diz as coisas como são; falso é aquele que as diz como não são”. Aristóteles, por sua vez, corrobora com a mesma idéia, ao propor que: “Negar aquilo que é, e afirmar aquilo que não é, é falso; enquanto afirmar o que é, e negar o que não é, é a verdade”. Aristóteles enunciava também os dois teoremas fundamentais desse conceito de verdade: O primeiro é que a verdade está no pensamento ou na linguagem, não no ser e na coisa. O segundo é que a medida da verdade é o ser ou a coisa, não o pensamento ou o discurso: de modo que uma coisa não é branca porque se afirma com verdade que é assim; mas se afirma com verdade que é assim, porque ela é branca (ABBAGNANO, 1982, p. 957). Como se percebe, tanto Platão quanto Aristóteles nos apontam para uma noção de verdade como aquela que se refere a algum fenômeno particularmente existente no mundo “real” da experiência e que, nesse mundo, poderia encontrar o seu antípoda, o falso.

lingüístico, ou seja, “as categorias são os modos em que o ser se *predica* das coisas nas proposições; portanto, os predicados fundamentais das coisas” (ABBAGNANO, 1982, p. 114). Desse modo, Aristóteles enumera dez categorias, exemplificando em primeiro lugar a *substância*, “e os nove predicados que podiam predicar, isto é, que existia algo num certo tempo, num certo lugar, que possuía certas qualidades, que sofria algo, ou que fazia algo a mais” (ECO, 1998, p. 128).

Em outras palavras, uma *substância* do tipo homem ou cavalo era predicada a partir de uma determinada *quantidade* (dois escravos, por exemplo); que possuíam uma certa *qualidade* (força; inclusive, “platão”, enquanto adjetivo grego, se referia àquele homem de ombros largos, espadaúdo); que mantinham uma certa *relação* (o escravo “A” é maior do que o escravo “B”); em algum *lugar* (na praça de Atenas); em um certo *tempo* (à tarde, após as lides rotineiras); que estabeleciam uma certa *posição* (o escravo “A” está sentado); com uma ânfora na mão (a categoria de *ter, possuir, pertencer*); que age na limpeza dos templos (a categoria da *ação*, fundamental tanto para a sociedade grega quanto para a sintaxe do discurso; e finalmente, a categoria de *sofrimento* (o sofrer, o amar, o chorar, o alegrar-se), o que já indicava uma certa preocupação dos clássicos com a categorização do *subjetivo*, vindo ao encontro da reflexão platônica de belo, de sublime e de bom. Por outro lado, Eco enfatiza que:

O que fosse um certo sujeito (um homem, um cão, uma árvore) não era problema para Aristóteles. Percebíamos uma substância e entendíamos qual era sua essência (isto é, Aristóteles pensava que, logo que vissemos a ocorrência de um homem, havíamos de reconduzi-la ao tipo “homem”). No sentido aristotélico, aplicar as categorias não vai muito além de dizer que estamos percebendo um gato, que é branco, que corre no Liceu, etc. Do ponto de vista da psicologia cognitiva contemporânea, tudo isto pertenceria ao pré-categorial, ou colocaria em jogo aquelas que são chamadas de “categorias de base”, como “gato”, mais uma atividade mal definida que consistiria em reconhecer num determinado objeto, propriedades ativas ou passivas (1998, p. 128).

Vale ressaltar que, ainda que não totalmente adequado à necessidade classificatório do homem contemporâneo, esse conceito de categoria pertencente ao ser e do qual o pensamento deveria servir ou predicar-se, tanto para conhecê-lo quanto para expressá-lo através de palavras, durou por muito tempo, e por muito tempo as escolas filosóficas somente discordavam em relação ao número de categorias ou a sua distinção, mas não em relação ao conteúdo por

elas expressado. Séculos se passaram e já na Idade Média as categorias de conhecimento ainda mantinham o seu caráter puramente verbal, definido pelo nominalismo.

Conforme enfatiza Abbagnano (1982, p. 752), sob um outro ponto de vista, mas se baseando nas categorias aristotélicas, Peirce tentará sintetizá-las em 1867, em um artigo intitulado “Sobre uma nova lista de categorias”, estabelecendo três categorias universais de toda a experiência e de todo o pensamento. Tais propriedades corresponderiam aos *três elementos formais da experiência*: (1) qualidade; (2) relação; (3) representação. Algum tempo depois, o termo *relação* foi substituído por *reação* e o termo *representação* recebeu uma denominação ainda mais ampla: a de *mediação*. Entretanto, para fins didático-científicos, essas três categorias foram renomeadas pelo autor como *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*, porque tais denominações eram inteiramente novas e livres de associações inadequadas em relação aos demais termos (PEIRCE, 2003).

Em razão de seu temperamento rigidamente lógico e científico, Peirce passou 30 anos trabalhando na verificação empírica de suas categorias. Vale ressaltar que Peirce tinha de criar um sistema próprio em que afirmasse, justamente, o *pragmatismo* que começava a apregoar. Como vimos, ao nos referirmos a *pragmática do texto* proposta por Eco, o termo surge em um ensaio intitulado ***Como tornar claras as nossas idéias***, datado de 1878 (ABBAGNANO, 1982).

Alguns anos mais tarde, Peirce declarou ter inventado o nome pragmatismo para a teoria de que “uma concepção, isto é, o significado racional de uma palavra ou de outra expressão consiste, exclusivamente, no seu alcance concebível sobre a conduta da vida”. Dessa premissa, havia preferido o nome pragmatismo ao de *praticismo* ou *practicalismo*, porque esses últimos, para quem conhece o sentido que a filosofia kantiana atribui a “prático”, fazem referência ao mundo moral onde não há experimentação, enquanto a doutrina proposta por Peirce é justamente uma doutrina experimentalística (ABBAGNANO, 1982, p. 752-753).

Nesse sentido, referendando o pensamento de Peirce (2003), Santaella (1995) nos diz que a *primariedade* remeteria à consciência imediata, “pura qualidade de ser e sentir”. Por estar intimamente ligada ao instante único em que se manifesta ou em que está sendo percebida, seria impossível quantificá-la e torná-la passível de expressão. A primariedade estaria associada à consciência imediata, não somente à primeiríssima apreensão recebida pelo intelecto, mas também tudo aquilo que envolveu o pensamento, como as sensações geradas para se chegar a ele, as lembranças vagas, os desejos indiscerníveis e os sentimentos gerais.

Para a autora, é muito difícil tanto definir a consciência imediata, quanto capturá-la, uma vez que um *novo* pensamento poderia iniciar um *novo* ciclo, e assim sucessivamente. A consciência, referida na primariedade peirceana, significaria uma *qualidade de sentimento*, ainda não codificada racionalmente, e por isso associada a uma apreensão primeira do fenômeno. Ela simplesmente existiria, tendo como uma de suas bases a categoria aristotélica de *tempo*. Inspirado no sábio grego, Kant (1724-1804) teria, posteriormente, associado essa idéia de temporalidade, que perpassa a tudo e a todos, às proposições de seus *a priori*, por se encontrarem em sua “forma” original, anterior mesmo à classificação e à diferenciação. Entretanto, o fato de essa *experiência* não ser passível de descrição não significa que não exista e que não possamos questioná-la.

Como *apreender* essa *percepção primeva* da vida? Como conciliar o ainda não-racional com as formas posteriormente racionalizadas do fenômeno? Esse instante, ainda indefinido pela *luz da razão*, conteria a essência da primariedade, que daria origem à próxima dimensão reflexiva chamada de *secundidade*, momento em que a consciência começa a *reagir* em relação ao mundo. A partir da idéia de que onde quer que haja um *fenômeno*, há uma *qualidade*, ou seja, sua primariedade, Peirce entende que essa qualidade é apenas uma parte do fenômeno, visto que, para ser “real”, essa qualidade deve estar *manifestada* em alguma materialidade. Não podemos perder de vista a idéia de *experiência* proposta pelo autor. Dito de outro modo, qualquer *sensação* já seria pertencente à propriedade da secundidade, estabelecendo uma relação diádica, de onde se origina sua característica *relacional* básica.

Além de englobar o primeiro e o segundo aspecto de apreensão do fenômeno, a terceiridade trataria da capacidade humana de classificar objetivamente o conhecimento, que, na visão peirceana, se daria *através de signos*, em um processo ininterrupto de *semiose ilimitada*, a partir do qual interpretamos e representamos o mundo em que vivemos. Tal dimensão interpretativa remeteria à *tessitura* de tudo aquilo que foi visto, apreendido e retido, inclusive em termos de memória, cultura e sociedade.

Por outro lado, Kant (1724-1804) nos fala das categorias como os *modos* pelos quais se manifesta a *atividade do intelecto*, que consiste, essencialmente, em “ordenar diversas representações sob uma representação comum” (ABBAGNANO, 1982, p. 115). Ou seja, nessa premissa já estariam presentes os aspectos *objetivos* do julgamento; da capacidade de classificação levada a cabo pelo intelecto.

Elas são, portanto, as formas do juízo, isto é, as formas em que o juízo se explica independentemente do seu conteúdo empírico. Por isso as categorias podem ser extraídas das classes do juízo enumeradas pela lógica formal. Desse modo, diz Kant, “surgem precisamente tantos conceitos puros, do intelecto, que se aplicam, *a priori*, aos objetos da intuição em geral, quantas funções lógicas se tinham em todos os juízos lógicos possíveis no quadro precedente (isto é, na classificação dos juízos); porque as chamadas funções esgotam completamente o intelecto e lhe medem todo o poder” (KANT, apud ABBAGNANO, 1982, p. 115).

Tais aspectos nos interessam, particularmente, uma vez que tanto Peirce (1839-1914) quanto Eco buscarão no filósofo alemão subsídios para (re)pensar o processo de apreensão do conhecimento que ocorre, na visão de ambos os autores, a partir de um dado *fenômeno*. Entretanto, Peirce e Eco divergem de Kant justamente em relação ao *caráter pragmático* de apreensão do conhecimento, uma vez que, para Kant, essa apreensão não se dá apenas pela experiência empírica, mas já estaria presente nas estruturas categoriais objetivas de classificação estabelecidas pela razão. A esse respeito, vale ressaltar que o breve desenvolvimento de nossa reflexão terá como objetivo recuperar a trajetória teórica adotada por Eco no tocante ao *sujeito* que julga e categoriza, classificando um certo fenômeno a partir de uma *ocorrência empírica*, aspecto já proposto pela pragmática peirceana quando ressalta os três *elementos formais da experiência*: primariedade, secundidade e terceiridade.

Dessa problemática emerge uma aproximação imaginária entre Kant, autor das três **Críticas**: a **Crítica da razão pura**, a **Crítica da razão prática** e a **Crítica do juízo**, com o ornitorrinco, partindo das categorias kantianas de "esquema" e de "juízo". Em **A crítica da razão pura**, Kant define o termo Juízo como a *faculdade do intelecto de julgar*, recorrendo à Antropologia que desenvolve um conceito mais geral de Juízo, entendido como a "capacidade intelectual de distinguir se é ou não é o caso de uma regra" (ABBAGNANO, 1982, p. 339). Além do mais, Kant afirmava que o Juízo não podia ser instruído, mas só exercitado e o seu desenvolvimento chama-se de "maturidade" (ABBAGNANO, 1982, p. 339).

Segundo Abbagnano (1982), a doutrina do *Esquematismo*, por outro lado, responderia, no contexto da **Crítica da razão pura**, à necessidade de encontrar um *termo médio* que fizesse a ponte entre um objeto intuído na sua particularidade, por exemplo, o fenômeno de um ornitorrinco, e os *conceitos do entendimento* sem os quais não seria possível pensá-lo. A esse termo médio Kant designou "esquema". Contudo, nem todos os fenômenos dispõem de um "esquema" adequado. A noção de "esquema" em Kant remete a constante busca de um *sistema cognitivo* que possa *classificar por aproximação*, na tentativa de estabelecer *mediações lógicas* entre categorias preestabelecidas baseadas na lógica da probabilidade. Esse é, para Eco, certamente, o caso do ornitorrinco, que, em sua estrutura de base, constitui-se de categorias classificatórias discordantes, como o bico e as patas palmadas com o pêlo e o rabo de castor, ou a idéia de castor com a de um animal ovíparo que, entretanto, amamenta suas crias.

A propósito, pela sua aparição muito remota no desenvolvimento das espécies, insinuo que não seja feito com pedaços de outros animais, mas que os outros animais é que são feitos dos seus pedaços. Para falar rapidamente, Kant não sabia nada sobre o ornitorrinco, paciência, mas o ornitorrinco, para resolver sua própria crise de identidade, deveria saber algo sobre Kant (1998, p. 15).

Lançada a provocação por Eco, Kant responderia, por seu turno, ao constrangimento classificatório do ornitorrinco do seguinte modo: se, por existir, ele deve ser pensado, então a única via possível consiste em procurar, por tentativas, presumir o diverso "sob uma lei que ainda não foi dada", uma lei

apenas enunciada como *hipótese*, ou, nas palavras adotadas por Peirce (1839-1914), uma *abdução*. E a esse procedimento, que apenas aparece com a última das três **Críticas**, a chamada **A crítica do juízo**, na qual Kant estabelece o *juízo refletente*, em oposição aos *juízos determinantes*, ou seja, àqueles que, dispondo *a priori* de um conceito adequado, se limitam a encaminhar o particular e o diverso para o lugar, já dado, onde podem ser pensados sob os preceitos da generalidade e da unidade já conhecidas e confortantes.

Nesse sentido, o *juízo determinante* é aquele propriamente intelectual, diferente do *juízo refletente*, teleológico ou estético, que poderia ser pensado justamente como um *reflexo* valorativo no qual, por *não haver a certeza categorial* (do Belo, por exemplo, que é convencionado), promoverá a capacidade cognoscente do intelecto. Essa qualidade/capacidade/competência de julgamento estético, na qual um intérprete saberia como *avaliar adequadamente a obra de arte*, possibilitando múltiplas interpretações suscitadas a partir da sua *experiência de Belo* somente seria possível por *aproximação*, com base naquilo que já teria sido estabelecido pela *categoria* designada por “belo”. A dificuldade classificatória dessa *experiência* reside justamente no fato de não ser possível um “enquadramento” do “belo” por nenhum *a priori*, definido enquanto “norma” ou “regra de conduta”, o que lhe daria seu caráter de objetividade específica.

Definindo o juízo, de uma maneira geral, como “a faculdade de pensar o particular como contido no geral”, conforme nos coloca Abbagnano (1982, p. 564), para ele Kant julga que no juízo determinante é dado o geral (a regra, o princípio, a lei), e se trata de subordinar a ele o particular (o múltiplice sensível); enquanto que no juízo refletente, é dado o particular (as coisas naturais) e se trata de encontrar o geral do qual ele é subordinado, isto é, o processo avaliativo a partir do qual as coisas são reconduzíveis, mediante um conceito (juízo teleológico) ou através de um reconhecimento imediato, sem um conceito predefinido, chamado, justamente de juízo estético. Essas distinções pertencem, para o autor, efetivamente ao plano de divisão dos juízos, isto é, das atividades de avaliação; enquanto as demais distinções que Kant faz como aquelas entre juízos analíticos e sintéticos, apresentadas em **A crítica da razão pura**, pertencem ao plano das *proposições*.



Desse modo, Abbagnano (1982) ressalta que a relutância do pensamento contemporâneo em estabelecer rígidas distinções entre as atividades humanas, impede também que se estabeleçam claras distinções entre as diversas *atividades avaliativas*. Para o autor, fala-se certamente de um juízo estético que é diferente de um juízo intelectual, que é diferente de um juízo moral, respectivamente, mas também se fala de um juízo econômico, jurídico, entre outros, sem que se perceba as conotações presentes nas diferentes faculdades do juízo, conforme apresentadas por Kant. Em geral, pode-se dizer que uma atividade avaliativa assume o nome do campo específico a que se refere; entretanto, podem existir juízos que recusam ser denominados/classificados/discriminados em certas categorias (ABBAGNANO, 1982, p. 564).

A esse respeito, Eco estabelece duas conclusões satisfatórias: primeiramente, os *juízos refletentes* complementam, ainda que tardiamente, o *Esquematismo Transcendental*<sup>54</sup> kantiano. Ou seja, na tentativa de obter um *conceito empírico* como o do ornitorrinco, é necessário *inferir* (hipoteticamente, para sermos propositalmente redundantes) um esquema. Esse *esquema* será uma *construção abstrata*, pois se constituirá de raciocínios lógicos que desenvolverão, como consequência, um determinado conhecimento, como aquele provocado pelas categorias classificatórias do ornitorrinco.

---

<sup>54</sup> Segundo Abbagnano, em *A crítica da razão pura*, no primeiro capítulo, Kant (1724-1804) entende por Esquematismo o *elemento intermediário* presentificado entre as categorias ou esquemas do intelecto, entendido como o modo pelo qual podemos apreender e produzir conhecimento; e o *dado sensível*. Para Kant, no momento em que o dado sensível é percebido, isto só se dá porque aconteceu um encaixe entre a *imagem sensorial* e os conceitos retidos no intelecto. Quando ocorre essa “correspondência”, se forma o conhecimento. A função desse intermediário seria a de eliminar a heterogeneidade dos dois elementos da síntese, sendo *geral* enquanto categoria e *temporal* enquanto *conteúdo da experiência*. Em outras palavras, *geral* seria uma *qualidade do intelecto* de classificar previamente, ou seja, antes mesmo de qualquer manifestação; os aspectos temporais remetem à questão de que só é possível a experiência sensível regulada por uma temporalidade, inserida em um dado espaço. Nesse sentido, o Esquematismo, e mais precisamente o *Esquematismo Transcendental* proposto por Kant, “é a representação de um procedimento geral pelo qual a imaginação oferece a um conceito uma imagem”. Kant distingue vários tipos de Esquematismo, colocando entre eles as categorias de *quantidade*, *qualidade*, *coisialidade*. Nessa perspectiva, os Esquematismos são determinações de tempo, de temporalidade, e constituem, por isso, fenômenos ou conceitos sensíveis de objetos, de acordo com uma categoria determinada (ABBAGNANO, 1982, p. 339). Mais de uma centena de anos após o estabelecimento desses pressupostos, Charles Sanders Peirce (1839-1914) irá se apropriar de alguns desses elementos para construir a sua teoria do conhecimento, baseada no raciocínio lógico hipotético, mais conhecida por *abdução*, na qual se notabilizaram as categorias de primariedade, secundidade e terciridade, bastante conhecidas na obra peirceana.

Entretanto, tanto o *ornitorrinco* (bico de pato, mas não é ave; amamenta os filhotes, mas põe ovos), quanto o *sujeito* que observou o *fenômeno* ornitorrinco são igualmente *empíricos*; relacionados entre si, isto sim, por um raciocínio hipotético, uma vez que o observador humano não possuiria, *a priori*, uma categoria prévia ou juízo determinante, então se valeria dessa estrutura cognoscente hipotética para classificar. Vale recordar que o “esquema”, como vimos, representa uma *ponte de ligação* que estabelece a correspondência inequívoca, para Kant, entre o “conceito” e a “coisa”, uma vez que o pressuposto racional constitui a realidade objetiva.

Para o filósofo alemão, a realidade racional é determinante, o que o leva a distanciar-se tanto do empirismo inglês quanto do cartesianismo francês, posicionamentos ainda em voga na sua época. Se, por um lado, Kant rechaça o empirismo inglês, pois, segundo sua visão, não se adquire conhecimento *somente* a partir da experiência humana; também não lhe serve o cartesianismo francês, pois lhe seria inadmissível que o conhecimento estivesse programado, colocado de antemão, em termos de idéias inatas, no interior da razão humana.

Nesse sentido, como nos coloca Abbagnano (1982), Kant propõe uma terceira via, digamos assim, quando desenvolve a *fundamentação* do conhecimento na síntese entre percepção sensível e estrutura conceitual, da qual Eco se apropriará e transformará, na tentativa de classificar tanto o ornitorrinco quanto o rinoceronte, associando o processo categorial do conhecimento a uma idéia de enciclopédia notadamente de cunho histórico, social, biológico, cultural e dependente de um *acordo* ou consenso estabelecido por uma determinada comunidade, em um determinado eixo tempo-espacial.

O autor se vale do conceito kantiano dando-lhe uma nova variável, não pensada por Kant em sua época, tanto em relação à classificação enciclopédica quanto em relação a uma possibilidade interpretativa dos juízos refletentes ou estéticos aplicados no mundo, como forma de valorar a cultura e a arte. Dito de outro modo, o acréscimo proporcionado por Eco foi o de ter relativizado o conceito objetivo da razão, colocando-o inserido em uma determinada cultura. Kant, ao contrário, estaria completamente afastado do “real” empírico, pairando em uma dimensão que ele mesmo chamara de “supra-sensível”, ou seja, muito acima do

sensível humano. Desse modo, o conhecimento não prescindiria do empírico, entretanto seu fundamento último é determinado pela racionalidade.

Inclusive, reiterando essa idéia classificatória de conhecimento, presente no limiar de dois universos, um conhecido e o outro desconhecido, espirituosamente, Eco nos traz as aventuras do viajante veneziano Marco Pólo (1254-1323), que parte, em missão diplomática, a convite do grande Kublai Khan, para conhecer o Oriente. Da Ásia à Mongólia, visitou a China, a Birmânia e a Conchinchina. Cruzando o oceano Índico, chega à Pérsia, antes de retornar à Veneza em 1295 e narrar ao mundo a glória dos territórios conquistados pelo Imperador dos Tártaros. E em um dia qualquer, muito ensolarado, Marco Polo se defronta, na ilha de Java, com animais nunca vistos (e atualmente classificados como rinocerontes). Como proceder?

Cronista honesto, realiza um esforço para identificá-los (e principalmente nomeá-los), consultando seu estoque anterior de conhecimento: lançando mão de características de animais que já conhece e a partir das descrições disponíveis em sua cultura, tenta estabelecer relações e, por aproximação, *classifica* o novo a partir de *referências* já existentes. Se de imediato identifica-os com unicórnios, animais mitológicos possuidores de corpo similar, quatro patas, um chifre acima do nariz e passíveis de existência pelo menos em algum *Mundo Possível*<sup>55</sup>, rapidamente verifica que a classificação feita *a priori* não está plenamente adequada, uma vez que, nessa comparação, constata a existência de diferenças estabelecidas pelo modelo anterior. O estranhamento de Marco Polo é justificável: os animais que se lhe apresentam agora

não são brancos e ágeis, mas têm pêlo de búfalos e pés de elefantes, o chifre é negro e desgracioso, a língua espinhosa, a cabeça semelhante àquela de um javali: uma besta muito feia de se ver. Não é, como se diz por aqui, que ela se deixe pegar como uma donzela, mas acontece ao contrário (ECO, 1998, p. 55).

Tais características não condizem exatamente àquelas do unicórnio presentes em sua *enciclopédia*, motivo pelo qual precisa prosseguir na sua

<sup>55</sup> Sobre a noção de *Mundo Possível* em Eco, já nos referimos anteriormente. De qualquer forma, a teoria por ele proposta estará presente em *Tratado geral de semiótica* (2000b), *Lector in fabula* (1986b), *O signo de três* (1991a), *Semiótica e filosofia da linguagem* (1991c), *Os limites da interpretação* (2000a) e também em *Kant e o ornitorrinco* (1998).

tentativa de classificação. Nesse momento, deve tomar uma decisão: ou segmenta novamente o conteúdo sugerindo um novo animal, ou modifica a intenção dos unicórnios, alterando sua descrição anterior para acomodar os novos animais. Por *intenção*, Eco (1986b) entende o conjunto de características constituintes de um determinado conceito, em oposição à extensão, que responde pela totalidade dos objetos aos quais corresponde um conceito, sendo que objeto é tudo aquilo que pode ser percebido ou concebido. Ou, em outras palavras, um *objeto* pode ter muitas funções semióticas, como a de *evocar o próprio contexto*, como acontece na arte dos mímicos:

pode remeter a uma classe de objetos de que é membro, a outros membros daquela classe, pode representar um comando, um pedido, um conselho de algum modo ligado àquela classe de objetos. Posso indicar um maço de cigarros para expressar o conceito de cigarro, de fumaça, de mercadoria, para ordenar que alguém vá comprar cigarros, para oferecer um cigarro, para sugerir qual foi a causa da morte de alguém. As ostensões são signos fracos que geralmente têm de ser reforçados por outras expressões com função meta-semiótica (ECO, 1991c, p. 56).

Nessa perspectiva, o processo de conhecimento se realiza fundamentalmente através de *analogia*, ou seja, atividade lógico-cognitiva na qual procuramos reconhecer no desconhecido o que de uma forma ou de outra já conhecemos anteriormente. Diante de um fenômeno desconhecido, "reagimos por aproximação, procuramos aquele recorte de conteúdo, já presente na nossa enciclopédia, que bem ou mal parece prestar contas do novo fato" (ECO, 1998, p.55). Em outras palavras, a produção de conhecimento a partir do desconhecido emerge da *experiência vivida* do leitor/sujeito/receptor, tentando classificá-lo e nomeá-lo, portanto, através de um determinado discurso já previsto e conhecido de antemão.

Se Marco Polo optasse por modificar a intenção dos unicórnios para poder expressar os animais que agora conhecia, acrescentaria características ao *conceito original*. Esse acréscimo resultaria, entretanto, na perda da *especificidade dos unicórnios*. Dito de outro modo, se tentarmos modificar a *intenção do objeto* (conjunto de características constituintes de um determinado conceito) ou a intenção dos fenômenos anteriormente classificados, tais como aqueles que nos informam, através de uma *competência de dicionário*, que as aves põem ovos, não têm pêlos e tampouco amamentam seus filhotes, como

ocorre com o ornitorrinco, podemos incorrer no erro da descaracterização das classes ou na produção de amálgamas indiferenciados, como ocorre muitas vezes na acomodação de novos conceitos em classificações rigidamente hierárquicas. Seja como for, o processo de organização persegue invariavelmente "modelos orientadores"<sup>56</sup> que permitam comunicar e compartilhar nossas idéias com uma dada comunidade, abastecendo e dando continuidade à aquisição de conhecimentos proporcionada pela enciclopédia.

Como se percebe, o problema do conhecimento, colocado tanto pelo desconhecido rinoceronte, quanto pelo estranho ornitorrinco, remete a uma questão eminentemente filosófica e epistemológica, já que estamos tratando do esforço propriamente interpretativo suscitado por um *acontecimento do mundo empírico*<sup>57</sup>. Ou seja, a partir da sua percepção empírica<sup>58</sup> de conhecimento, o veneziano verificou que as informações presentes na sua *enciclopédia* não lhe permitiam compreender adequadamente a descrição dos novos animais, até porque as características do unicórnio ali acumuladas não eram suficientemente completas.

---

<sup>56</sup> Abbagnano (1982, p. 649) ressalta que os modelos orientadores da capacidade cognitiva em Kant não são feitos de consenso; muito menos de um acordo estabelecido por uma comunidade, como também não são legitimados por tal acordo, mas, sim, unicamente, pela *capacidade objetiva da razão*. Ou seja, o fundamento do conhecimento é dado pela própria função categorial que articula, *objetivamente*, as categorias do entendimento.

<sup>57</sup> A esse respeito, Abbagnano (1982) enfatiza a diferença entre o fenomênico, aquele acontecimento do mundo empírico, de noumênico. Esse termo foi introduzido por Kant para indicar o objeto do conhecimento intelectual puro, que é a *coisa em si*. "Na Dissertação de 1770 Kant diz: o objeto da sensibilidade é o sensível; o que nada contém que *não possa* ser conhecido pela inteligência, é o inteligível. O primeiro era chamado pelas escolas dos antigos de fenômeno; o segundo, de nômemo" (ABBAGNANO, 1982, p. 687).

<sup>58</sup> Sobre essa questão, crucial para o entendimento de como um determinado sujeito *observa*, se *apropria*, *constrói*, *mantém*, *transforma*, e *deforma* certos significados no desenvolvimento de um processo interpretativo, e, portanto, de produção de sentido, voltaremos a falar mais adiante. Entretanto, Abbagnano (1982) esclarece que a percepção empírica em Kant se dá a partir do objeto fenomênico, ou seja, aquele que está dado *no mundo* e que, então, é classificado pela experiência sensível e sintetizada pela articulação previamente classificatória da própria razão. De qualquer forma, a *percepção empírica* ou *empirismo*, como ficou conhecida a diretriz filosófica que faz apelo à *experiência* como critério ou norma da verdade, se caracteriza por dois traços recorrentes: em primeiro lugar, o empirismo nega o caráter absoluto da verdade, ou, pelo menos, da verdade que é acessível ao homem; em segundo lugar, reconhece que toda a verdade pode e deve ser posta à prova, e, por conseguinte, eventualmente questionada, modificada, corrigida ou abandonada. "O empirismo, portanto, não se opõe à razão, ou não a nega, senão nos limites em que a própria razão pretende estabelecer verdades necessárias, isto é, tais que valham absolutamente de forma que seja inútil ou contraditório submetê-las a um controle" (ABBAGNANO, 1982, p. 308).

Na tentativa de corrigir a descrição inicial dos unicórnios, Marco Polo "modifica a intenção, deixando a extensão sem juízo" (ECO, 1998, p. 55), ou seja, altera a definição original, incluindo nela novas características, que termina por descaracterizar a classe que permitiria acomodá-los. A modificação da *intenção* do termo unicórnio pelo acréscimo (ou eliminação) de certas propriedades, interfere na *extensão* do termo, que remete, como vimos, à totalidade dos objetos aos quais corresponde um conceito, do que resulta que nem os unicórnios, nem os novos animais, podem pertencer, de direito, à nova classe resultante, pois os traços comuns não são específicos nem de um e nem de outro, não servindo mais para descrevê-los em um mesmo conjunto coerente e harmônico. A única alternativa que lhe resta é a de proceder a uma nova segmentação do conteúdo: a partir da observação dos novos animais, Marco Polo pode acrescentar um novo animal ao universo dos seres vivos.

Nesses termos, Eco apresenta, em ***Kant e o ornitorrinco*** (1998, p. 56), que os problemas relacionados ao processo cognitivo de aquisição de conhecimento derivam, por raciocínio hipotético, do *conhecimento de fatos externos e de conhecimentos precedentes*, como Eco já deixara dito em ***Semiótica e filosofia da linguagem*** (1991c, p. 56), ao trabalhar com as possibilidades abduativas surgidas a partir de *indícios*. Escolhe, como exemplo, a lama vermelha que Sherlock Holmes encontra nos sapatos de Watson, durante a investigação de um assassinato:

para decidir que é a terra de Wigmore Street, é necessário excluir, a partir de outras considerações, que Watson se afastou do bairro. O indício torna-se revelador só a partir de uma abdução mais ampla". É necessário já ter formulado uma hipótese sobre os movimentos de Watson e o tempo de que dispôs para realizá-los (1991c, p. 56).

Desse modo, o autor comenta que, se Peirce analisasse o ornitorrinco, talvez tivesse afirmado que Marco Polo, estando diante de um rinoceronte e antes mesmo de propor um novo animal, teria realizado uma *bricolage* de noções precedentes, descrevendo-o a partir de *entidades já conhecidas*, reiterando a idéia inicialmente proposta por Kant (1724-1804), de um enquadramento em uma classificação precedente, já estabelecida. Inclusive, no caso de Marco Polo, a hipótese utilizada para proceder à classificação se baseava em uma enciclopédia,

como um conjunto de formulações definidas pela história de sua cultura à época, em que se agregam as articulações míticas remetidas ao grácil unicórnio.

Dito de outro modo, a segmentação de conteúdo, por ele realizada, se fazia a partir de *referências anteriores*, relacionando-se a propósitos e concepções definidas de antemão e atualizadas a partir de um certo contexto, determinado, ainda, pelas características circundantes, sejam elas sociais, biológicas ou culturais. Lembremo-nos que o ornitorrinco, ao ser avistado pelos primeiros colonos australianos, recebeu o nome de *watermole*, sendo associado a uma toupeira, porém dotada de bico, como um pato. “Algo perceptível fora do ‘modelo’ fornecido pela idéia de toupeira não se adequava ao modelo – mesmo se para reconhecer um bico é necessário presumir que tivesse um ‘modelo’ para o bico” (ECO, 1998, p. 56). Novamente, uma *competência enciclopédia* torna-se recorrente na teorização proposta por Eco, fazendo-se necessária ao sujeito interpretador de signos.

Com efeito, o trabalho classificatório emerge de sucessivas aproximações, em um processo inferencial contínuo e, em muitos casos, altamente criativo, portanto, não-lógico. A tentativa de Eco de aplicar o esquema classificatório kantiano a uma realidade empírica termina por produzir um olhar metassemiótico que se volta para o contexto cultural (enciclopédico) dos sujeitos, dando-lhe importância na produção de conhecimento. Kant proporciona para Eco o “esqueleto” teórico a partir do qual o semiótico vai em busca de pontes conceituais, de passagens, de caminhos que possam ser reforçados por aspectos empíricos, seguindo trilhas que o filósofo alemão preferiu não percorrer. Haja vista suas três principais obras que recebem, justamente, os nomes de ***Crítica da razão pura***, ***Crítica da razão prática*** e ***Crítica do juízo***, baseadas em uma apologia discriminatória objetiva da razão.

De qualquer forma, vale ressaltar que a recuperação que Eco desenvolve da obra kantiana vem ao encontro da premissa de que todo o processo de apreensão do conhecimento é, por natureza, semiótico. A semiose caracteriza-se como um *percurso interpretativo* contínuo de signo a signo. Ao contrário de Kant, para Eco o conhecimento (e principalmente a interpretação) se desenvolve a partir de *nossa* experiência, abastecida em uma determinada enciclopédia, que

inclui a faculdade cognoscente da razão em seu esforço classificatório-interpretativo; pelo menos é o que Marco Polo vem nos sugerindo. Tal posicionamento nos leva a crer, sob esse prisma, que a produção de conhecimento e, para usarmos um termo semiótico, a produção de sentido, está em construção, aberta, permeável, porosa e, em uma palavra, completamente incompleta!

Longe de se configurar em um processo passivo, na perspectiva proposta por Eco, a construção do raciocínio lógico cognitivo e de produção de conhecimento é, sobretudo, um processo *ativo*, uma vez que selecionamos algumas qualidades (propriedades), dentre aquelas que nos são mais salientes, seja pela experiência ou necessidade de categorização, e, a partir delas, por *analogia*, conforme vimos, estabelecemos regras, normas, condutas ou leis, com um maior ou menor grau de precisão, bem como desenvolvemos generalizações, com um maior ou menor grau de aplicabilidade, buscando sempre a obtenção de um determinado resultado.

### 3.6 ... DA RAZÃO AO SUJEITO

Abbagnano (1982) nos coloca que a questão da *percepção*, ou, mais especificamente, para nos valermos de uma nomenclatura kantiana, o *juízo perceptivo* surgirá em Kant a partir de reflexões suscitadas pela psicologia empírica, a quem o filósofo alemão recorreu na década anterior à ***Crítica da razão pura***. Desde então, já se sabia, conforme enfatiza Eco, em ***Kant e o ornitorrinco***, que os conhecimentos dos sentidos não são suficientes para um adequado “conhecimento” da realidade que nos cerca, uma vez que se faz necessário uma reflexão do intelecto *sobre* aquilo que os sentidos lhe propuseram. Inclusive,

o fato de que acreditamos conhecer as coisas com base apenas nos testemunhos dos sentidos depende de um *vitium subreptionis*: assim, estamos habituados, desde a infância, a perceber as coisas como se elas já aparecessem fornecidas pela intuição, cujo papel desenvolvido pelo intelecto neste processo nunca argumentamos (1998, p. 70).



Nessa mesma obra, Eco admite que, para obtermos um *conceito empírico*, devemos estar aptos a produzir um *juízo perceptivo*, que estará, fundamentalmente, associado às *percepções* de um *sujeito empírico*, para enfatizarmos a questão. O autor entende por percepção um ato complexo ou uma interpretação de dados sensíveis em que a memória e a cultura intervêm, implicando, por conseguinte, na compreensão da natureza do objeto. Ao contrário, Kant vê, na leitura que Eco desenvolve da *Crítica da razão pura*, a *perceptio* ou *wahrnehmung* apenas como uma “representação com consciência” (1998, p. 70), no sentido de que tais percepções podem ser expressas em termos de sensações, que simplesmente modificam o estado do sujeito ou as formas de conhecimento objetivo. Assim, podem ser *intuições empíricas*, que através da *sensação* referem-se a um objeto particular, ainda se manifestarem sob a “forma” da aparência, desprovidas de um *conceito* que as defina. Posteriormente, Peirce, em seu *Collected papers*, vai associar essa peculiaridade da percepção à sua teoria, chamando-a de *primariedade*.

O que será, então, para Kant um juízo perceptivo (*Wahrnehmungsurteil*) e como se distingue de um juízo de experiência (*Erfahrungssurteil*)? Os juízos perceptivos são atividade da lógica inferior que cria o mundo subjetivo do conhecimento pessoal, são juízos como *quando o Sol ilumina uma pedra ela esquenta*; podem ainda estar errados e, em todo o caso, são contingentes. Os juízos de experiência, ao contrário, estabelecem uma conexão necessária (por exemplo, afirmam precisamente que *o Sol esquenta a pedra*) (ECO, 1998, p. 70-71).

Nesses termos, o autor admite que o juízo é o conhecimento não imediato, *mas* imediato do objeto, e em todo o juízo encontra-se um conceito que vale para uma pluralidade de representações. “Não podemos negar que ter a representação da pedra e do seu aquecimento já represente uma unificação atuada na multiplicidade do sensível: unificar representações na consciência já é ‘pensar’ e ‘julgar’ e os juízos são regras *a priori*” (ECO, 1998, p. 71). Ou seja, mesmo a *síntese* em que se fundamenta a percepção, para usarmos os termos do autor, está sujeita a determinadas categorias. Um juízo perceptivo já está entremeado, penetrado, invadido por um juízo de experiência.

Reconhecer uma pedra como tal já é juízo perceptivo, um juízo perceptivo é um juízo, e, portanto, ele também depende da legislação do intelecto. A multiplicidade é fornecida na intuição sensível, mas a

conjugação de uma multiplicidade em geral não pode entrar em nós senão por um ato de síntese do intelecto (1998, p. 71).

Eco segue a mesma linha teórica de Peirce, em seu *Collected papers*, especialmente no capítulo intitulado “Pragmatismo e abdução” (2003, p. 225-237), na qual estabelece três proposições, chamadas por ele de *cotárias* (originário do latim, *cos* ou *cotis*, que significa *pedra de amolar*, no sentido de que terminam por *afiar* a máxima do pragmatismo), conferindo-lhe seu caráter peculiar. Interessa-nos esse resgate, uma vez que, para o autor, a *questão pragmática* nada mais é do que uma questão *abduativa*. Inclusive, Peirce, ao falar de *juízos perceptivos*, muitas vezes se refere a *juízos abduativos*, pois reconhece que mesmo os fenômenos naturais são passíveis de serem interpretados, e deles se pode retirar leis e julgamentos mais gerais.

Nesse sentido, “nada está no intelecto que primeiro não tenha estado nos sentidos”, conforme coloca Serra (1996, p. 8). Esse princípio aristotélico significa, para Peirce, que nenhuma idéia, seja de que tipo for, se encontra na mente sem ter passado primeiro por um *juízo perceptivo*, tomado enquanto *fonte de conhecimento*. No entanto, essa concepção, na visão de Serra, coloca para Peirce o seguinte problema: “sendo os juízos perceptivos juízos particulares, como se passa deles para os conceitos e juízos universais? Esse problema leva o autor para a segunda proposição cotaria” (SERRA, 1996, p. 8).

Naqueles anos de 1857, Peirce (1839-1914) estava preocupado com a organização de um propósito filosófico-analítico geral, capaz de compreender as estruturas de conhecimento, ou, em outras palavras, os fenômenos de produção de conhecimento manifestados *no* mundo. As tricotomias eram-lhe bastante interessantes, uma vez que já estavam presentes desde o surgimento do cristianismo, localizando-se na passagem de um unitarismo, o Deus-Pai, para um trinitarismo, desdobrando-se em Deus-Filho e Deus-Espírito Santo. Em Kant (1724-1804) já estavam presentes e, posteriormente em Hegel (1770-1831) referindo-se à tese/antítese/síntese. Schiller (1759-1805), por sua vez, também estabelecera um “trio” de “impulsos” fundamentais, posteriormente denominados por Freud (1856-1939), a partir, é claro, de uma outra matriz de conhecimento, de *Ego*, *Id* e *Superego*, “constituindo-se no conceito-chave da psicopatologia –

notavelmente encontrando eco na estrutura generativa da *semiosis* de Peirce” (ECO, 1991a, p. 6).

Nessa mesma direção teórica, e a partir de leituras prévias, Peirce estabelecia sua própria tríade de “categorias universais” de conhecimento, chamados de *I*, *It* e *Thou*. Em outras palavras,

o mais básico de suas categorias triádicas ontológicas foi o sistema pronominal de *It* – o mundo material dos sentidos, objetivo final da cosmologia; *Thou* – o mundo da mente, objeto da psicologia e da neurologia; e *I* – o mundo abstrato, assunto da esfera da teologia (ECO, 1991a, p. 4).

Ou seja, tais tricotomias peirceanas se tornariam mais conhecidas por *primariedade*, *secundidade* e *terceiridade*, que originaram outras tantas subdivisões triádicas, que incluíam signo, objeto e interpretante; ícone, índice e símbolo; qualidade, reação e representação e, finalmente, dedução, indução e abdução. As combinações das trindades peirceanas são extremamente complexas e extensas, buscando nas dízimas periódicas da lógica matemática uma *constante interpretativa de repetição* potencialmente infinita. Seduzido pelos tercetos, Peirce estabeleceu uma relação combinatória triangular, onde as três relações entre os termos formam as assim chamadas estruturas em “T”, ou seja, um número qualquer, no caso, o número 1 pode combinar com 2 e 3; 1 pode combinar com 3 e 2 e, finalmente, 2 pode combinar com 3 e com 1.

Do mesmo modo que as possíveis combinações entre os três primeiros números naturais complementam-se, cada uma das três “pessoas elementares”, primariedade, secundidade e terceiridade, pode assumir a essência de uma das outras duas, ou seja, conforme veremos, uma *dedução* pode conter determinados elementos presentes em uma *abdução*, ou, por outro lado, um *índice* já pode apresentar características *simbólicas*. “Embora cada um não possa ser expresso em termos do outro, eles, ainda assim, mantêm uma relação entre si, sendo que *TROU* é um *IT*, no qual há um outro *I*. *I* parece interior, *IT* parece exterior, *THOU* coexiste” (ECO, 1991a, p. 8).

Será a partir dessas reflexões sobre o processo de estruturação do pensamento, analisado em termos de linguagem, que Peirce estabelece suas três

formas ou abordagens distintas e sistematizadas de se conhecer/interpretar um determinado fenômeno: a dedução, a indução e a abdução. Envolvido com a construção de um método semiótico e, por conseguinte, lógico de análise, Eco (1991) referendará o famoso exemplo do *saco feijões* empregado por Peirce, em 1878, para explicar os três tipos de raciocínio<sup>59</sup>. Esclarecerá que cada argumento (dedução, indução e abdução) manifesta-se como um silogismo, sendo ele mesmo, um signo “cujo interpretante representa seu objeto como sendo um signo ulterior através de uma lei, ou seja, a lei segundo a qual a passagem de tais premissas a tal conclusão tende à verdade” (1991a, p. 9).

Desse modo, Peirce chama qualquer argumento de legissigno simbólico, sendo que cada argumento é composto por três proposições: caso, resultado e regra, em três permutações, resultando, respectivamente, em três figuras distintas. “Contudo, cada proposição é também um signo, a saber um signo ‘conectado a seu objeto por uma associação de idéias gerais’, um Símbolo Dicente que é, necessariamente, um Legissigno” (ECO, 1991a, p. 9). Em outras palavras, Eco comenta que “à medida que o Objeto e o Interpretante de qualquer signo são ambos, forçosamente, signos ulteriores, não é de surpreender que Peirce tenha chegado a afirmar ‘que todo o Universo está polvilhado de signos, e a especular ‘se ele não estaria composto exclusivamente por signos”’ (1991a, p. 10).

Nesses termos, Peirce estabelece que cada elemento subsequente envolve o princípio do primeiro elemento, no caso, a dedução. Ou seja, no

---

59

**Dedução:**

Regra	Todos os feijões deste saco são brancos.
Caso	Estes feijões provêm deste saco.
Resultado	Estes feijões são brancos.

**Indução:**

Caso	Estes feijões provêm deste saco.
Resultado	Estes feijões são brancos.
Regra	Todos os feijões deste saco são brancos.

**Abdução:**

Regra	Todos os feijões deste saco são brancos.
Resultado	Estes feijões são brancos.
Caso	Estes feijões provêm deste saco.

exemplo do saco de feijões, estamos sempre diante do argumento ou prognóstico que nos informa que "todos os feijões de um certo saco são brancos", premissa básica e essencial para se levar adiante o processo inferencial/interpretativo que nos apontará para um determinado resultado. A partir desse aporte, a indução e a abdução, principalmente, apresentarão outros elementos que serão acrescentados daquela premissa básica.

Assim sendo, dos três tipos de raciocínio lógico apresentados por Peirce, a *dedução* se caracteriza por uma *inferência necessária*, que mostrará de que forma, a partir de uma determinada *regra* (todos os feijões deste saco são brancos), se estabelece um *caso* (estes feijões provêm deste saco), obtendo-se um determinado *resultado* (estes feijões são brancos), considerado "irrefutável" enquanto fenômeno lógico. A dedução parte de certas hipóteses (premissas) e retira delas o que nelas se encontra implicitamente suposto, a saber, a conclusão, ou, em termos de "feijão", o resultado. Eco explica a dedução, em seu ***Sobre os espelhos e outros ensaios***, da seguinte forma:

Suponhamos que sobre esta mesa eu tenha um saco cheio de feijões brancos. Eu sei que está cheio de feijões brancos (suponhamos que eu tenha comprado numa loja que saquinhos de feijão branco e que eu confie no vendedor): portanto, eu posso afirmar como Lei que "todos os feijões deste saco são brancos". Uma vez que conheço a Lei, produzo um Caso; pego às cegas um punhado de feijões do saquinho (às cegas: não é necessariamente que os veja) e posso predizer o Resultado: "os feijões que estão na minha mão são brancos". A Dedução de uma Lei (verdadeira), através de um Caso, prediz com absoluta certeza um Resultado (1989, p. 160).

Parte-se de um estado de coisas hipotético, que definimos em termos abstratos (estabelecemos que "todos" aqueles feijões são brancos e isso representa uma construção hipotética de raciocínio), e chegamos às evidências que nos levam a estabelecer que os feijões que observamos, agora sim em termos materiais e não mais abstratos/hipotéticos, são brancos. Em um processo dedutivo, terminamos por adequar "nossas" premissas (hipotéticas) às possibilidades materiais do fenômeno que observamos.

O método *indutivo*, por sua vez, nos permite verificar uma determinada teoria mediante sua experimentação. Parte, enquanto processo lógico-analítico, de uma inferência, passível, entretanto, de ser experimentada e, por conseguinte,

comprovada. Já conhecemos, de antemão (caso), que certos feijões provêm “deste” saco, e de nenhum outro. De posse desse conhecimento, obtemos como resultado que os feijões observados (fenômeno material, facilmente comprovável em relação aos demais feijões do saco) são mesmo brancos. O estabelecimento da *regra*, entendida enquanto “teoria geral”, é de que “todos os feijões deste saco, e de nenhum outro saco, são brancos. Segundo Peirce, “a indução consiste em partir de uma teoria, dela deduzir predições de fenômenos a fim de ver quão de perto concordam com a teoria” (apud FIDALGO, 1998, p. 54). Nas palavras de Eco:

Tenho um saquinho e não sei o que contém. Coloco a mão dentro dele, tiro um punhado de feijões e observo que são todos brancos. Coloco de novo a mão, e de novo são feijões brancos. Continuo por um número x de vezes (quantas sejam as vezes, depende do tempo que eu tenho, ou do dinheiro que recebi da Fundação Ford para estabelecer uma lei científica a respeito dos feijões do saco). Depois de um número suficiente de provas, faço o seguinte raciocínio: todos os Resultados das minhas provas dão um punhado de feijões brancos. Posso fazer a razoável inferência de que todos esses resultados são Casos da mesma Lei, isto é, que todos os feijões do saco são brancos. De uma série de Resultados, inferindo que sejam Casos de uma mesma Lei, chego à formulação indutiva dessa Lei (provável). Como já dissemos, basta que numa última prova aconteça que um só dos feijões que tiro do saco seja preto para que todo o meu esforço indutivo se dissipe no nada. Eis o porquê da desconfiança dos epistemólogos em relação à Indução (1989, p. 160).

Dito de outro modo, a *dedução* (prova que algo deve ser; essa inferência necessária deverá extrair uma conclusão contida em certas premissas, cuja verdade deixa, no entanto, em aberto) e a *indução* (prova que algo realmente é). “Trata-se de uma inferência experimental que não consiste em *descobrir*, mas em *confirmar* uma teoria através da *experimentação* e que, portanto, não cria algo de novo). Somente a *abdução*, essencialmente exterior aos dois tipos tradicionais de raciocínio, cria algo de novo” (SERRA, 1996, p. 8). A abdução, que prova que algo pode ser, é uma inferência hipotética, transformando-se no verdadeiro método para criação de hipóteses explicativas.

Diferenciando-se dos métodos de raciocínio anteriores, a abdução se caracteriza pela formação de novas hipóteses explicativas para um dado fenômeno, não necessariamente material, como no exemplo dos feijões. Dos três tipos de raciocínio propostos por Peirce, a abdução transforma-se, desse modo,

no único capaz de produzir/construir novos conhecimentos utilizando-se das premissas da *dedução* e das teorias supostas ou confirmadas pela *indução*. Inclusive, entende a abdução como “esse singular instinto de suposição, ou de inclinação para cogitar uma hipótese” (ECO, 1991a, p. 19). Em uma abdução, temos de nos preparar para o estabelecimento de um resultado no mínimo curioso e inexplicável.

Terminando com os feijões do saco, de uma determinada *regra* inferimos um *certo* resultado (estes feijões são brancos, mas no saco poderá haver feijões que necessariamente não sejam brancos; ainda que sejam feijões) e um *possível* caso (“estes” – e somente “estes” feijões provêm deste saco – os demais feijões, que, se existem, não os conhecemos, poderão vir de sacos diferentes). Para nos atermos ao exemplo do saco de feijões proposto por Peirce,

há um saquinho sobre a mesa e, ao lado, sempre sobre a mesa, um grupo de feijões brancos. Não sei como estão ali, ou quem os colocou, nem de onde vêm. Consideremos este resultado um caso curioso. Agora eu deveria encontrar uma Lei tal que, se fosse verdadeira, e se o Resultado fosse considerado um Caso daquela Lei, o Resultado não seria mais curioso, mas sim, razoabilíssimo. Neste ponto eu faço uma conjectura: teorizo a Lei pela qual aquele saco contém feijões e todos os feijões daquele saco são brancos e tento considerar o resultado que tenho diante dos meus olhos como um Caso daquela Lei. Se todos os feijões do saquinho são brancos e esses feijões vêm daquele saco, é natural que os feijões da mesa sejam brancos (apud ECO, 1989, p. 160).

O próprio Peirce observa que o raciocínio por abdução é típico de todas as descobertas científicas “revolucionárias”, uma vez que existe a possibilidade de se encontrar uma lei geral no mínimo curiosa e absolutamente diferente das “comprovações” anteriormente testadas. Ainda devemos levar em consideração, entre tantas outras possibilidades interpretativas, a proposição que questiona o porquê de se relacionar aqueles feijões com o saquinho que está em cima da mesa, uma vez que poderiam ter vindo de uma gaveta, ou, talvez, colocados ali por alguém que depois se retirara. Via de regra, “não há nada que me garanta que a minha hipótese é correta” (ECO, 1989, p. 162).

Como se percebe, a abdução, ao contrário dos métodos de raciocínio anteriores, “mostra”, em termos lógicos, que um determinado resultado (conclusão) *pode ser e pode não ser* aquele esperado/desejado. Ou seja, traz,

para dentro do método investigativo/interpretativo, a “irrefutável” “prova” da *possibilidade* não-lógica dentro da própria lógica.

Em resumo, uma abdução nos permite formular um prognóstico geral, mas sem garantia de um resultado bem sucedido; ao mesmo tempo, a abdução, enquanto um método de prognosticação, oferece a “única esperança possível de regular racionalmente nossa conduta futura”<sup>60</sup> (ECO, 1991a, p. 9).

É justamente essa *associação de idéias gerais* que permitirá a inclusão de *inferências criativas* necessárias a todo o método investigativo/interpretativo da descoberta. Inclusive, Peirce entende a abdução justamente como uma “lei da liberdade”, ou *uberdade*, no sentido próprio de uma “fartura” ou “abundância” de idéias a serem livremente associadas, de forma criativa, na obtenção/conclusão/estabelecimento de um determinado resultado. Sua proposta de método investigativo/interpretativo de conhecimento lógico é aquele que dá lugar à *liberdade de raciocínio*, alguma espécie de “lei da criatividade”, que levará em conta fatores/elementos não necessariamente lógicos inseridos no processo de articulação de idéias e, conseqüentemente, de interpretação de um determinado texto<sup>61</sup>.

Normalmente associada aos processos criativos de ordem estética, artística ou de criação literária, a abdução trabalha com a noção da *imprevisibilidade* que perpassa todo o processo de aquisição de conhecimento e, por conseguinte, de interpretação desse conhecimento. Sobre isso, inclusive, Eco comenta que “há alguma coisa de artístico na descoberta científica e há alguma coisa de científico no que os ingênuos chamam de ‘geniais intuições do artista’. O que existe em comum é a felicidade da Abdução” (1989, p. 162). O próprio Peirce,

<sup>60</sup> Ao nosso ver, *conduta futura* é utilizado por Eco como sendo uma possibilidade inferencial a ser confirmada no decorrer de um determinado processo investigativo.

<sup>61</sup> Se levarmos em consideração que a possibilidade de “abertura” interpretativa já estava presente em *Obra aberta* e que Eco retoma essa mesma proposta principalmente em *Kant e o ornitorrinco*, poderíamos supor o “fechamento” de um *ciclo investigativo*, levado a cabo nas últimas três décadas, em que o autor referendaria a idéia de *tempo*, conforme tratada pela cultura grega clássica, em que a noção seria vista como *circular* (o tempo das colheitas; o ciclo do sol e da lua; as estações do ano; o movimento das marés), onde um provável “fim” já possuiria elementos de um possível (re)começo, e onde um (re)começo já apresentaria elementos constitutivos de um provável “fim”. Essa reflexão vem sendo desenvolvida pelo Grupo Avançado de Pesquisa em Semiótica (GAPS), sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Pibernat Antonini (USP/PUCRS) e já se encontra colocada pela autora no livro *Ecos de Umberto Eco: leituras teórico-práticas*, ainda no prelo.



por sua vez, associa a *abdução ao instinto*, percebendo que o homem tem uma faculdade especial de elaborar hipóteses explicativas a partir de uma espécie de “introvisão” ou *insight* da natureza:

Seja como for que o homem tenha adquirido sua faculdade de adivinhar os caminhos da Natureza, certamente não o foi através de uma lógica crítica e autocontrolada. Mesmo agora ele não consegue dar uma razão precisa para as suas melhores conjecturas. Parece-me que a formulação mais clara que podemos fazer a respeito da situação lógica – a mais livre de toda a mescla questionável de elementos – consiste em dizer que o homem tem uma certa Introvisão (Insight), suficientemente forte para que esteja, na esmagadora maioria das vezes, com mais freqüência certo do que errado; ou seja uma Introvisão da Terceiridade, dos elementos gerais, da Natureza (2003, p. 221).

Em outra passagem, a abdução ou *retrodução*, como Peirce às vezes denomina, se transforma em uma saborosa “salada peculiar [...] cujos elementos-chave estão em sua falta de fundamento, sua ubiqüidade e sua confiabilidade” (ECO, 1991a, p. 20). Ao olhar pela janela de sua casa, Peirce traz o exemplo de uma azálea repleta de flores, afirmando que o que entramos em contato não é meramente a *imagem* de uma azálea, ainda que essa seja a única maneira de que possuímos para descrever esse fato, mas, sim, um emaranhado de discursos, proposições, sentenças ou fatos que falam de azáleas, e que surgiram a partir da observação da azálea, os quais tornamos parcialmente inteligíveis a partir da enunciação do fato de termos visto uma azálea.

Essa enunciação é abstrata; o que vejo, porém, é concreto. Realizo uma abdução quando procuro expressar em uma sentença algo que vejo. A verdade é que todo o edifício de nosso conhecimento é uma estrutura emaranhada de puras hipóteses, confirmadas e refinadas pela indução. O conhecimento não pode avançar nem um pouco além do estágio do olhar que observa despreocupadamente se não se fizer, a cada passo, uma abdução (ECO, 1991a, p. 20).

Nessa perspectiva, a formação de novos saberes, sejam essas estruturas sociais, culturais ou até mesmo físicas, depende, além do acesso a uma determinada *enciclopédia* de conhecimento, no dizer de Eco, em seu ***Lector in fabula***, de uma *constante formação* de novas hipóteses/abduções. Seriam conhecimentos prévios que partiriam de uma “anomalia inesperada” (o desconhecimento de uma determinada substância, fato, processo, por exemplo), chegando a um conjunto de premissas que se completariam, do qual uma grande parte dessas premissas já foi aceita durante o processo de construção do

raciocínio; caso contrário, teríamos um processo de conhecimento cujas variáveis em curso se propagariam em escala infinita.

Se todo o conhecimento depende da formação de uma hipótese, no entanto, “parece, a princípio, não haver nenhum espaço para a questão de como isso de sustentaria, uma vez que, de um fato real, apenas se infere um *pode ser* (*pode ser e pode não ser*). Há porém, uma decisiva inclinação para o lado afirmativo e a freqüência com que isso resulta ser um fato verdadeiro é [...] quase o mais surpreendente dos prodígios do universo” Comparando nossa capacidade de abdução com “os poderes musicais e aeronáuticos de um pássaro, isto é, aquela está para nós como aqueles estão para este: o mais elevado de nossos poderes meramente instintivos”. Peirce nota que a “retrodução se funda na confiança de que não há suficiente afinidade entre a mente do raciocinador e a natureza para tornar a suposição algo afiançável, uma vez que cada suposição é confrontada com a observação através da comparação” (ECO, 1991a, p. 20).

Desse modo, o estabelecimento de abduções se caracteriza, sobretudo, pela formação de um conjunto de *possibilidades interpretativas em constante combinação*. Inclusive, Peirce se refere a essa peculiaridade do ser humano em estabelecer novas conjecturas a partir de fatos ou fenômenos desconhecidos de “um meio de comunicação entre o homem e seu Criador, um ‘privilégio divino’ que deve ser cultivado” (ECO, 1991a, p. 21). Em outras palavras, também denomina o processo abduutivo uma espécie de “doutrina das possibilidades”, uma vez que os diferentes elementos de uma hipótese estão em nossa mente antes mesmo de nos darmos conta disso, e, a partir de combinações desconexas e sem uma ordem preestabelecida, reunimos elementos nunca antes pensados, criando, assim, novas possibilidades combinatórias de elementos ou dados interpretativos.

A abdução, ou “o primeiro degrau do raciocínio científico”, bem como o “único tipo de argumento que inicia uma nova idéia”, é um instinto que confia na percepção inconsciente das conexões entre os aspectos do mundo, ou usando um outro conjunto de termos, é a comunicação subliminar das mensagens (ECO, 1991a, p. 23).

Entretanto, o estabelecimento do *processo abduutivo* como forma de conhecimento não resolve, para Peirce, o problema da *generalidade* nos juízos perceptivos, porque, ao admitir, como vimos, na segunda proposição cotária, para quem os juízos perceptivos contêm elementos gerais, também reconhece que todos os *elementos gerais* são dados, justamente, na *percepção*, “pois se um elemento geral fosse dado de outro modo que não através do juízo perceptivo, só poderia aparecer, primeiramente, numa sugestão abduitiva, e isto parece redundar

agora, substancialmente, na mesma coisa” (2003, p. 228). Por tal motivo, somos conduzidos à *terceira proposição cotária*.

Refletindo acerca de uma possível diferença entre um *juízo abduativo* e um *juízo perceptivo*, o autor assume que uma inferência abduativa transforma-se em um juízo perceptivo sem que haja uma linha clara de demarcação entre eles, ou seja, os juízos perceptivos são casos extremos de inferência abduativa. Peirce cria, nesse ponto, uma série de suposições para admitir, posteriormente, que a *prova da inconcebibilidade*, conforme veremos, é o único meio de distinguir entre uma abdução e um juízo perceptivo.

O único sintoma pelo qual é possível distinguir os dois é que não podemos formar a menor concepção do que seria negar o juízo perceptivo. Se julgo que uma imagem perceptiva é vermelha, posso conceber que um outro homem tenha esse mesmo percepto. Posso conceber também que ele tenha esse mesmo percepto. Posso conceber também que ele possui esse percepto, mas nunca pensou se ele é vermelho ou não. Posso conceber que mesmo figurando as cores entre suas sensações, ele nunca teve sua atenção dirigida para elas. Ou posso conceber que, em vez da vermelhidão, uma concepção alho diferente surja na sua mente; por exemplo, que ele julgue que esse percepto tenha uma certa quentura, da cor. Posso imaginar que a vermelhidão do meu percepto seja excessivamente esmaecida e opaca, de tal forma que dificilmente se pode ter certeza de se tratar ou não de vermelho. Mas, que um homem qualquer tenha um percepto similar ao meu e se pergunte se esse percepto é *vermelho*, o que implicaria que ele julgou que algum percepto é vermelho, e que, à base de um cuidadoso exame desse percepto, declare que decidida e claramente *não* é vermelho, quando eu o julgo preponderantemente vermelho, *isso* eu não posso compreender. Uma sugestão abduativa, entretanto, é algo cuja verdade pode ser questionada ou mesmo negada (2003, p. 228-229).

Nesses termos, a percepção tem sempre, segundo Peirce, um fundo abduativo e interpretativo, não se limitando unicamente a um “dado” isolado e descaracterizado de seu contexto. Vejamos um exemplo de juízo perceptivo citado por Serra (1996), formulado em *um lindo dia de sol*, como aquele em que Marco Polo avistou rinocerontes pensando estar vendo unicórnios: [está chovendo no telhado]; ou, simplesmente, [chove no telhado!]. A ação verbal desencadeada nos dois exemplos constitui-se, nesse caso, em uma situação menor em relação à premissa proposta, devendo ser considerada como um todo. A partir desse juízo perceptivo, uma infinidade de inferências abduativas são passíveis de co-ocorrência, como, por exemplo, a de alguém que está jogando água no telhado; ou uma grande quantidade de neve derreteu-se e fez-se passar

por água aos olhos de um observador mais desatento, entre outras possibilidades produzidas pelo construto teórico. (SERRA, 1996, p. 9).

Enquanto a inferência abdutiva admite sempre a possibilidade de ser negada, para afirmarmos uma outra, em um processo ininterrupto de criação, no caso dos *juízos perceptivos*, conforme ressalta Serra (1996), não nos é possível conceber a sua *negação*. Ou seja, podemos conceber uma infinidade de sugestões abdutivas originárias de [chove no telhado!], e com certeza de fato existem, mas não podemos *negar* que aquele *fenômeno* que desce do telhado tenha as características ou propriedades da água, seja da chuva ou da neve, e que sua forma de expressão ou manifestação constituinte não esteja sendo vista pelo observador do exemplo em questão. A esse princípio, Peirce chamou de *prova da inconcebibilidade*, explicando-a da seguinte forma:

aquilo que, hoje, é para nós inconcebível pode, amanhã, demonstrar-se concebível e mesmo provável: de tal forma que nunca devemos estar absolutamente seguros de que um juízo perceptivo e não abduutivo; e isto pode aparentemente constituir dificuldade no caminho de nos satisfazermos com o fato de que a primeira proposição cotária seja verdadeira (2003, p. 229).

Com isso, Peirce esclarece que a abdução *liberta-se* das normas rigidamente estabelecidas pela lógica, o que não significa, no entanto, que não possua uma forma lógica perfeitamente definida. Muito antes do autor ter classificado a abdução como uma inferência, os lógicos já tinham reconhecido que a operação de adotar uma hipótese explicativa para um dado fenômeno, “que é exatamente aquilo em que consiste a abdução” (2003, p. 229), estava sujeita a certas condições. Ou seja, mesmo uma hipótese não pode ser admitida sem que preste contas a determinados fatores. O modelo da inferência abdutiva proposto pelo autor é assim explicado:

Um fato surpreendente, C, é observado; mas, se A fosse verdadeiro, C seria natural, donde há razão para se suspeitar que A é verdadeiro. Assim, A não pode ser inferido abdutivamente ou, se preferirem uma outra expressão, não pode ser abdutivamente conjecturado até que todo seu conteúdo esteja presente na premissa: se A fosse verdadeiro, C seria natural (2003, p. 229).

Deste modo, retornamos a questão inicialmente proposta por Serra (1996, p. 9): como distinguir, então, da infinidade de hipóteses explicativas para um

fenômeno teoricamente possível, as que são admissíveis e as que não são? A resposta a essa pergunta reside, justamente, segundo o autor, na *prova da inconceptibilidade*, pois é ela quem nos fornece o critério de *admissibilidade* ou *possibilidade* de existência de certas hipóteses explicativas. Sob um outro ponto de vista, mas inserido no mesmo construto teórico, Eco aproxima-se desse *limite interpretativo* proposto por Peirce ao estabelecer a *intencio operis* como o ponto de contato entre autor e leitor. É nesse sentido que, segundo Peirce, *a questão do pragmatismo é a questão da abdução*, conforme referenda Serra (1996). Somente são admissíveis e, portanto, passíveis de co-ocorrência (Eco referenda, novamente, esse posicionamento em **Lector in fabula**), as hipóteses das quais podemos perceber determinados *efeitos práticos sensíveis*, que vão guiar as condutas de quem as formulou. Assim entendida, a máxima pragmatista proposta por Peirce pode formular-se do seguinte modo:

uma concepção não pode ter efeito lógico algum, ou importância a diferir do efeito de uma segunda concepção, salvo na medida em que tomada em conexão com outras concepções e intenções, poderia concebivelmente modificar a nossa conduta prática de um modo diverso do da segunda concepção (2003, p. 232).

Com a proposta de uma teoria da abdução, Peirce reformula o paradigma até então estabelecido para o signo, baseado na noção de *equivalência*, estabelecida entre signo e referência ou entre significante e significado, conforme já nos referimos em nosso segundo capítulo. Peirce substitui a noção de equivalência pela de implicação, para a qual “um signo é aquilo que sempre nos faz conhecer algo a mais” (ECO, 1991c, p. 13).

Assim sendo, se o signo fosse uma simples relação de equivalência, a sua decodificação seria apenas um mero processo *dedutivo*, conforme ressalta Serra (1996, p. 17): ou seja, da regra geral para o resultado, como se pode verificar nas equivalências automáticas *se “p” então “q”*; o que, de fato não acontece. Se estivermos interessados em descobrir o significado de um signo, e tivermos de obtê-lo a partir de experiências sucessivas, o processo lógico nos levará para a *indução* como base de referência, ou seja, partiremos de resultados particulares em busca de uma determinada regra geral. O autor nos traz o seguinte exemplo hipotético: cada vez que um determinado indivíduo, falante de uma língua desconhecida, pronunciasse a expressão “x”, ele estaria indicando o

objeto “y” como resultado. Dessa forma, a expressão “x” significaria, provavelmente, “y”, ou seja, a regra base de estruturação daquele discurso. (SERRA, 1996, p. 17).

Entretanto, para ele, somente a *repetição* de uma experiência, com maior ou menor quantidade de acertos, não basta para relacionarmos “x” e “y”. O “quadro de referência” de uma determinada língua exige outros elementos que somente a busca de uma construção metassemiótica pode oferecer. O que nos garante que “y” indica o significado de “x”? Somente a observação direta? Certamente que não. Então, novamente, como proceder? O que possibilita a passagem de um signo para os seus possíveis ou desejáveis significados?

Por tais razões, a resposta somente pode ser dada, para Serra (1996, p. 17), tendo novamente a abdução como referência do processo lógico, mas *criativo*, de construção de sentido. O mesmo acontece quando da decodificação de signos a partir de *circunstâncias de comunicação* diferenciadas, como no exemplo [*I vitelli dei romani sono belli*] aqui já referido, e que pode significar tanto [*Vai Vitelo, ao som de guerra do deus romano*] quanto [*os nascidos de vacas criadas pelos nossos progenitores (ou pelos atuais habitantes da capital italiana) são agradáveis*] (ECO, 2001a, p. 42). Ou ainda em nosso outro exemplo, onde “um grupo de crianças” é chamado, em Portugal, de *canalha* e que, se não fosse o incessante jogo interpretativo/ abduativo, ganharia um significado completamente diferente do originalmente pressuposto pelo código; bem como “os varredores de rua”, que no Brasil são normalmente chamados de “garis”, e que adquirem, em Portugal, a denominação de *Os Almeidas*, em uma referência, completamente abduativa e criativa, ao sobrenome do proprietário da empresa de limpeza urbana.

Sem uma suposição abduativa do quadro de referência do código lingüístico associada a uma circunstância extralexical influenciada/determinada por uma competência contextual, torna-se praticamente impossível decidir qual das duas alternativas serve, de maneira adequada, a um determinado sentido. Entretanto, sob o domínio do signo regido por uma *fortuna interpretativa*, a hipótese abduativa pode apresentar desencaixes, uma vez que representa “o propósito, a tentativa arriscada, de um sistema de regras de significação à luz das quais um signo adquirirá o seu significado” (ECO, 1991c, p. 53).

Desse ponto de vista, nos aproximamos novamente tanto de uma vertente peirceana quanto de uma vertente kantiana, que Eco (1998) vem a confirmar no capítulo intitulado “O ornitorrinco entre o dicionário e a enciclopédia”, de seu **Kant e o ornitorrinco**. A abdução se prestará, como se percebe, tanto para uma *passagem* intersemiótica de signos, no sentido adotado posteriormente por Plaza, em seu **Tradução intersemiótica** (primeira edição datada de 2003), quanto para a interpretação de figuras retóricas, vestígios, sintomas e complementações textuais por parte dos leitores.

Outro exemplo clássico de abdução Serra (1996, p. 17) retira do próprio Peirce e o apresenta da seguinte maneira: “Kepler verifica que a órbita de Marte passa pelos pontos “x” e “y” (fato surpreendentemente “C”); mas se a órbita de Marte fosse elíptica, (hipótese A), o fato “C” seria natural, de onde não há razão para supor que “A” seja verdadeira” (2003, p. 233). Ou seja, sendo *passível* de se tornar verdadeira, a verificação de “A” presta-se para estabelecer que : “x” e “y” são signos de que Marte e que deveriam passar pelos pontos determinados pela órbita de Marte. Aplicando a máxima pragmatista, que estabelece, como vimos, uma *prova de inconcebibilidade*, o comportamento de Marte torna-se signo do de outros planetas, ampliando, assim, o conhecimento lógico humano graças ao processo inferencial abduativo.

O exemplo de Peirce vem a corroborar a idéia apresentada por Eco, em **Semiótica e filosofia da linguagem**, de que todo o signo, mesmo que *natural*, implica a descoberta, chamada pelo autor de *invenção* de uma regra, e, como tal, é de natureza abdutiva e, portanto, interpretativa. Nesse sentido, estaríamos todos, sem exceção, sempre sob o *domínio da vida* que nos interpreta e da perspectiva de que nós também a interpretamos, em seus mais inusitados aspectos. Haja vista *o nascer do Sol*, como nos confirma Serra (1996, p. 17), que para os povos antigos era associado (interpretado) como *senal da manifestação divina em ação* e que, para a sociedade atual, remete, via de regra, apenas ao movimento do astro planetário.

A condição de signo, como estabeleceu Peirce, não se refere somente à da simples substituição e equivalência (*aliquid pro aliquo* – aquilo que está para algo), mas principalmente àquilo que é passível de ser interpretado à luz de um

determinado olhar. Inclusive, Serra (1996, p. 17) referencia Eco (1991c, p. 59) citando como exemplo rudimentar de um processo inferencial inadequado o seguinte termo: [Pai], ou seja, (se “pai”, então “alguém que é filho deste pai”) e essa é uma argumentação extremamente simplista [Todos os pais têm ou tiveram filhos; este homem é pai, então este homem tem ou teve um filho]. A interpretação traz em si a idéia de que o interpretante não se limita a “retraduzir” o “objeto imediato”, ou o “conteúdo do signo”, mas, sim, amplia a compreensão daquele, partindo do signo para a semiose ilimitada, que, posteriormente, como já dissemos, Eco a (re)trabalharia em ***Os limites da interpretação***.

Nesses termos, ao comparar o método investigativo de Sherlock Holmes, personagem detetivesco imortalizado nas crônicas de Arthur Conan Doyle, com a metodologia abdução trabalhada por Charles Sanders Peirce, principalmente em seu ***Collected papers***, Eco perceberá, em ***O signo de três***, que ambas as investigações enquanto *processos de produção de conhecimento* e, portanto, de sentido, seguiam basicamente os mesmos passos conjecturais ou de inferências lógicas. Ou seja, primeiramente, um método investigativo começa com a *observação*, etapa na qual são articulados os dados extratextuais que o leitor/sujeito/receptor já possui, depositados em sua enciclopédia.

Em uma segunda etapa, o leitor parte para a construção de hipóteses ou inferências gerais, surgidas a partir da *observação* de um determinado fenômeno e aproximadas, por comparação, aos fatos por ele conhecidos e que lhe são familiares. Eco, em seu ***Kant e o ornitorrinco***, comenta essa etapa, trazendo o exemplo de Marco Polo, conforme já referido, e que, ao chegar à ilha de Java e desconhecendo completamente os rinocerontes que observava, os aproximava, por analogia, aos animais já conhecidos, distinguindo-lhes o corpo robusto, as quatro patas e o chifre. Assim sendo, *vale recordar*, em ECO (1998, p. 55), que a cultura armazenada na enciclopédia do cronista veneziano coloca à sua disposição a noção de unicórnio, que, por comparação, também é um quadrúpede com um chifre em cima do nariz, fazendo-o designar aqueles animais como unicórnios, ainda que possuidores de um chifre negro e desgracioso, uma língua espinhosa e a cabeça semelhante à de um javali.



Em um terceiro momento, verificamos se essas conjecturas são passíveis de co-ocorrência; caso contrário, serão descartadas e o leitor/sujeito/receptor partirá então em busca de outras marcas presentes no texto; ou, em outras palavras, colocará sob observação detalhada o fenômeno em questão, descartando as hipóteses gerais por serem absurdas e estabelecendo uma nova gama de hipóteses, específicas e mais verossímeis. Mesmo em um “fenômeno” completamente desconhecido, como a observação de um rinoceronte, caracterizado pelo seu *aspecto empírico*, existirá um certo “limite” interpretativo.

Desse modo, tanto em Peirce (1839-1914), quanto em Eco, o processo perceptivo para a compreensão de um fenômeno desconhecido apresenta-se como uma inferência, em maior ou menor grau abastecida por uma determinada *enciclopédia*, ou, *vale recordar*, no dizer de Peirce, “não temos nenhum poder, nem de introspecção nem de intuição, mas cada conhecimento deriva por raciocínio hipotético do conhecimento de fatos externos e dos conhecimentos precedentes” (apud ECO, 1998, p. 56). Em outras palavras, descreveríamos o desconhecido através do conhecido, de *nossos próprios referenciais*, inclusive, atribuindo-lhe significados que já teríamos atribuído anteriormente para fenômenos similares. A ênfase colocada no termo [*nosso*] remete novamente ao *sujeito empírico* envolvido no processo semiótico de (re)significação.

Em uma quarta etapa, o leitor parte para as primeiras conclusões parciais, como estratégia de redução do universo a ser analisado. Uma hipótese, por exemplo, só poderá ser confirmada em relação às demais. Ou seja, somente as melhores hipóteses serão selecionadas, as mais verossímeis, as mais fáceis e práticas de serem confirmadas em termos lógicos. Eco nos diz, parafraseando Peirce, em uma passagem de **O signo de três**, que “a melhor hipótese é aquela mais simples e mais natural, a mais fácil e a menos dispendiosa de ser checada e que, além do mais, contribui para uma compreensão do espectro mais amplo de fatos possíveis” (1991a, p. 28).

Em um quinto passo, a partir dos dados que restaram, uma vez que as conjecturas inadequadas foram descartadas, infere-se novamente, dessa vez guiado por certas “evidências” ou “confirmações”. Cada nova observação deverá ser experimentada para ver se está de acordo com as novas evidências

levantadas. Trata-se aqui de uma redução no universo interpretativo apresentado, uma vez que cada uma dessas novas possibilidades inferenciais surgidas será testada sistematicamente, resultando em um número bem menor de opções interpretativas, das quais uma delas poderá ser a “correta”. “Peirce afirmava que uma hipótese deve sempre ser considerada como uma pergunta e, embora todo o conhecimento novo surja de conjecturas, elas são inúteis sem o teste de averiguação” (ECO, 1991a, p. 29). Desse momento em diante, temos em mãos a hipótese ou eixo de hipóteses a serem seguidas, uma vez que já foram confirmadas em relação às precedentes.

Entendendo que só se conhece um determinado fenômeno e que somente se pode interpretá-lo a partir de certas inferências, ou abduções, em um último estágio do processo interpretativo, esse leitor estabelece a “prova final”, confirmando se suas suspeitas iniciais estavam corretas ou não. No exemplo trazido pelo autor, Marco Polo teve de refazer suas suposições várias vezes, até o estabelecimento de que aquele rinoceronte, de fato, não era um unicórnio. Trata-se da elaboração de determinadas instâncias interpretativas, muitas delas caracterizadas pela criatividade não-lógica, para se chegar a um determinado resultado.

Por tais razões, um processo de aquisição de conhecimento, como o que se dá no caso de Marco Polo e os “unicórnios/rinocerontes” da ilha de Java, pode ser comparado e estar interligado a um *processo interpretativo*, entendido aqui enquanto um construto de inferências abduativas que terminam por estabelecer/constituir uma determinada *tessitura* interpretativa, continuamente abastecida por uma competência enciclopédica que se afasta radicalmente da proposta de um leitor-modelo. Estabelecido em ***Kant e o ornitorrinco***, esse observador empírico, altamente capacitado nas artes da interpretação, é capaz de relacionar entre si um dado fenômeno externo com seus referenciais internos, e ainda elaborar abduções extremamente criativas que produzirão, complementarão, ou atualizarão um determinado conhecimento.

Nesse sentido, sendo todo o signo eminentemente abduativo, conforme ressaltado por Serra (1996, p. 18), podemos afirmar, reciprocamente, que *toda a abdução é sîgnica* e, ao mesmo tempo, *humana, demasiadamente humana*. Não

se trata, nesse caso, tanto de *redundância*, quanto de *lógica*, ainda que expressa de forma simples. A abdução parte de um “resultado”, que na proposta peirceana consiste em “algo surpreendente”, e dirige-se para uma “regra”, tomada em termos de hipótese explicativa, servindo o primeiro como signo da segunda.

Assim sendo, toda a abdução envolve um processo interpretativo de atribuição de significado, ou seja, uma *semiose*, que não possui o rigor formal de uma dedução e nem o caráter de confirmação experimental gerado por uma indução. Como se percebe, e ainda que cause um certo estranhamento, Peirce tinha razão ao afirmar que, por traz de todo e qualquer *fenômeno físico*, encontra-se um *processo interpretativo*. Complementando a premissa do lógico norte-americano, se nos encontramos envolvidos com um processo interpretativo, encontramos-nos também diante de um *interpretador de signos*, em maior ou menor grau capacitado nas artes da *tradução*.

## (IN)VERSÕES, (DI)VERSÕES, (IN)QUIETAÇÕES

Polir de Esopo as fábulas tentei  
Em versos de seis pés que concertei.  
Duplo valor encerra este livrinho,  
Porque provoca o riso, enquanto ensina,  
Em frase jovial, prudente e fina,  
Da vida o refletido e bom caminho.  
Se todavia alguém mal avisado  
Censurar-nos quiser por ser estranho  
Que as árvores e as feras em tamanho  
Colóquio vivam, tenha bem lembrado  
Que tudo quanto expomos é fingido,  
Pura invenção, gracejo divertido.  
(FEDRO – **Prólogo Livro I**)

Eros dociamargo  
Eros que atormenta  
Eros tecelão de mitos  
(SAFO DE LESBOS – **Lírica – Fragmentos**)

*Nós tecemos a teia da vida e da morte...* Ádua tarefa a de trabalhar com Destino. Desde tempos imemoriais em que os deuses habitavam a Terra e nos amavam, nos odiavam, nos guardavam, nos abandonavam do alto do Olimpo, Destino era temido: divindade cega nascida do Caos e da Noite. Estavam-lhe submissos todos os deuses e nada no mundo acontecia sem a sua vontade.

Destino foi representado, ao longo da História, com os pés sobre a Terra. Na mão, trazia a urna que continha a sorte dos mortais. Possuía também uma coroa encimada de estrelas, caracterizando o universo, e um cetro, símbolo de seu soberano e inabalável poder. Altamente hierarquizado, na cosmogonia grega

as Moiras encarregavam-se de executar suas ordens ... Escolhas foram feitas neste trabalho sob o domínio de Destino.

Poderíamos, ao contrário, ter preferido as Musas como inspiradoras. Filhas de Júpiter e Mnemósine, que protegiam as artes, as ciências, e, principalmente, as letras. Em número de nove, Calíope (a “eloqüência”, respondia pela poesia épica ou heróica), Clio (a “proclamadora”, era associada à História), Melpômene (a “tragédia”, preocupava-se com a poesia trágica), Tália (a “festividade”, orientava a comédia), Euterpe (a “delícia”, encantava pela música), Terpsícore (a “mãe das sereias”, movimentava-se pela dança), Erato (a “adorável”, ditava a poesia lírica), Polímnia (a do “hino sagrado”, concedia a devoção) e Urânia (a “rainha das montanhas”, manifestava-se através da astronomia), possuíam o cavalo Pégaso para lhes servir de transporte. Entretanto, há de se fazer uma ressalva: Platão comenta que a História deveria ser reescrita por cometer a injustiça de ter esquecido de colocar Safo de Lesbos, a poetisa de Mitilene como a décima Musa daquele panteão<sup>62</sup>. A “liberta”, vivia para inspirar os amantes nas artes da poesia erótica. De qualquer forma, ao longo de toda a História antiga, os gregos lhes consagraram templos e oferendas de flores, frutas e mel, em detrimento ao temor que desenvolviam pelas terríveis Moiras comandadas por Destino.

Como primeiro passo, estudamos as propostas enunciativas e as possibilidades de leitura de múltiplos Bakhtins: incompletos, completos, próprios, impróprios; autênticos, plagiados; deturpados, recriados; *seus* e de *outros*. Além do mais, procuramos encontrar o Bakhtin formalista; o Bakhtin antiformalista; o Bakhtin freudista; o Bakhtin fenomenologista; o Bakhtin marxista; mas, sobretudo, o *Bakhtin vivo*! E muitas foram as possibilidades irregulares de leitura na tentativa de encontrá-lo.

Aquele que dedicou sua vida ao estudo do outro, da linguagem do outro, da prática cotidiana do outro, da atitude responsiva desse outro, não poderia ser lido de maneira egocêntrica, e, pior ainda, a partir de um ponto de vista

<sup>62</sup> Platão (427 a.C.-347 a.C.) incluiu em **Fedro** (verso 235 bc) dois poetas entre os antigos que trataram do tema do amor: Safo e Anacreonte. O verso “Nove são as Musas, afirmam. Que descuido! Contem bem: com Sappho de Lesbos, dez Musas”, consta da **Antologia palatina**, IX, 506, e foi compilado por Brasil Fontes em seu **Eros, tecelão de mitos** (2003a, p. 142).

monológico; até porque várias noções fundamentais do seu pensar se caracterizam, justamente, por acordos dialógicos e polifônicos entre um “eu” e seus múltiplos “outros”. Iniciamos nossa tessitura, justamente onde o *mítico* encontra o *texto*: pelas mãos de Clotho, a tecelã, o primeiro ponto da trama é enlaçado.

Em função da complexidade requerida pela produção de sentido pressuposta na relação entre texto e contexto, partimos de uma *abdução*, entendida enquanto *fiandeira silenciosa* do limiar semiótico das possibilidades interpretativas. E fios começaram a ser tramados... Novamente se faz presente a idéia de que a teia não tem início nem fim. Ela está. A abdução desafiadora permitiu-nos a possibilidade de ampliação de uma noção de texto para uma de textualidade, o que implica sua inserção em uma dada (com)textualidade. O trabalho desenvolvido pela aranha, que forma sua urdidura de fios delicados mas resistentes, é contínuo e engenhoso.

Das propostas enunciativas chegamos aos *enunciados*, concebidos como *unidades de comunicação* e, por conseguinte, *unidades de sentido*, necessariamente contextualizado. Inclusive, a preocupação de (re)pensar a questão das *relações* entre os enunciados e seus contextos significantes começa em Bakhtin. Antes mesmo de ser contextualizado na frase, o enunciado reclama sua própria contextualização. Antes de ser predicado, complemento mínimo, ele é sujeito. É do enunciado que a multiplicidade de tessituras dialógicas vão sendo tramadas para a instauração, construção e atualização de um determinado sentido. Bakhtin, incompleto na sua completude; por ser incompleto, completa-se!

Da harmonia e da colisão *entre* enunciados, transbordam universos significativos inteiramente distantes, novos, diferentes, inusitados, imprevisíveis, continuamente recriados e criativos, mas também próximos, e que, de alguma maneira, estão relacionados entre si. Novamente, conforme já dissemos, vale lembrar que a idéia de *relação* está sempre presente no *nascimento atemporal* mais profundo da *essência semiótica*.

Nessa perspectiva, todo o enunciado não deve ser tomado como um elemento isolado, mas levado em consideração a partir da *situação concreta* que

o originou. A especificidade da noção de enunciado em Bakhtin remete a um *processo interativo* que se dá entre o *verbal* e o *não-verbal* que integram e interagem com uma situação comunicacional própria, ligada, diretamente, aos aspectos históricos específicos que antecederam esse enunciado (outros discursos, outros sujeitos), bem como aos aspectos que a partir dele são projetados na infinita e permanente espiral de enunciações.

Lembremo-nos do exemplo deixado pelo próprio autor: “duas pessoas estão sentadas numa sala. Estão ambas em silêncio. Então, uma delas diz ‘Bem’. A outra não responde”. Mesmo em um enunciado monolexemático, o sentido de “bem” só pode ser compreendido e, conseqüentemente, analisado porque existe uma situação extraverbal implicada no verbal, incluindo aí interlocutores que se conhecem, compartilham universos, conhecimentos, pressupostos, sentimentos. Trata-se de uma situação específica, enunciada em um dado momento, que carrega um comprometimento, compartilhado pelo silêncio dos interlocutores.

Eco também nos dirá que a palavra [bem], pronunciada dentro de *condições de comunicação*, interativas, avaliativas e específicas, surgidas a partir de um determinado código, transforma-se em um enunciado, implicado em uma gama de outros fatores que são de ordem extralingüística e, que, para tanto, requerem uma competência enciclopédica<sup>63</sup>. O *dizer* de Bakhtin *dito* por Eco. Láchesis é considerada a mediadora: não promove o atrito de noções, porém sorteia os nomes dos que vão morrer.

Como se percebe, não somente o enunciado requer um contexto histórico no qual possa se expressar, como também reclama um alguém *concretamente*

---

<sup>63</sup> Contemporaneamente, Fontanille (2005, p. 18) reporta a essa mesma idéia ao comentar a relação estabelecida entre um texto-enunciado e a situação semiótica que o faz funcionar, dando como exemplo um cartaz publicitário colocado em uma vitrine: se, por um lado, um “texto-enunciado é um conjunto de figuras semióticas organizadas em um todo homogêneo graças à sua disposição sobre um mesmo suporte ou veículo (uni, bi ou tri-dimensional: o discurso oral é unidirecional; os textos escritos e as imagens são bi-direcionais; e a língua dos sinais é tri-dimensional”, por outro lado, a relação enunciativa proposta por um cartaz publicitário torna-se necessariamente contextualizada no momento em que reclama uma prática mais complexa e heterogênea, para a qual concorrem “o entorno no qual está inserido e que lhe confere eficácia enunciativa e pragmática: a rua, o muro, os corredores, as plataformas do metrô” (2005, p. 19). Tal entorno, desse modo, compreenderia também os percursos dos espectadores potenciais, suas esperas e suas competências interpretativas: “interessar-se pela afixagem não é apenas passar do *texto-enunciado* ao *objeto*, mas ao conjunto da situação semiótica que permite ao cartaz funcionar segundo as regras de seu próprio gênero e regular principalmente sua interação com os percursos e os usos dos espectadores” (2005, p. 19).

*constituído* pelas artimanhas do processo comunicacional. Também a enunciação bakhtiniana, de natureza constitutivamente social, é considerada em sua expressão concreta imediata como sendo o produto da interação de indivíduos socialmente organizados. Além do mais, em Bakhtin, a enunciação não se encontra de forma alguma concluída em uma determinada obra, mas, sim, que seu sentido e suas particularidades vão sendo construídas ao longo do conjunto das obras, o que acarreta, por seu turno, a aproximação com outras noções que vão sendo igualmente (re)construídas, (re)estruturadas e (re)produzidas continuamente. Circularidade. Eterno devir.

Pela *fala*, nos termos propostos por Bakhtin, a *Enunciação* é criada, singular e sempre renovável. Da *Morada do Verbo* Ela vem para habitar entre aqueles que fazem *uso* da língua. *A apropriação do sistema pertence ao Homem!* Cada enunciado representa, nessa perspectiva, uma *Enunciação Divina* que a Linguagem proporciona a cada um de nós. E muitas são as “Falas Divinas”. Cada enunciação é, se nos é permitido referir, uma *Anunciação!* Não somos nós quem falamos, mas *O Divino Quem fala em nosso nome*. Expressão Absoluta da Linguagem! Fortuna crítica!

Nesse *intervalo*, o “eu” (enunciador) realiza-se no “nós” bakhtiniano (coletivo), entendido como o espaço onde *a comunicação é negociada* em uma multiplicidade de interações significativas que conferem plenitude concreta e viva à língua. O “nós” somente ganha força, verdade, legitimidade através do *diálogo* com esse *espaço real*, social, ideológico, contextual, coletivo, que (re)presenta e (re)apresenta diferentes significações à medida que é (re)enunciado. O Eu dialoga com seus múltiplos outros; em outras palavras, no *Outro* já está presente o *eu*. As tensões e pulsões sociais do “nós” coletivo dispersam-se em várias direções: ao cruzarem-se, tecem-se, ganhando força. Dessa união se origina a *força de um coletivo cada vez mais pulsante*. Inversões, diversões, inquietações bakhtinianas.

Tal coletivo, que já está, de alguma maneira, textualizado, indica, prevê, requer ou pressupõe um determinado contexto, nos termos de Eco, perpassado na relação social e, sobretudo sígnica, que ocorre entre os diferentes leitores, neste caso já empíricos. “Como nos ensinam as mais laicas entre as Ciências



Humanas, é o outro, é seu olhar, que nos define e nos forma”, referenda Eco, justamente ao se perguntar: *em que crêem os que não crêem?*

O diálogo entre o autor e o Cardeal da Igreja de Roma Carlo Maria Martini foi realizado, na forma de cartas, nas páginas da revista italiana ***Liberal***, e revelou um leigo dotado de grande conhecimento e profundas dúvidas religiosas, e um religioso preocupado com os aspectos terrenos da vida. A resposta de Sua Eminência foi clara: “O que funda a dignidade humana senão o fato de que cada ser humano é uma pessoa aberta a algo de mais alto e maior do que ela própria?” Divergências? Divagações? Não nos esqueçamos que uma das grandes questões debatidas pelo Círculo de Bakhtin dizia respeito justamente ao aspecto profundamente religioso do homem, razão pela qual a congregação foi perseguida em uma época onde não havia liberdade para tais questionamentos, em uma sociedade marcada pelo socialismo soviético.

A idéia do *eterno diálogo* é imperiosa em diversos momentos do pensamento bakhtiniano, sendo articulado a uma série de outros conceitos que, por sua vez, desdobram-se em propostas metodológicas e teóricas que dão continuidade ao estudo da linguagem. Conceito complexo e impactante não só para os estudos lingüísticos, mas para as Ciências Humanas e Sociais de um modo geral, a reflexão bakhtiniana de diálogo termina por *relacionar* categorias como as de sujeito, tempo e espaço, contemplando ainda uma perspectiva que revela a constituição histórica, social e cultural que se faz presente em cada uma dessas instâncias.

Tais aspectos, Eco referenda em ***Lector in fabula***, ao se reportar aos *passeios inferenciais* executados por um leitor que, “por assim dizer, sai do texto, vai explorar o universo da intertextualidade e da sua competência enciclopédica, retorna ao texto com uma carga de informações e começa a fazer inferências. Ao retornar de suas caminhadas, traz consigo *resíduos intertextuais* em sua bagagem e, graças a isso, está em condições de atualizar de forma adequada o que o próprio texto sugeriu. Lembremo-nos também de Barbosa, em seu ***A leitura do intervalo***, que, a partir de um outro viés crítico, também nos fala das implicações do contexto sobre o texto, por sinal, tanto maiores quanto maiores

forem os *intervalos* entre “o que diz a obra e o que o leitor é capaz de dizer após a leitura” (1990, p. 16).

A questão, ao nosso ver, retorna. Quem (re)significa esse intervalo? Quem (re)cria o texto? Quem (re)conhece o contexto? Certamente, não podemos descartar que esse *outro* assume um papel *no* enunciado, influenciando-o de maneira significativa. Ao que parece, as terríveis Moiras alinhavam outro ponto: quem são esses interlocutores para Bakhtin? Quem são esses leitores para Eco? “Costuras de sentido”. Tecido semântico que se bifurca e se entrecruza com toda uma *malha* de cadeias significantes e contextuais.

Em nossa trama, procuramos perceber esse fio condutor, transparente e misterioso, que percorre a noção de texto e sua relação com o contexto, tanto em Bakhtin quanto em Eco e a quais as possibilidades de executarmos tal passagem à medida que os diferentes enunciados vão se (re)significando a partir das atualizações sugeridas pelo contexto em que se encontram seus leitores, autores vivificantes do processo comunicacional. Dito de outro modo, a cada fio tecido entre os enunciados, seus contextos e seus sujeitos, um *universo interpretativo*, multifacetado e fragmentado pelas diferentes leituras é (re)criado. O mérito talvez não resida tanto na travessia, quanto na execução da teia... ”Enquanto epifania lunar, a aranha também é dedicada à tecelagem e à fiação, razão pela qual era também chamada de *A Senhora do Destino*, pois seu tecido delicado tramava a vida e morte”.

Desconcertantemente, o pensamento bakhtiniano oferece um *outro olhar* acerca da linguagem, não a tratando apenas como uma expressão subjetiva de uma *consciência individual*, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos, nem tampouco como sistemática, abstrata, invariável, mas sobretudo criativa, apropriada pelos falantes para um determinado uso. É da combinação dessas duas dimensões que Bakhtin percebe a condição do *sujeito múltiplo*, servo e senhor da linguagem. Teríamos aqui o princípio de uma relação entre enunciado, texto e contexto de um leitor empírico que se comunica.

Em última instância, a preocupação de Bakhtin reside no *homem produtor de textos* de uma determinada cultura. Ou seja, o homem representa essa

determinada cultura, através dos textos que produz, ao mesmo tempo em que está representado por ela, posicionamento adotado pela Escola de Tártu-Moscou, da qual o lingüista russo fazia parte, e que posteriormente será recuperado por Eco, em seu ***Tratado geral de semiótica***, quando compara o texto com o mundo e o mundo com o texto, transformando todo o ato de comunicação em um ato de significação e, por conseguinte, em um ato de cultura.

Tanto Bakhtin quanto Eco percebem a noção de texto como aquela que envolve tudo aquilo que diz respeito à produção cultural fundada na linguagem. E, para Bakhtin, não há produção cultural *fora* da linguagem, posicionamento que termina por apagar as linhas divisórias entre as disciplinas que se ocuparam deste tema. A produção cultural, sob esse olhar, articula, simultaneamente, o textual, o intertextual (contemporaneamente falando) e o contextual. Transformada em situação comunicacional, a vida dialógica das enunciações estará dependente e interligada ao contexto social da qual emerge e para a qual acabará confluindo. *Trançamos a meada do destino para todo e qualquer mortal...*

Culturalmente textualizado. Textualizadamente cultural. Da noção de texto passamos a uma de circunstância de comunicação. Eco e Fabbri, a partir de 1978, ampliam o modelo comunicacional proposto por Shannon e Weaver, dando-lhe a denominação de semiótico-informativo. Tal modelo traz à tona o problema dos *processos de significação* inseridos na teoria da informação. O *modelo informativo*, de inspiração lógico-matemática, centrava a atenção apenas na *eficiência do processo*, e não na *dinâmica das relações* entre o emissor, o receptor e o código.

É justamente a partir desse elemento que os autores procuram entender em que condições de comunicação, que será própria e específica ao local gerativo e receptivo do texto, a noção de código será apropriada e transformada por parte dos falantes. Novamente, temos mais um fio interpretativo do destino que é entrelaçado pelas Moiras: a maneira como as circunstâncias de comunicação são apropriadas pelos leitores aproxima-se muito do instante mágico do surgimento do enunciado bakhtiniano, uma vez que ambos são

originados de um momento particular, e de nenhum outro, relacionados concretamente ao contexto.

Nessa perspectiva, teríamos, então, dois contextos, chamados por Eco de *interno* e *externo* ao conjunto de práticas textuais. No primeiro caso, o autor entende o sintagma como o próprio contexto interno de uma dada expressão (enunciado, em termos bakhtinianos), que pode fornecer os indícios para a interpretação do resto do texto a que uma determinada expressão deu origem; no segundo caso, a *circunstância de comunicação* responde pelo contexto externo, que permite compreender a que código o remetente está se referindo e para o qual concorrem situações que extrapolam o nível sintagmático referido em um primeiro momento, e que deverá ser atualizado por um leitor inserido em um dado contexto, perpassado por uma dimensão cultural. A revisão do papel da *circunstância de comunicação* traz implícita, em **A estrutura ausente**, a necessidade de um outro olhar sobre a Semiótica, justamente no aspecto que se refere à *apropriação* de determinados códigos pelos leitores de uma determinada situação comunicacional, ou até mesmo a transformação de um código em outro.

No desenvolvimento de um processo comunicacional, os fatores externos tais como os valores atribuídos por uma sociedade a determinados signos; a vivência cultural dos receptores que fizeram uso desses signos; a própria estrutura política e ideológica presente nos signos, e que são do patamar da História, localizada em um dado tempo e espaço, interferem diretamente no processo de (re)significação. Bakhtin, em **Marxismo e filosofia da linguagem**, nos dirá, em outras palavras, que *todo o signo é habitado*, e transforma-se na morada não só de uma sociedade, mas do próprio sujeito criador de seus signos.

A idéia da atualização textual, a partir de um determinado contexto trazido à tona por Eco, aproximar-se-ia da noção de *interação textual* apresentada por Bakhtin: trata-se de um texto que dialoga com outro; ou algum fragmento de um texto primeiro que aparecerá em um novo texto, (re)combinado e (re)articulado em relação ao anterior, que se constitui em um intertexto completamente novo e original. A competência enciclopédica intertextual, inserida no âmbito de uma determinada cultura, refere-se justamente à articulação dos intrincados “sistemas

de signos” que compõem os diferentes “universos textuais” que fazem parte da vivência do leitor, o que pressupõe um *contexto de referência* bastante amplo, que não dependa exclusivamente de um sistema léxico verbal-lingüístico.

No dizer de Eco, em ***Semiótica e filosofia da linguagem***, teríamos um *remetido* que sempre será *remetido* de algo que o precede, e assim sucessivamente *ad infinitum*, em uma *concepção* dialógica presente no interior do próprio signo, idéia peirceana que seria (re)trabalhada, posteriormente, pelo pensador russo, a partir de um outro viés. O estabelecimento do *remetido* já pressupõe a noção da semiose ilimitada de Peirce, em que as idéias são essencialmente signos, e em que cada pensamento se dirige a outro sucessivamente, em um permanente diálogo, que está longe de ser finalizado. Silenciosamente, percebemos outro nó de ligação nesta trama terrível: Eco referenda Peirce que dialogará com Bakhtin. Abdução. Criação. Interpretação.

Em Bakhtin, todos esses tecidos intertextuais somente podem adquirir um sentido e uma significação plenos a partir de sua interação com um determinado campo social. *O enunciado interage com o seu contexto*. Ao leitor se faz necessária uma competência extralexical (enciclopédica), no dizer de Eco que, justamente, extrapole o âmbito de uma manifestação linear. Mais do que isso, o próprio texto passa a interagir com os seus contextos, voltando-se na direção das práticas culturais e sociais da vida cotidiana. Afinal de contas, não há como não ler o mundo, e suas mais diversas formas de comunicação a não ser a partir dos sistemas significantes que o compõe. *A vida é dialógica por natureza*; tudo comunica, e essa comunicação é interdiscursiva, polifônica, interativa e, sobretudo, social.

Como o universo da produção de sentido é ambíguo e multi-interpretável, muitos textos somente podem ser plenamente atingidos em toda sua riqueza à luz de um suficiente *conhecimento intertextual*, que depende da capacidade desse leitor em manter ativado, a partir de um determinado contexto, um grande jogo de inferências, de modo que, mesmo o mais “fechado” dos textos, possa reencontrar um novo viço interpretativo na produção de uma nova cadeia significativa. Dito de outro modo, uma dimensão textual amplia-se graças a sua

relação com um dado contexto, oriundo das diferentes competências interpretativas de seus leitores.

Ao que parece, podemos desenvolver um exercício de livre comparação entre as diversas composições intertextuais presentes em um texto e as tonalidades multicromáticas dos vitrais góticos das igrejas medievais, conforme nos lembra Eco, em ***Sobre a literatura***, para quem a Idade Média, longe de ser uma seqüência de séculos obscura em termos de cores, retratada sempre pela visão noturna de castelos e vielas sombrias, “representa a si mesma em tons brilhantes” (2003, p. 25). Tal multiplicidade interpretativa é chamada pelo autor de “Poética da Luz”.

Nessa perspectiva, ambos intertextos estão em constante recriação interpretativa, a partir do olhar inusitado do leitor. Da mesma forma que um texto abre-se à interpretação que acrescenta luz em seu interior, em seus ditos, interditos, não-ditos silenciosamente colocados como armadilhas a serem administradas pelos diletos leitores, uma igreja gótica, para fazer penetrar o divino em suas naves sem isso escuras, estria-se de lamina de luz que penetram das vidraças, e é para dar lugar a esses corredores de luz que o espaço das janelas e rosáceas alarga-se, as paredes quase se anulam em um jogo de contrafortes e arcos que se elevam, e toda a igreja é construída em função, de um irromper de luz através de uma renda de estruturas (ECO, 2003, p. 25-26).

A metáfora da igreja medieval, tão cara a Eco, com sua estética de cores vivas, nos serve de reflexão para repensar a convergência dessa multiplicidade de linguagens sígnicas que se entrecruzam em um universo textual cada vez mais interpretável. Melhor dito: se teorizarmos sobre as diferentes linguagens que se convergem na produção de um determinado sentido, estamos indo além de uma reflexão sobre o próprio texto, penetrando na “alma humana”, no dizer bakhtiniano do termo, que transcende em muito uma análise do suporte técnico em que se desenvolve o texto e suas diferentes técnicas de materialização das idéias de seus autores. Das (re)vivências do passado, o homem medieval também estremecia frente ao desconhecido. Assim, muitos textos, e isto não podemos negar, já nos provocaram medo, pânico, paixão, tristeza. Conforme percebemos, uma outra discussão acerca da arte da interpretação subjaz em qualquer texto.

A proposta de uma visão semiótica que busque outros vieses de análise para a atividade interpretativa nos indica, como caminho reflexivo, esse *prisma luminoso multifacetado* que rompe a estrutura sólida dos conceitos exangues para mostrar que um texto e suas hiper-realidades interpretativas, ou seus mundos possíveis, no dizer de Eco, em ***Lector in fabula***, está *em relação* aos sistemas de signos que o (re)faz constantemente. Não nos esqueçamos que uma reflexão acerca do próprio processo interpretativo não está centrada unicamente no texto, ainda que dele parta, mas, sim, em uma *mediação* estabelecida entre os o contexto e seus leitores, senhores da Linguagem, e seus signos culturais.

É nesse sentido que o *prisma luminoso multifacetado* que invade a escuridão das catedrais góticas e os não-ditos textuais se liga, de alguma forma, ao fractal espectro atômico visionado por Borges. ***O Aleph*** é o grande hipertexto borgeano, pois possui a forma universal tão esperada por aqueles que buscam a interpretação como forma de inspiração criativa. Apenas um breve momento na presença d'***O Aleph*** já transforma o leitor, seus textos e contextos, em uma esperançosa releitura do próprio processo interpretativo, altamente criativo.

Entretanto, até bem recentemente, o trabalho analítico-interpretativo de Eco centralizava-se no *texto* e não priorizava o *contexto* em que se manifesta cada signo, diferentemente da idéia levantada por Bakhtin, cujos enunciados já pressupunham seus contextos. Em ***Kant e o ornitorrinco***, alinhava-se outro ponto na tessitura sígnica: o texto “abre-se” para o local de sua contextualização, onde convergem as mais diferentes atualizações que terminam por efetivamente dar um outro sentido aos signos em movimento. *Estendemos um fio dourado partindo do Salão do Luar...*

Nesses termos, a noção de produção de sentido completa-se ao ser completada pelo contexto circundante, para o qual, como já vimos, concorre um conjunto interativo de fatores, de sujeitos em atos de fala, de situações, de intercursos, de textos, de co-textos, de intertextos, de circunstâncias de comunicação. “A linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta, no momento e no lugar da atualização do enunciado” (BRAIT, apud TEZZA; DE CASTRO, 2001, p. 77). A construção do sentido, incompleta em sua completude, articula-se a toda essa gama de fatores imbricados, difusos,

polissêmicos; caso contrário, teríamos uma única e mesma leitura para um texto qualquer, o que não estaria de acordo com uma das características básicas de um texto que é, justamente, seu *movimento*, seja sígnico, estabelecido por atualizações no interior mesmo do sistema; seja interpretativo, transformado, a cada momento, pelo contexto de seus diferentes leitores.

Essa (re)instauração inusitada de sentidos remete à *avaliação social* realizada por um sujeito nos termos bakhtinianos, que se percebe *sujeitado* pelas experiências cotidianas e sociais, e que atualiza o enunciado a partir de seu ponto de vista, levando em conta o local de sua enunciação e a maneira em que ela se dá. Lembremos do exemplo já citado do semema [fogo!]. Dessas interações de discursos que dialogam entre si, e de sujeitos que, além de dialogarem entre si, dialogam com a multiplicidade de discursos de uma mesma cultura e sociedade; e de culturas e sociedades diferentes entre si, emerge a necessidade de um processo de produção de sentido e, em última instância, de um processo comunicacional dialógico.

Já em Eco, a proposta de leitura se transforma: passa a atualizar determinadas *propriedades textuais* mediante *contextos específicos*. Sua produção de sentido não está mais contida unicamente nas linhas que, ao serem tecidas, formam seus mais diferentes intertextos. O texto passa a se constituir em função das possibilidades que são facultadas ao leitor de inferir o possível contexto lingüístico e as possíveis circunstâncias de comunicação, a partir do local de sua geração ou de sua recepção. As múltiplas possibilidades de interpretação brincam de pertencer a vários sistemas semióticos ao mesmo tempo, co-ocorrendo de maneira simultânea. A atualização, ora indicada, ora à espera de uma possível descoberta por parte do leitor, (re)cria diferentes *percursos interpretativos*, em função das muitas denotações e conotações decorrentes, adquirindo múltiplas significações de acordo com a seleção contextual e intertextual hipercodificada envolvida no processo. Afinal de contas, um texto é sempre um eterno devir! *Firmamos as suas pontas no Oriente e no Ocidente, no Norte e no Sul...*

Como se percebe, resgatamos o longo percurso da ampliação da frase estruturada por Saussure à concepção de texto e, posteriormente, de contexto



tomado em sua dimensão cultural. A proposta de Eco foi a da renovação de um caminho com vistas à problematização dos *aspectos contextuais* envolvidos nos textos. Especialmente em ***Tratado geral de semiótica e Lector in Fabula***, o autor analisa o modo pelo qual o leitor *seleciona* uma determinada circunstância comunicacional e um determinado contexto para *se fazer expressar*, em um determinado momento, específico, único, mágico. Qualquer enunciado, inclusive o monólogo solitário, requer seus *outros*, que passam a existir em função dos contextos interseccionados pelos demais enunciados envolvidos no processo comunicacional.

Sob esse ponto de vista, Peirce nos falará de um processo de semiose ilimitada, em que uma interpretação passa a existir em função das anteriores, dialogando com seus leitores e seus contextos na construção de uma espiral infinita de sentidos a serem atualizados. Entretanto, vale ressaltar, em termos bakhtinianos, que a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura da sua significação. Vale recordar o significado que o termo pragmático assume nas reflexões peirceanas e por isso Eco vai resgatar justamente tais características em ***Kant e o ornitorrinco***.

Desse momento em diante, tomamos de empréstimo a idéia defendida por Peirce (1839-1914) e seguida por Eco, para quem a *pragmática* compreende o conjunto das investigações que têm por objeto a relação dos sinais com os intérpretes; ou seja, o estudo da *situação prática* específica, e, portanto, verbalizável, conforme colocamos ao nos referirmos a Greimas e Courtés (1979), em que o *sinal* foi apropriado ou utilizado pelos intérpretes, em um dado contexto, em uma dada cultura, e transformado em *signo* pelos engenhosos *sujeitos produtores de signos*. Vale ressaltar que Peirce nos fala de intérpretes (e não interpretantes), sobretudo reais e empíricos, que observam os fenômenos igualmente empíricos a partir dos quais estabelecem a sua *prática* analítica de produção e apreensão de conhecimento, processo que se dará por analogia. Preocupado com esse leitor do mundo empírico, tal referencial também será encontrado, sob um outro ponto de vista, mas com a mesma inquietação, em

Bakhtin e no modo como vê a enunciação, concreta, única, de ocorrência específica e, sobretudo, *sujeitada* por um sujeito.

No decorrer de nossas inquietações, tentamos estabelecer outra passagem sígnica: da categoria de leitor, para a categoria de sujeito, buscando subsídios no interior da própria teoria semiótica proposta por Eco. Entretanto, procuramos resgatar não tanto o *significado do termo* “sujeito” desenvolvido pela Filosofia, Antropologia, Sociologia ou Psicologia, mas, sim, nos permitimos a sua *apropriação* para refletirmos acerca da tradução, transposição ou evolução do *elemento*, para usarmos um termo vago mas permitido pelo léxico. Da *experiência estética* da obra de arte, esse elemento passará para o *interior do texto*, sob a expressão de um leitor-modelo, de onde se transformará, na tentativa de submergir através das categorias kantianas de apreensão do conhecimento, em um sujeito materializado pela força do Juízo, trabalhado especialmente em ***Kant e o ornitorrinco. Um arremate é dado ao meio dia, uma prega é costurada na casa do Alvorecer ....***

Mas, de qual trama estamos falando? Do *ciclo do mundo*, doutrina segundo a qual o mundo retorna, depois de um certo número de anos, ao caos primitivo do qual sairá de novo para (re)começar o seu curso. Se, por um lado, sempre igual, por outro em permanente transformação. Tese. Antítese. Síntese. A idéia de circularidade foi sugerida pelos filósofos mais antigos a partir dos eventos constatáveis: o alternar-se do dia e da noite, a mudança das estações, o desenvolvimento das gerações de animais. Tal pressuposto encontra-se nos estóicos e especialmente em Heráclito (544 a.C.-484 a.C.), em sua ***Sobre a Natureza***, que nos diz que: “Não se pode descer duas vezes o mesmo rio e não se pode tocar duas vezes a mesma substância mortal no mesmo estado, pois, por causa da impetuosidade e da velocidade da mudança, ela se dispersa e se reúne, vem e vai. Nós descemos e não descemos pelo mesmo rio, nós mesmos somos e não somos” (REALE; ANTISERI, 2002, p. 36).

A célebre frase, que é atribuída ao filósofo grego, sintetiza a idéia central de seu pensamento: tudo no universo flui; nada permanece estável, fixo, imutável. Nascido na cidade grega de Éfeso e pertencente à alta aristocracia helênica, é considerado por muitos escoliastas como o mais eminente pensador pré-

socrático. Avesso às multidões e, principalmente, às formas de pensamento tradicionais, desenvolveu o conceito de *Verdade Universal* chamado *Logos*, que representava, essencialmente, o princípio da (re)unificação e da harmonia que regem o universo.

Heráclito, segundo Reale e Antiseri (2002), defendia a idéia de que todas as coisas, ou seja, todo o universo, era feito de uma única e permanente substância, que tinha de ser, obrigatoriamente, composta por um dos quatro elementos: terra, água, ar e fogo. Como principal elemento, elegeu o fogo, talvez inspirado na lenda de Prometeu, ainda próxima da civilização grega. Via o princípio unificador do universo como uma chama permanentemente acesa e em constante transformação. Por isso, dizia que a explicação de todas as coisas deveria ser buscada no íntimo de cada um, instância profunda na qual se encontrava o *Ser do homem*, local mítico onde essa chama sagrada crepitava *ad infinitum*.

Esse fogo é como um “raio que governa todas as coisas”. E aquilo que governava todas as coisas era designado pelo filósofo de “inteligência”, “razão”, “Logos”, ou “lei racional”. Para Reale e Antiseri (2002), a *idéia de inteligência*, que nos filósofos de Mileto estava apenas implícita, é associada expressamente ao “princípio” de Heráclito, onde um fragmento particularmente significativo sela a nova posição de Heráclito: “O Uno, único sábio, quer e não quer ser chamado Zeus”. Não quer ser chamado Zeus se por Zeus se entende o deus de formas humanas próprio dos gregos; quer ser chamado Zeus se por esse nome se entende o Deus ser supremo (REALE; ANTISERI, 2002, p. 36-37).

Hermético, ***Sobre a Natureza***, segundo os autores, foi escrito de forma enigmática. Por tais razões, Heráclito ficou conhecido como “o obscuro” ou “o que fala por enigmas”, “para que dele se aproximassem somente aqueles que o podiam” e o vulgo se mantivesse distante. E o fez para evitar a depreciação e a desilusão daqueles que, lendo coisas aparentemente fáceis, acreditam entender aquilo que, no entanto, não entendem” (REALE; ANTISERI, 2002, p. 35). É dele outra célebre frase que atravessa indelével os mármore helênicos da História e que não por acaso encima nossa epígrafe inicial: “o Senhor, cujo oráculo está em Delfos, não fala nem esconde, mas indica através de sinais”.

Como se percebe, a bela metáfora revela que não descemos duas vezes no mesmo rio não apenas porque suas águas são sempre outras, mas também porque nós estamos constantemente em transformação. Princípio do *eterno devir*, a vida e a morte, a vigília e o sono, o frescor dos anos expressados pela aurora da juventude e a plenificação da velhice em sabedoria e conhecimento são, no fundo, a mesma coisa: uma transforma-se na outra, e esta volta a ser o que era primeiro, em uma constante fluidez. Conforme Reale e Antiseri,

é claro o sentido desses fragmentos: o rio é “aparentemente” sempre o mesmo, mas, na “realidade”, é constituído por águas sempre novas e diferentes, que sobrevêm e se dispersam. Por isso, não se pode descer *duas vezes a mesma* água do rio, precisamente porque ao se descer pela segunda vez já se trata de outra água que sobreveio. E também porque mudamos: no momento em que completamos uma imersão no rio, já nos tornamos diferentes de como éramos quando nele nos movemos para emergir. Dessa forma, Heráclito pode muito bem dizer que nós entramos e não entramos no mesmo rio. E pode dizer também que *somos e não somos*, porque, para sermos aquilo que *somos* em determinado momento, devemos *não-ser-mais* aquilo que éramos no momento anterior, do mesmo modo que, para *continuarmos a ser*, devemos continuamente *não-ser-mais* aquilo que somos em cada momento. E isso, para Heráclito, vale para *toda realidade*, sem exceção (2002, p. 36).

Nemésio, em sua ***Da natureza humana***, nos diz que

quando no seu movimento os astros tenham volvido ao mesmo signo e à latitude e longitude em que cada um estava no princípio, acontece, no ciclo dos tempos, uma conflagração e uma destruição total; depois, de novo, se retorna do princípio à mesma ordem cósmica, e de novo, movendo-se igualmente os astros, todo o evento sucedido no precedente e o ciclo volta a repetir-se. Esse retorno universal se efetuará não uma vez só, mas muitas vezes até o infinito (apud ABBAGNANO, 1982, p. 126).

Na filosofia moderna, essa doutrina foi retomada por Nietzsche: para quem o eterno retorno é o “sim” que o mundo diz a si mesmo; sua vontade cósmica de (re)afirmar-se e de ser ela mesma, transformando-se na expressão do espírito que exala e bendiz a vida.

O mundo se afirma por si, também na sua uniformidade que permanece a mesma no decurso dos anos, bendiz-se por si, porque é aquilo que deve voltar eternamente, porque é o devir que não conhece saciedade, nem tédio, nem fadiga (apud ABBAGNANO, 1982, p. 126).

Valendo-nos dessa prerrogativa, o leitor *de* Eco, e esse jogo é proposital, (re)aparecerá no montante de suas obras, abertas, herméticas, teóricas ou literárias. Se levarmos em consideração que a possibilidade de “abertura” interpretativa já estava presente em ***Obra aberta*** e que Eco retoma essa mesma proposta principalmente em ***Kant e o ornitorrinco***, poderíamos supor o “fechamento” de um *ciclo investigativo*, levado a cabo nas últimas três décadas, em que o autor referendaria a idéia de *tempo*, conforme tratada pela cultura grega clássica, em que a noção seria vista como *circular* (o tempo das colheitas; o ciclo do sol e da lua; as estações do ano; o movimento das marés) onde um provável “fim” já possuiria elementos de um possível (re)começo, e onde um (re)começo já apresentaria elementos constitutivos de um provável “fim”<sup>64</sup>.

O fato é que, ao atravessar o *rio interpretativo* que um determinado texto proporciona, é o leitor quem lhe faz as devidas atualizações, alterações e, por que não, obliterações. Inseparáveis, como uma e outra margem da metáfora oferecida por Heráclito (544 a.C.-484 a.C.), texto e leitor, agora sim, empírico, se completam mutuamente, sendo que um transforma o outro, enquanto as águas passam... Mallarmé (1842-1898) tinha razão ao se referir à escritura como um *jogo insensato de escrever*. Concordando com o poeta, percebemos a palavra como uma espécie de *signo deslizante*, expressão do interior do texto, e, ao mesmo tempo, exterior, do leitor que lhe confere significado. Para Barthes, em seu ***O prazer do texto***, a escritura é roubo! Da maior Linguagem. Rituais de passagem ... Aventuras da significação ... Rupturas dos sentidos ...

Conforme nos coloca Brasil Fontes (2003a, p. 570-572), os antigos gregos, não somente os poetas como Safo e Alceu de Mitilene, que recitavam versos encantadores ao som da lira, mas principalmente os que trabalhavam com a prosa, nunca se embaraçavam quando chegava o momento de encerrarem seus discursos... Dispunham de um maravilhoso repertório de *conclusões codificadas*, à maneira dos *topoi*; “convém acabar, porque anoitece”; ou então, “os dias são curtos, breve chegará a noite e é incômodo escrever nas trevas...”.

---

<sup>64</sup> Conforme já nos referimos, essa reflexão vem sendo desenvolvida pelo Grupo Avançado de Pesquisa em Semiótica (GAPS), sob coordenação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Pibernat Antonini (USP/PUCRS) e já se encontra colocada pela autora no livro ***Ecos de Umberto Eco: leituras teórico-práticas***, ainda no prelo.

Contemporaneamente, citando Jorge Luis Borges, em seu ***El libro de los seres imaginarios***, Brasil Fontes (2003a) nos fala de um ser estranho, realmente imaginário, não o sabemos com certeza. El mono de la tinta ... Dizem que “este animal abunda en las regiones del norte y tiene cuatro a cinco pulgadas de largo; está dotado de un instinto curioso: los ojos son como cornalinas, y el pelo es negro azabache, sedoso y flexible, suave como una almohada. Es muy aficionado de la tinta china, y cuando las personas escriben, se sienta con una mano sobre la otra y las piernas cruzadas esperando que hayan concluido y se bebe el sobrante de la tinta. Después, vuelve a sentar-se en cucillas y se queda tranquilo... “. *O trabalho finda-se no Salão do Sol Poente...*”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ABDALA JUNIOR, Benjamim. *Margens da Cultura*: mestiçagem, hibridismo e outras culturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

AHMAD, Aijaz. *Linhagens do Presente*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTONINI, Eliana Pibernat. Das Formas de Repetição: a serialidade na cultura pós-moderna. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre: PUCRS, v. 9, p. 144-149, dez. 1998.

\_\_\_\_\_. La Sémiologie vue du Brésil: à la recherche du sujet perdu. In: **Sociétés: Revue des Sciences Humaines et Sociales – Brésil, terre de liens imaginaires**, Paris: De Boeck, n. 83, 2004/1.

\_\_\_\_\_. *Ecos de Umberto Eco*: leituras teórico-práticas. 2006. [no prelo].

ARÁN, Pampa Olga; BAREI, Silvia. *Texto/Memória/Cultura*. Córdoba: El Espejo Ediciones, 2005.

ARISTÓTELES. Sobre a interpretação. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1970.

ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A Poesia Clássica*. Introdução de Roberto de Oliveira Brandão e trad. de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1997.

ARRIVÉ, Michel. *Lingüística e Psicanálise*: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros. São Paulo: EDUSP, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Entre a Transparência e a Opacidade*: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_. Heterogeneidade Mostrada e Heterogeneidade Constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. **DRLAV** (Documentation et Recherche em Linguistique Allemande-Vincennes), Paris: Université de Paris 8-Vincennes, n. 26, 1982.

BAITELO JUNIOR, Norval. **O Animal que parou os Relógios**: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia. São Paulo: Annablume, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_. O Discurso na Vida e o Discurso na Arte. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chaves. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_. **O Freudismo**: um esboço crítico. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_. **Problemas da Poética em Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_; VOLOSHINOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARBOSA, João Alexandre. **A Leitura do Intervalo**. São Paulo: Iluminuras, 1990.

BAREI, Sílvia N. **Recorridos Teóricos**: texto – discurso. Córdoba: Epóke Ediciones, 2001.

BARTHES, Roland. **A Aventura Semiológica**. Lisboa: Ed. 70, 1987.

\_\_\_\_. **Análise Estrutural da Narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1973.

\_\_\_\_. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1999.

\_\_\_\_. **Masculino, Feminino, Neutro**: ensaios de semiótica narrativa. Porto Alegre: Globo, 1976.

\_\_\_\_. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

\_\_\_\_. **O Grão da Voz**. Lisboa: Edições 70, 1982a.

\_\_\_\_. **O Óbvio e o Obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982b.

\_\_\_\_. **O Prazer do Texto**. São Paulo: Cultrix, 1972.



\_\_\_\_. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

\_\_\_\_. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral**. Campinas: Pontes / Ed. da UNICAMP, 1995a. v. 1.

\_\_\_\_. **Problemas de Lingüística Geral**. Campinas: Pontes / Ed. da UNICAMP, 1995b. v. 2.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da Semiótica Literária**. Bauru: EDUSC, 2003.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BIZZOCCHI, Aldo. **Anatomia da Cultura**. São Paulo: Palas Athena, 2003.

BLOOM, Harold. **Um Mapa da Desleitura**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem Verdades**. São Paulo: Summus, 1980.

BOOTH, Wayne C. **A Arte da Pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BORGES, Jorge Luis. **O Aleph**. São Paulo: Globo, 2001.

\_\_\_\_. El Libro de los Seres Imaginarios. In: **Obras Completas**. Buenos Aires: Emecé, 1974.

\_\_\_\_. **Ficciones**. Buenos Aires: Emecé, 1988.

\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Emecé, 1974.

BRAIT, Beth. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005a.

\_\_\_\_. **Bakhtin**: dialogismo e construção de sentido. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005b.

\_\_\_\_. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_. **Ironia em Perspectiva Polifônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

\_\_\_; MELO, Rosineide de. Enunciado – enunciado concreto – enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 62-78.

BRASIL FONTES, Joaquim. **Eros**, tecelão de mitos. São Paulo: Iluminuras, 2003a.

\_\_\_ . **Poemas e Fragmentos de Safo de Lesbos**. São Paulo: Iluminuras, 2003b.

BULFINCH, Thomas. **Mitologia Geral: a idade da fábula**. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.

\_\_\_ . **O Livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1965.

BUYSENS, Eric. **Semiologia e Comunicação Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1967.

CALABRESE, Omar. **A Idade Neobarroca**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

\_\_\_ . **Fábulas Italianas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

\_\_\_ . **Por que ler os Clássicos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

\_\_\_ . **Se um Viajante numa Noite de Inverno**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

\_\_\_ . **Seis Propostas para o Próximo Milênio**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

\_\_\_ . **Seis Propostas para o Próximo Milênio**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

\_\_\_ . **Sobre o Conto de Fadas**. Lisboa: Teorema, 1996.

CAMPOS, Haroldo de. **A Operação do Texto**. Perspectiva: São Paulo, 1976.

\_\_\_ . **Metalinguagem e Outras Metas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CAÑIZAL, Eduardo Peñuela; CAETANO, Kati Eliana (Orgs.). **O Olhar à Deriva: mídia, significação e cultura**. São Paulo: Annablume, 2004.

CARONTINI, E.; PERAYA, D. **O Projeto Semiótico**. São Paulo: Cultrix, 1979.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A Prática da Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CASTRO, Gustavo de; DRAVET, Florence. **Sob o Céu da Cultura**. Brasília: Casa das Musas, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

CLARK, Katherina; HOLQUIST, Michel. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, Informação, Comunicação**: diagrama da teoria do signo. São Paulo: Perspectiva, 1999.

COMMELIN, P. **Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

CULLER, Jonathan. **Sobre a Desconstrução**. Rio de Janeiro: Grall, 1996.

\_\_\_\_\_. **Teoria Literária**. São Paulo: Beca, 1999.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gille. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

\_\_\_\_\_. **Nietzsche e a Filosofia**. Trad. de Antônio M. Magalhães. Porto: RÉ-Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Nietzsche**. Trad. de Alberto Campos. Lisboa: Ed. 70, 1994.

DERRIDA, Jacques. **A Farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DOMINGUES, Ivan. **Conhecimento e Transdisciplinariedade**: aspectos metodológicos. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. v. I.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento e Transdisciplinariedade**: aspectos metodológicos. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005. v. II.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo I**: o campo do signo, 1945/1966. Campinas: Ensaio / Ed. da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. **História do Estruturalismo II**: o canto do cisne, 1966/1968.

DUARTE, Elizabeth Bastos. **Fotos & grafias**. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2000.

DUCROT, Oswald. **Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação**: o dizer e o dito. Trad. de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Polifonia y Argumentación**. Conferencia del Seminario de Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Vale, 1988.

\_\_\_\_\_. **Princípios de Semântica Lingüística**: dizer e não dizer. Trad. de Carlos Vogt et al. São Paulo: Cultrix, 1978.

\_\_\_\_\_. **Provar e dizer**: leis lógicas e leis argumentativas. Trad. de Maria Aparecida Barbosa et al. São Paulo: Global, 1981.

\_\_\_\_\_; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. 3. ed. Trad. de Alice Kyoko Miyashiro et al. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DUFOUR, Dany-Robert. **Os Mistérios da Trindade**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2000.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ECO, Umberto. **A Biblioteca**. Lisboa: DIFEL, 1983a.

\_\_\_\_\_. **A Definição da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1986a.

\_\_\_\_\_. **A Estrutura Ausente**. São Paulo: Perspectiva, 2001a.

\_\_\_\_\_. **A Ilha do Dia Anterior**. Rio de Janeiro: Record, 1994a.

\_\_\_\_\_. **A Misteriosa Chama da Rainha Loana**. Rio de Janeiro: Record, 2005a.

\_\_\_\_\_. **A Procura da Língua Perfeita**. Lisboa: Presença, 1996.

\_\_\_\_\_. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1993b.

\_\_\_\_\_. **As Formas do Conteúdo**. São Paulo: Perspectiva / Ed. da USP, 1974.

\_\_\_\_\_. **Baudolino**. Rio de Janeiro: Record, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Cinco Escritos Morais**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Como se faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 1993b.

- \_\_\_\_. *Diário Mínimo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- \_\_\_\_. *Em que crêem os que não crêem?* Rio de Janeiro: Record, 1999.
- \_\_\_\_. *Entre a Mentira e a Ironia*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- \_\_\_\_. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001c.
- \_\_\_\_. *Kant e o Ornitorrinco*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- \_\_\_\_. *Lector in Fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1986b.
- \_\_\_\_. *Leitura do Texto Literário*. Lisboa: Presença, 1979.
- \_\_\_\_. *O Conceito de Texto*. São Paulo: EDUSP, 1984a.
- \_\_\_\_. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983b.
- \_\_\_\_. *O Pêndulo de Foucault*. Rio de Janeiro: Record, 1994b.
- \_\_\_\_. *O Segundo Diário Mínimo*. Rio de Janeiro: Record, 1994c.
- \_\_\_\_. *O Signo de Três*. São Paulo: Perspectiva, 1991a.
- \_\_\_\_. *O Signo*. Barcelona: Labor, 1976.
- \_\_\_\_. *O Super-homem de Massa: retórica e ideologia no romance popular*. São Paulo: Perspectiva, 1991b.
- \_\_\_\_. *Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva, 2001d.
- \_\_\_\_. *Os Limites da Interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2000a.
- \_\_\_\_. *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001e.
- \_\_\_\_. *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ática, 1991c.
- \_\_\_\_. *Sobre a Literatura*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- \_\_\_\_. *Sobre os Espelhos e Outros Ensaios*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1989.
- \_\_\_\_. *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2000b.

\_\_\_\_. ***Viagem na Irrealidade Cotidiana***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984b.

\_\_\_\_. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/obra\\_aberta](http://pt.wikipedia.org/wiki/obra_aberta)>. Acesso em: 30 de outubro de 2006.

\_\_\_\_. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/umberto\\_eco](http://pt.wikipedia.org/wiki/umberto_eco)>. Acesso em: 30 de outubro de 2006.

ELIOT, T.S. ***Notas para uma Definição de Cultura***. São Paulo: Perspectiva, 1988.

EMERSON, Caryl. ***Os 100 Primeiros Anos de Mikhail Bakhtin***. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

FABBRI, Paolo. ***El Giro Semiótico***. Barcelona: Gedisa, 2004.

\_\_\_\_. ***Tácticas de los Signos***. Barcelona: Gedisa, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. ***Linguagem e Diálogo***: as idéias do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FEDRO. ***Fábulas***. Campinas: Átomo, 2001.

FERREIRA GULLAR. ***Vanguarda e subdesenvolvimento***. Disponível em: <[http://portalliteral.terra.com.br/ferreira\\_gullar/porelemesmo/vanguarda\\_e\\_subdesenvolvimento.htm](http://portalliteral.terra.com.br/ferreira_gullar/porelemesmo/vanguarda_e_subdesenvolvimento.htm)>. Acesso em: 20 de outubro de 2006.

FIDALGO, Antônio. ***Semiótica***: a lógica da comunicação. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998.

FIORIN, José Luiz. ***As Astúcias da Enunciação***. São Paulo: Ática, 2002.

FONTANILLE, Jacques. ***Significação e Visualidade***. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FOUCAULT, Michel. ***As Palavras e as Coisas***: uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_. ***Nietzsche***, la Genealogía, la Historia. Trad. de José Vázquez Pérez. Valencia: T.G. Ripoll, 1997a.

\_\_\_\_. ***Theatrum Philosophicum***. São Paulo: Princípio, 1997b.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, Carmem. ***As 100 Melhores Histórias da Mitologia Grega***. Porto Alegre: L&PM, 2004.

FRANK, Joseph. As Vozes de Mikhail Bakhtin. In: ***Pelo Prisma Russo***: ensaios sobre literatura e cultura. São Paulo: Ed. da USP, 1992.

FURASTÉ, Pedro Augusto. ***Normas Técnicas para o Trabalho Científico***: elaboração e formatação. Explicitação das normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2006,

GARRONI, Emilio. ***Projeto de Semiótica***. São Paulo: Martins Fontes / Ed. 70, 1972.

GIL, Antônio Carlos. ***Métodos e Técnicas de Pesquisa Social***. São Paulo: Atlas, 1994.

GINZBURG, Carlo. ***Mitos, Problemas, Sinais***: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GIOVANNOLI, Renato. ***Ensayos sobre el Nombre de la Rosa***: palabra crítica. Barcelona: Lumem, 1985.

GRANDI, Roberto. ***Texto y Contexto en los Medios de Comunicación***: análisis de la información, publicidad, entretenimiento y su consumo. Barcelona: Bosch, 1995.

GREIMAS, Algirdas Julien. ***La Semiótica del Texto***: ejercicios prácticos – análisis de un cuento de Maupassant. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993.

\_\_\_\_. ***Semântica Estrutural***: pesquisa de método. São Paulo: Cultrix/USP, 1973.

\_\_\_\_. ***Sobre o Sentido***: ensaios semióticos. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_; COURTÉS, J. ***Dicionário de Semiótica***. São Paulo: Cultrix, 1979.

\_\_\_\_; FONTANILLE, Jacques. ***Sémiotique des Passions***: dés états de choses aux états d'âme. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

GUINSBURG, J. ***Círculo Lingüístico de Praga***. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HÉNAULT, Anne. ***História Concisa da Semiótica***. São Paulo: Parábola, 2006.

HESÍODO. ***Os Trabalhos e os Dias***. Trad., introdução e comentários de Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 2002.

HJELMSLEV, Louis. ***A Linguagem***. Madrid: Gredos, 1968.

\_\_\_\_. ***Ensaio Críticos***. São Paulo: Perspectiva, 1991.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Clara Lus Ed., 2005.

ISER, Wolfgang. O ressurgimento da estética. In: ROSENFELD, Denis L. (Org.). **Ética e Estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2003.

JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Petrópolis: Vozes, 1999.

JENNY, Laurent. Estratégia da Forma. Intertextualidade. **Poétique**, Coimbra, n.27, 1979.

KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão Prática**. Trad. e prefácio de Afonso Bertagnoli. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Pura**. Trad. e prefácio de Afonso Bertagnoli. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1982.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Juízo**. Trad. e prefácio de Afonso Bertagnoli. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1980.

KERÉNYI, Karl. **Os Heróis Gregos**. São Paulo: Cultrix, 1998.

KOCH, Ingelore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.



LEACH, Edmund. **Cultura e Comunicação**. Lisboa: Ed. 70, 1976.

LENK, Hans. **Razão Pragmática**: a filosofia entre a ciência e a práxis. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

LOPES, Edward. **Discurso, Texto e Significação**: uma teoria do interpretante. São Paulo: Cultrix, 1978.

LOPES, Ivã Carlos; HERNANDES, Nilton. **Semiótica**: objetos e práticas. São Paulo: Contexto, 2005.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação**: formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 1999.

LOTMAN, Iuri. **A Estrutura do Texto Artístico**. Lisboa: Estampa, 1978.

\_\_\_\_\_. **La Semiosfera I**. Semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Cátedra, 1996.

\_\_\_\_\_. **La Semiosfera II**. Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio. Madrid: Cátedra, 1998.

\_\_\_\_\_. **La Semiosfera III**. Semiótica de las artes y de la cultura. Madrid: Cátedra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Semiótica Soviética**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

LOZANO, Jorge; PEÑA-MARÍN, Cristina; GONZALO, Abril. **Análise do Discurso**: por uma semiótica da interação textual. São Paulo: Littera Mundi, 2002.

MACHADO, Irene A. **Escola de Semiótica**: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. São Paulo: Ateliê, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Romance e a Voz**: a prosaica dialógica de Mikhail Bakhtin. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MACHADO, Roberto. **Foucault**: a filosofia e a literatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MACKSEY, Richard; DONATO, Eugênio. **A Controvérsia Estruturalista**: as linguagens da crítica e as ciências do homem. São Paulo: Cultrix, 1972.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_. **Elementos de Lingüística para o Texto Literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

\_\_\_\_. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Metodologias de Pesquisa em Comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MANGANELLI, Giorgio. **Pinóquio**: um livro paralelo. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

MARCONI, Marina de Azevedo; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTON, Scarlett. **Friedrich Nietzsche**: uma filosofia a marteladas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_. Nietzsche, hoje? (Org.). **Colóquio de Cerisy**. Trad. de Milton Nascimento e Sônia Salztein Goldberg. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_. **Nietzsche**: a transvaloração dos valores. São Paulo: Moderna, 1993.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000.

MING, Z. G. O Conceito de Texto e a Estética Simbolista. In: LÓTMAN, Iúri; USPENSKII, Boris; IVANÓV, V. (Orgs.). **Ensaio de Semiótica Soviética**. Lisboa: Horizonte Universitário Livros, 1981.

MONGIN, Olivier. **Paul Ricoeur**: as fronteiras da filosofia. Lisboa: Piaget, 1994.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e Contexto**: uma introdução às questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**. Trad. de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_. **Assim falou Zaratustra**. Trad. de Mário da Silva. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

\_\_\_\_. **Ecce Homo**. Trad. de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2000.

\_\_\_\_. **El Caminante y su Sombra**. Trad. de Sanches Pascoal. Barcelona: Alianza, 1994.

\_\_\_\_. **Genealogia da Moral**. Trad. de Paulo César Souza. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_. **Nietzsche**: vida e pensamentos. São Paulo: Martin Claret, 1997.

\_\_\_\_. **Seleção de Textos de Gerard Lebrun**. Trad. e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. [Coleção "Os Pensadores"].

NÖTH, Winfried. **A Semiótica no Século XX**. São Paulo: Annablume, 1999.

\_\_\_\_. **Panorama da Semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1998.

NOVA, Vera Casa; GLENADEL, Paula. **Viver com Barthes**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

OVÍDIO. **A Arte de amar**. Trad. de Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

PARRET, Herman. **A Estética da Comunicação além da Pragmática**. Campinas: UNICAMP, 1997.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. A Intertextualidade Crítica. Intertextualidade. **Poétique**, Coimbra, n. 27, 1979.

\_\_\_\_. **Do Positivismo à Desconstrução**: idéias francesas na América. São Paulo: EDUSP, 2004.

PESSOA DE BARROS, Diana Luz. **Teoria do Discurso**. São Paulo: Atual, 1988.

\_\_\_\_. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_; FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 1994.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. **Semiótica Visual**: os percursos do olhar. São Paulo: Contexto, 2004.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica e Literatura**. São Paulo: Ateliê, 2004.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker, 1999.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

PLAZA, Júlio. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

QUEIROZ, João. **Semiótica Segundo C.S. Peirce**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 2002. v. I-III.

REVISTA ÉPOCA, n. 410, p. 17, de 27 de março de 2006.

REVISTA ISTOÉ, São Paulo, n. 1.927, capa, 27 set. 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1989.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Ed. 70, 1976.

RÓNAI, Paulo. **Dicionário Universal de Citações**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

RONCARI, Luiz. Prefácio. In: PESSOA DE BARROS, Diana Luz e FIORIN, José Luiz (Orgs.). Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade em Torno de Bakhtin. **Revista Ensaios de Cultura**, São Paulo: EDUSP, n. 7, 1994.

RORTY, Richard. **A Filosofia e o Espelho da Natureza**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à Teoria da Comunicação**: problemas correntes e autores. São Paulo: EDICOM, 1998.

SANTAELLA, Lucia. **A Assinatura das Coisas**. Peirce e a literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992a.

\_\_\_\_\_. **A Teoria Geral dos Signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Pioneira, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e Pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e Semiótica**. São Paulo: Hacker, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Cultura das Mídias**. São Paulo: Experimento, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Matrizes da Linguagem e do Pensamento**: sonora, visual e verbal. Aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras, 2001b.

\_\_\_\_. **O Método Anticartesiano de C.S. Peirce**. São Paulo: UNESP, 2004b.

\_\_\_\_. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004c.

\_\_\_\_. Texto. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Palavras da Crítica**: tendências e conceitos no estudo de literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992b.

\_\_\_\_; NÖTH, W. **Imagem, Cognição, Semiótica, Mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHIFFER, Daniel Salvatore. **Umberto Eco: o labirinto do mundo**. São Paulo; Globo, 2000.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Os Escombros e o Mito**: a cultura e o fim da União Soviética. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

\_\_\_\_. **Semiótica Russa**. São Paulo; Perspectiva, 1979.

SCHÜLER, Donald. **A Construção da Ilíada**: uma análise de sua elaboração. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SCHWAB, Gustav. **As Mais Belas Histórias da Antigüidade Clássica**: os mitos da Grécia e de Roma. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SERRA, Paulo. **Peirce e o signo como abdução**. 1996, 21p. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 30 de outubro de 2006.

SISSA, Giulia; DETIENNE, Marcel. **Os Deuses Gregos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

SOUZA, G.T. **Introdução à Teoria do Enunciado Concreto de Bakhtin/Voloshinov/Medvedev**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

SPALDING, Tassilo Orpheu. **Dicionário da Mitologia Latina**. São Paulo: Cultrix, 1982.

STAM, Robert. **Bakhtin**: da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática, 2000.

TATIT, Luiz. **Análise Semiótica Através das Letras**. São Paulo: Ateliê, 2002.

TEZZA, Cristóvão; DE CASTRO, Gilberto. **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do Símbolo**. Campinas: Papyrus, 1996.

TOLEDO, Dionísio (Org.). **Círculo Lingüístico de Praga: estruturalismo e semiologia**. Porto Alegre: Globo, 1978.

USPENSKII, Boris; IVANÓV, V. **Ensaio de Semiótica Soviética**. Lisboa: Horizonte Universitário Livros, 1981.

VATTIMO, Gianni. **O Fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VICTORIA, Luiz A. P. **Dicionário Ilustrado da Mitologia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

WALTHER-BENSE, Elisabeth. **A Teoria Geral dos Signos**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

YAGELLO, Marina. Bakhtin, o Homem e seu Duplo. In: BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 11-19.

ZANDWAIS, Ana. (Org.). **Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.

ZECCHETTO, Victorino. **La Dança de los Signos: nociones de semiótica general**. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

**HUMBERTO IVAN KESKE**

**DO APOCALÍPTICO TEXTO AO INTEGRADO  
CONTEXTO: PASSEIOS CRÍTICOS PELOS  
BOSQUES DA COMUNICAÇÃO**